

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História

Uma viagem possível: da escravidão à cidadania.
Quintino de Lacerda e as possibilidades
de integração dos ex-escravos no Brasil

Matheus Serva Pereira

Material de defesa para o nível de
mestrado, sob a orientação do Prof.
Doutor Marcelo Bittencourt Ivair Pinto.

Niterói
2011

À minha família,
especialmente à memória do
meu avô José Luis Serva,
fonte de inspiração constante.
E à Sheila, que consegue me aturar
desde o último ano da graduação.

Agradecimentos

Para mim, esta é a parte mais difícil de escrever. É aqui que nós, historiadores, deixamos por completo de lado a linguagem acadêmica e precisamos nos expor. Pois bem, começemos da maneira mais fácil.

Começo agradecendo ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa mediante a concessão de uma bolsa de estudo.

Agora passemos aos outros tipos de agradecimento.

A todos os funcionários da Fundação Arquivo e Memória de Santos que me acolheram durante minha estada em Santos. Sem a ajuda deles a realização deste trabalho certamente não seria possível.

Ao professor Marcelo Bittencourt, que, apesar de toda a dificuldade que o meu tema de estudo poderia lhe ocasionar, acolheu-me como seu orientando. Sem sua dedicação, sua compreensão e suas leituras minuciosas cheias de bons conselhos, meu trabalho não teria chegado ao formato atual.

Nessa caminhada outros professores também foram importantes. As professoras Hebe Mattos e Martha Abreu não poderiam deixar de aparecer aqui. Seja através das diversas disciplinas ministradas por elas a que assisti, seja com o contato constante que tive com elas desde a graduação, ambas foram fundamentais para que pudesse apresentar este trabalho. A professora Keila Grimberg por ter aceitado participar da banca e ter contribuído com suas ótimas considerações durante a qualificação. A professora Maria Helena Machado, a quem serei eternamente grato pela gentileza de ter me cedido documentos fundamentais para a construção desta dissertação. As aulas ministradas pelo professor Marcos Alvito, pela professora Laura Maciel e pelo professor Humberto Machado.

Foi justamente na turma do professor Humberto Machado que antigos laços de amizade foram reforçados e outros foram construídos. Nos embrenhados trâmites necessários para a organização de seminários e de livros, quero agradecer aos amigos Eric Brasil, Luis Gustavo Cota e Denilson Silva e às amigas Camila Mendonça, Rita Vasconcelos e Flávia do Amaral.

Abrços especiais aos diversos amigos que venho fazendo na UFF desde a graduação. À galera do LABHOI: Luciana Leonardo, com um gesto gentil apoiou no

momento da prova do mestrado; ao grande casal Thiago Campos – Thiagão – e Camila Dias, ao divertido amigo Eric Maia, Gilciano Menezes – o Gil –, Luana Oliveira, Camila Marques, Isabel Castro, Edmilson Santos. Aos demais amigos uffianos: Juliana Magalhães, Renato Silva, Giovanna Antonaci, Thainara Barbier, Alexandre Reis, Rafaela Albergaria. E aos demais amigos, que entenderam – na maioria das vezes – a falta de tempo e os sumiços temporários causados pela situação de se escrever uma dissertação.

À Sheila. Difícil escrever sobre ela. A linda Sheilinha foi fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui. Só com ela consigo ser completamente feliz. Devo dizer que sem o seu amor, seu companheirismo, sua alegria e sua paciência para aturar minhas longas digressões históricas não teria chegado tão longe.

Por último, mas não menos importante, à minha família, que esteve sempre do meu lado apoiando a realização deste projeto. Meus queridos avôs – os Josés – e avós – Silvina e Marlene –, meus pais, irmãos, tios, primos, cunhados etc. etc.

Sumário

Introdução: Os “motivos que me põem a pena na mão”	7
Capítulo 1 - Santos e seus arrabaldes: Quintino de Lacerda e a cidade de Santos no século XIX	21
Um “fato fatal consumado”: morte e vida de Quintino de Lacerda.....	22
“Resquícius do Jabaquara”: a vida de Quintino de Lacerda e dos demais habitantes do Jabaquara.....	30
O “porto de mar de nossa província”: a cidade de Santos em que Quintino de Lacerda viveu.....	43
Capítulo 2 - Liberdades em movimento. As disputas em torno da ideia de “ser livre”	63
Livres, libertos ou fugitivos?.....	64
Benevolência, gratidão e tutela: a liberdade desejada pelos senhores.....	69
Um “preto inteligente e honrado”: a formação do reduto do Jabaquara, Quintino de Lacerda e as várias faces do abolicionismo.....	82
“Café... nem pra beber nós qué”: a liberdade desejada pelos escravos nas páginas da imprensa.....	109
Capítulo 3 - Comemorações por um futuro sonhado: Quintino de Lacerda e o festejar pela Abolição na província de São Paulo (1888-1898)	125
Regozijos e celebrações: o festejar a Abolição.....	126
O palco sendo montado.....	130
O primeiro carnaval fora de época: as festas na província de São Paulo pelo 13 de Maio de 1888.....	139
Regatas e “danças originais”: as festas ocorridas em Santos pelo fim do cativo – maio de 1888.....	151
A “maior revolução (...) de que dão notícia os anais da História Pátria”: festas, política e memórias da Abolição (1888-1898).....	168

Capítulo 4 - Em busca da cidadania: terra, trabalho e política no Jabaquara....	196
Experiências (d)e lutas: imigrantes, escravos e ex-escravos no fim do século XIX..	197
Uma “paragem chamada Jabaquara”: arrendamentos, lavouras e intensas disputas pelas terras do reduto abolicionista.....	209
Um “conhecido cidadão”: o pós-abolição na vida de Quintino de Lacerda.....	228
Com ares de conclusão: um “indivíduo [...] que o próprio nome não sabe assinar” na Assembleia Municipal de Santos.....	255
Considerações finais.....	267
Anexos.....	272
Fontes e referências bibliográficas.....	278

Introdução:
Os “motivos que me põem a pena na mão”¹

Quais as canções que cantavam as Sereias ou que nome Aquiles adotou quando se escondeu entre as mulheres são questões que, embora intrigantes, não se acham além de toda a conjectura.²

¹ Assis, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Klick Editora, 1997.

² Poe, Edgar Allan. “Os assassinatos na Rua Morgue”. In: *Os assassinatos na Rua Morgue e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002, p. 87.

Edgar Allan Poe publicava pela primeira vez, em 1841, o que viria a ser uma série de histórias protagonizadas pelo jovem cavalheiro francês Monsieur C. Auguste Dupin, considerado o precursor de Sherlock Holmes.³ Dupin gostava de se glorificar da capacidade de desembaraçar e deslindar mistérios, encontrando prazer nas atividades mais triviais que lhe permitissem exercer seus talentos. A perspicácia investigativa de Dupin não estava necessariamente ligada à quantidade de informações obtidas. Ela se baseava “tanto na validade da inferência como na qualidade da observação. O conhecimento necessário é o *do quê* deve ser observado”. O monsieur possuiria essa argúcia em grau elevado, gostando de exibir “na solução de cada mistério, um grau de *acurácia* que parec[ia] sobrenatural às pessoas de compreensão mais ordinária”, sendo impossível não deixar de notar essa sua “habilidade analítica peculiar”.⁴

Passados mais de cem anos, o método investigativo e analítico de Monsieur C. Auguste Dupin foi resgatado ao longo da década de 1970 pela historiografia, melhor dizendo, por uma vasta área das Ciências Sociais, e ganhou força no Brasil na década de 1980. Hoje, os historiadores comumente se utilizam de uma metáfora comparativa para explicar sua metodologia analítica que celebra o poder da sagacidade apreciativa presente na personalidade do personagem criado por Poe. A ideia é simples: o processo de investigação dos historiadores, com seus diversos percalços ao longo dos arquivos que devemos perambular no decorrer da pesquisa, se assemelharia ao de um detetive. A diferença é que não somos tão glamorosos como os detetives retratados pelas lentes dos filmes *noir*, com suas belas protagonistas e seu ar carregado da fumaça dos cigarros. Os nossos caminhos investigativos não nos levam a ruas escuras ou perseguições armadas. No máximo o perigo que nos ronda é menor, diria microscópico, podendo estar presente no ar que respiramos na Biblioteca Nacional ou na Fundação Arquivo e Memória de Santos.

A bibliografia que apresenta essa metodologia possui algumas referências a respeito da utilização, com qualidade, dessa técnica analítica. Robert Darnton, em *O grande massacre de gatos* (1986), obra muito influenciada pelos escritos e pelas disciplinas que ministrou na Inglaterra com o antropólogo Clifford Geertz, e Carlos Ginzburg, em *O queijo e os vermes* (1987), são dois dos principais exemplos de seguidores do método de Dupin. Através de fontes diversas e do cruzamento dessas

³ Poe, Edgar Allan, op. cit. Monsieur C. Auguste Dupin volta a aparecer em outros dois contos do autor publicados também ao longo da década de 1840, intitulados: *The Mystery of Marie Roget* (1842) e *The Purloined Letter* (1844). Podem ser facilmente encontrados na Internet.

⁴ Poe, Edgar Allan, op. cit.

fontes, ambos, buscando responder a suas questões específicas de pesquisa, acabaram por se deparar com o chamado “paradigma indiciário”.⁵ O “paradigma indiciário” possibilitou ao historiador recriar, através de contextos culturais específicos, visões verossímeis e possíveis do acontecido, mostrando que a busca pela verdade “nua e crua” não é uma aventura possível de ser contemplada pela historiografia.⁶

Ao mesmo tempo, as biografias históricas voltaram a ser valorizadas como importante instrumento para se atingir as problematizações propostas sobre o passado, lançando o debate metodológico relacionado às escalas de análise e sobre o papel do indivíduo na história. A discussão passou a estar centrada na liberdade de ação do indivíduo frente às normas e/ou estruturas sociais.⁷ No entanto, o exercício biográfico não ressurge ao acaso, ele se insere num movimento amplo da historiografia que passou a discutir o trato com as fontes – exemplo do “paradigma indiciário” –, os recortes temáticos, teóricos e suas formas de abordagem. Os questionamentos das visões deterministas da História, ocorridos na década de 1960 e início dos anos 1970, levaram a uma reflexão sobre a capacidade transformadora do indivíduo. A publicação da obra de E.P. Thompson *A formação da classe operária inglesa*⁸, em 1963, elevou o indivíduo comum a objeto da História e a necessidade do pesquisador de se fazer a “história vista de baixo”, entendendo-a como a “ciência do vivido”. A crítica presente nessa nova perspectiva estava voltada para aquela historiografia que valorizava as grandes estruturas sociais e os grandes modelos explicativos, divorciando a teoria da análise empírica.⁹ Como esclarece Sharp,

⁵ Ver: Ginzburg, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶ O “paradigma indiciário” é muito bem explicado por Sidney Chalhoub, quando ele afirma que o historiador deve agir como um verdadeiro detetive e que consiste na “proposta de criação de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos”. In: Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 17.

⁷ Ver: Levi, Giovanni. “Usos da biografia”. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Para uma observação crítica sobre as biografias, ver: Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (orgs.), op. cit. Um exemplo recente dessa revalorização das biografias históricas e como elas estão sendo lidas por um público além do meio acadêmico está presente em: Burke, Peter. “Introdução: as variedades da biografia”. In: *O historiador como colunista. Ensaios para a Folha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁸ Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

⁹ Ver: Thompson, E. P. “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

não se tratava apenas de identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas “comuns”. Percebia-se também a necessidade de compreender o povo no passado [...] à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essas experiências.¹⁰

O impacto dessas perspectivas metodológicas pode ser sentido em diversas pesquisas. A influência está presente na micro-história italiana, nos novos estudos sobre a história dos Estados Unidos e no Brasil, em especial nas pesquisas sobre a história social do trabalho. Buscando resgatar a história “vista de baixo” foi possível dar voz a sujeitos que raramente eram contemplados na historiografia. As biografias, por exemplo, deixaram de se referir apenas àqueles homens entendidos como importantes de serem lembrados por suas honrosas ações. Os camponeses, trabalhadores pobres e, principalmente, os escravos e ex-escravos deixaram de ser vistos como indivíduos impossibilitados de agir por pressupostos próprios e, portanto, de possuir biografias históricas.¹¹

Através das biografias desses outros sujeitos, resgatou-se, melhor dizendo, emergiram memórias subterrâneas que passaram a pressionar o Estado brasileiro em busca de reconhecimento e a exigir a aplicação das mais diversas políticas públicas. A cidade de Santos não foi diferente de outros municípios brasileiros. Numa sala de nome sugestivo (*Sala Princesa Isabel*), desde o ano de 2000, no dia 13 de maio, a prefeitura da cidade litorânea paulista entrega uma medalha com a finalidade de promover o reconhecimento a pessoas que tenham trabalhado para a integração racial, solidariedade e fraternidade dentro do município.¹² Assim como o nome da sala, a medalha também possui uma alcunha sugestiva: *Medalha Quintino de Lacerda*.

¹⁰ Sharp, Jim. “A história vista de baixo”. In: Burke, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1998.

¹¹ Para exemplos, dentre outros, dessa nova perspectiva de pesquisa voltada para a análise histórica através da biografia do homem comum, ver: Ginzburg, Carlo, op. cit. Mott, Luiz. *Rosa Egípcia. Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. Silva, Eduardo. *Dom Obá II d’África, o príncipe do povo – Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Levi, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva dos & Neves, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Eduff, 2006. Reis, João José. *Domíngos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹² Resolução da Prefeitura de Santos nº 99/2000, de 8 de junho de 2000: “Artigo 1º - Fica criada a medalha ‘Quintino de Lacerda’, a ser concedida anualmente a 3 (três) pessoas físicas e a 3 (três) pessoas jurídicas que tenham merecido a distinção, pela relevância do seu trabalho em defesa da integração racial, solidariedade e fraternidade, em quaisquer áreas de atividade”.

Quem foi Quintino de Lacerda e por que o seu nome foi dado a essa medalha? Para responder a essa pergunta é necessário retornar ao século XIX. As agitações daquele fim de século, com a participação dos movimentos populares abolicionistas e a radicalização em busca da Abolição, sentida especialmente ao longo da década de 1880, não ficaram restritas ao Rio de Janeiro, então capital do Império e, posteriormente, da República. Em Santos, junto com os saraus e *meetings* das sociedades abolicionistas, surgia uma das mais importantes ações em prol da liberdade: o reduto abolicionista do Jabaquara. Apesar de ter como referência Santos Garrafão e os jornalistas Galeão Carvalho e Gastão Bousquet como pessoas importantes para o sucesso da empreitada abolicionista, o reduto do Jabaquara possuía como sua principal e mais conhecida liderança o nosso homenageado do século XXI: o ex-escravo Quintino de Lacerda.

Antes de se transformar, nas duas últimas décadas do século XIX no Brasil, numa figura central nos movimentos sociais e debates políticos que surgiam nesses pulsantes anos, o sergipano Quintino de Lacerda teria trabalhado em Santos como escravo de ganho para os republicanos Antonio e Joaquim de Lacerda Franco. A virada em sua vida acontece exatamente na movimentada década de 1880, quando adquiriu sua liberdade e passou a ser um importante homem político através do comando no reduto – ou quilombo – do Jabaquara, articulando a mediação entre os escravos fugidos e o restante da sociedade santista. Os memorialistas ou historiadores memorialistas não se cansaram de redigir elogios com conteúdos apologéticos que exaltavam as características constitutivas da personalidade de Quintino de Lacerda e sua atuação como liderança incontestável frente aos quilombolas e ex-quilombolas do Jabaquara. Osório Duque-Estrada, por exemplo, ao relatar a atuação subterrânea da Confederação Abolicionista através dos “mascates italianos, encarregados de distribuir folhetos pelo interior e de seduzir escravos nas fazendas, concitando-os à fuga”, tendo muitos desses mascates sido surpreendidos por feitores e assassinados, relatou a fundação de dois “grandes quilombos” com o intuito de esconder “os escravos fugidos ou roubados pelos abolicionistas”: um deles estaria localizado na Chácara Leblon e o outro seria o do Jabaquara, dirigido pelo “negro carregador de café Quintino de Lacerda”.¹³

¹³ Duque-Estrada, Osório. *A abolição. Esboço histórico, 1831-1888*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 90.

Depois de 1888, Quintino de Lacerda não chegou a perder sua importância política frente à população de cor¹⁴ local e às elites humanitárias paulistas. Graças a um capital simbólico adquirido com a sua atuação pela causa abolicionista e durante o período de maiores agitações pela Abolição, manteve-se influente nos grandes acontecimentos durante a década de 1890, como a greve geral de 1891 ou as inúmeras contendas em torno da posse das terras do Jabaquara, chegando a assumir uma cadeira como vereador da Câmara Municipal republicana de Santos, em 1895. Portanto, Quintino foi um homem que se manteve no centro do furacão estabelecendo contatos por todos os lados.

Vale a pena frisar que a escravidão moderna tem sido analisada como uma forma específica de exploração da força de trabalho. Entretanto, ela é uma instituição que vai além dessa característica. As sociedades que a conheceram projetaram distinções jurídicas entre escravos e livres, fundamentadas em princípios hierárquicos que surgiram baseados na escravidão e na raça, nas atitudes senhoriais e na deferência dos ditos socialmente inferiores. Portanto, ao mesmo tempo em que podem ser consideradas um mecanismo de exploração da força de trabalho, as sociedades escravistas modernas tiveram como base para a sua formação uma espécie de violência política, “fundada na exclusão (real e/ou simbólica) do escravo da condição de pertencimento à sociedade que o escravizava”.¹⁵ Nesse sentido, as possibilidades de obtenção da alforria e as formas de integração do ex-escravo à sociedade que o manteve escravizado são questões cruciais para todas as sociedades que se utilizaram dessa instituição.

Porém, os estudos que buscaram compreender as relações entre os processos de emancipação dos escravos e o destino desses cativos nas sociedades que os mantiveram escravizados são relativamente recentes entre os historiadores. Isso não quer dizer que as preocupações com o período pós-abolição, principalmente os estudos referentes às relações raciais, sejam recentes. Até pouco tempo estudar as relações raciais no pós-abolição ou o destino e a ação das populações libertas na sociedade foi considerado mais ou menos a mesma coisa, sendo ambas as situações entendidas como herança do período escravista. Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala* (1933), e Frank Tannenbaum, em *Slave and Citizen* (1946), foram os autores fornecedores dos

¹⁴ Informo ao leitor que, apesar de hoje soar de maneira preconceituosa, utilizarei aqui a grafia recorrente encontrada nas fontes para designar a população negra existente no Brasil no fim do século XIX. Os termos mais comuns encontrados e que serão utilizados aqui eram: população de cor ou homens de cor.

¹⁵ Mattos, Hebe. “Prefácio”. In: Cooper, Frederick, Holt, Thomas C. & Scott, Rebecca J. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

parâmetros do debate sobre a situação dos afrodescendentes no pós-abolição como resultado direto da herança da escravidão. Esse pressuposto de análise levantado pelos dois autores perdurou com relativo sucesso até a década de 1970.

O caráter paternalista e de acomodação de conflitos da escravidão brasileira tornou-se o traço mais difundido do pensamento de Freyre. Para o autor, os espaços de convivência desenvolvidos pelo sistema escravista brasileiro, principalmente no âmbito familiar da casa-grande, permitiram-nos desenvolver um intercâmbio de culturas e uma mestiçagem, decisivos para a configuração de uma convivência racial, se não harmônica, pelo menos acomodada. A visão freyriana de uma acomodação das relações raciais no século XX nacional como herança da escravidão influenciou decisivamente a perspectiva acadêmica sobre a situação dos descendentes de escravos no Brasil.¹⁶

Pensando através de uma perspectiva que valorizava a análise das possibilidades de inserção e participação política dos ex-escravos na sociedade americana, a questão central de Frank Tannenbaum era discutir se e/ou como os libertos da escravidão adquiriam o direito de se tornarcidadãos. Buscando responder a essa questão, o autor fez um esforço pioneiro de história comparativa, apontando as diferenças entre países católicos e protestantes que percebia na escravidão. Foi pioneiro também ao colocar a oposição escravo e cidadão no âmago de sua análise – diferentemente de Freyre, que elegia a oposição senhor e escravo –escolhendo o papel do direito e da cidadania como central para a análise das relações raciais nas sociedades pós-emancipação. Ou seja, era o sistema legal de legitimação da escravidão e as possibilidades de trânsito entre escravidão e liberdade que geravam os sistemas de classificação racial. Assim, o autor desbiologizava as relações raciais e as via como uma construção histórico-social.¹⁷

De todo modo, mesmo que ambos os autores estivessem escrevendo em contextos bastante diferentes, o que ficou de suas obras para o estudo do pós-abolição foi a ideia simplificadora de que estudar as relações raciais na contemporaneidade equivaleria ao estudo do destino dos ex-escravos e seus descendentes nessas sociedades. Nos anos 1950-70, os debates acadêmicos questionariam a maioria dos pressupostos levantados por esses autores, vendo o surgimento do mais importante crítico de Gilberto

¹⁶ Para uma revisão do conceito de paternalismo escravista que Freyre tanto abordou, ver: Libby, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas”. In: Paiva, Eduardo França & Ivo, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

¹⁷ Sigo aqui as perspectivas de análise da obra de Freyre e Tannenbaum presentes em: Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Freyre e o principal estudioso brasileiro da inserção dos ex-escravos e seus descendentes na sociedade brasileira pós-emancipação: o sociólogo Florestan Fernandes.¹⁸ Entretanto, a postura mais consensual e duradoura de Freyre e Tannenbaum permaneceria. A ideia de que “as relações raciais e a situação do ‘negro’ no pós-escravidão eram fruto, mais ou menos direto, da herança da escravidão”¹⁹ continuaria sem grandes revisões.

O surgimento, em meados da década de 1970-80, da “preocupação de escrever a história da escravidão a partir da experiência do escravo”,²⁰ que esteve diretamente influenciada pelas novas perspectivas metodológicas apresentadas algumas páginas atrás, buscou criticar a construção de uma personalidade patológica dos escravos e dos libertos como herança da escravidão. Com isso os afrodescendentes deixaram de ser pensados como personagens passivos, meros títeres nas mãos dos poderosos, para surgir nas páginas da historiografia como personagens ativos de sua própria história. Através de um ataque sistemático à presumida ausência de vida familiar e cultural dos escravos, com destaque para pesquisas sobre suas vidas familiares e comunitárias²¹, sobre seus espaços autônomos de produção e suas possibilidades de negociação, resistência passiva ou revolta aberta,²² foi possível incorporar na historiografia o conceito de escravo como agente histórico. As pesquisas passaram a dar cada vez mais ênfase ao papel social dos próprios escravos, ao invés de entendê-los apenas como seres despersonalizados ou como vítimas da opressão.²³ O conceito de paternalismo foi redefinido, invertendo a ótica tradicional de análise e incorporando a habilidade dos escravos de usar tal ideologia a seu favor.²⁴

Esse acúmulo de conhecimento sobre diversos aspectos da escravidão moderna nas Américas, que rompeu com os paradigmas estruturalistas até então predominantes,

¹⁸ Como principal exemplo das primeiras revisões sobre as teorias interpretativas acerca da escravidão brasileira, ver: Fernandes, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978 (a 1ª edição é de 1964).

¹⁹ Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão, op. cit.

²⁰ Xavier, Regina C. L. “Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos”. In: Schmidt, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*, V. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

²¹ Ver: Gutman, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. Nova York: Pantheon Books, 1976.

²² Ver: Mintz, Sidney. *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine Publishing, 1974.

²³ Muitos trabalhos da recente historiografia brasileira sobre a escravidão foram influenciados por essas novas perspectivas. Como exemplos, ver: Mattos, Hebe Maria. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Tese (Professor Titular). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Chalhoub, Sydney, op. cit.

²⁴ Ver: Genovese, Eugene D. *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Brasília: CNPq, 1988.

forçou uma revisão historiográfica e uma formulação diferenciada também dos problemas enfrentados pelos ex-escravos e seus descendentes no período pós-abolição. Como apontam Hebe Mattos e Ana Lugão Rios:

o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Dessa perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativo.²⁵

A partir das críticas à construção da personalidade patológica dos escravos e dos libertos como herança da escravidão, o pós-abolição forçosamente teve de ser repensado. As recentes pesquisas sobre o Brasil pós-emancipação têm buscado reavaliar os estudos históricos sobre as relações raciais e a ideia de herança da escravidão. Em linhas gerais, procura-se desnaturalizar as noções e classificações de raça, entendendo as identidades raciais como construções sociais.²⁶ Vê-se cada vez mais necessário percorrer esse percurso, pois a destruição da escravidão moderna e os processos de definição e extensão dos direitos de cidadania a população oriunda do cativo estiveram diretamente relacionados à produção dessas classificações e identidades.

O que se tem percebido é que a solução à brasileira para a questão da cidadania em fins do XIX passou pela elisão de critérios raciais de exclusão e começou a exigir – com modos rigorosos de aferição – a capacidade de ler e escrever como condição para possibilitar ou não os indivíduos participarem da política formal (Lei de Reformas Eleitorais de 1881 e Constituição de 1891), tendo, numa só tacada, alijado milhares de descendentes de escravos da participação política direta.²⁷ Porém, não se pode entender que a desqualificação desses milhares de trabalhadores negros do mundo da política institucional serviu apenas de celeiro para a formação de “krumiros”:²⁸ simples agentes

²⁵ Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão, op. cit., 2005, p. 26.

²⁶ Um bom exemplo dessa nova linha historiográfica está presente em: Albuquerque, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²⁷ Ver: Grinberg, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Mattos, Hebe Maria, op. cit., 2004.

²⁸ No fim do século XIX o termo “krumiro” popularizou-se entre os militantes do movimento operário e quem era chamado por esse nome estava sendo acusado de fura-greve.

maleáveis que poderiam ser escolhidos a qualquer momento pelas classes dirigentes e proprietárias para defender seus interesses, tendo suas participações na política em geral apenas na qualidade de massa de manobra.

É nesse sentido que a atual dissertação pretende seguir. A escolha de Quintino de Lacerda como pontapé inicial para a pesquisa ocorreu por acreditar que através de sua trajetória de vida poderemos entender com mais complexidade que sociedade escravista, em rápida transformação no fim do século XIX, era essa que tornava possível um ex-escravo ascender socialmente a ponto de se tornar influente perante uma parcela significativa da população de cor santista e, ao mesmo tempo, construir laços de solidariedade com os grupos da elite, abrindo-lhe portas de difícil acesso a um negro e ex-escravo. É justamente nos últimos anos do sistema escravista no Brasil que Quintino de Lacerda e os refugiados do cativeiro existentes no Jabaquara funcionarão como uma janela para o oitocentos. O objetivo é retratar e analisar o processo desses homens de fazerem-se como grupo, sendo nesse processo possível percebermos múltiplos e conflitivos significados que conceitos como os de liberdade, trabalho e cidadania adquiriram naqueles conturbados anos finais do século XIX brasileiro, em especial para a população de cor.

No fim do século XIX no Brasil, a liberdade era um alvo em constante movimento e a cidadania uma miragem possível para os libertos. O advento da Abolição, da liberdade para todos e, por consequência, do usufruto de agora todos serem juridicamente considerados cidadãos nacionais foi inventado, experimentado e reivindicado pelos homens e mulheres de cor de então. Entretanto, essa liberdade não pode ser entendida como sinônimo de igualdade. As marcas físicas e simbólicas do passado escravista permaneciam tornando-os desiguais. Enfim, no tempo do cativeiro a hierarquia era estabelecida por lei, já no tempo da liberdade foi necessário construir mecanismos envoltos em retóricas fluidas para justificar as desigualdades e o não direito.

A enorme quantidade de notícias do ato de concessão de alforrias por senhores para seus escravos, publicada nos meses que precederam a Abolição, é de espantar os olhos. Junto a essas notícias, que davam a entender que o ato de tornar-se livre emanava exclusivamente dos senhores, publicavam-se notas nos jornais da capital de São Paulo evidenciando a ocorrência de conflitos em diferentes localidades da província. Os periódicos davam ênfase às agitações provocadas pelas reações dos escravos e da população livre aos maustratos excessivos aplicados à população cativa, os

apedrejamentos de capitães-do-mato etc., mostrando como escravos e ex-escravos estavam lutando e defendiam suas demandas a respeito do que entendiam sobre o conceito de liberdade a ser posto em prática. As fugas coletivas de escravos também eram noticiadas, o que nos permite realizar uma conexão com a atuação de Quintino de Lacerda nesse momento histórico. Como vimos há pouco, foram constantes os relatos que exaltaram a atuação de Quintino de Lacerda no auxílio dessas fugas coletivas, fundamentais para a desestruturação da sociedade escravista, de cativos das fazendas do interior paulista. Quintino atuaria na escolha de caminhos a serem seguidos pelos escravos fugidos através da serra do Cubatão, para poderem chegar salvos até os refúgios existentes na cidade de Santos.

Estudar os meses que precederam a Abolição, a trajetória e as experiências de Quintino de Lacerda e dos quilombolas e ex-quilombolas do Jabaquara é igualmente buscar compreender a transformação dos escravos em trabalhadores livres e qual nova relação os ex-escravos travariam com a sociedade que os escravizara. Como seriam definidos os direitos políticos desses libertos? Seriam eles cidadãos? É ao mesmo tempo tentar entender como estavam sendo estabelecidas as relações entre etnicidade e as culturas de classe que emergiam do recente movimento operário. Sem deixar de lado as configurações das novas relações de trabalho, ainda extremamente pautadas pela experiência da escravidão.²⁹ Ou seja, pesquisar os meses que precederam a Abolição, os ex-quilombolas do Jabaquara e, em especial, Quintino de Lacerda é preencher lacunas deixadas em aberto pela historiografia referentes às interpretações conferidas às experiências de liberdade e possibilidades de acesso à cidadania, seus impactos numa discussão mais ampla sobre o mundo do trabalho livre e os modelos de cidadania e de igualdade experimentados por um vasto número de ex-escravos e livres de cor no Brasil pós-emancipação.

* *
*
*

Pois bem. Esta introdução está quase concluída. Já tocamos nos motivos e nas preocupações que me envolveram ao colocar a pena na mão, como a metodologia, os

²⁹ Um esforço pioneiro da análise desse processo encontra-se em: Chalhoub, Sydney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

debates historiográficos em que o presente trabalho está inserido e uma apresentação formal do relativamente desconhecido personagem central em que estive submerso durante este projeto de dois anos de duração. Para concluir, percorrendo todos os pontos fundamentais para serem caminhados em uma introdução, não poderia deixar de apresentar a vocês um pequeno mapa delineando os caminhos a serem seguidos nas páginas subsequentes.

Mas antes, um aviso. O objetivo é não desolar Jacques Le Goff, que possuía esse sentimento quando via que muitas das biografias históricas eram “uma volta pura e simples à biografia tradicional superficial, anedótica, puramente cronológica, que se sacrifica a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual”.³⁰ Muito menos esquecerei de levar em consideração as pertinentes colocações de Bourdieu sobre a ilusão biográfica e o frequente enclausuramento da existência promovido pelos historiadores durante suas buscas incessantes por uma unidade de sentido na vida do indivíduo.³¹ Assim, é importante esclarecer: Quintino de Lacerda não necessariamente aparecerá em todos os momentos. Não estamos nos propondo a escrever uma biografia histórica. A ideia é utilizar as experiências de vida de Quintino de Lacerda para problematizar questões fundamentais desse fim do século XIX brasileiro, como o processo de desestruturação do sistema escravista, extremamente acelerado com as fugas em massa das fazendas nos meses que precederam a Abolição; as festas pelo fim do cativeiro, em que através delas tenho a oportunidade de enxergar a participação dos ex-cativos, as disputas sobre o desenrolar do processo de Abolição e as construções sobre o passado e o futuro da nação; e também como o imediato pós-abolição não empurrou necessariamente a população de cor de Santos para as margens das questões políticas de então, apesar dos traumas ocasionados pelo intenso processo de disputa em torno da posse das terras ocupadas no Jabaquara pelos escravos fugidos.³²

Agora sim, os capítulos:

³⁰ Le Goff, Jacques. *Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?*, *Le Débat*, 1989, p. 49-50. Apud, Loriga, Sabina. “A biografia como problema”. In: Revel, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 226.

³¹ Ver: Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (orgs.), op. cit..

³² Um trabalho que me auxilia como referência para esse modelo de análise histórica a partir da vida de um indivíduo e confirma essa possibilidade de se escrever história, foi publicado recentemente. Ver: Reis, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

No primeiro começaremos de maneira trágica: com a morte de Quintino de Lacerda. Seu fim repentino será um mote para fazermos uma apresentação um pouco mais pormenorizada do responsável pelo pontapé inicial para a pesquisa e das conclusões que retiramos da documentação produzida por conta de seu falecimento. Em paralelo, remontarei a cidade de Santos existente no fim do século XIX, dando vida às ruas, ruelas, travessas e aos morros em que os abolicionistas e escravos fugidos viveram, dando cores especiais à configuração física encontrada naqueles tempos caso resolvêssemos adentrar a causa abolicionista e fôssemos convidados a visitar o reduto do Jabaquara.

No segundo capítulo explorarei as múltiplas possibilidades que o conceito de liberdade adquiriu no fim do século XIX. As fontes são múltiplas, mas basicamente centrei a investigação nos relatos de memorialistas sobre o Jabaquara e nos jornais *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*. Através das páginas dos periódicos darei ênfase às constantes publicações de alforrias concedidas por senhores a seus escravos e aos inúmeros distúrbios noticiados, ocasionados por fugas coletivas de escravos, abandono da lavoura, desentendimentos entre senhores e seus escravos e outros. Com os memorialistas poderemos remontar o processo de formação do Jabaquara e algumas supostas características da personalidade de Quintino de Lacerda que eram valorizadas por seus contemporâneos. Essas fontes nos trouxeram indícios a respeito da ambivalência existente na ideologia abolicionista da qual Quintino de Lacerda esteve mais próximo e como o conceito de liberdade estava sendo transformado nesse período.

A alegria presente nas festas pela Abolição tomará conta das páginas no terceiro capítulo. Nesse buscarei analisar como as festas pela Abolição, que já vinham ocorrendo antes mesmo do famoso 13 de maio de 1888, e a cobertura jornalística a respeito dela e nos dez anos posteriores à aprovação da Lei Áurea podem dar indícios sobre o reforçar de uma determinada visão do que seria a liberdade que deveria existir a partir daquele momento, quais seriam os heróis a serem celebrados e como uma memória, intimamente conectada às transformações no regime político pelas quais passava o Brasil, sobre a luta abolicionista começava a ser construída no recente pós-abolição.

O quarto e último capítulo tem como enfoque a questão das vivências cotidianas dos ex-escravos habitantes do Jabaquara durante o pós-abolição, assim como a atuação de Quintino de Lacerda nesse período. Evidenciaremos a existência de uma liberdade com marcas do passado, as relações da população de cor local com a crescente entrada

de imigrantes europeus pelo porto de Santos, a instabilidade na década de 1890 das terras ocupadas do Jabaquara e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Aprofundando essa discussão do mundo do trabalho, busco fazer um elo entre a bibliografia especializada na Abolição com a bibliografia especializada no movimento operário dos anos iniciais da Primeira República, explorando a ideia da disputa entre as imagens vinculadas a Santos como a “Barcelona brasileira” e a “África pequena” de São Paulo. Por fim, darei ênfase especial à greve de 1891, única, dentre várias ocorridas no fim do século XIX, realizada em Santos, em que a população de cor local e Quintino de Lacerda atuaram claramente de maneira decisiva. A ligação entre a participação da população de cor na greve de 1891 e a intensa disputa pela posse das terras onde se localizava o reduto abolicionista do Jabaquara, ao longo da década de 1890, demonstra que a experiência política adquirida ao longo dos anos de luta a favor da Abolição não garantiu, necessariamente, condições dignas de vida a essa população nem a permanência nas terras anteriormente ocupadas, criando um intenso trauma à população de cor que viveu na cidade praiana paulista.

Capítulo 1

Santos e seus arrabaldes: Quintino de Lacerda e a cidade de Santos no século XIX

A verdade inescapável no estudo da Afro-América é a humanidade dos oprimidos e a desumanidade dos sistemas que os oprimiram. Mas nem todos os sistemas escravagistas oprimiram igualmente todos os escravos, e nem todos os escravos lidaram da mesma maneira com a opressão. [...] as pessoas das sociedades afro-americanas nas quais a pressão permeava tudo construíram seu estilo de vida, literalmente, para enfrentar suas necessidades cotidianas.³³

³³ Mintz, W. Sidney & Price, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Candido Mendes, 2003, p. 113.

1.1. Um “fato fatal consumado”: morte e vida de Quintino de Lacerda

A cidade de Santos poderia ter tido uma noite como tantas outras naquele 10 de agosto de 1898. Porém, o médico Antonio Custódio Guimarães, que se vangloriava de poder ser chamado a qualquer hora do dia ou da noite, teve de ser convocado às pressas em sua residência, na Rua São Bento nº 72, para atender a um caso que parecia ser grave no bairro do Jabaquara. Como veio a se confirmar, o caso era gravíssimo. O paciente, major Quintino de Lacerda, no auge de seus 43 anos,³⁴ acabou não resistindo a um “ataque violento”³⁵ que veio a sofrer às nove e meia da noite e às doze horas faleceu.³⁶

No dia seguinte a sua morte, os legisladores da Câmara Municipal de Santos recebiam com surpresa e pesar a notícia do repentino falecimento do antigo membro da casa. Afinal, Quintino de Lacerda “mostrava transbordar vigorosa saúde” e era sempre visto “durante o dia [...] em passeio” pelas ruas da cidade. Com o “fato fatal consumado”, a respectiva câmara nada pode fazer, a não ser “registrar o óbito com a mágoa que os fatos consternadores inspira[vam]”.³⁷

Seu enterro, realizado na tarde de 11 de agosto de 1898, foi seguido por grande comoção pública. Os santistas compareceram em peso à procissão que serpenteou pelas ruas estreitas da cidade litorânea. Segundo *A Tribuna do Povo*, o funeral ocorreu como deveria ser o de um homem como Quintino de Lacerda: com “uma alta significação [...], demonstrando o alto grau de estima em que era tido pela população de Santos”.³⁸ Todos queriam prestar suas últimas homenagens ao homem que havia dedicado “sua existência afanosa e útil em prol de todas as causas justas, liberais e humanitárias”.³⁹

Acompanhado de “grande massa popular”, guardado pela oficialidade do Corpo de Bombeiros e envolto no pavilhão nacional, seu féretro saiu em bonde especial do

³⁴ Em uma ação datada de 1886, Quintino de Lacerda declarava ter 31 anos. Ação de Interdito Possessório em que são Benjamin Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos (AGFCS).

³⁵ Atas da Câmara Municipal de Santos, 11 de agosto de 1898. Fundação Arquivo e Memória de Santos, doravante FAMS. Fundo Câmara Municipal de Santos.

³⁶ No inventário de Quintino de Lacerda o Dr. Antonio Custódio Guimarães cobrava uma dívida de 700\$000 pela “Importância de conta do falecido Major Quintino de Lacerda”. Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, volume 14, FAMS.

³⁷ Atas da Câmara Municipal de Santos, 11 de agosto de 1898. FAMS. Fundo Câmara Municipal de Santos.

³⁸ *A Tribuna do Povo*, 12 de agosto de 1898. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, p. 38. FAMS.

³⁹ *Diário de Santos*, 12 de agosto de 1898. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14. FAMS.

Jabaquara, às três horas da tarde, rumo à igreja da Matriz. Chegando lá, seu corpo permaneceu em câmara ardente até as cinco horas da tarde, quando o préstito funerário ganhou as ruas. Tendo o caixão carregado “pelos Srs. tenente coronel Montenegro, Intendente Municipal; Iguatemy Martins, vereador; Dr. Pinto Pacca e Dr. Carvalho”, o préstito funerário percorreu as ruas Xavier da Silveira, Paquetá e Amador Bueno, importantes vias da cidade, seguindo em direção a seu destino final: o cemitério do Paquetá. Ao longo de todo o trajeto, grande quantidade de pessoas esperava a passagem do préstito e a ele iam se incorporando. Os jornais locais calcularam uma concorrência pública entre 800 a 2.000 pessoas no cemitério e proximidades. O último adeus da população santista a Quintino de Lacerda chegou ao fim com seu sepultamento no jazigo número 42 da Irmandade de São Benedito.⁴⁰ Alguns anos depois, em 1907, Faustino Vasques, amigo íntimo do ilustre sepultado, comprou uma pedra de mármore com inscrições para ser colocada junto ao túmulo e mandou construir um ossuário para depósito dos restos mortais de Quintino de Lacerda e de sua esposa.⁴¹

Por falar em Faustino Vasques, ele foi um dos ilustres a comparecer e discursar no funeral. Também foi dele a coroa de flores com os dizeres: “Saudades de seu compadre”. Diversas instituições locais mandaram seus representantes em sinal de pesar. A irmandade de São Benedito, é claro, compareceu em peso. A Câmara Municipal foi representada pelo intendente municipal e por mais três vereadores. O Corpo de Bombeiros prestou todas as honras fúnebres. “Todo o pessoal das repartições da câmara compareceu” e a “Escola do Povo de S. Vicente e as repartições municipais hastearam as bandeiras a meia haste”.⁴²

Muitos outros buscaram demonstrar seu pesar e os sentimentos que possuíam pelo falecido. Quando o féretro descia a campa da Irmandade, “fizeram brilhantes discursos” os senhores: doutor Gustavo Pacca, pela Câmara Municipal; doutor Galeão Carvalho; Heitor Peixoto; Gastão Bousquet; doutor Henrique Peixoto, pelo *Diário de Santos*; Benedito Fernandes; Antonio Vasconcelos; Benedito de Almeida; doutor Isidoro Campos; e Espiridião Dilotti. Para além da coroa de flores deixada por Faustino Vasques, outras foram notadas pelos jornais, tendo destaque sobre o ataúde a depositada

⁴⁰ Segundo *A Tribuna do Povo*, de 12 de agosto de 1898: “No cemitério e proximidades, quando ali penetrava o féretro, calcula-se a concorrência pública em cerca de 2.000 pessoas.” O *Diário de Santos*, por outro lado, fez um cálculo diferente. Esse jornal calculou no cemitério “mais de 800 pessoas o número dos que compareceram a prestar as últimas homenagens ao estimado morto.” O restante das informações desse parágrafo foi retirado da publicação de 12 de agosto de 1898 do *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14. FAMS.

⁴¹ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

⁴² *Diário de Santos*, 12 de agosto de 1898. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, p. 110. FAMS.

pelos inspetores municipais, pelo Partido Republicano Federal, pela “Câmara Municipal de Santos ao seu leal servidor”, pelo Corpo de Bombeiros, por “Américo Martins dos Santos ao bom amigo Quintino” e a de seus filhos.⁴³

O *Diário de Santos* não só enviou um representante de sua redação ao cemitério. No mesmo dia do enterro publicou um pequeno artigo no qual resumia a atuação de Quintino de Lacerda na cidade e revelava o porquê da estima popular ao falecido. Desejando aos parentes “do finado os [seus] sentidos pêsames”, o jornal mostrava-se profundamente abalado com a morte daquele “velho republicano e a quem muito esta cidade e a República tanto devem”. A notícia nos conta que Quintino “era natural do Sergipe e aqui [em Santos] vivia há muitos anos”. Havia participado ativamente de, pelo menos, dois grandes eventos nacionais: a “revolta de 6 de setembro” de 1893 – a chamada Revolta da Armada; e durante o processo de desestruturação do sistema escravista no Brasil.⁴⁴

Durante a Revolta da Armada,⁴⁵ Quintino teria sido um dos primeiros a oferecer seus serviços à “causa da legalidade, pondo ao dispor do governo do Marechal Floriano toda a sua dedicação e a de muitos amigos seus.” Como consequência dos serviços prestados, “o governo (...) nomeou-o major honorário do exército”.⁴⁶ Contudo, fora durante o processo que culminou com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, que sua presença na cidade litorânea paulista se tornou marcante. Durante a década de 1880, Quintino passou a ser uma figura importante e considerada pela população local, em especial pela população de cor. Como narra o *Diário de Santos* em sua reportagem:

Quintino de Lacerda [havia batalhado] incessantemente pela causa dos escravos, expondo-se aos maiores riscos, quando, no Jabaquara, conservava escondidos centenas desses infelizes, que vinham fugidos ao açoite do senhor.⁴⁷

⁴³ Idem.

⁴⁴ *Diário de Santos*, 11 de agosto de 1898. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, pp. 108-109. FAMS.

⁴⁵ A Revolta da Armada de 6 de setembro de 1893 consistiu no ato final de uma série de movimentos em razão do processo de sucessão presidencial promovidos pelos altos oficiais da Marinha contra o presidente marechal Floriano Peixoto. Quintino de Lacerda teria atuado do lado dos legalistas, que defendiam a permanência de Floriano Peixoto na presidência. A atuação política de Quintino de Lacerda durante o período republicano demonstra uma ligação com um nacionalismo popular e o florianismo. Para maiores informações sobre o contexto da época, ver: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁶ *Diário de Santos*, 11 de agosto de 1898. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, pp. 108-109. FAMS.

⁴⁷ Idem.

Com sua morte, Quintino de Lacerda deixava órfãos três filhos menores – Alzira, com 13 anos, Arcelino, com 12 anos, e Sabina, com 7 anos⁴⁸ –, além de diversos bens representados por imóveis, móveis, semoventes, dinheiro e joias. Sua esposa, Maria Isidora de Sousa, havia falecido exatamente um ano antes, no dia 20 de agosto de 1897. Em seu inventário, que continuava em aberto em 1898, Quintino se declarava como herdeiro de

Duas casas de porta e janela de frente à Rua 13 de Maio nº 15 e 15A, Vila Matias. Um terreno na Avenida Ana Costa com 20 m. de frente por 200 m mais ou menos de fundos, com uma casinha de madeira. Uma casa de madeira na Rua Guerra, Vila Macuco, construída dentro de um terreno com 6 metros de frente por 50 ditos de fundos, deixando alguns móveis de uso doméstico, porém sem valor algum...⁴⁹

Portanto, o processo de ordenação de arrecadação dos bens de Quintino de Lacerda, com o intuito de nomear-se inventariante e tutor para os órfãos, deveria ser feito com a “maior urgência possível”, como frisou o Sr. Dr. Juiz de Direito de Órfãos da 1ª Vara de Santos. O estimado compadre Faustino Vasques, presença marcante no enterro e que havia fracassado em administrar o estabelecimento de café que possuía no Largo de Mauá, sendo naquele momento proprietário de um pequeno hotel no bairro da Barra, foi rapidamente nomeado para exercer essas funções.⁵⁰

No auto de avaliação dos bens deixados por Quintino, ocorrido em 30 de agosto de 1898, podemos fazer algo parecido com o que fez o *Diário de Santos* e perceber como o momento da Abolição foi marcante para a vida do falecido. Quatro itens que não chegaram propriamente a ser avaliados mereceram maior destaque. A explicação de Faustino Vasques para essas ausências era a de que

deixava de apresentar para ser avaliado um relógio de ouro pertencente ao finado, com dedicatória na tampa interna, e três quadros alegóricos à lei de 13 de maio de 1888, por achar conveniente serem esses objetos entregues aos filhos do finado como lembrança de família e recordação aos mesmos dos

⁴⁸ Quintino de Lacerda teve, ao todo, quatro filhos. Porém seu filho de nome Januário faleceu com 8 anos antes da morte de Quintino.

⁴⁹ Auto de Arrecadação dos Bens de Quintino de Lacerda. In: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, pp. 51-108. FAMS.

⁵⁰ Auto de Arrecadação dos Bens de Quintino de Lacerda. In: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, pp. 51-108. FAMS.

relevantes serviços por s/ finado pai prestados à causa da liberdade, objetos esses oferecidos ao finado por subscrição popular.⁵¹

Seu inventário, que perdurou até a década de 1910, constituiu-se em fonte riquíssima. Após licença do juiz concedida a Faustino Vasques para contratar um advogado para auxiliá-lo no inventário, o mesmo contratou Isidoro José Ribeiro de Campos e deu-se início aos trâmites obrigatórios. Às oito horas da manhã de 18 de agosto de 1898, na residência onde vivia Quintino, no bairro do Jabaquara, seus bens foram apresentados e descritos perante o juiz e testemunhas. Claramente o “estimado morto” não era um homem que passava por necessidades materiais.

Quando de sua morte Quintino de Lacerda ainda morava no sítio do Jabaquara. O sítio havia abrigado o reduto do Jabaquara, conhecido local de fuga e acolhimento para os escravos na região, entre os anos de 1882 e 1888, e marcou a cidade de Santos e a ascensão de Quintino como uma figura central dos acontecimentos políticos da cidade em fins do século XIX. No pós-abolição essas terras foram cenário de batalhas judiciais com relação a sua posse, especialmente por causa das reformas de melhoramento do porto de Santos. Benjamin Fontana, imigrante italiano e filantropo abolicionista que supostamente havia cedido algumas de suas propriedades para a formação do reduto do Jabaquara, entrara em litígio com Gaffrée e Guinle, importantes empresários que questionavam a propriedade de Benjamin Fontana sobre as terras. Em 1898, Quintino enfrentava um processo de despejo exatamente dessas terras e da casa que ocupava no Jabaquara, engendrado pelo próprio Benjamin Fontana.⁵²

O que podemos perceber é que o inventário de Quintino nos deixa algumas pistas sobre como seriam essas terras e a casa onde viveu boa parte de sua vida. Na verdade, anexado ao inventário por motivo da disputa judicial entre Benjamin Fontana e Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, acionistas da Companhia das Docas de Santos, encontra-se vinculado a ele uma escritura de contrato de arrendamento de terrenos no Jabaquara realizada em 2 de janeiro de 1893. Benjamin Fontana seria o locador e Quintino de Lacerda o locatário. Segundo consta na escritura, o arrendamento seria de

⁵¹ Idem, pp. 56-66.

⁵² As disputas pelas terras do Jabaquara no pós-abolição e as relações entre Benjamin Fontana e Quintino de Lacerda serão mais bem exploradas no capítulo 4. Sobre as obras de melhoramento no porto de Santos e as disputas em torno dessas obras, ver: Gitahy, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora Unesp/ Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1992. Ou, Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Editora Hucitec/ Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

“terras e ranchos no Jabaquara” pelo “prazo de três anos, começando no 1º de janeiro de 1893”.⁵³ Quintino ficava a partir de então responsável por todas as despesas que poderiam vir a ocorrer, deveria pagar a Benjamin Fontana um aluguel de 400\$000 réis mensais e ficava responsável por “conservar as casas existentes e nada desmanchar ou demolir sem consentimento do dono”. Quaisquer obras de melhoramento nas casas existentes e nos ranchos que porventura fossem realizadas ficariam em “benefício da propriedade arrendada”.

Quintino de Lacerda ficava assim responsável por um vasto número de casas e terras. Segundo consta na escritura, o nosso major honorário estava arrendando em 1893:

três moradias *com bananal* onde mora Nicolau Carvalho com terras até a divisa da Cia. Industrial Forjaz, abaixo até a porteira de Jabaquara onde tem uma *cruz, caixa d'água e chafariz* que é para uso de todos os moradores das terras de Fontana e a vertente da ponta do monte Serrat, desse lado é a *grande casa de tijolos em que mora o dito Lacerda* e outra casa pequena também de tijolos *perto da Lavanderia*, cuja é para uso de todos os moradores das terras do Fontana, e outras *casas ranchos e cocheiras* hoje existentes *do primeiro arrendamento que Fontana fez com Lacerda*; mais as terras que ocupa João Justo, mais uma casa ao pé da Saibreira e a mesma Saibreira do morro em que mora Nicolau Carvalho; mais as terras que já estiveram arrendadas a Cesar José Mericofer e a Manuel Cearense, mais a casa de tijolos, rancho e terras que estiveram arrendadas a João Lopes, mais a casa e terras que estiveram arrendadas a Luiz Bertozzi; mais as terras que estiveram arrendadas a Frederico Coutinho; mais as terras que estiveram arrendadas a Manuel Faustino. Casa e terra que estão arrendadas a B. Da Costa, até o fim de 1893 (este pago), mais terras que estiveram arrendadas a João Nunes; duas casas e terras que estiveram arrendadas a Angélica; porém destas casas não entra a casa e terras plantadas em que morou o carroceiro Miguel e depois o carvoeiro José Frade mais o rancho e terras que estiveram arrendados a Borges e Bernardino somente as terras fora da cerca do esbulho que fez Luiz de Matos e as terras nas mesmas condições arrendadas a Pedro Lermarana. Observações: *Todas estas terras foram cultivadas (...)*⁵⁴ [grifos meus]

⁵³ Escritura de arrendamento presente em: Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

⁵⁴ Idem.

Primeiramente, podemos perceber que Benjamin Fontana aparentemente era dono de um grande número de propriedades existentes dentro do Jabaquara. Também não era a primeira vez que Quintino arrendava terras de Fontana. O que podemos dizer é que o arrendamento realizado por Benjamin Fontana a Quintino de Lacerda em 1893 parecia tentar facilitar a vida do proprietário e demonstra o grau de confiança que o imigrante italiano possuía em relação ao ex-escravo. Afinal, as terras anteriormente arrendadas de maneira fragmentada eram passadas para as mãos de um só indivíduo, que se tornava responsável pela cobrança de aluguéis e por manter toda essa grande quantidade de terras, cocheiras e casas ranchos. Ao mesmo tempo, a longevidade e continuidade da ocupação de Quintino de Lacerda nas terras do Jabaquara, iniciada durante as fugas em massa dos escravos durante o início da década de 1880 e percebida a partir dos diversos arrendamentos realizados, pode indicar que os ocupantes daquelas terras durante o pós-abolição permaneceram sendo majoritariamente ex-escravos e que talvez estivessem por ali desde a época da formação do quilombo.

Noutro momento, em intimação datada de 29 de setembro de 1898 anexada ao inventário, Benjamin Fontana demonstrava preocupação com relação às terras no Jabaquara acusando Faustino Vasques de não estar cumprindo com suas obrigações de inventariante e tutor do finado major Quintino de Lacerda. Essa intimação nos dá algumas indicações sobre as redes de sociabilidade no qual Quintino de Lacerda estava inserido e o que existiria de materialidade no sítio do Jabaquara.⁵⁵

Como insiste o suplicante em setembro de 1898, há mais de dez anos ele seria proprietário do sítio Jabaquara e há cerca de doze anos que “seu finado amigo e compadre major Quintino de Lacerda” arrendava diversos prédios existentes no dito sítio. O último contrato de arrendamento teria se encerrado em 1895. Mesmo assim Quintino continuou a viver no Jabaquara, agora como administrador, quando em julho de 1898 Benjamin Fontana entrará com um processo de despejo. Neste momento o que nos importa é perceber que Benjamin Fontana listava alguns motivos para tentar desqualificar as funções que Faustino Vasques havia assumido e assim buscava retomar o controle sobre suas supostas propriedades, já que elas estavam sendo pretendidas por Gaffrée e Guinle.

⁵⁵ Intimação de Benjamin Fontana com relação à tutela de Faustino Vasques aos bens deixados por Quintino de Lacerda presente no Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

Segundo opinião de Fontana, ao que tudo indica um especulador imobiliário santista de fins do século XIX, o tutor Faustino Vasques não ofereceria “a garantia suficiente para administrar a importante herança dos órfãos de Quintino de Lacerda, pois que o tutor não soube administrar o estabelecimento de café que tinha no Largo de Mauá e que atualmente [1898] é um pequeno hoteleiro na Barra”.⁵⁶ Realmente a reputação de Faustino Vasques, o estimado amigo de Lacerda e presença marcante no último adeus da população santista ao major, não era das melhores. Além de ter levado à falência seu estabelecimento de café, seu segundo empreendimento comercial, um pequeno hotel no bairro da Barra, não possuía boa fama. Desde, pelo menos, 1882 Vasques era proprietário do chamado Hotel Madrid, local notório na cidade por hospedar prostitutas.⁵⁷ A amizade entre Faustino Vasques e Quintino de Lacerda talvez tenha surgido exatamente por causa desse hotel. Na luta pela Abolição, um hotel, com seus diversos quartos e alojamentos, poderia ter função primordial no primeiro acolhimento à leva de escravos evadidos das fazendas que aflorava em Santos. Quem sabe junto com prostitutas poderiam também ser encontrados alguns escravos fugidos.

O importante abolicionista negro André Rebouças, em depoimento datado de 1889, comentava sobre a relação entre as fugas em massa das fazendas e a atuação abolicionista no acoitamento desses escravos. Nele indicava alguns dos locais utilizados como refúgio pelos escravos fugidos que escapavam ao controle senhorial e podem reforçar a importância de Faustino Vasques na campanha abolicionista em Santos, assim como demonstrar a necessidade da existência de uma rede complexa de relações pessoais para se concretizar o sonho da liberdade:

Nas casas das famílias abolicionistas, nos escritórios comerciais, nas redações dos jornais, *nos hotéis*, nas padarias, nas grandes fábricas, nos quartéis, nas tipografias, por toda a parte em que houvesse alguma alma abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente.⁵⁸ (grifo meu)

Especulações à parte, na intimação Fontana continuava a fazer considerações negativas a respeito do então tutor e inventariante. Para o imigrante italiano, Vasques

⁵⁶ In: Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

⁵⁷ Autos de embargos em que são autor Faustino Vasques e ré Augusta Borges de Oliveira, em 26 de outubro de 1882. Apud, Rosenberg, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006, pp. 261 e 262.

⁵⁸ Apud, Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.

estava se aproveitando dos rendimentos de suas terras no Jabaquara e fazendo apropriação indébita dos frutos gerados por suas propriedades. Através dessas reclamações, podemos chegar um pouco mais próximo de como se constitui o Jabaquara na década de 1890. Como explica Benjamin Fontana:

garantia nenhuma lhe merece o suplicante que lhe tomou conta de *60 a 70 casas grandes e pequenas, extensos capinzais*, nestes momentos são de grande valor onde o tutor de certo já retirou muitos contos de réis e *outras propriedades* que já estão mais cuidadas devastando-se e destruindo-se as quais bem administradas rendem mais de 5 contos por mês e são entretanto há quase dois meses em poder do tutor Faustino Vasques ainda não deu nenhuma contas.⁵⁹ [grifos meus]

As contendas entre Benjamin Fontana e o tutor Faustino Vasques aparentemente não foram levadas em consideração pelo sistema judiciário e nada mais se encontra a respeito delas a partir do momento em que iniciam os leilões dos imóveis deixados por Quintino de Lacerda. Fontana parece ter se dado por satisfeito após conseguir arrematar em praça pública, pelo valor de 8:000\$000 réis, as “duas casas números 15 e 17, à Rua 13 de Maio, e um terreno na Avenida Ana Costa, com 20 m de frente e 104 de fundos, onde existe um chalé de madeira em mau estado” pertencentes a Quintino de Lacerda.⁶⁰ Alguns anos depois, para ser mais exato em 1914, encontramos Augusto Marinangeli então casado com Ana Fontana Marinangeli, única e universal herdeira da família Fontana, lutando para que fosse expedida a carta de arrematação desses imóveis.⁶¹

1.2. “Resquícios do Jabaquara”: a vida de Quintino de Lacerda e dos demais habitantes do Jabaquara

Em edição especial comemorativa do centenário de elevação da vila de Santos à categoria de cidade, de 26 de janeiro de 1939, o jornal *A Tribuna* publicou uma foto datada de 1900 e intitulada “Resquícios do Jabaquara”:

⁵⁹ In: Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, volume 14, FAMS.

⁶⁰ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, volume 14, FAMS.

⁶¹ Idem.



Foto publicada pelo jornal *A Tribuna* na edição especial comemorativa do centenário da elevação da vila de Santos à categoria de cidade, de 26 de janeiro de 1939, intitulada: Resquícios do Quilombo do Jabaquara. Teria sido tirada por José Marques Pereira, em 1900. Publicada também por Machado, Maria Helena. *O plano e o pânico. Movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/São Paulo: Edusp, 1994, p. 139.

A foto pode nos esclarecer mais sobre as características de algumas das casas existentes no Jabaquara arrendadas por Quintino de Lacerda. Tudo leva a crer que era nessas habitações que os escravos fugidos que buscavam refúgio no Jabaquara sobreviveram e viveram em Santos.

Com aspectos que claramente podemos associar ao desenho arquitetônico das senzalas existentes nas fazendas de café paulista, é possível salientar duas hipóteses. Por um lado, essas construções já poderiam existir antes mesmo da vinda dos escravos refugiados do cativo e apenas foram sendo ocupadas à medida que esses escravos foram chegando ao Jabaquara. Por outro, devido à escassez de informações a respeito do que existia nessas terras antes da década de 1880, é admissível imaginar que a população de escravos e ex-escravos no Jabaquara utilizou como referência para a construção de suas casas as senzalas em que viveram durante suas estadas nas fazendas senhoriais. Tendo também similaridades com descrições de cortiços santistas existentes nesse fim do século XIX, as habitações eram simples, humildes e coletivas. A não ser pela pequena montanha que aparece ao fundo, no lado esquerdo da foto, a imagem contradiz os relatos dos memorialistas a respeito do quilombo e pouco ou nada tem de

bucólica. Construções de madeira, telha de zinco e chão de terra batida, esses barracões provavelmente constituíam-se de apenas um pequeno cômodo com janela e porta, tendo como predominância as áreas de convívio coletivo de seus habitantes.

Em escritura datada de 19 de setembro de 1892, Benjamin Fontana aparece como locador e o marechal Ferreira Paiva como locatário de propriedades existentes no Jabaquara. Na escritura, Ferreira Paiva arrendava diversas propriedades no Jabaquara pelo prazo de três anos, tendo de pagar a Fontana a quantia de 700\$000 réis mensais. Nesse documento mais uma vez são citadas algumas das construções existentes no Jabaquara. Benjamin Fontana deixava nas mãos do marechal a responsabilidade de administrar diversos outros contratos de arrendamento já realizados, como o das duas casas arrendadas a Manuel Duarte, outra a José Barata e mais uma casa com plantação de bananeiras onde morava Afonso Vaqueiro, dentre outros. Provavelmente, excluindo-se a residência de Quintino de Lacerda na região, essas deveriam ser as maiores casas da propriedade, pois as demais arrendadas foram apenas mencionadas como sendo “19 casas alugadas a diversos [...] achando-se repartidas em 38 quartos, todos com casinha”.⁶²

Voltando à escritura de arrendamento entre Fontana e Quintino de Lacerda, as construções existentes no Jabaquara, para além dos barracões, nos são reveladas. São diversas casas ranchos – algumas de tijolo – e cocheiras. Ali ainda existiam espaços bem definidos de sociabilidade de seus moradores, como deveria ser o caso da cruz, da caixa d’água e do chafariz. Todos são espaços de uso comum e coletivo dos moradores, onde poderiam trocar experiências, trabalhar, colocar a conversa em dia e se divertir. Conhecemos igualmente alguns de seus moradores e suas profissões, como o “carvoeiro José Frade” e o “carroceiro Miguel”, provavelmente ex-escravo devido à ausência de menção a seu sobrenome e pela profissão que exercia.

Em depoimento datado da década de 1930, Américo Martins dos Santos, abolicionista histórico da cidade de Santos, orgulhava-se depois de tantos anos de “ter dado a mão” e de venerar a memória de Quintino de Lacerda. O abolicionista e juiz aposentado nos conta que sacrificou boa parte de suas finanças doando uma vultosa quantia de dinheiro para a campanha abolicionista do quilombo do Jabaquara. Em uma dessas doações teria comprado um “trem de carroça”, que ofereceu a Quintino, para que

⁶² Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 125, pp. 196-197. FAMS.

ele e os quilombolas pudessem “trabalhar, ganhar algum dinheiro e continuar sendo útil à causa, contribuindo para a manutenção do Jabaquara”.⁶³

Todavia, de uma maneira geral, os habitantes do sítio do Jabaquara pareciam ganhar a vida de maneira diferente. Mesmo com a proximidade em relação ao centro urbano de Santos, o assalariamento dos quilombolas e ex-quilombolas não parece ter sido a tônica. O trabalho com a terra era algo fundamental na vida dessa população. Afinal, todas as terras arrendadas haviam sido cultivadas. Seu Nicolau Carvalho inclusive tinha um bananal que deveria render alguns frutos financeiros ao abastecer a cidade com a colheita de suas bananas.

Vivendo de pequenas roças de subsistência, cultivadas em torno das casas onde habitavam com a família, buscando estabilidade em suas produções, mediados pelo pequeno comércio local, com certa independência em relação à lógica do trabalho assalariado, podendo escolher o que, quanto e como seria o trabalho na roça, os ex-quilombolas do Jabaquara arraigavam o desejo de construir modos de vida peculiares que demonstravam noções sobre o que viria a ser livre perpetradas pelos escravos fugidos que buscaram refúgio em Santos. Características semelhantes já foram demonstradas pela historiografia para qualificar a autonomia escrava na escravidão e para ressaltar os modos de vida de roceiros negros, quilombolas ou libertos, em situações nos quais os laços escravistas se faziam ausentes.⁶⁴

Esses modos de vida, construídos a duras penas a partir das fugas em massa de escravos da década de 1880 das fazendas do interior de São Paulo para a cidade de Santos, continuaram a existir, apesar de todas as dificuldades, no pós-abolição. Em 1893 os ex-quilombolas reivindicavam na justiça a possibilidade de permanência nas roças que haviam aberto e cultivado no Jabaquara anteriormente à Abolição e, conseqüentemente, a continuidade de práticas e costumes construídos e arraigados em suas vidas:

Todos de profissão roceiros, que algum tempo antes da Lei de 13 de maio, há seis anos mais ou menos, houveram por aforamento dos donos do sítio do Jabaquara, Benjamin Fontana e sua mulher, parte dos terrenos do dito sítio e aí

⁶³ Santos, Francisco Martins dos. *A História de Santos. 1532-1936. Volume 2*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937, p. 49.

⁶⁴ Ver: Slenes, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Ou, Machado, Maria Helena Pereira Toledo. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, pp. 143-160. Março de 1988/Agosto de 1988.

edificaram casas para seus domicílios, fizeram outras benfeitorias, entre as quais muitas plantações de cujo produto vivem. Sucedeu, porém, que a seis ou sete do corrente mês de junho, um indivíduo de nome Luiz José de Matos e mais Antônio Sodré, Pedro de Lanuzaria, José Lourenço, com muita gente assalariada, começaram a usar o terreno dos suplicantes, querendo construir, abrir valas, danificando as plantações e demais benfeitorias, sem os suplicantes saberem com que direito praticavam tais violências e danos.⁶⁵ [grifos meus]

Para os ex-quilombolas, os atos de violência estavam entrando em conflito com direitos adquiridos ao longo do processo da abolição, como os de acesso à terra e de autonomia e controle sobre suas forças de trabalho. Essas eram características que vinham sendo sistematicamente atacadas no fim do século XIX e foram desaparecendo com o passar dos anos e a entrada no século XX. Benjamin Fontana, por exemplo, claramente tinha em mente urbanizar suas terras, podendo assim explorá-las de maneira mais adequada ao processo de crescimento urbano por qual passava a cidade de Santos. Como consta no contrato de arrendamento, Quintino de Lacerda nada poderia fazer para impedir Fontana caso esse desejasse e precisasse “abrir valas, ruas e caminhos, fazer escavações nos morros e canalizar as cachoeiras aí existentes”. Ao mesmo tempo, Quintino de Lacerda aparecia com certa passividade a respeito desse processo. Em certa medida chegou a buscar aproveitar-se da crescente especulação imobiliária a partir de sua importância como liderança local.

Afinal, Quintino de Lacerda não era igual aos outros quilombolas. Declarava-se com uma profissão diferente. Não era roceiro como seus companheiros: dizia-se negociante.⁶⁶ As relações pessoais que estabeleceu ao longo de sua vida com certeza abriram portas para uma ascensão social almejada.

No livro *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*, Ana Lúcia Duarte Lanna publica a seguinte foto:

⁶⁵ Auto de Ação de Despejo em que são: Dona Cândida de Matos, por seu marido: A. e Maria Rosa Siqueira e outros: RR., apud Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit, p. 212.

⁶⁶ 1886. Ação de Interdito Possessório em que são Benjamin Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto AGFCS.



“Casa de Quintino de Lacerda, no morro do Jabaquara”. In: Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Editora Hucitec/Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996, p. 162.

Segundo a autora, essa seria a casa de Quintino de Lacerda, localizada no morro do Jabaquara. Infelizmente Lanna não faz referências à localização da foto e assim não pude encontrar a original. Ao que tudo indica, de acordo com a escritura de arrendamento datada de 1893, Quintino morava em uma casa que demonstrava, da mesma maneira que as relações que construiu ao longo da vida, distinção dos demais quilombolas do Jabaquara. Diferentemente dos demais, a liderança do extinto quilombo morava numa residência grande e de tijolos, não nos barracões de madeira que vimos anteriormente. A casa também possuiria uma localização privilegiada dentro das terras do Jabaquara por se encontrar próximo à lavanderia.

Para a época sua residência provavelmente era uma das mais bem mobiliadas do Jabaquara. Segundo o auto de arrecadação, em sua sala de visita belamente ornamentada com um tapete e “17 quadros diversos”, o finado possuía “uma mobília composta de 16 peças inclusive os aparadores”. Dentre outros itens desse mobiliário para sala, podemos imaginar Quintino desfrutando de sua cadeira de balanço. Vale ainda destacar o objeto que pode causar hoje certa náusea a alguns, mas que para a época era símbolo de

higiene, bons modos e atenção à civilidade: um par de escarradeiras de louça;⁶⁷ também possuía “duas cadeiras com assento e encosto de palhinha; um sofá; duas cantoneiras de madeira; um par de lampiões para mesa de sala; um lampião de centro” e “uma caixa de música grande” e em bom estado. Os jantares servidos na morada poderiam facilmente ganhar ares chiques com a utilização do “armário com louças e um aparelho”, que valiam 100\$000 réis.⁶⁸

Não somente a sua sala possuía uma mobília em bom estado. O restante da casa também parecia estar em muito boas condições. Podemos perceber isso através de outros itens listados no auto de arrecadação e no auto de avaliação, ambos realizados em agosto de 1898. Por exemplo, a preocupação com a higiene não ficava apenas nas duas escarradeiras. Do mesmo modo o finado era dono de “um pequeno lavatório de madeira” e uma versão mais elegante e cara de “lavatório com pedra mármore, bacia e jarro”, assim como “uma banheira de zinco”. Quintino, após se limpar, poderia se arrumar em frente de um espelho grande e dourado e possivelmente dormia de maneira confortável em sua “cama de casado com dois colchões” junto com seu “cobertor acolchoado”. Já os filhos – Alzira, Arcelino e Sabina – dormiriam nas outras camas que existiam na casa: “uma cama para solteiro com colchão; uma cama para criança, com dois colchões; uma cama para solteiro” e “uma cama para crianças”.

A lista de bens continua vasta. A família Lacerda deveria se vestir de maneira apropriada à importância do finado benfeitor da linhagem. Existiam na casa “dois guardas roupas; um guarda roupa com roupa” e “uma mala grande com roupas usadas”. O próprio Quintino podia sair pelas ruas de Santos usando uma de suas três camisas de flanela fina, que valiam 24\$000 réis, junto com um de seus sete pares de meias novas. As roupas depois eram guardadas na “cesta para roupas sujas” e limpas com uma das três escovas para roupa ou lavadas junto à lavanderia localizada nos arredores da casa. A estirpe inteira podia estar sempre muito bem alinhada. Sua falecida esposa, Maria Isidora de Sousa, era capaz de refrescar-se com elegância nos dias ensolarados de Santos com seu leque e proteger-se com seu “guarda sol para senhora”. No inventário também foram listadas “três bengalas; um guarda chuva” e “duas bengalas para crianças”.

⁶⁷ Para uma análise teórica a respeito, ver: Elias, Norbert. *O processo civilizador. Volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

⁶⁸ Auto de Arrecadação dos Bens de Quintino de Lacerda. In: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, pp. 51-108. FAMS.

Merece um destaque especial a enorme quantidade de joias que possuía o finado. Para além do relógio de ouro com corrente e dedicatória na tampa interna relacionada à lei de 13 de maio de 1888 que Faustino Vasques deixou de apresentar, podemos encontrar várias outras peças. O investimento na obtenção de joias, principalmente de ouro, parece ter sido grande por Quintino de Lacerda ao longo da vida. No inventário são listados e ponderados os valores de “seis pulseiras sendo uma de ouro, três de plaquet e duas grandes douradas avaliadas por 30\$000; uma pequena corrente de ouro – 36\$000; um broche de ouro e perolas por 50\$000; um botão de ouro c/coral e diamantes para camisa 150\$000; um par de brincos com pequeno brilhante 20\$000; onze brincos avulsos 20\$000; um alfinete para gravata 5\$000; um alfinete de coral 5\$000; um pé para alfinete de gravata de ouro 3\$000; um anel ordinário 2\$000; um anel com pedra preta 40\$000; um dito com pevota 3\$000; um broche de ouro e rubi 15\$000; uma cruz de metal amarelo 2\$000”.⁶⁹ Para um homem na posição de Quintino de Lacerda, a obtenção de produtos com ouro, como as joias aqui listadas, era de grande importância. O ouro era um investimento que representava certa segurança para uma população de risco. As joias representavam um investimento com certo padrão de segurança para escravos e ex-escravos por poder ser trocado a qualquer momento por outros produtos e, devido ao seu tamanho, ser um investimento passível de ser transportado com facilidade caso fosse necessário.

A religiosidade também estava presente na casa. São Benedito era um santo comumente cultuado por escravos e ex-escravos no século XIX brasileiro.⁷⁰ Com essa informação, o leitor deve agora se lembrar que Quintino de Lacerda foi sepultado no jazigo de número 42 da Irmandade de São Benedito no cemitério do Paquetá e que os membros da irmandade compareceram em peso ao funeral. Provavelmente o ex-escravo Quintino, abolicionista e republicano, era membro da Irmandade de São Benedito em Santos. Afinal, não é qualquer um que consegue ser enterrado no jazigo da mesma e contar com a presença de seus irmãos religiosos em seu funeral. Para reforçar, dentre os

⁶⁹ Sobre a compra de joias como um investimento realizado por escravos e ex-escravos, ver: Faria, Sheila de Castro. “Francisca Maria Tereza e as sinhás pretas no Brasil colonial”. In: Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva dos & Neves, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006. Ou, Faria, Sheila de Castro. “Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.

⁷⁰ Ver: Xavier, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

bens inventariados, constavam “um oratório pequeno; diversos quadros de santos; uma imagem de Sta. Catarina” e, com mais destaque, “uma imagem de S. Benedito”.

Neste momento podemos nos perguntar como Quintino de Lacerda conseguiu obter todos esses bens. A partir da leitura de seu inventário torna-se complicado descobrir suas fontes de renda ao longo das décadas de 1880 e 1890. Os arrendamentos sucessivos que realizou das terras de Benjamin Fontana no Jabaquara com certeza deram a Quintino de Lacerda certo prestígio social no local e foram uma fonte de renda substancial, agindo como ponte entre dois mundos que pouco se tocavam. Porém, é possível salientar também outras hipóteses. É claro que não posso dizer como conseguiu adquirir suas posses ao longo de sua existência, mas posso dizer como ganhava a vida nos últimos anos dela a partir de alguns rastros que o inventário nos deixa.

Algo que salta aos olhos imediatamente após ler os autos de arrecadação e de avaliação dos bens inventariados é a enorme quantidade de animais, a diversidade de alimentos e, principalmente, de bebidas existentes na listagem.

Quintino tinha ao todo “118 cabeças de aves”. Porém, existia uma diferenciação: dessas aves, 90 eram galinhas comuns e o restante das 28 eram “galos de briga”. Ainda no campo das aves, ele possuía mais “três galinhas com pintos” e diversos pombos. Do mesmo modo, o número de mamíferos que tinha não ficava para trás. Foram listados cinco cachorros; “duas vacas dando leite e uma cria”; seis porcos; três carneiros; sete cabras e cabritos; nove coelhos; duas vitelas; quatro burros e dois cavalos. Os cavalos e burros poderiam ser facilmente aproveitados para locomoção ou para transporte de carga com a utilização dos “dois selins para montaria” ou através dos “quatro arreios para carroça”.

A primeira conclusão que se pode tirar é a da proximidade existente entre dois mundos vistos hoje como antagônicos. Em fins do século XIX, a cidade de Santos crescia exponencialmente e o Jabaquara passava por um processo de início de urbanização, que o deixava cada vez menos com a cara do quilombo abolicionista que fora ao longo da década de 1880.⁷¹ Porém, o que percebemos a partir do exemplo de todos esses animais é como a cidade ainda possuía muitas características vinculadas ao campo, principalmente em áreas periféricas que começavam a ser disputadas pela especulação imobiliária crescente. Assim sendo, é possível afirmar que a cidade de Santos possuía um cenário multifacetado. Por um lado existiam lojas comerciais,

⁷¹ Esses dois temas serão mais bem explorados no item seguinte deste capítulo e no capítulo 4.

representações diplomáticas de várias partes do mundo negociando grandes transações, a busca por ares cosmopolitas. Por outro continuava com a presença de animais como galinhas, vacas, cabritos, porcos, sendo criados e vendidos a poucos metros de distância do centro comercial da cidade.

O nosso ilustre ex-escravo sergipano parecia se aproveitar disso. Ao que tudo indica, junto a sua casa no sítio do Jabaquara ele teria uma pequena venda/botequim de onde poderia tirar boa parte de sua fonte de renda. Assim, Quintino de Lacerda usufruía da renda dos habitantes do Jabaquara de duas formas: primeiro através dos ganhos que conseguia atuando como arrendatário das propriedades de Fontana e também vendendo os produtos para os habitantes do Jabaquara. A quantidade de bebidas alcoólicas impressiona. Na casa/venda existiam “duas caixas de vinho Xeres”; uma caixa de conhaque; três caixas de vermute; duas caixas de vinho do Porto e mais dez garrafas do mesmo vinho; uma quantidade considerável de vinho branco e sete garrafas de champanhe. A caninha e a cerveja deveriam fazer bastante sucesso entre os frequentadores do botequim. Essas eram as bebidas alcoólicas em maior quantidade: eram setenta e seis garrafas de caninha; três caixas da Cerveja União e setenta garrafas de cerveja estrangeira, sendo que quarenta delas estavam pela metade. Quintino ou era um homem de 40 anos beirando ao alcoolismo ou, o que é muito mais provável, possuía uma venda onde podia ganhar dinheiro através de seus galos de briga, vendendo o produto dos animais que possuía e também com a venda dessas bebidas.

Todavia, não somente as bebidas reforçam essa hipótese. Junto a elas encontramos uma quantidade variada de produtos, especialmente alimentícios, que poderiam ser vendidos, como: sabão, fumo derolo, cigarros, pólvora e velas. Ao mesmo tempo esses produtos nos dão alguns indicativos sobre os hábitos alimentares da população santista de fins do século XIX. Se você estivesse precisando comprar, por exemplo, banha para produzir algum quitute, com certeza encontraria no comércio de Quintino. Para aproveitar a ida até a venda, você ainda poderia adquirir arroz, açúcar, azeite, óleo de rícino, manteiga, alho, cebola, sal, peixe enlatado, sardinha em salmoura, salame, carne-seca, lombo de porco enlatado, azeitona, biscoitos, chá, doces sortidos e goiabada. No fim das compras, bastava colocar as mercadorias na “balança de pesos” e pagar a conta.⁷²

⁷² No inventário consta que Quintino de Lacerda tinha “três barris de banha” que valiam “75\$000” e “dezoito latas de banha”; “dois sacos de arroz”; “um saco de açúcar”; dez latas de azeite; dezoito latas de biscoitos nacionais; “três vidros de sal fino”; “vinte e quatro quilos de manteiga”; “vinte e três latas de

A existência da venda/botequim junto à casa confirma-se com a continuidade da leitura do inventário. Segundo petição anexada em 27 de março de 1899, os “empregados do falecido Quintino de Lacerda” estavam sem receber desde a sua morte, sete meses atrás. Por isso Manuel Gutierre e Benedito Miguel dos Santos, Romão Sierco e Benedito Lazenda, que por não saber escrever foram representados por companheiros, requereram ao juiz de direito da 1ª vara o pagamento de seus ordenados até então atrasados. A demora no inventário os estava prejudicando grandemente, pois era “certo terem necessidade de retirarem-se dessa cidade, visto alguns, até, estarem doentes.” Os quatro possíveis empregados da venda poderiam fazer desde serviços gerais, como a manutenção do espaço, a entrega de produtos, o atendimento no balcão, ou mesmo trabalhos mais especializados, como moer cana-de-açúcar ou consertar sapatos.⁷³

Falemos agora de outro possível investimento e fonte de renda que Quintino de Lacerda possuía: seus imóveis. Provavelmente Quintino aprendera com Benjamin Fontana a possibilidade de explorar esse nicho econômico. Apesar de termos poucos indicativos do uso dessas casas como fonte de renda a partir de aluguéis, ter casas e terrenos disponíveis para serem alugados numa cidade como a de Santos de fins do século XIX, que passava por um rápido crescimento demográfico e não possuía habitações para toda a população que para lá se deslocava, poderia ser uma boa e confiável fonte de renda.

Como vimos em algumas páginas anteriormente, Quintino de Lacerda era proprietário, em 1898, de três casas. Duas delas eram feitas em madeira e possuíam aspectos de pequenos chalés construídos dentro dos terrenos que possuía na Av. Ana Costa e na Rua Guerra, a terceira era uma casa aparentemente simples de alvenaria com porta e janela de frente, quintal e dividida em duas, localizada em rua de nome sugestivo: Rua 13 de Maio. Em 19 de setembro de 1899, portanto um ano e um mês após o falecimento de Quintino, todas essas casas passaram por uma avaliação para averiguar seus valores.

A casa localizada na Rua Guerra, no bairro da Vila Macuco, foi a que recebeu o menor valor no ato de sua avaliação. Segundo descreveram os avaliadores, essa propriedade se constituía de “uma morada de casa de madeira à Rua Guerra construída

peixe”; “dezoito latas de azeitona”; “oito caixas de óleo de rícino”; “seis réstias de alhos”; “quatro réstias de cebola”; “uma mala de carne seca”; “doze salames”; “trinta latas de sardinhas em salmoura”; “quatorze latas de lombo de porco”; “três latas de chá”; “quatro latas de goiabada” e “trinta latas de doces sortidos”.

⁷³ No inventário consta a existência de “um carrinho”; “uma moenda de ferro para cana de açúcar” e “uma máquina para sapateiro”.

em terreno que mede de frente 6 metros por 50 ditos de fundos, (...) o qual depois de bem visto e examinado, avaliam pela quantia de 2:000\$000”.⁷⁴

As demais tiveram uma avaliação mais generosa. Como afirmei anteriormente, a casa localizada na Rua 13 de Maio era uma só, mas dividida em duas. A primeira era “com uma porta e uma janela de frente (...) nº 15 (...), fundos até o muro; avaliada pela quantia de 2:500\$000”. A segunda seria “uma morada de casa à mesma Rua 13 de Maio, nº 17, com uma porta e uma janela de frente, contígua à acima, dividida de um lado com a casa acima descrita (...), fundos até o muro, cuja casa depois de bem vista e examinada avaliam pela quantia de 2:500\$000”. Por último, mas não menos importante, foi calculado o valor do “terreno com 20 m de frente na Av. Ana Costa, com 204 m de fundos”. Nele existia um pequeno “chalé de madeira em péssimo estado”. Segundo os avaliadores, terreno e chalé valeriam 3:000\$000 réis.⁷⁵

O interessante de se perceber é que essas três propriedades nem sempre estiveram no nome de Maria Isidora de Sousa – esposa de Quintino de Lacerda – como aparecia em seu inventário. Em escritura de dívida com hipoteca datada de 1894, Quintino se declarava solteiro e proprietário das casas localizadas na Rua 13 de Maio e na Av. Ana Costa. Nesse documento ficamos sabendo que Benjamin Fontana emprestara a Quintino 7:000\$000 réis, com o prazo de dois anos para serem pagos. A garantia para o cumprimento da dívida foi a “especial hipoteca” das propriedades que seriam de “exclusiva propriedade” de Quintino, a constar:

um terreno onde se acha edificado um pequeno chalé de madeira, na av. Ana Costa, com 20 m. de frente por 204 m de fundos, dividindo para lado (...) da Vila Macuco com Sérgio Belmiro de Andrade e pelo lado da Barra com sucessores do finado Isaac Baumer, e uma casa de nº 15, à rua 13 de Maio, em Vila Matias, de porta e janela de frente (...). Em tempo disse o outorgante que a casa nº 15 à rua 13 de Maio está hoje dividida em dois prédios cada um de porta e duas janelas de frente, sendo que os respectivos quintais dividem pelo fundo por muros que pertencem a ele outorgante.⁷⁶

Vamos às possíveis conclusões que somos capazes de retirar através dessa escritura de dívida com hipoteca. Primeiramente, quando da morte de Maria Isidora de Campos, em 1897, essas propriedades estavam no nome de sua esposa. Talvez por

⁷⁴ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

precaução e com o objetivo futuro de não correr o risco de perder suas propriedades por conta da dívida que havia adquirido com Benjamin Fontana, Quintino de Lacerda transferira as propriedades para o nome sua mulher. Tal estratégia foi efetiva até o momento em que Maria Isidora de Campos faleceu. A partir daí fora necessário abrir inventário e as propriedades voltaram a ficar no nome de Quintino. Também percebemos como Quintino de Lacerda deveria possuir essas propriedades há um tempo considerável. Provavelmente antes mesmo de 1894 ele já seria o proprietário das casas hipotecadas. Assim sendo, podemos imaginar que suas fontes de renda, como a que ele retirava de sua venda/botequim, geraram lucros suficientes para que conseguisse investir na aquisição de imóveis na cidade.

Além disso, é possível descobrir algo a mais sobre o seu matrimônio. Ao que tudo indica, seu casamento com Maria Isidora de Campos só teria sido oficializado entre 1894 e 1897, ano de falecimento de Maria, quando foi iniciado seu inventário e no qual Quintino se declarava seu marido e herdeiro. Até então ambos eram considerados judicialmente solteiros. Porém, isso não indica que o relacionamento entre eles havia surgido somente nessa época. Como vimos, a relação conjugal havia gerado quatro filhos. O filho mais velho do casal, Alzira, tinha 13 anos em 1897. Assim sendo, o relacionamento entre Quintino de Lacerda e Maria Isidora de Campos havia se iniciado, no mínimo, havia treze anos, nos idos de 1884, quando a campanha abolicionista fervilhava pelo Brasil e o quilombo do Jabaquara encontrava-se funcionando a todo vapor.

As casas também haviam passado por um processo de valorização nos últimos cinco anos. Se em 1893 elas foram hipotecadas pelo valor de 7:000\$000 réis, em 1899, seis anos depois, elas já estariam valendo juntas 8:000\$000 réis. Essa seria uma valorização considerável para o curto período de tempo e imagino que quando Quintino de Lacerda adquiriu tais propriedades já projetava para um futuro próximo esse processo. Realmente Quintino deveria ser um bom negociante.

Essa hipótese se confirma quando continuamos a analisar suas demais propriedades listadas no inventário. Duas escrituras de compra e venda datadas de 1897 indicam que Quintino de Lacerda fazia planos para seu amanhã e de seus filhos, projetando também possíveis negócios futuros. Nesse ano, o major Quintino de Lacerda adquirira duas propriedades contíguas no bairro de Vila Macuco e colocara em nome de seus filhos Arcelino e Sabina. Cada uma custou respectivamente 2:500\$000, eram

localizadas na Rua Campos de Melo, com cinco metros de frente por sessenta e um metros de fundos e em ambas existia construído um chalé de madeira.⁷⁷

Todas as terras que possuía estavam localizadas em regiões periféricas à zona central da cidade e, com exceção das propriedades na Rua 13 de Maio, onde possuía casas construídas de alvenaria, as construções eram de pequenos e simples chalés ou casas de madeira. Os terrenos na Av. Ana Costa, hoje importante avenida de Santos por ligar a região da praia com o centro, e os da Rua Campos Melo e da Rua Guerra constituíam regiões ainda pouco urbanizadas no fim do século XIX, mas que passavam por um processo de rápida urbanização e consequente valorização. Quintino parece ter percebido as possibilidades que esse processo abria a pequenos investidores imobiliários e como poderia usufruir com a chegada da infraestrutura urbana nessas áreas. Por um lado, através da aquisição dessas propriedades, existia a possibilidade de enriquecer com a exploração desses terrenos nas zonas periféricas da cidade. Por outro, o futuro financeiro de seus filhos estava sendo garantido.⁷⁸

O futuro de seus filhos realmente parecia ser uma preocupação que Quintino de Lacerda cultivava. O major havia feito “uma apólice de seguro de vida em favor” de seus filhos, no valor de 20:000\$000. Com sua morte, Alzira, Arcelino e Sabina acabaram dividindo essa quantia e a recebendo quando atingiram a maioridade. Através do recebimento dessa apólice, podemos descobrir algumas pistas sobre o destino dos herdeiros do finado abolicionista.

Em 1902, Alzira havia se casado. Seu marido, Manuel Vasquez, filho do compadre e tutor dos órfãos Faustino Vasques, entrara com petição solicitando

⁷⁷ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS. Em maio de 1898, Quintino de Lacerda também havia comprado um terreno localizado nas ruas 27 de Fevereiro e Constituição, medindo de frente cinquenta metros por quarenta de fundos, no valor de 10:000\$500, que deveriam ser pagos em prestações de 300\$000 mensais. Consta no inventário que Quintino chegou a pagar as prestações dos meses de junho e julho. Não foi possível saber o futuro desses terrenos, pois simplesmente não aparecem mais no inventário. É possível supor que com seu falecimento em agosto de 1898, a ausência de indicações que comprovem a continuidade do pagamento das prestações de compra, de reivindicações dos herdeiros sobre esses terrenos ou de cobranças sobre seu pagamento para o tutor, os terrenos tenham voltado às mãos do antigo proprietário.

⁷⁸ Em 1899 as casas localizadas na Rua 13 de Maio e na Av. Ana Costa foram colocadas em leilão e o próprio Benjamin Fontana arrematou a compra dessas propriedades pelo valor de 8:000\$000. Em 1900, foi a vez da casa de madeira localizada na Rua Guerra ser colocada em leilão. O senhor João Elisário Correa da Costa arrematou a propriedade pelo valor de 1:405\$000. Quantia bem menor do que havia sido avaliada a propriedade. Não possuo informações sobre que fim levaram as propriedades localizadas na Rua Campos Melo. Porém, em seu inventário Quintino de Lacerda deixava algumas dívidas. Uma delas era com a loja “Importadores de ferragens, tintas etc.” no valor de 1:970\$300. Quintino havia comprado vários materiais de construção na loja, como cinquenta telhas, cinquenta telhas de zinco, seis quilos de gesso, uma barrica de cimento etc. Podemos supor que Quintino pretendia reformar algum dos chalés que possuía e quem sabe morar neles, deixar alguma casa habitável para seus filhos ou simplesmente reformar para poder alugar alguma de suas propriedades.

adiantamento da quantia correspondente ao seguro de vida que Quintino deixara á Alzira. O motivo do requerimento: o casal retirava-se com urgência para a Europa.

Os outros dois membros da família Lacerda permaneceram no Brasil. Em 1910, Arcelino ainda morava na cidade de Santos. Como nesse ano atingira sua maioridade, recebeu “na qualidade de filho herdeiro do finado Quintino de Lacerda, das mãos do sr. Faustino Vasques, a quantia de 6:200\$000 a que tinha direito como filho do referido Quintino de Lacerda, em virtude do seguro de vida que foi liquidado por morte deste”.⁷⁹

Três anos antes, Arcelino declarava-se residente em Vila Albertina, São Paulo, e também por ter atingido a sua maioridade recebia a mesma quantia que seu outro irmão pelo seguro de vida feito pelo seu pai. Infelizmente, alguns anos depois, para ser mais preciso em 11 de maio de 1916, Arcelino, “com a idade de 28 anos, cor preta, estado solteiro, natural de Santos, de nacionalidade brasileira” falecia no Hospital da Santa Casa de “tuberculose pulmonar”.⁸⁰ Junto com as epidemias tropicais que assolaram a cidade de Santos em todo o fim do século XIX e início do XX, a tuberculose era uma das principais causas de morte, principalmente nas camadas mais populares, na cidade.

1.3. O “porto de mar de nossa província”:⁸¹ a cidade de Santos em que Quintino de Lacerda viveu

O autor da citação que intitula esta parte do capítulo não é considerado um dos mais memoráveis da literatura brasileira. Júlio Ribeiro gostava de se definir como um escritor naturalista e dizia ter como maior inspiração as obras de Émile Zola. No entanto, é através das páginas de seu principal livro que iniciaremos nossa caminhada pelas calorentas e estreitas ruas, travessas e ruelas apertadas da cidade portuária de Santos, que nessa época modificava-se rapidamente buscando incorporar os ares cosmopolitas que os ventos do mar traziam através de seu porto.

Começemos falando um pouco sobre o autor da citação e seu livro. Júlio Ribeiro viveu boa parte de sua vida na cidade de Santos e corriqueiramente é apresentado “com discrição, e até com desprezo (...), quando não como autor de obra fracassada ou mesmo ridícula”⁸² pela historiografia literária brasileira. *A carne*, publicado no emblemático ano de 1888, é sua principal obra e foi recebida de forma polêmica e ambivalente em sua

⁷⁹ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Ribeiro, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 157.

⁸² Bulhões, Marcelo. “Apresentação. Leituras de um livro ‘obsceno’”. In: Ribeiro, Júlio, op. cit., p. 9.

época.⁸³ O romance se passa em 1887, com as personagens deslocando-se entre o interior de São Paulo e a cidade de Santos, e conta o envolvimento amoroso de dois membros da elite paulistana: Lenita e Manuel Barbosa.

A história é mais ou menos assim: Helena Matoso, carinhosamente chamada de Lenita, ao ficar órfã com 22 anos, recebe como herança uma fortuna resultante do investimento de seu pai em apólices e ações de estradas de ferro. Desamparada com a morte do pai, Lenita resolve passar uma temporada na fazenda do coronel Barbosa, antigo amigo de família. O par da personagem principal é Manuel Barbosa. Descrito como um homem misterioso, que já havia viajado pela Europa, conhecedor das mais novas teorias científicas e de produção agrícola e, o mais chocante para a época, separado da esposa, Manuel Barbosa rapidamente desperta o interesse de Lenita.

Júlio Ribeiro expõe ao longo do livro os anseios sexuais de Lenita, que num primeiro momento não saberia lidar com eles, até que se inicia o relacionamento entre os dois personagens principais. Rapidamente o relacionamento torna-se ardente e a história caminha para um trágico desfecho. Lenita acaba grávida e, ao encontrar bilhetes de outras mulheres entre os pertences de Manuel, vai embora da fazenda deixando uma carta para seu amante. Na carta, Lenita explica que havia encontrado um “pai oficial” para o filho e estava indo para a Europa com ele. Manuel não suporta a notícia. Com um veneno extremamente potente que havia aprendido a fazer graças a seus conhecimentos científicos, suicida-se.

Nas entrelinhas desse enredo, percebemos como o livro representa o apogeu a que se chegou à entrada dos métodos científicos na literatura brasileira. O autor não se cansa de citar as máximas dos grandes cientistas da época, como Darwin, Haeckel, Von Martius, entre outros,⁸⁴ e constrói seus personagens reduzindo-os às “leis naturais” que as ciências de então construíam.⁸⁵ Apesar de o livro ser um questionamento de Júlio Ribeiro da escravidão e das condições em que viviam os escravos nas grandes fazendas do interior da província de São Paulo, a população cativa da fazenda imaginada pelo autor é adjetivada de maneira pejorativa e são dados atributos a ela que buscam aproximá-la da condição de animais.

⁸³ Ver: idem, p. 10.

⁸⁴ Ver como exemplo: Ribeiro, Júlio, op. cit., p. 95.

⁸⁵ Para uma análise da literatura naturalista a partir desse prisma, ver: Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 150-155.

Em passagem emblemática do livro, Júlio Ribeiro busca descrever um “samba” que os escravos da fazenda do coronel Barbosa realizavam por terem terminado uma carpa. Nesse momento o escritor naturalista aproveita para descrever os negros que praticavam o “samba” como indivíduos “sujo[s], desconforme[s], hediondo[s], repugnante[s]”. Os sentidos do narrador estavam sendo bombardeados com informações que o desnorream. Seu olfato não suportava o “cheiro humano áspero, aliáceo, um odor almiscarado forte, uma catanga africana, indefinível, que doía ao olfato, que cortava os nervos, que entontecia o cérebro, sufocante, insuportável”. Seus ouvidos carregados de preconceitos não entendiam como “sons tão puros sa[íam] da garganta de um preto” habituado ao trabalho forçado na lavoura.⁸⁶

Depois dessas colocações necessárias para quem pretende trabalhar com a literatura como fonte histórica, passemos ao trecho do livro que mais bem contemplará meus objetivos neste item do capítulo.

Em determinado momento da trama de *A carne*, Manuel Barbosa precisa se retirar da fazenda e da presença de Lenita. Uma casa comissionária importantíssima havia quebrado em Santos e Manuel Barbosa parte para a cidade litorânea para tentar salvar minimamente os investimentos que seu pai possuía. Durante um tempo Lenita fica sem notícias de seu amado, até que recebe uma carta de seu amante. Através dessa carta começaremos a dar vida e a perceber as cores, os cheiros e sentidos que predominavam na cidade de Santos em que Quintino de Lacerda viveu.

Aproveito para lembrar o leitor que, apesar de *A carne* se tratar de uma obra ficcional, Júlio Ribeiro viveu em Santos durante a maior parte de sua vida e era um escritor que se afirmava como naturalista, um estilo literário baseado na observação fiel da realidade. Veremos mais à frente como a descrição de Santos feita por Júlio Ribeiro se aproxima de outras realizadas por memorialistas ou viajantes que passaram pela cidade em fins do século XIX.

Como disse há pouco, Júlio Ribeiro construiu o personagem Manuel Barbosa como um seguidor do cientificismo de fins do século XIX. Porém, a carta que envia para Lenita vinha repleta de questões sensoriais. As condições da cidade e como o clima era quente e abafado pareciam ser questões impossíveis de ser ignoradas para seus habitantes e, especialmente, para visitantes passageiros. Na carta datada de 22 de janeiro

⁸⁶ Ribeiro, Júlio, op. cit., pp. 145-148. Para uma análise mais detalhada sobre essa passagem do livro de Júlio Ribeiro, ver: Serva, Matheus. “Jongos, sambas e batuques. As festas negras pela Abolição (1888-1898)”. In: Ribeiro, Alexandre; Bittencourt, Marcelo & Gebara, Alexander (orgs.). *África, passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF*. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

de 1887, Manuel Barbosa e, conseqüentemente, Júlio Ribeiro, não escondem o quão desconfortável se sentiam naquela cidade. Santos é apresentada para nós como uma “terra cálida, úmida, sufocante”. O clima castigava a cidade. Chuvas eram constantes naquela época do ano. O ar era “pesado, oleoso”. O calor que castigava a população era tanto que a cidade poderia ser comparada a uma “miniatura do inferno”:

Os dias são horríveis: se não há chuva, o que é raro, o sol queima, esbraseia a terra, a ponto de se poderem fritar ovos sobre as pedras das calçadas. Mas ainda há coisa mais horrível do que os dias, são as noites. A atmosfera queda-se, morre.

[...]

A vida aqui é uma negação da fisiologia, é um verdadeiro milagre [...]. Eu, se fosse condenado a degredo em Santos [...] suicidava-me.⁸⁷

As condições insalubres da cidade, potencializadas pelo calor intenso, surpreendiam os mais desavisados e provocavam reações de repugnância. Tapar as narinas para conseguir enfrentar o cheiro fúnebre que emanava das ruas e, principalmente, do porto deveria ser uma ação corriqueira dos viajantes mais desavisados que desembarcavam em Santos nessa época. Tomado de coragem para abandonar sua embarcação que, rumo ao Rio de Janeiro, havia estacionado em Santos, em 1884, o alemão Karl Von Koseritz registrava suas impressões sobre aquela cidade. Para o viajante alemão, o “mau cheiro, as águas nauseabundas, cheias de lama e lixo, as pontes de desembarque meio destruídas, o medo da febre amarela” eram insuportáveis e tornavam a vida difícil por aquelas bandas do Brasil.⁸⁸

O cosmopolitismo de Santos, que servia de entrada e saída de produtos, mas também de pessoas e especialmente de ideias, assim como suas condições insalubres, de modo semelhante foi descrito pelo personagem de Júlio Ribeiro:

Os enormes vapores transatlânticos alemães, os esquisitos e bojudos carregadores austríacos, as feias barcas inglesas e americanas de costado branco, os mil transportes de todas as nações, entram pela ria, encostam-se à praia, varam quase em terra, afundam as quilhas no lodo negro, constelado de cascas de ostras, de ossos, de cacos de louça, de garrafas, de latas, de ferros velhos, dessas mil imundices que constituem como que os excrementos de uma

⁸⁷ Ribeiro, Júlio, op. cit., pp. 157-158.

⁸⁸ Citado por Rosemberg, André, op. cit., p. 29.

povoação. Comunicam com a terra por pranchões lisos, ou canelados e tabicas.⁸⁹

As recorrentes referências encontradas nas fontes sobre as condições desfavoráveis ao comércio existentes no porto de Santos, suas péssimas e imundas instalações, parecem ter sido características tão marcantes para os olhos das elites de então que às vezes temos a sensação de que Santos resumia-se a seu porto. Além de Júlio Ribeiro, é possível perceber isso em outra figura de destaque da elite santista e que também se sentia atraída pelo porto. O pintor Benedito Calixto registrou com seus pincéis diversas paisagens que compunham a cidade de Santos nesse fim de século XIX. Pintor fascinado pelo mar, várias de suas telas são representações desse porto encontrado por Karl Von Koseritz e descrito por Júlio Ribeiro. Suas obras podem nos ajudar a visualizar as condições encontradas pelos viajantes, comerciantes, milhares de imigrantes e trabalhadores que se aventuravam a desembarcar e labutar na insalubre cidade praiana.



Praia do Consulado – Porto de Santos – 1882. Óleo sobre tela, 54x96 cm. In: *Benedito Calixto. Um pintor à beira-mar. A painter by the sea*. Coordenação geral: Marli Nunes de Souza; textos: Caleb Farias Alves, Tadeu Chiarelli. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002.

⁸⁹ Ribeiro, Júlio, op. cit., p. 162.



Porto do Bispo – 1887. Óleo sobre tela, 40x84 cm. In: *Benedito Calixto. Um pintor à beira-mar. A painter by the sea*. Coordenação geral: Marli Nunes de Souza; textos: Caleb Farias Alves, Tadeu Chiarelli. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002.

Esses dois quadros de Benedito Calixto, juntamente com a citação do livro de Júlio Ribeiro, nos fornecem algumas informações sobre a cidade de Santos e seus portos ao longo da década de 1880. O primeiro quadro nos mostra uma praia cheia de mercadorias, com pequenas embarcações de todos os formatos e tipos e, principalmente, os diversos navios, das mais variadas nações, que permaneciam distantes dos velhos trapiches. Esses veleiros perfilados na praia eram ligados ao continente por simples pontes de madeira. Para serem abastecidos era necessário um contingente elevado de escravos e trabalhadores do porto que levavam e traziam nas costas as mais diversas mercadorias, inclusive as valiosas sacas de café que por ali eram exportadas todos os anos.⁹⁰

A cidade de Santos fervia nessa época e não era só o calor insuportável relatado por Júlio Ribeiro o responsável por esse fenômeno. As ruas eram movimentadas. Os transeuntes esbarravam-se pelas antigas ruas do centro. O ritmo acelerado da vida moderna, o tempo capitalista de produção, parecia estar dominando o cenário urbano santista. Como relembrava Carlos Victorino, o

movimento contínuo, desde o romper até o pôr do sol, não era mais do que a vida do café na sua ordem de embarque... Do princípio ao fim da rua, de lado a lado, o movimento era o mesmo: entrava e saía café; o pó não cessava: as

⁹⁰ Para uma análise mais aprofundada das condições do porto de Santos, ver: Gitahy, Maria Lucia Caira, op. cit.

carroças... andavam em disparada. Os transeuntes apressados esbarravam-se; com dificuldade de atravessarem a rua.⁹¹ [grifo meu]

Mesmo com as condições insalubres e as constantes epidemias que assolavam a cidade, a população santista crescia vertiginosamente.⁹² Segundo o censo de 1872, Santos possuía 9.871 habitantes, divididos da seguinte maneira: 6.552 eram brasileiros livres (66,38%), 1.577 estrangeiros (15,98%) e 1.742 escravos (17,65%). Do montante dos estrangeiros, 931 eram portugueses e 255 eram africanos. Os números referentes à população de Santos para as décadas seguintes são considerados incompletos, porém estima-se uma população de 15.505 habitantes para o ano de 1886.⁹³ Apesar de todos os problemas concernentes ao recenseamento realizado em 1913, o mesmo nos traz dados que demonstram como o crescimento da população de Santos acelerou-se a partir da segunda metade do século XIX, mesmo período em que crescem a produção e a exportação do café através de seu porto:

Período histórico	Ano do censo	Número de habitantes por sexo			
		H.	M.	Escravos dos dois sexos	Total
Tempos coloniais	1772	942	1.139	--	2.081
	1814	1.319	1.674	2.135	5.128
	1816	1.236	1.591	2.053	4.880
Primeiros anos da Independência	1822	1.173	1.523	2.085	4.781
	1828	1.294	1.504	2.348	5.146
Segundo	1854	2.440	2.226	3.189	7.855

⁹¹ Victorino, Carlos Santos. *Reminiscências, 1875-1898*. São Paulo: Typ. Modelo, 1904, pp. 13-14.

⁹² Durante a década de 1880, o primeiro surto de febre amarela em Santos ocorreu em 1888, quando 627 pessoas morreram. Porém, as piores epidemias dessa doença tropical ocorreram no início da década seguinte. Em 1890 morreram 1.019 pessoas. No ano seguinte, em 1891, o número foi ainda maior, atingindo o patamar de 1.823 óbitos. Em 1892 esse número continuava alto. Calcula-se o número de óbitos por febre amarela em 1.668. Para 1895 possuímos mais informações. Nesse ano, a maioria dos indivíduos que deram entrada no Hospital de Isolamento era de imigrantes europeus. Dentre esses destaca-se o elevado número de italianos (142), espanhóis (363) e portugueses (414). O número de brasileiros registrados no hospital foi de somente 82. Assim como toda a cidade, o Jabaquara sofria com a presença da febre amarela. Em fevereiro de 1895 foram registrados “alguns casos” por lá. Dados retirados de: Dantas, Olyntho. *Traços epistemológicos da febre amarela. A epidemia de 1895 em Santos*. São Paulo: Typ. Riedel & Lemmi, 1896. Para uma análise mais aprofundada sobre as epidemias que atingiram Santos nos anos 1880 e 1890, ver: Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., pp. 69-83. Ou, Andrade, Wilma Therezinha F. de. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos. 1870-1930*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

⁹³ Dados retirados de Rosemberg, André, op. cit., p. 39.

Império	1872	4.108	3.477	1.606	9.151
	1886	--	--	--	--
Período republicano	1890	7.150	5.862	--	13.012
	1900	27.688	22.701	--	50.389
	1913	49.482	39.485	--	88.967

O declínio populacional do ano de 1890 está relacionado à péssima qualidade do censo realizado naquele ano. Recenseamento da cidade e município de Santos. Em 31 de dezembro de 1913. Santos, 1914. In: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a.htm>, consultado em 12 de fevereiro de 2011.

Carlos Victorino, em seu livro de memórias sobre Santos há pouco citado, ajuda a entender de uma maneira qualitativa como era percebido esse crescimento populacional ao descrever algumas cenas corriqueiras da cidade nesse fim do século XIX. Juntamente com os escravos, libertos e imigrantes europeus que trabalhavam no embarque e desembarque das mercadorias dos navios, podemos perceber a existência de uma cidade movimentada, cheia de carroças conduzidas por seus carroceiros que iam e vinham atrás do melhor negócio (ver anexo – imagem 2 e 3). Ou transeuntes que se esbarravam provavelmente conduzindo “notas de consignação, contas comerciais, cheques bancários, maços de cédulas do tesouro, latinhas chatas com amostras de mercadorias”.⁹⁴ Com essas características, Santos singularizava-se em comparação às demais cidades da província de São Paulo. Sua vocação portuária e seu desenvolvimento primordial de atividades comerciais e de serviços, em prejuízo de atividades primárias, são evidentes.⁹⁵

Tentemos agora chegar mais próximo desses carroceiros e transeuntes. Para isso falemos de cores. É curioso como as cidades possuem cores próprias e Santos possuía uma cor inteiramente sua. Segundo Júlio Ribeiro, “vista do mar, do estuário, a cidade é negra: black town lhe chamam os ingleses”.⁹⁶ O que tornava a cidade de Santos uma “cidade negra”?

De uma maneira semelhante à descrita por Carlos Victorino, Júlio Ribeiro tece algumas percepções sobre as movimentadas ruas da cidade praiana e sobre os

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Segundo Zélia Cardoso de Mello e Flávio A. M. Saes, a cidade de “Santos era, juntamente com São Paulo, município com predomínio de população urbana e vinculada a atividades comerciais. Teve seu processo de crescimento associado e semelhante ao da capital distinguindo-se dos demais núcleos urbanos paulistas. Apesar disso, a cidade de Santos não conseguiu um desenvolvimento e diversificação tal como o que ocorreu em São Paulo, com a transformação das iniciativas locais em empresas de maior porte”. In: Mello, Zélia Cardoso de & Saes, Flávio, A.M. “Características dos núcleos urbanos em São Paulo”. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n.º. 2, maio/ago. 1985, p. 326.

⁹⁶ Ribeiro, Júlio, op. cit., p. 162.

trabalhadores responsáveis pelas agitações das ruas que podem nos ajudar a chegar a uma resposta:

Pelas ruas vai e vem, encontra-se, esbarra-se um enxame de gente de todas as classes e de todas as cores [...]. Enormes carroções articulados, de quatro rodas, tirados por muares possantes, transportam da estação do caminho de ferro para os armazéns, e deles para as pontes, para o embarcadouro, os sacos de loura aniagem, empanturrados, regurgitando de café. Homens de força bruta, portugueses em sua maioria, baldeiam-nos para bordo, sobre a cabeça, de um a um, ou mesmo aos dois, em passo acelerado, ao som, por vezes, de uma cantiga ritmada, monótona, excitativa de movimento como um toque de corneta.⁹⁷

Nesse trecho mais uma vez ocorre a tentativa de construção da existência de um cosmopolitismo que imperaria em Santos e de como reinava certa harmonia entre os habitantes da cidade praiana. Porém, segundo Júlio Ribeiro, o trabalho no porto não seria exercido por todos indiscriminadamente. O dado a mais que nos é fornecido aqui está presente na nacionalidade dos trabalhadores descritos. Segundo Júlio Ribeiro, a maioria dos empregados no porto era de origem portuguesa.

Certamente para o literário naturalista, o que dava a cor negra à cidade de Santos eram as “mil imundices que constituem como que os excrementos de uma povoação” ou o produto que movimentava a cidade, o café preto que ia sendo carregado pelas ruas de Santos. Para Júlio Ribeiro, como a população da cidade era composta por pessoas de “todas as classes e todas as cores”, não era exatamente elas que davam essa cor negra característica de Santos no fim do século XIX.

A imigração europeia, especialmente a portuguesa, para Santos será mais bem trabalhada no capítulo 4. O que nos interessa demonstrar aqui é que a presença do imigrante europeu, em primeiro lugar o de origem portuguesa e em segundo lugar o de origem espanhola, já era sentida nesse fim do século XIX e tais imigrantes poderiam ser encontrados como trabalhadores em todas as atividades urbanas. Segundo o censo de 1872, aproximadamente 10% da população santista eram compostos por imigrantes portugueses. De acordo com o relatório da Associação Comercial de Santos, entre 1882 e 1890 teriam entrado na cidade 176.442 estrangeiros, e, apesar das atribuições

⁹⁷ Idem.

encontradas, muitos deles permanecido em Santos.⁹⁸ O crescimento vertiginoso da presença dos imigrantes europeus na cidade praiana pode ser sentido com os dados do recenseamento de 1913. Nesse ano os portugueses teriam atingido o número surpreendente de 25% do total da população santista, enquanto os espanhóis compunham 9% e os italianos 3%.⁹⁹

Apesar da forte presença desses imigrantes, saliento aqui uma hipótese para ser acrescentada à explicação da caracterização da cidade de Santos como uma “black town”. Mesmo Santos nunca tendo sido uma cidade com um elevado número de escravos,¹⁰⁰ a aceleração do processo de desestruturação do sistema escravista durante a década de 1880 atraiu um elevado número de escravos fugidos para a cidade praiana. A presença de um combativo e organizado movimento abolicionista, tendo como grande exemplo dessa organização a formação do refúgio do Jabaquara, certamente contribuiu para o poder atrativo que Santos exercia sobre a população cativa que buscava afastar-se do controle senhorial.

O aspecto turbulento das ruas de Santos também funcionou como um atrativo para os escravos do interior da província. A partir da década de 1870 certamente as cidades brasileiras tornaram-se lugares potenciais para se buscar a liberdade. O crescimento populacional, as novas ideias políticas e os conceitos temerários que afluíam com os navios que chegavam ao porto,¹⁰¹ a presença cada vez maior de homens de cor circulando pelas ruas, a possibilidade crescente de “viver sobre si” e, conseqüentemente, “desmanchar conteúdos ideológicos cruciais à continuidade da escravidão”,¹⁰² permitiam aos escravos se misturarem no meio da multidão e se passarem como livre ou viverem de acordo com o sentido de liberdade que desejavam ter.

Um sinal disso pode ser percebido na própria citação que faço da obra de Júlio Ribeiro. Quando o autor afirma que “todas as classes e de todas as cores” andavam pelas ruas num vaivém desenfreado, indica uma circulação de indivíduos os mais variados possíveis, o que nos faz pensar que ao longo da década de 1880 passou a

⁹⁸ Apud, Munhós, Wilson Toledo. *Da circulação ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*. São Paulo, 1992, Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica.

⁹⁹ Dados retirados de: Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., p. 169.

¹⁰⁰ Para uma análise da escravidão urbana existente em Santos ao longo do século XIX, ver: Read, Ian William Olivo. *Unequally Bound: the Conditions of Slave Life and Treatment in Santos County, Brazil, 1822-1888*. Tese (Doutorado), Stanford University, 2006.

¹⁰¹ Nesse sentido, ver: Machado, Maria Helena. *O plano e o pânico. Movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Editora UFRJ/Edusp, 1994, p. 153.

¹⁰² Chalhoub, Sydney, op. cit., p. 238.

existir uma dificuldade crescente de se identificar prontamente quem seriam os cativos no meio urbano santista. A “cidade esconderijo” era aquela que libertava e a movimentação existente no porto era fundamental para isso.

A própria fama de Santos como um centro abolicionista parece ter derivado da campanha empreendida pelos abolicionistas locais a partir de 1879 entre os escravizados que trabalhavam e viviam no porto. Segundo conta José Maria dos Santos, muitos escravos teriam sido deslocados das zonas cafeeiras pelos seus senhores para trabalhar por aluguel como estivadores nas casas comissionárias e comerciais da cidade. O objetivo da campanha, paternalista em sua essência, era o de mobilizar o comércio da cidade para a compra da alforria dos escravos que trabalhavam nos trapiches e na estiva dos navios e garantir que os comissários locais continuassem a pagar os mesmos salários de antes, só que agora diretamente para os alforriados.¹⁰³

Nessa linha interpretativa podemos acrescentar novas características aos trabalhadores portuários não presentes na descrição realizada por Júlio Ribeiro. Tudo indica que não somente os portugueses exerceram a função de carroceiro pelas ruas e pelo porto de Santos. Os quilombolas e ex-quilombolas do Jabaquara certamente desempenharam a função de transporte de mercadorias pela cidade e o segundo quadro de Benedito Calixto nos dá algumas pistas sobre isso. No quadro a óleo aqui exposto e datado de 1887, referente ao Porto do Bispo, vemos alguns cavalos ou burros com carroças. Quanto mais o negócio de exportação de café prosperou na cidade, se tornava maior a exigência de trabalhadores para o trânsito constante das mercadorias pela cidade. Conforme a exportação de café crescia nesse fim do século XIX e a cidade de Santos ganhava cada vez mais importância no cenário nacional, multiplicou-se o número de carroceiros que circulavam por Santos, sendo esse um dos personagens mais visíveis da paisagem urbana santista.¹⁰⁴ Possuindo essa informação, vale lembrar o “carroceiro Miguel” apresentado anteriormente como um dos habitantes do Jabaquara. O próprio Quintino de Lacerda havia ganhado de Américo Martins uma carroça e em seu inventário constava que ele possuía cinco burros, dois cavalos e quatro arreios para carroça que poderiam ser facilmente usados nos trâmites de exportação de café. Não à

¹⁰³ Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942.

¹⁰⁴ Blume, Luiz Henrique dos Santos. *A moradia da população pobre e a reforma urbana em Santos no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998,.

toa, em 1918, Osório Duque-Estrada descrevia Quintino de Lacerda como um “negro carregador de café”.¹⁰⁵

Entretanto, se o viajante alemão Karl Von Koseritz retornasse para Santos dez anos depois de sua primeira visita, provavelmente não reconheceria mais o porto nem a cidade em que desembarcara. Em 1888, liderados por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, através da empresa Companhia das Docas, as obras para a modernização do porto iniciaram-se. Os primeiros 260 metros do cais foram concluídos em 1892. Ao longo da década de 1890, sucessivas obras foram sendo feitas com o intuito de substituir os antigos trapiches e pontes de madeira que causavam grandes obstáculos ao movimento do café.¹⁰⁶ Essas obras vieram juntas com inúmeras intervenções urbanísticas que buscavam sanar os problemas de insalubridade da cidade e deixá-la com ares mais próximos das congêneres europeias e, conseqüentemente, mais “civilizada”.

O vasto cabedal de equipamentos urbanos que Santos passa a possuir nos anos de 1880 e 1890 pode ser percebido através do relatório apresentado ao presidente da província de São Paulo pela Comissão Central de Estatísticas em 1888. Quando pretende falar da “topographia” da cidade, o documento ressalta o acelerado ritmo do “progresso” que esbanjava a urbe portuária de então. As ruas da cidade seriam

largas, retas e perfeitamente alinhadas. Entre as ruas antigas encontram-se, porém, algumas estreitas e tortuosas. A cidade é bem calçada e iluminada a gás. É abundantemente provida de água potável, derivada da Serra. Tem três praças ajardinadas, lavanderia, mercado, necrotério e cemitério. No subúrbio e na chamada Rua Octaviana encontram-se muitos edifícios particulares bem acabados, aprazíveis chácaras e lindos chalés. Possui a cidade duas linhas de bondes, um urbano e suburbano por tração animal e outra, entre Santos e São Vicente, por tração a vapor.¹⁰⁷

De toda essa infraestrutura veremos adiante como as linhas de bonde foram fundamentais para o sucesso do Jabaquara. O que deve ser dito agora é que a ascensão de Quintino de Lacerda ao cenário público ocorre exatamente nesse momento em que a cidade transformava-se. Ao longo das décadas de 1880 e 1890 a cidade de Santos

¹⁰⁵ Duque-Estrada, Osório, op. cit., p. 90.

¹⁰⁶ Ver: Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit. Ou, Gitahy, Maria Lucia Caira, op. cit.

¹⁰⁷ Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística (1988). Apud, Rosemberg, André, op. cit., p. 41.

“abandonou sua condição provinciana para alcançar o título de porto mais movimentado do país, estuário da produção cafeeira paulista e destino final de milhares de imigrantes provenientes de todas as partes do globo”.¹⁰⁸ Os anseios dos administradores citadinos desse período era o de alçar a cidade ao patamar das congêneres europeias. E a elite local chiava, muitas vezes de maneira satírica através dos periódicos, por melhoramentos que possibilitassem a resolução das condições insalubres e a ascensão aos padrões europeus.

Se em 1888 o relatório apresentado valorizava a existência do mercado em Santos como um sinal do “progresso”, o *Diário de Santos* publicava em janeiro de 1893 a poesia de “Zé Pamonha” que questionava essa caracterização:

É chegado atroz momento
De ficar arrepiado
Por ter de ir agora mesmo
Entrar no nosso mercado!

Livra! Salta! Olha que espiga!
Que grande apoquentação!
Em vez daquilo que busco
Só vejo lixo no chão,
[...]
Enquanto alguém competente,
Diretor ou lá que seja,
Não mandar limpar aquilo,
Dar-lhe aspecto que se veja,

Tirar-lhes as teias de aranha,
Passar-lhe uma caiadura,
Mandar arrancar-lhe o pó
Que tem palmo ou mais de altura,

Transformar em cousa limpa
Um tal foco de sujeira,
Dar-nos antes um mercado
Do que um monte de porqueira!

Haja limpeza e asseio,

¹⁰⁸ Rosenberg, André, op. cit., p. 30.

Atenção muito cuidada,
Que a amarela não demora
Na visita costumada!

E, depois, não nos queixemos
Do destino da fereza:
Se a amarela nos visita
É por falta de limpeza!

Zé Pamonha.¹⁰⁹

O atroz momento não era só a necessidade de se ir ao mercado, mas também a chegada do verão que castigava Santos, que vinha acompanhado da época das epidemias. O viajante Maurício Lamberg, em 1887, descreveu assim a cidade do período que vai do início da primavera até o fim do verão: “Da cidade em si, a única coisa interessante que há a dizer é que, a partir do mês de novembro até fins de abril, transforma-se em vasto cemitério internacional”.¹¹⁰

No primeiro quadro aqui exposto de Benedito Calixto o mercado municipal aparece do lado esquerdo da tela. É uma construção baixa, de telhas, localizada estrategicamente perto dos trapiches, com alguns toldos brancos que se estendem para além da construção (ver anexo – imagem 1). Zé Pamonha, apesar do tom satírico, exigia das autoridades competentes uma atuação mais enérgica com relação à salubridade municipal.

Diante da ameaça verdadeira de paralisação dos negócios cafeeiros, os anseios de Zé Pamonha acabaram por ser escutados. A partir da década de 1890 são criados três órgãos – dois estaduais e um municipal – responsáveis pelo processo de higienização e saneamento da cidade. Nessa década foi criada a Comissão Sanitária, vinculada à Secretaria dos Negócios do Interior, que exercia o poder de polícia sanitária. A Comissão de Saneamento, ligada à Secretaria de Agricultura, responsável pelas obras de canalização de água e construção de rede de esgoto. Por último o órgão municipal intitulado de Intendência de Higiene, responsável por receber as reclamações e pedidos da Comissão Sanitária.¹¹¹

¹⁰⁹ *Diário de Santos*, 6 de janeiro de 1893. In: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, pp. 147-148, FAMS.

¹¹⁰ Apud, Andrade, Wilma Therezinha F. de, op. cit.

¹¹¹ Ribeiro, Maria Alice R. *História sem fim... um inventário da saúde pública. São Paulo, 1880-1930*. São Paulo: Editora Unesp, 1993, p. 52.

Quando de sua morte, em agosto de 1898, Quintino de Lacerda ocupava o cargo de administrador da limpeza pública, cargo vinculado à Intendência de Higiene e que o colocava diretamente vinculado às atuações das autoridades e com um poder elevado frente à população que habitava o Jabaquara.¹¹² Ou seja, mais uma vez Quintino de Lacerda parece ter aproveitado as oportunidades que se abriam nesse fim de século XIX atrás de uma sobrevivência a mais digna possível. Ao que tudo indica, ele teria sido um indivíduo que muito bem leu as transformações que presenciava e soube ocupar espaços e cargos que possibilitaram sua ascensão social.

Porém, não é possível delimitar uma história que trace linearmente o desenvolvimento de Santos. O avançar das novas tecnologias e dos processos de higienização e saneamento que chegavam a Santos foi vivido e sentido de maneira diferente por cada grupo social que compunha o mosaico da cidade. O próprio Quintino de Lacerda circulava entre esses dois mundos antagônicos. De um lado a cidade que buscava se modernizar, europeizar e, acima de tudo, ordenar-se. Do outro a cidade dos pobres, tanto imigrantes como ex-escravos, com suas ruelas e becos, pequenas roças de subsistência e, definitivamente o que mais perturbava as autoridades, a desordem.

Como perfeitamente evidencia André Rosemberg, no fim do século XIX podíamos encontrar duas paisagens na cidade praiana paulista aqui apresentada. Por um lado existia a

cidade velha, com seus pobres debulhados dos cortiços; com uma horda de ex-escravos, que derreavam morro abaixo; com os imigrantes formigando no porto em construção; com marinheiros bêbados recolhidos das ruas nas horas mais impróprias; com as mais ignominiosas epidemias que ceifavam vidas precoces [...].¹¹³

De outro lado, mas não de maneira antagônica e incomunicável entre si, existia

uma cidade cuja infraestrutura nascente – bondes, iluminação pública, desenho urbanístico europeizado, lazer na praia – permitia à burguesia dos negócios de café regozijar a vida com as costas viradas aos terríveis miasmas que assolavam os mais recônditos becos santistas [...].¹¹⁴

¹¹² Ver: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, p. 37, FAMS.

¹¹³ Rosemberg, op. cit., p. 37.

¹¹⁴ Idem.

Nesse sentido, mesmo Quintino de Lacerda tendo ocupando um cargo vinculado à Intendência de Higiene, ele próprio e os demais habitantes do Jabaquara não estiveram protegidos ou à margem do processo de modernização excludente da urbanização que se engendrava em Santos. Na ação de despejo das terras do Jabaquara datada de junho de 1898, ensejada por Benjamin Fontana contra Quintino de Lacerda, citada no item anterior deste capítulo, o Serviço Sanitário de Santos intimava

o proprietário [Benjamin Fontana] ou arrendatário [Quintino de Lacerda] dos prédios sitos à rua Rangel Pestana e imediações no Jabaquara a proceder às seguintes modificações: a fechar os trinta e tantos prédios de sua propriedade, contando grande número de quartos onde estão alojadas nos prédios [sem] condições higiênicas muitas famílias de trabalhadores não podendo os mesmos prédios serem reabertos sem que passem pelas reformas do qual carecem...¹¹⁵

É de surpreender o vasto número de construções existentes no Jabaquara. Os “trinta e tantos prédios” provavelmente eram semelhantes ou os próprios que encontramos detalhadamente retratados na foto datada de 1900, intitulada “resquícios do Jabaquara”. Essa hipótese é reforçada quando lembramos o aspecto associado a senzalas ou a um cortiço, onde pequenos quartos eram ocupados por famílias inteiras de trabalhadores que não possuíam condições de custear melhores condições de vida para si e para seus entes queridos.

Ao que tudo indica Benjamin Fontana aproveitou-se dessa decisão para pressionar de maneira mais eficaz a retirada de Quintino de Lacerda, seu antigo aliado e colaborador, das terras que ocupava no Jabaquara. Em audiência pública datada de julho de 1898, ou seja, no mês seguinte à resolução do Serviço Sanitário de Santos, Benjamin Fontana pressionava Quintino. Segundo consta da declaração de Benjamin Fontana, os prédios e terrenos onde centenas de trabalhadores imigrantes e ex-escravos, juntamente com suas famílias, residiam precariamente e eram administrados por Quintino no Jabaquara deveriam ser desocupado no prazo de 24 horas. Ainda deveria ser pago da data da citação no processo até a entrega dos prédios um aluguel mensal de 5\$000 réis. Quintino de Lacerda respondia a essa intimação afirmando que seu último contrato

¹¹⁵ 1898: Ação de despejo em que são: Benjamin Fontana: A. e Major Quintino de Lacerda R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos (AGFCS).

formal de arrendamento caducara em 1895 e, portanto, nada o obrigava a responder às demandas de Fontana.¹¹⁶

O processo teve de ser interrompido subitamente devido ao falecimento de Quintino de Lacerda. Porém, como vimos anteriormente, Benjamin Fontana não desistiria tão facilmente de seus objetivos. Assim passou a exigir a integralização de suas supostas propriedades através do inventário de Quintino, desqualificando o tutor dos órfãos – Faustino Vasques – e demandando o pagamento dos aluguéis atrasados pela permanência da ocupação de seus prédios.

Para se ter uma ideia aproximada das condições existentes e diariamente enfrentadas pelos trabalhadores e pela população pobre em geral nas habitações coletivas que afluíam tanto na zona central de Santos como nas zonas de seus arrabaldes, como era o caso do Jabaquara, podemos novamente recorrer à vastíssima fonte representada pelos escritos dos memorialistas.¹¹⁷ O testemunho de Elisário Castanho, o misterioso cronista Castan, sobre as péssimas condições em que vivia a população pobre de Santos é valioso nesse sentido:

Nesse terreno o [quintal de uma padaria e refinação de açúcar] um lodaçal negro e infecto, onde partiam lenha para o consumo do estabelecimento, havia um cortiço baixo de meia água, coberto com telha de zinco, igual a muitos outros espalhados pela podridão da urbe. Ali naquela área viviam em camaradagem (os habitantes eram em sua maioria estivadores), ou antes suportando-se, comendo no mesmo prato imundos restos de cozinha, o gato da padaria e grandes ratazanas [...] Da janela víamos serem retirados dos telheiros de zinco, que não passava disso o miserável e apertado cortiço, os doentes de febre amarela que seus piedosos companheiros para ali carregavam para que tomassem um pouco de ar e que ali víamos morrer alguns momentos depois e que ficavam se decompondo à espera do carro fúnebre.¹¹⁸

Poderíamos achar que Castan, complacente como era com a população pobre portuária santista, exagerava com sua pena tais moradas. Entretanto, o relatório da Comissão de Vigilância Sanitária reforçava essa visão sobre os cortiços existentes em

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Para uma análise da escrita memorialística como fonte histórica, ver: Abreu, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/São Paulo: Fapesp, 1999. Ou, Moraes, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: história e memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação (Mestrado), PPGH/UFF, Niterói, 2007,.

¹¹⁸ Castan (Elisario Castanho), *Scenas da abolição e outras scenas*. São Paulo: s/e, 1921, p. 99-100.

Santos. Condenando essas habitações, o órgão realizou uma descrição, no mínimo, horripilante desses espaços de moradia:

Imagine cubículos feitos de tábuas, baixos, cobertos de zinco, compostos de um só cômodo, acanhadíssimos, onde habitavam famílias numerosas, servindo ele só de cozinha, dormitório, sala de jantar e ao mesmo tempo de latrina e terá uma ideia muito pálida do que é o Cortiço nesta cidade.¹¹⁹

Leitor, volte agora para a página 26. Visualize a imagem lá presente. Compare-a com a descrição apresentada no relatório da Comissão de Vigilância Sanitária. Cada vez mais acredito que os quilombolas e ex-quilombolas que recorreram à fuga pela serra de Cubatão rumo a Santos em busca da liberdade e atrás de condições de vida no mínimo dignas viveram no Jabaquara em construção que muito relembra as senzalas que habitaram durante suas estadas como cativos nas fazendas paulistas e que depois passaram a ser designadas como os famigerados cortiços. De fato, um dos principais problemas urbanos de Santos encontrava-se na questão dos espaços de residência. Pelo menos durante a década de 1880 existiu uma verdadeira carência de moradia.¹²⁰ Portanto, para a população desfavorável, os cortiços surgiam como uma das únicas alternativas possíveis.

Porém, o personagem central deste trabalho não vivia nos “resquícios do Jabaquara”. Aqui percebemos a existência de uma clara relação hierárquica entre a liderança do Jabaquara e os demais quilombolas. Quintino de Lacerda vivia numa “casa de tijolos” relativamente separada das demais habitações existentes no Jabaquara. Certamente sua experiência de convívio com a elite santista, que confiava o controle dos quilombolas e ex-quilombolas em suas mãos, possibilitou a Quintino calcar prestígio e um modo de vida diferente dos demais. Sua casa e as demais propriedades que possuía são exemplo disso. Todavia, isso não o isentou de que nos momentos de tensão iminente sempre tivesse lembrada sua condição de ex-cativo e/ou negro.

Como último ponto a ser abordado neste capítulo, em que busquei integrar a experiência vivida por Quintino de Lacerda às transformações pelas quais passava Santos, vale recordar o relatório apresentado pela Comissão Central de Estatísticas a

¹¹⁹ Apud, Andrade, Wilma Therezinha Fernandes de, op. cit., p. 92.

¹²⁰ Segundo Wilma Therezinha de Andrade, durante a década de 1880 existiam apenas duas mil residências para uma população estimada em cerca de quinze mil pessoas. Andrade, Wilma Therezinha F. de, op. cit.

respeito da infraestrutura de Santos para 1888 e citado poucas páginas atrás. Retomando uma passagem que consta no relatório: “No subúrbio [...] encontram-se muitos edifícios particulares bem acabados, aprazíveis chácaras e lindos chalés.” Após ficarem claras as condições de habitação encontradas no Jabaquara, a imagem que o relatório buscava construir de uma cidade ordenada, moderna e civilizada que crescia de maneira retilínea e universal rumo ao “progresso” agora nos parece quimera e fruto de um plano retórico e abstrato.

A ambiguidade desses tempos pode ser encontrada nas propriedades que Quintino de Lacerda possuía. Provavelmente influenciado pela experiência que possuía frente à administração exercida para Benjamin Fontana de suas propriedades no Jabaquara, Quintino buscou, através de seus investimentos, tirar proveito da escassez de moradias que imperava em Santos adquirindo propriedades e assim garantindo habitação e fonte de renda para sua família. Apesar de não possuímos essas informações, podemos supor que sua casa na Rua 13 de Maio, por ser a única sobre a qual possuímos a informação de estar dividida e assim possibilitar a ocupação por ela de um número maior de famílias, provavelmente era alugada para trabalhadores pobres. Provendo assim mais uma fonte de renda.

Porém, seus investimentos nos subúrbios claramente não eram de “aprazíveis chácaras e lindos chalés”. No terreno localizado na Av. Ana Costa, por exemplo, o avaliador descrevia a existência de “um chalé de madeira em péssimo estado”.¹²¹ Possivelmente somente por estarem localizados em regiões periféricas ao centro nevrálgico de Santos e por possuírem pequenas casas de madeira ou chalés em condições deploráveis é que Quintino de Lacerda conseguiu adquirir tais propriedades. Mas, apesar disso, as expectativas de valorização dessas propriedades eram promissoras. A Av. Ana Costa ligava, e ainda liga, o centro à praia, local que começava a ser valorizado pela burguesia como espaço de sociabilidade e lazer. E, apesar de percebermos certo exagero presente no relatório de 1888, Quintino parecia notar que os investimentos em infraestrutura, como a iluminação a gás e o crescimento das linhas de bonde, permitiriam uma exploração econômica futura bastante favorável dos terrenos localizados nos arrabaldes de Santos.

O que levou Quintino de Lacerda a adquirir esses terrenos, mesmo estando localizados nos arrabaldes da cidade, foi uma leitura precisa das transformações pelas

¹²¹ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14, FAMS.

quais passava Santos e, num sentido maior, as próprias instituições brasileiras. Conseguindo transitar entre dois mundos opostos, Quintino de Lacerda representou as ambiguidades e as possibilidades de contato entre esses mundos existentes naquela sociedade em que viveu. Numa sociedade na qual a população pobre – majoritariamente composta por ex-escravos, homens de cor e imigrantes – era constantemente excluída em nome do “progresso” e da “modernização”, convivendo e compartilhando experiências, frustrações e barreiras para se alcançar uma vida digna, Quintino conseguiu experimentar certa flexibilização da opressão. Quintino de Lacerda certamente foi um desses indivíduos que se inseriram nas disputas daquela época e jogaramo difícil jogo das elites senhoriais que abriam portas – ou eram abertas a força – para uma ascensão social em que se calcava certa posição de prestígio e de poder através das relações pessoais estabelecidas durante as transformações avassaladoras pelas quais passava aquela sociedade.

Capítulo 2

Liberdades em movimento. As disputas em torno da ideia de “ser livre”

A Nação ainda não se libertou dos seus pecados; o liberto ainda não encontrou na liberdade a sua terra prometida. O que quer de bom que tenha vindo nesses anos de mudança, a sombra de um profundo desapontamento paira sobre o povo negro – um desapontamento ainda mais amargo porque o ideal inalcançado era irrealizável, exceto para a ignorância simples de um povo humilde.¹²²

¹²² Du Bois, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999, p. 56.

2.1. Livres, libertos ou fugitivos?

Estado da cidade [de Santos] em completa desordem. Um grupo de mil pessoas, entre elas 500 pretos armados de paus e revólveres, reuniu-se na tipografia do *Diário de Santos*, onde houve discursos e vivas à República e à Sociedade Abolicionista. Percorreu as ruas com aclamações e distúrbios. Polícia ameaçada, tencionavam atacar a Cadeia e o Quartel.¹²³

Grande escândalo policial em Santos [...] O chefe de polícia embarcou quatro escravos. O povo tentou opor resistência. Um escravo atirou-se ao mar. O chefe de polícia mandou embalar as armas e espadeirar o povo.¹²⁴

Durante a década de 1880 o fim da escravidão parecia estar muito próximo. Para os governantes, o período exigia cautela. Os poderes públicos apelavam de todas as maneiras para evitar o que mais os amedrontava: a completa desordem.¹²⁵ Em Santos, juntamente com os saraus e *meetings* abolicionistas dos estratos ilustrados e das elites bem pensantes, avolumava-se a onda de escravos fugidos que se congregava ao populacho urbano, acirrando os ânimos populares cada vez mais difíceis de serem contidos. As portas abertas pelas transformações passadas pelo Brasil daquele fim do século XIX, principalmente as mudanças relacionadas ao sistema de trabalho, diretamente vinculadas aos conflitos reinantes pelo que viria a significar a liberdade que se buscava atingir, foram importantes elementos que marcaram a trajetória de ascensão de Quintino de Lacerda. Neste capítulo veremos que Quintino foi um homem que soube transitar por esses mundos opostos da ordem e da desordem de maneira a possibilitar o advento de sua tão sonhada liberdade e de uma ascensão social singular dentro daquela sociedade escravista intensamente hierarquizada.

De acordo com a historiadora Wlamyra Albuquerque, foi “na montagem da difusa combinação entre possibilidades e limites da liberdade e cidadania dos negros que a sociedade oitocentista experimentou a gradativa desestruturação do

¹²³ Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Telegramas, Ordem 6037 de 1886. Telegrama do Delegado de Polícia de Santos ao Chefe da Polícia de São Paulo, de 24/11/1886. Apud, Machado, Maria Helena P.T., op. cit., 1994, p. 150.

¹²⁴ *Diário Popular*, 20 de novembro de 1886. Apud, Fontes, Alice A. Barros, op. cit., 1976, p. 74.

¹²⁵ Um livro pioneiro na tentativa de fazer uma história do medo no século XIX brasileiro foi o de Azevedo, Célia Maria Marinho de, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Outro livro que funciona como uma referência primordial para minhas pesquisas e é sugestivo quanto ao “medo branco” existente no fim do século XIX é o de Schwarcz, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

escravismo”.¹²⁶ Nesse contexto, representando uma união entre a elite humanitária abolicionista de São Paulo e os escravos que fugiam para a cidade de Santos em busca da liberdade, o processo de formação do reduto do Jabaquara reuniu as diversas faces ambivalentes existentes nos movimentos abolicionistas. Estudando os relatos dos memorialistas sobre o Jabaquara e as diversas notícias publicadas pelos periódicos *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*, é possível perceber como o intensificar do processo que culminou com a promulgação da lei de 13 de maio de 1888 trazia consigo uma intensa disputa entre os possíveis e múltiplos significados do conceito de liberdade. Afinal, o que significava ser livre naquele mundo no qual o diferencial hierárquico estabelecido pela constituição vigente ancorava-se no fato de o indivíduo ter nascido livre ou não? Essa diferenciação hierárquica dos cidadãos permaneceria com o advento da liberdade irrestrita para todos?

Ao estudar os conflitos gerados pelas múltiplas interpretações, por vezes contraditórias, dos diferentes significados de liberdade para negros e brancos no período posterior à Guerra Civil dos Estados Unidos, Eric Foner salienta que no pós-abolição americano “os negros trouxeram da escravidão uma compreensão da sua nova condição pautada tanto pela sua experiência como escravos, quanto pela observação da sociedade livre ao seu redor”.¹²⁷ Da mesma maneira no Brasil, a compreensão poderia estar vinculada à busca por independência em relação ao seu ex-senhor, à possibilidade de se adquirir terra e de controlar o ritmo e a forma de trabalho. Outro fator importante estava ligado à liberdade de circulação pelo território nacional. Com o pós-abolição, o trauma da separação familiar provocado pelo comércio interno de escravos poderia ser minimizado através da busca pelos seus entes queridos localizados em diferentes regiões do país.

Na historiografia brasileira, o estudo dos conflitos e dos múltiplos significados que a liberdade adquiriu nos anos finais do século XIX ganhou espaço significativo ao longo das décadas de 1990 e 2000. Seguindo uma multiplicidade de recortes temporais, de espaço, de utilização de fontes e metodologias diversificadas, as referências historiográficas brasileiras sobre os significados da liberdade multiplicaram-se de maneira vertiginosa nessas duas décadas. Utilizando fontes que vão desde relatos orais

¹²⁶ Albuquerque, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 97-98.

¹²⁷ Foner, Eric. “O significado da liberdade”. In: *Revista Brasileira de História*, Volume 8, nº 16, 1988. Um exemplo mais recente que segue a linha de análise de Eric Foner pode ser encontrado em Cooper, Frederick; Holt, Thomas C. & Scott, Rebecca J., op. cit.

que descortinam e nos ajudam a entender as relações entre família, trabalho e cidadania no interior do Rio de Janeiro,¹²⁸ passando por processos crimes, romances, memórias e revisitando com novos olhares uma documentação corriqueiramente analisada nos estudos sobre a escravidão no Brasil, como documentos oficiais ou registros cartoriais, para entender os significados da liberdade que os escravos construíram desde a Corte até o recôncavo baiano,¹²⁹ essa historiografia nos permitiu ampliar nossos olhares ao demonstrar a pluralidade dos projetos e esperanças que se apresentaram aos diversos indivíduos, grupos e classes que compunham o cenário brasileiro de então.

Podemos perceber características semelhantes, para o caso de São Paulo, a essas encontradas em diversas regiões do Brasil e em outras localidades ao redor do mundo que também passaram por lutas traumáticas em defesa da liberdade e pelo fim da escravidão. O relatório apresentado pelo presidente da província em janeiro de 1888 resumia de maneira sucinta e bastante objetiva os sentimentos esperados naquele momento:

Não é natural, nem podemos esperar, que todos os trabalhadores escravos, adquirindo a liberdade, permaneçam nos estabelecimentos agrícolas e se dediquem aos rudes serviços da lavoura. Com a modificação do sistema, a fixação do salário e os esforços do proprietário, muitos libertos poderão, embora deslocando-se das fazendas em que viveram como escravos, continuar a prestar serviços à lavoura. Creio, porém, que a maior parte, pelo menos ao primeiro período da libertação, fugirá ao trabalho, entregando-se ao ócio e à vadiagem.¹³⁰

Os grandes proprietários rurais do interior de São Paulo possuíam a esperança da mudança sem rupturas. Porém, as liberdades repletas de condições que foram sendo conferidas pelos senhores aos seus subalternos escravizados não eram garantia da permanência “nos estabelecimentos agrícolas”. Esse caminhar da solução que se apresentava para a desestruturação do sistema escravista desinteressava às elites

¹²⁸ Ver: Rios, Ana Lugão & Mattos, Hebe, op. cit., 2005. Ou, Rios, Ana Lugão & Mattos, Hebe. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição”. In: Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Olívia Maria Gomes (orgs.). *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹²⁹ Ver: , Hebe Maria, op. cit., 2004. Chalhoub, Sydney, op. cit., 2003. Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. Ou ainda, Fraga Filho, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

¹³⁰ Relatório da Província de São Paulo, intitulado *Transformação do trabalho*, publicado pelo *Correio Paulistano* em 11 e 12 de janeiro de 1888. Biblioteca Nacional – doravante BN.

proprietárias e aos governantes. Entendendo o cativo como um indivíduo sem condições suficientes para exercer a “verdadeira liberdade”, sinônimo de manutenção da ordem e da proletarização que permitiria a continuidade do trabalho na lavoura, os senhores escravocratas paulistas consideravam a liberdade desejada pelos escravos e ex-escravos sinônimo de desejo pela ociosidade e pela vadiagem.

Entretanto, o abandonar das fazendas pelos escravos e ex-escravos pode ser entendido como uma forma diferenciada de compreensão do significado de liberdade. Associando liberdade à possibilidade de livre circulação, às vezes buscando retomar antigos laços afetivos separados forçosamente pelo escravismo, outras como a possibilidade de se locomover em busca de melhores condições de trabalho ou procurando condições de vida mais dignas fortemente associadas à possibilidade de autonomia e livre escolha no ritmo do trabalho, os escravos e ex-escravos exerceram o máximo de poder possível para que suas vozes fossem escutadas e seus entendimentos do que viria a ser livre fossem, ao menos, levados em consideração.

A escolha de dois dos maiores jornais de circulação do período em São Paulo, *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*¹³¹, como principal fonte para ser explorada neste capítulo não se deu à toa. Para além do fato de a imprensa ter se constituído, ao longo da década de 1880, como um dos principais palcos da ação abolicionista¹³² e de ser uma fonte histórica bastante completa e complexa, essa época parece ser relevante no que tange à história do jornal no Brasil. É no fim do século XIX que os jornais deixam de ser empreendimentos encabeçados por homens aventureiros e

¹³¹ O *Correio Paulistano* foi publicado pela primeira vez em 1831 e se consolidou na década de 1850, durando até 1963. Basicamente sua primeira publicação difundia as ideias do governo da época. Ao longo do século XIX ele foi se transformando de acordo com os proprietários e as direções que estavam sob o comando do periódico. Para Lília Schwarcz, o *Correio Paulistano* é o exemplo do “bom camaleão”, pois adotara sempre as cores dos partidos e das posições hegemônicas de cada período publicado. Por outro lado, *A Província de São Paulo* – futuro *O Estado de S. Paulo* – surgiu na década de 1870 e perdura até hoje. Diferentemente do *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* nasceu em nome de um grupo e de um partido. Na década de 1870 o Partido Republicano Paulista comprou o jornal com o intuito de transformá-lo em um órgão dedicado ao partido e à divulgação de seus programas, assumindo uma postura oficialmente republicana a partir de 1884. Seu estilo e discurso estariam marcados pela adesão às novas teorias da época, tendo como valores principais o de progresso e de civilização. Para um panorama mais completo a respeito do cenário jornalístico da época, ver: Schwarcz, Lília Moritz, op. cit., 1987. pp. 51-91.

¹³² Para uma análise mais profunda da atuação abolicionista nas páginas dos jornais, ver: Machado, Humberto Fernandes. “Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil”. In: Lessa, Mônica Leite & Fonseca, Sílvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2008. Cota, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007. Ou, Pessanha, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*, Tese (Doutorado), PPGH/UFF, Niterói, 2006.

de caráter efêmero para se tornar grandes empresas estáveis e financiadas por grupos interessados no desenrolar dos acontecimentos marcantes desses conturbados anos. A *Província de São Paulo*, por exemplo, que desde sua criação, na década de 1870, até o início da década de 1880, insistiu em afirmar-se como um órgão imparcial, passa a apoiar e a vincular-se explicitamente à causa republicana, criando novas seções para o jornal, como a coluna intitulada “Boletim Republicano”, que divulgava o crescimento do Partido Republicano Paulista em toda a província anunciando as novas adesões.¹³³

Será exatamente a partir das páginas desses dois periódicos que o presente capítulo buscará analisar as múltiplas possibilidades que o conceito de liberdade vinha adquirindo nesse período. Darei ênfase especial às ondas de manumissões concedidas por senhores a seus escravos e que ganhavam intenso destaque nas folhas periódicas. Junto a isso, serão analisadas outras notícias referentes a distúrbios registrados no ano de 1888, no interior da província de São Paulo, ocasionados por fugas coletivas de escravos, abandono de lavouras, desentendimentos entre senhores e seus escravos etc. Tais notícias servirão como indícios para se perceber que a diversidade de sentidos adquiridos pela ideia de “ser livre” pode demonstrar como termos antigos podem adquirir novas conotações de acordo com o contexto histórico no qual estão inseridos.

Apesar de estar constantemente sendo driblado por Quintino de Lacerda ao longo da documentação recolhida, o que dificulta mantê-lo no centro das atenções de todos os temas importantes de serem estudados para um melhor acompanhamento de sua trajetória, neste segundo capítulo abordaremos sua vida justamente na conexão existente entre esse caráter mais amplo dos múltiplos significados da liberdade que podem ser percebidos no periodismo paulistano e os relatos de memorialistas a respeito da formação do Jabaquara e da personalidade de Quintino de Lacerda. Esses relatos redigidos não no calor da luta, mas no repouso do ostracismo, demonstram as múltiplas faces presentes no movimento abolicionista santista. Se por um lado esse movimento defendeu uma intervenção cautelosa e um caminho tutelado, nos quais se estabelecia um lugar de gratidão e subalternidade da população de escravos fugidos que para Santos se deslocava, por outro esses escravos, ex-escravos e libertos demonstraram possuir

¹³³ Schwarcz, Lilia Moritz, op. cit., pp. 61-80. Para uma discussão mais aprofundada sobre como eu entendo a utilização dos jornais e também dos livros de memória e história-memorialística, ver: Serva, Matheus. “Liberdades em movimento. As disputas em torno da ideia de “ser livre” no final do século XIX brasileiro”. In: Abreu, Martha & Serva, Matheus (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGH/UFF, 2011. Ver também: Cruz, Heloisa de Faria & Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa”. In: Projeto História. História e imprensa. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP. Educ, nº 35, julho/dezembro, 2007.

interesses próprios vinculados a um modo de vida específico desejado por essa população oriunda do cativeiro. Da mesma maneira, a atuação de Quintino de Lacerda se apresenta como excelente caminho para se compreender a inserção dos inúmeros homens de cor no mercado de trabalho santista antes e depois da Abolição.

2.2. Benevolência, gratidão e tutela: a liberdade desejada pelos senhores

Ao longo dos anos de 1887 e 1888, os jornais *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* publicaram diariamente editoriais ou notícias que relatavam os atos de senhores concedendo cartas de alforria para seus escravos. Lilia Schwarcz, ao estudar os jornais da capital paulistana de maior circulação do século XIX, produziu um quadro geral dos assuntos pesquisados e catalogados que revela a grande quantidade de notícias de libertação presente nesses periódicos. Segundo a autora, foram encontradas 195 notícias de libertação no *A Província de São Paulo* e 145 no *Correio Paulistano*, sendo essas só superadas em quantidade pelas notícias de violência. O enfoque dado pela imprensa da época tanto para as concessões de alforrias como para os eventos de violência estão diretamente vinculados ao processo de desestruturação e de ataque que o sistema escravista brasileiro vinha sofrendo.¹³⁴

Em seu relatório, o presidente da província, Rodrigues Alves, demonstra como era perceptível para os contemporâneos a campanha promovida pelos jornais paulistanos no fim da década de 1880. O número elevado de notícias sobre manumissões era crescente e o então presidente historiou esse fenômeno afirmando que a “imprensa registra[va] diariamente longa série de manumissões de escravos em vários municípios da província”.¹³⁵

Seguindo essa linha, o *Correio Paulistano* deixa evidente sua interpretação sobre os eventos que vinha testemunhando quando publica um pequeno editorial afirmando que

Na história da humanidade, este fato [a emancipação dos escravos em São Paulo] será assinalado para glória da iniciativa dos fazendeiros paulistas, que, colocando-se à frente do movimento emancipador, deram a mais brilhante prova, tanto da sua prudência econômica, como da coragem heroica com que

¹³⁴ Schwarcz, Lilia Moritz, op. Cit., p. 281.

¹³⁵ Relatório da Província de São Paulo, intitulado *Transformação do trabalho*, publicado pelo *Correio Paulistano* em 11 e 12 de janeiro de 1888. BN.

souberam enfrentar com as dificuldades da situação aflitiva em que se viram colocados.¹³⁶

A coluna diária intitulada “Movimento Emancipador”, mantida pelo *Correio Paulistano* ao longo desses anos, é um sinal disso. O título dessa coluna já indica a principal linha adotada pelos dois jornais analisados a respeito do fim da escravidão no Brasil. O principal intuito da coluna era o de publicar notícias de diversos outros jornais relacionadas à doação de alforrias feitas pelos proprietários para seus escravos e assim tentar acalmar os ânimos públicos, mostrando que o processo estava ordenado, controlado e emanava exclusivamente dos senhores proprietários. Em 1888, a classe senhorial paulista parecia estar conformada com o fim da escravidão, porém entendia que o rumo que deveria ser traçado para se atingir esse objetivo era lento, gradual e ordenado, diferentemente da ideia de abolição imediata e sem indenização. Diferentemente também da posição dos senhores escravocratas fluminenses, que viam essa postura de concessão de liberdade tomada pelos senhores paulistas como uma posição que traía a classe e aproveitavam a oportunidade para acusá-los de serem famigerados inconsequentes. Como explica Hebe Mattos, “o raciocínio era simples e bastante óbvio: a quebra da disciplina nas senzalas paulistas teria acabado por quebrar a própria solidariedade dos senhores na defesa da continuidade da escravidão e do direito de propriedade, que lhe era inerente”.¹³⁷

Adotando um discurso mais moderado, *A Província de São Paulo* vangloriava sua importância preeminente nas transformações que ocorriam na época:

Quando se examinar, [...] sem prevenções e com frieza produzida pelos anos, a nossa cooperação na solução do problema da abolição e de organização do trabalho livre, não resta dúvida de que hão de reconhecer a preponderância que a *Província* exerceu no movimento libertador e no aproveitamento das forças econômicas para prosperidade da lavoura e das indústrias nacionais.¹³⁸

Ou seja, os debates sobre a Abolição há muito haviam ultrapassado as paredes do parlamento, ganhando as máquinas tipográficas que funcionavam dia e noite. Os periódicos cresciam e não adotavam só uma postura informativa. Compreendiam seu

¹³⁶ *Correio Paulistano*, 17 de janeiro de 1888. BN.

¹³⁷ Mattos, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 247.

¹³⁸ *A Província de São Paulo*, 4 de janeiro de 1888. BN.

poder de interferência na realidade e agiam para conseguir ver seus objetivos concretizados. Para os senhores escravocratas que surgiam nas páginas dos periódicos, o ato de estar concedendo cartas de alforria por livre e espontânea vontade poderia restabelecer as bases de sua dominação, abalada pelas transformações que ocorriam no Brasil e pelas interferências do Estado Imperial nas relações dos senhores com seus subalternos.¹³⁹

Apesar de se notar uma tendência gradativa na diminuição, do fim de 1887 até abril de 1888, das libertações a prazo em favor das libertações imediatas e incondicionais, a maioria das liberdades que são apresentadas nas páginas do *Correio Paulistano* e da *Província de São Paulo* caracteriza-se como liberdades condicionadas, com cláusulas de prestações de serviço que ultrapassavam o 13 de maio de 1888. Ao fazer um balanço das baixas ocorridas nas matrículas gerais dos escravos existentes em Itapetininga e em Sarapuí, o *Correio Paulistano* deixa evidente essa tendência. Em 28 de março de 1888 no primeiro município foram eliminados da matrícula geral 382 escravos, sendo 36 por mudança para outro município, 11 por falecimento, dois por ato particular, cinco por terem atingido a idade de 60 anos, dois por conta do fundo de emancipação, 85 por liberdade a título gratuito e 241 a título oneroso. Já na cidade de Sarapuí foram eliminados 98, sendo 37 por mudança de município, 17 por liberdades concedidas a título gratuito e 44 a título oneroso.¹⁴⁰ O que fica manifesto com esses números é o cumprimento da Lei do Sexagenário, a pequena força para libertar escravos que os fundos de emancipação organizados por campanhas abolicionistas ou previstos em lei possuíram e a maneira como os senhores permaneciam entendendo a concessão da alforria como uma prerrogativa senhorial e como um mecanismo de controle da escravaria. Essas libertações “a título oneroso” publicadas pelos jornais podem ser entendidas de diversas maneiras. Uma delas é a da verdadeira adesão da classe senhorial paulista a, pelo menos, uma postura abolicionista moderada que entendia a escravidão como um mal com seus dias contados. Para além, poderia significar tanto um ato de garantir a legitimidade da concessão desse tipo de liberdade como possuidora de um atributo pedagógico que buscava ensinar aos senhores como deveriam agir frente à rápida desestruturação do sistema escravista.

¹³⁹ Para uma análise aprofundada nesse assunto, ver: Slenes, Robert W. “Senhores e subalternos no oeste paulista”. In: Alencastro, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Volume 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Mattos, Hebe Maria, op. cit., 2004. Chalhoub, Sydney. op. cit., 2003. E, Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁴⁰ *Correio Paulistano*, 28 de março de 1888. BN.

O senhor João Francisco de Moraes Nóbrega adotou a cartilha defendida pela imprensa. Em sua fazenda localizada no município de Itatiba, “tendo libertado 16 escravos que possuía, sob a cláusula de três anos de serviço, acaba de restringir esse prazo adois anos”.¹⁴¹ De maneira semelhante, o senhor Joaquim Alves Franco, fazendeiro em Araras, desistiu dos três anos que havia imposto como cláusula para que seus escravos ganhassem a liberdade plena, resolvendo entregar “em janeiro aos libertos as cartas de liberdade, desistindo do resto do prazo de serviços e dando por essa ocasião uma grande festa na sua fazenda da Nova Granada em honra dos novos cidadãos”.¹⁴²



“A abolição, felizmente, vai colhendo os melhores resultados! São inumeráveis as libertações em massa, que, diariamente, honram os fazendeiros que as concedem.” *Revista Ilustrada*, ano 13, n.º. 495, 28 de abril de 1888, p. 4. Apud, Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p.121.

A *Revista Ilustrada* parece ter captado de maneira singular os processos de alforrias coletivas concedidas pelos senhores aos seus escravos. A legenda da imagem indica um processo bem-sucedido e pacífico, que vangloriava a atitude dos senhores e seguia uma linha parecida de interpretação dos jornais de São Paulo aqui analisados. A imagem acima também apresenta um senhor com sua família em uma sacada concedendo de bom grado e com os braços abertos – sinal de benevolência – a liberdade. Os escravos mais próximos à sacada, todos muito bem arrumados, são

¹⁴¹ *A Província de São Paulo*, 1 de janeiro de 1888. BN.

¹⁴² *Correio Paulistano*, 1 de janeiro de 1888. BN.

retratados de maneira submissa, agradecendo de joelhos a boa ação senhorial. Porém, um dos escravos na extrema direita da imagem nem sequer está olhando para seu ex-senhor. Num ato de desobediência ao paternalismo senhorial que pressupunha uma reação de benevolência à atitude de concessão da liberdade pelo senhor, esse último escravo ignora a ação senhorial. O que se deveria fazer agora era festejar a liberdade.

As autoridades percebiam essas variações existentes nas maneiras de se conceder alforria, porém contradiziam as afirmações dos jornais e deixavam mais evidente como esses periódicos defendiam um projeto em relação à Abolição. Rodrigues Alves não desprezava as transformações nas formas de se conceder as cartas de alforria e, desmentindo as afirmações defendidas pela imprensa, assegurava que “notara-se a princípio tendência para as libertações a prazo. Mas, ultimamente, tem prevalecido, por motivos que vos não são desconhecidos, a alforria imediata e incondicional”.¹⁴³ Os motivos muito bem conhecidos pelos membros da câmara de São Paulo serão mais bem explorados à frente. Neste momento vale ressaltar que em outro relatório elaborado por Rodrigues Alves, publicado em 1º de maio de 1888 pelo *Correio Paulistano*, a relação entre as fugas coletivas de escravos, as ondas de manumissões e a cidade de Santos são exploradas e classificadas como de domínio público. Segundo o então presidente provincial, em “vastos municípios, ao mesmo tempo, os escravos abandonaram em massa as fazendas, procurando, a princípio, abrigo no município de Santos, colocando-se depois nas localidades vizinhas e, não raro, à vista dos seus próprios senhores”.¹⁴⁴ Em 1886, o reduto do Jabaquara, localizado na cidade de Santos, já estaria abrigando “mais de três mil escravos – os mais procurados por seus senhores – e os sítios e as chácaras santistas abrigavam outros tantos”.¹⁴⁵ Apesar desse momento, Quintino de Lacerda não aparecer nas páginas dos jornais de maneira tão explícita como passaria a predominar no pós-abolição, suas ações já eram conhecidas. O ato de guiar os escravos fugidos através da serra do Cubatão rumo ao Jabaquara estava surtindo o efeito desejado. Seriam essas fugas rumo a Santos que estariam promovendo as concessões de alforria a prazo. A interpretação das autoridades era a de que como tais libertações já não mais impediam as fugas, fazia-se necessário

¹⁴³ Relatório da Província de São Paulo, intitulado *Transformação do trabalho*, publicado pelo *Correio Paulistano* em 11 e 12 de janeiro de 1888. BN.

¹⁴⁴ *Correio Paulistano*, 1º de maio de 1888. BN.

¹⁴⁵ Santos, Francisco Martins dos. *Lendas e tradições de uma velha cidade do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940, p. 201.

libertar incondicionalmente os escravos para retomar o controle, que a cada dia parecia escapar entre os dedos dos senhores e das autoridades.

Porém, a pretensão dos senhores ávidos em retomar o controle sobre seus subalternos, das autoridades pela manutenção da ordem e dos setores mais moderados do movimento abolicionista, que defendiam a Abolição como um movimento de cima para baixo, controlado pela elite e sem a participação da população cativa, nem sempre conseguiu controlar as turbulências resultantes da desestruturação do sistema escravista e não tiveram seu desejo de excluir a participação dos próprios escravos desse processo contemplado em sua plenitude.

Voltando às manumissões publicadas na imprensa, algumas eram mais específicas e não estipulavam prazos tão longínquos para a obtenção da liberdade plena. Era necessário assegurar a boa colheita que estava por vir nesse ano de 1888 e, pelo menos, a do ano seguinte. Assim fez, no dia 15 de janeiro, o Sr. Pedro Ferreira da Silveira, que

reuniu todos os seus escravos e declarou que lhes concederá liberdade incondicional no dia em que terminar a presente colheita, e por conseguinte em dias de Agosto ou Setembro próximo vindouro.¹⁴⁶

Frisando a importância do senhor frente aos seus pares, já que segundo a notícia o Sr. Pedro Ferreira da Silveira seria “o mais importante fazendeiro do município de Santo Antônio de Jacutingá”, a imprensa legitimava a ação do fazendeiro e convocava os demais a tomarem uma atitude semelhante, pois essa seria a postura correta de um fazendeiro que se considerasse admirável e respeitável. A campanha parece ter dado muito certo frente aos demais proprietários, porque também se manifestou assim o Sr. José Firminiano de Campos, que “concedeu liberdade a 11 escravos, com a condição de prestação de serviços até o fim da moagem de 1888”.¹⁴⁷ Ou como fizeram de maneira coletiva os senhores de Guaratinguetá, que “declararam livres todos os seus escravos, em número superior a 100, findas que fossem as colheitas de Setembro de 1889”.¹⁴⁸

¹⁴⁶ *A Província de São Paulo*, 19 de janeiro de 1888. BN.

¹⁴⁷ “Em Guaratinguetá, os Srs. tenente Antonio Marcondes de Moura, capitão Francisco Antunes de Oliveira, tenente Francisco José Monteiro dos Santos, dr. Francisco Pires da Gama, Rodrigo Luiz dos Santos e major Joaquim José de Castro, declararam livres todos os seus escravos, em número superior a 100, findas que fossem as colheitas de Setembro de 1889”. *Correio Paulistano*, 4 de março de 1888. BN.

¹⁴⁸ *Correio Paulistano*, 1 de março de 1888. BN.

Já o Sr. José Soares, de São João da Boa Vista, “prometeu que libertaria plenamente seus 80 escravos, logo que chegassem os braços estrangeiros para sua lavoura, os quais ele espera virem brevemente”.¹⁴⁹ Enquanto isso, os fazendeiros de Piracicaba contratavam 220 imigrantes,¹⁵⁰ deixando explícita a relação existente entre o impulso imigrantista e o processo de transformação do trabalho escravo para o trabalho livre, tendo como objetivo principal a substituição da mão de obra nacional pela estrangeira. O senhor Anacleto Pires também seguiu essa tendência, pois

levou desta capital [São Paulo] para a sua fazenda de café, no Rio Novo, 70 e poucos imigrantes açorianos, e despediu os seus escravos que estavam obrigados a serviço até Dezembro.

Consta ao *Rio-Novense* que s. está satisfeito com esses imigrantes, e que diversos fazendeiros do Rio Novo já providenciaram sobre a vinda de imigrantes para as suas fazendas.¹⁵¹

Mais uma vez a imprensa funciona como uma cartilha para mostrar as diversas possibilidades que os senhores possuíam para agir nesses momentos de crise. Nesse episódio, caso os fazendeiros quisessem realmente solucionar seus problemas vinculados às transformações pelas quais o sistema de trabalho brasileiro passava, deveriam substituir a mão de obra explorada em suas propriedades. Saía o escravo, que não mais se contentava com a promessa da liberdade plena para um futuro muitas vezes remoto, e entrava o imigrante europeu.

Anúncios ou relatos das “grandes festas”, como vimos há pouco a que seria realizada pelo senhor Joaquim Alves Franco em contentamento à alforria que ele próprio estava concedendo a seus escravos, apareciam regularmente nas páginas dos jornais paulistas consultados. Uma delas ocorreu em março de 1888 no município de Batatais e foi publicada pelo *Correio Paulistano*:

Batatais

Escrevem-nos desta cidade:

“No dia 11 do corrente o sr. Candido Ferreira da Rocha, agricultor no município de Batatais, reuniu em sua fazenda vários amigos e na presença deles, por ocasião de um jantar em que banqueteara com os seus amigos ao

¹⁴⁹ *Correio Paulistano*, 1 de março de 1888. BN.

¹⁵⁰ *Correio Paulistano*, 14 de abril de 1888. BN.

¹⁵¹ *Correio Paulistano*, 12 de maio de 1888. BN.

lado dos seus escravos, declarou que dava liberdade a estes em número de nove e que esperava que os novos cidadãos tivessem *dessa data em diante o mesmo comportamento, a mesma dedicação ao trabalho que tinham manifestado durante o tempo do cativo*.

As cartas de liberdade foram nessa ocasião entregues a cada um dos ex-escravos, debaixo de grande aclamação de todos os presentes, pelo coronel Manoel Theodolindo do Carmo, que proferiu um eloquente discurso em que fez ver aos novos cidadãos *as obrigações que passavam a ter pela nova sua condição* e os meios que deviam empregar para serem estimados de todos e poderem viver vida feliz. Ao terminar subiu aos ares grande número de foguetes e a alegria era tanta por parte, quer dos ex-escravos, quer do seu benfeitor, quer dos convidados presentes que pareceu-nos impossível que qualquer senhor de escravo por mais atrasado que pense sobre esse assunto não se sinta naturalmente impellido a libertá-los a todos.

O sr. Candido Ferreira da Rocha *não deu liberdade imediata aos seus ex-escravos, mas as condições que ele lhes impôs são tão favoráveis que equivalem à plena liberdade*.

Cessa desde já o regime da fazenda; os ex-escravos viverão completamente sobre si; terão todos os sábados para trabalharem para si em terras que seu senhor lhes dá e não poderão de modo algum trabalhar aos domingos e dias santificados. No dia 25 de dezembro futuro, dia que findarão as obrigações, receberá cada um 50\$000 e ficará na fazenda como colono” [grifos meus].¹⁵²

A citação é extensa, mas valiosa. A primeira coisa que pode ser reparada é a semelhança com uma crônica de Machado de Assis habilmente analisada por Sidney Chalhoub.¹⁵³ É provável que Machado tenha se inspirado em alguma notícia semelhante a essa para escrever a estória do “bom Pancrácio”. Em nenhum momento anterior à Abolição consegui encontrar nas páginas dos jornais menção à atuação de Quintino de Lacerda. Porém, festas como essas ocorridas em Batatais deixam detalhes que abrem portas importantes sobre os sentidos da liberdade que estamos tentando mapear aqui.

A primeira delas aparece no início da notícia, quando ficamos sabendo que escreveram de Batatais para o *Correio Paulistano* e que a imprensa não foi até a cidade conferir a “grande festa”. Ou seja, quem escreveu para o jornal estava interessado em ampliar o número de pessoas informadas pelo ato de altruísmo senhorial.

¹⁵² *Correio Paulistano*, 17 de março de 1888. BN. Para um exemplo da ocorrência de outra “grande festa”, ver anexo.

¹⁵³ Chalhoub, Sidney. “Visões da liberdade (cap. 2)”. In: *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, op. cit..

Aparentemente, nesse momento, era importante tornar o mais conhecido possível esse ato. Além disso, ao optar por publicar um relato escrito por outrem e afirmando parecer “impossível que qualquer senhor de escravo por mais atrasado que pense sobre esse assunto não se sinta naturalmente impelido a libertá-los a todos”, o *Correio Paulistano* está atuando como um agente constitutivo da realidade social, modelando formas de pensar e agir.¹⁵⁴ Se os senhores queriam tornar-se desenvolvidos, ou, seguindo as novidades científicas populares da época, mais evoluídos, deveriam, no mínimo, libertar condicionalmente seus escravos.

A tentativa de manter o controle sobre a mão de obra liberta aparece na ênfase que é dada constantemente à manutenção do comportamento e da dedicação do ex-escravo à lavoura, as chamadas “novas obrigações” que sua condição lhes impõe. Nunca são mencionados os novos possíveis direitos adquiridos. Isso é constante nas notícias da época. Fazendo de tudo para evitar o abandono das fazendas, os proprietários de escravos apelavam para as relações de dívida dos ex-escravos com seus antigos donos. O pagamento de salários acordados entre diversos fazendeiros, com uma significativa diferença no valor de acordo com o sexo do ex-escravo, tinha como intuito evitar que os libertos trocassem as fazendas em que se encontravam por melhores condições de trabalho e evitar também uma possível organização dos ex-escravos para reivindicarem melhores salários. Esses mecanismos de controle apareciam frequentemente nas páginas dos jornais.

Em 11 de janeiro de 1888, os fazendeiros da zona cafeeira servida pela estação de Laranjal

resolveram entregar as cartas de liberdade aos seus 300 e tantos escravos; pagar-lhes o salário anual de 60\$ a 100\$, conforme as aptidões de cada um e tempo que convier aos doadores; fornecer-lhes alimentação, vestuário e tratamento, ficando facultado ajustar os que saírem de uma para outra fazenda, trazendo carta limpa ou atestado, com tanto que não paguem mais que os salários supramencionados; não adiantar quantia alguma a todo e qualquer pretendente a ajuste de serviço.

¹⁵⁴ Esse aspecto da imprensa é muito bem trabalhado por: Maciel, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: Felon, Déa et ali. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

Para os trabalhadores do sexo feminino o salário será metade do marcado para o homem.¹⁵⁵

Os jornais funcionavam como agência de recados, anunciando com constância essas reuniões de fazendeiros

Reunião Importante [...]

Reúnem hoje em Araraquara os lavradores desse município, a fim de deliberar sobre a transformação do trabalho.

Dizem-nos que estão resolvidos a libertar incondicionalmente os escravos e dar-lhes salário, para que eles não abandonem as fazendas.¹⁵⁶

O Sr. Ignácio Teixeira, lavrador no município do Amparo, parece ter aderido com afinco ao abolicionismo senhorial paulista e entendido de maneira bastante clara a intenção dessas alforrias. Juntando vários mecanismos de controle encontrados nessas alforrias concedidas a título oneroso, o senhor “libertou 20 escravos que possuía, sob a condição de lhe fazerem a colheita deste ano, marcando, porém, desde já um salário mensal de 10\$ para os homens e 5\$ para as mulheres”.¹⁵⁷ Assim buscou aumentar as chances que possuía de passar incólume pela perda do controle senhorial vigente naquela época, ao mesmo tempo em que mostrava ser um senhor compreensivo e antenado com as novas tendências.

Mais uma vez tais reportagens refletem o olhar senhorial do fim do século XIX para o problema que enfrentavam, ao mesmo tempo em que corroboravam suas atuações. Os casos de ações senhoriais que venho mostrando através das reportagens publicadas na antevéspera da Abolição tentavam ensiná-los como lidar com o tema do fim da escravidão, dando exemplos supostamente bem-sucedidos das medidas tomadas

¹⁵⁵ *Correio Paulistano*, 1 de janeiro de 1888. BN. Em todas as liberdades condicionais relatadas pelos jornais e que o ex-senhor passa a fornecer algum salário, a ex-escrava ganha significativamente menos do que o ex-escravo. Outro exemplo disso ocorreu em Capivari, onde “o Sr. José Florenciano de Paula Vianna libertou plenamente três escravos, ganhando um homem 100\$ e as mulheres cada uma 80\$.” Os ingênuos que passam a ganhar salário ganham menos do que os homens e as mulheres: “O Sr. Manoel Francisco Mendes, lavrador do bairro da Rocinha, município de Jundiaí, concedeu plena e imediata liberdade aos últimos dez escravos que possuía, marcando desde já um salário de 10\$ mensais aos homens, 6\$ as mulheres e 5\$ aos ingênuos que podem prestar serviços. Os ex-escravos ficaram satisfeitos com esta resolução do mesmo lavrador.” *A Província de São Paulo*, 11 de janeiro de 1888. BN.

¹⁵⁶ *Correio Paulistano*, 4 de janeiro de 1888. BN. *A Província de São Paulo* também noticiou a realização dessa reunião: “Reunião de lavradores. Devia realizar-se ontem, em Araraquara, uma reunião de lavradores, a fim de resolverem sobre o modo mais conveniente de se conseguir a libertação do município.” *A Província de São Paulo*, 4 de janeiro de 1888. BN.

¹⁵⁷ *A Província de São Paulo*, 3 de janeiro de 1888. BN.

para controlar seus escravos e que não provocavam alterações significativas nas hierarquias existentes. Os senhores não possuíam nenhum manual ou orientação para a situação que enfrentavam. O papel da imprensa nesse momento é muito importante nesse sentido. Ao publicar esses exemplos ela estaria tentando ditar a norma a ser seguida e a melhor maneira de superar esses problemas.

Porém, quando as relações de dívida não funcionavam e/ou os fazendeiros quebravam acordos estabelecidos, ou nem mesmo chegavam a um, não faltavam senhores que apelavam para a violência física na tentativa de retomar o poder sobre seus antigos subalternos e manter a mão de obra na fazenda. Com indignação, pois desmentia as constantes notícias que declaravam livres diversas regiões do interior de São Paulo¹⁵⁸ e revelando o medo da desordem que pairava sobre a cabeça das elites de então, *A Província de São Paulo* publicou em fevereiro de 1888 um caso ocorrido em Sorocaba:

Por vezes tenho ouvido dizer pela imprensa: — Sorocaba está livre!

Entretanto, veio-nos agora ao conhecimento um fato que prova o contrário.

Um grupo de capitães de mato, a cavalo, atravessou a Rua de S. Paulo e enfiou pela Rua dos Morros, escoltando *uns libertos condicionalmente do Sr. Leônidas Lopes e de um fazendeiro das bandas do Salto, conhecido por “Nonô”* e cujo nome ignoramos.

Reconhecemos que *os libertos com condição devem sujeitar-se a ela, pois o contrário seria uma anarquia*, mas havia outros meios para obrigá-los a isso [...].

Consta que *esses libertos tinham-se contratado na fazenda d Sr. José Alves Pimenta*.¹⁵⁹ [grifos meus]

A quebra da relação de dívida dos ex-escravos com seu senhor, que deveria ter sido estabelecida com a libertação condicional, levava a atitudes mais enérgicas e que demonstravam o medo da possibilidade de se perder o controle senhorial sobre seus subordinados. Para os senhores paulistas, o ex-escravo deveria se submeter às condições impostas na concessão da alforria, sendo o resultado dessa desobediência a completa anarquia. Ou seja, a liberdade advinda pelas mãos e pelos desejos senhoriais não deveria ser compreendida como uma liberdade irrestrita. Essa era uma liberdade atrelada ao

¹⁵⁸ Um exemplo desse tipo de notícia foi publicado em 7 de fevereiro de 1888 pela *Província de São Paulo*, em que se dizia: “Realizaram-se anteontem, no Rio Claro, com toda a solenidade, os festejos em regozijo pela libertação do município.” Ou em 25 de fevereiro de 1888, pelo mesmo jornal: “O município de Santa Izabel já festejou a sua completa libertação.” BN.

¹⁵⁹ *A Província de São Paulo*, 5 de fevereiro de 1888. BN.

desejo senhorial e que deveria se manter no guarda-chuva do paternalismo senhorial: com obrigações e coercitiva na sua concretude.

Porém, nesse momento de crise, a classe senhorial estava se dividindo. Jogando com as relações paternalistas escravocratas a seu favor, os libertos aparentemente aproveitaram-se desse fato para buscar outras, e talvez melhores, condições de trabalho. O destaque do caso acima não está só na utilização da violência sobre indivíduos libertos na coerção para o trabalho na lavoura. Exatamente por entender que os senhores agiram de uma maneira diferente da apregoada pela imprensa, como a forma correta dos fazendeiros atuarem no trato com seus ex-escravos, o jornal dá uma conotação de escândalo à tentativa senhorial de manutenção do seu poder.

Continuando com algumas características gerais dessas alforrias publicadas com destaque pelos jornais analisados encontra-se a peculiar particularidade de se transferir os serviços dos libertos com cláusulas de prestação de serviço para outra pessoa, através do recebimento de uma determinada quantia. Constituindo-se em algo muito semelhante com a simples venda de um escravo para um novo proprietário, essas transações surgiam para os olhos das elites paulistas de então como um grande ato de caridade, por isso mesmo eram publicadas com louvor nas páginas dos jornais analisados.

Foi assim que

O sr. Joaquim Cyrillo de Oliveira Braga, em Campinas, deu liberdade a 11 escravos, com a cláusula de serviços até 31 de dezembro de 1890, recebendo do sr. João Manoel de Almeida Barbosa a soma de 3:400\$000 e transferido ao mesmo sr. o serviço dos libertos, pelo prazo indicado.

O sr. André Martins da Silva Couvert, na mesma cidade, deu liberdade a dois escravos que possuía e a um da menor d. Anna de Oliveira Braga, por procuração, com a cláusula de serviços até 31 de dezembro de 1888, recebendo 1:200\$000 do sr. João Manoel de Almeida Barbosa, a quem transferiu os serviços dos libertos.¹⁶⁰

Ou seja, o senhor Joaquim Cyrillo de Oliveira Braga e sua possível filha Anna de Oliveira Braga, juntos com o senhor André Martins da Silva Couvert, receberam uma boa quantia em dinheiro do senhor João Manoel de Almeida Barbosa pela transferência da prestação de serviços que 14 libertos teriam de prestar até 31 de dezembro de 1890. Com isso, todos saíam ganhando: os senhores que trocaram a prestação de serviços por

¹⁶⁰ *Correio Paulistano*, 1 de janeiro de 1888. BN.

dinheiro e tinham seus nomes estampados nas páginas da imprensa diária como fazendeiros bondosos e filantropos e o senhor que receberia o serviço dos libertos. O escravo obviamente era o único a não ganhar nessa troca, já que permanecia subordinado às relações de trabalho não livres.

Portanto, a partir desses exemplos percebe-se que a “libertação vinha [...] repleta de obrigações – pressupostas e não ditas – e era coercitiva em sua efetivação. A preocupação com a mão de obra expressava-se [...] na tentativa de guiar os libertos nas zonas agrícolas e obrigá-los ao trabalho”.¹⁶¹ Naquele momento era importante para os senhores escravocratas serem vistos por seus pares como adeptos das avassaladoras ideias abolicionistas. As notícias de libertações publicadas nos jornais podem ser vistas como uma espécie de manual de procedimento. Elas tanto informam e permitem reproduzir os mecanismos das alforrias concedidas como induzem a se tomar essa medida. E, claro, ao sair nas páginas do *Correio Paulistano* e da *Província de São Paulo*, esses jornais autorizavam ou, melhor dizendo, legitimavam a decisão senhorial.

Ao mesmo tempo, tais notícias faziam com que a libertação concedida aparecesse como “atos voluntários” dos senhores escravocratas paulistas. A liberdade foi sendo construída por esses mesmos senhores como uma concessão, com a pretensão de se criar uma espécie de fidelidade aos senhores, futuros patrões, que deveria existir por parte dos libertos. A filantropia senhorial andou lado a lado com a tentativa de manutenção da mão de obra escrava nas fazendas, cada vez mais resistente aos limites impostos pela escravidão. O paternalismo era a tônica do discurso e a benevolência senhorial tinha por objetivo final o controle sobre a mudança, já que inevitável, mas sem grandes rupturas: “Vão-se os anéis, ficam os dedos”.¹⁶²

2.3. Um “preto inteligente e honrado”:¹⁶³ a formação do reduto do Jabaquara, Quintino de Lacerda e as várias faces do abolicionismo

¹⁶¹ Schwarcz, Lília Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Olívia Maria Gomes (orgs.), op. cit., p. 37.

¹⁶² Nesse sentido, Joseli Mendonça afirma que “preservando laços de atrelamento e dependência pessoal entre libertos e ex-senhores, [construía-se] uma liberdade que não significava ruptura completa com os elementos que haviam permeado as relações entre senhores e escravos” Mendonça, Joseli M.N. *Entre a mão e os anéis: a Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 359.

¹⁶³ Jardim, Silva. *Memórias e viagens I: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891, p. 86.

Como pudemos perceber, a benevolência dos senhores escravocratas estampada nas páginas da imprensa vinha repleta de obrigações. A expectativa por uma resposta de gratidão por parte da escravaria vinculada à ideia da necessidade de se tutelar o cativo rumo à liberdade estava diretamente associada à preocupação senhorial de manter o controle sobre seus subalternos. A desordem ou a amedrontadora anarquia, ou seja, a desorganização do trabalho na lavoura, eram preocupações levadas muito a sério pela classe senhorial paulista.

Seguindo essa linha, o movimento abolicionista organizado em São Paulo adquiriu, ao longo de sua luta, características em certo sentido ambivalentes. Por um lado, claramente suas ações estiveram conectadas decisivamente na desestruturação da ordem escravista então vigente e levaram ao pânico essa classe senhorial preocupada em manter ou reestruturar sem grandes mudanças as hierarquias. Por outro, o medo de se perder o controle sobre a população escrava influenciou uma postura semelhante à da classe senhorial no sentido de direcionar o fim do cativo sem ocasionar maiores perturbações da ordem pública. É assim que suas atuações anunciam como mote o papel de guias daqueles “indefesos” escravos rumo à liberdade, liberdade essa pensada por esse movimento abolicionista organizado como sinônimo de trabalho assalariado e cumprimento das leis.

A ascensão social de Quintino de Lacerda nos anos que precederam a Abolição e a formação do reduto do Jabaquara são fundamentais para se perceber e, ao mesmo tempo, entender essas ambivalências encontradas no momento final da sociedade escravista brasileira. Nesta parte do texto utilizaremos as experiências de vida de Quintino de Lacerda para problematizar questões fundamentais desse período. Até que ponto as fugas em massa das fazendas nos meses que precederam a Abolição estiveram conectadas a um movimento organizado que visava ao fim da escravidão? Qual o grau de autonomia encontrado pelos cativos ao alcançar o reduto do Jabaquara após as fugas emocionantes e cheias de percalços pela serra do Cubatão? Quais eram as expectativas do movimento abolicionista de São Paulo em relação ao Jabaquara e ao seu líder Quintino de Lacerda? Afinal, como e qual foi o papel da população cativa durante esse processo de desestruturação do sistema escravista?

A postura de Quintino de Lacerda encabeçando o Jabaquara, ou seja, um ex-escravo que esteve a todo momento ligado à elite humanitária abolicionista santista agindo com uma postura ambivalente que juntava os interesses desse grupo com os interesses dos ex-escravos, torna muito mais complexo o acalorado debate sobre a

associação do movimento abolicionista com a ação dos escravos no processo de eliminação da escravidão. Para conseguirmos avançar na solução desses questionamentos, faz-se antes necessário darmos conta do debate historiográfico sobre a participação dos escravos no processo de Abolição no Brasil.¹⁶⁴

No fim da década de 1970, Octávio Ianni lançou o seu livro *Escravidão e racismo*, no qual defendia que o abolicionismo teria sido unicamente o resultado de uma ação política das elites. Um negócio de brancos preocupados em resolver seus próprios problemas e o negro, por oposição, teria tido um papel passivo na trajetória de obtenção da liberdade. O trabalho de Ianni representa uma linha interpretativa do movimento abolicionista como um bloco homogêneo possuidor de um explícito e único objetivo central: garantir à elite imperial uma transição tranquila para o capitalismo, assegurando a continuação das hierarquias sociais.¹⁶⁵

A partir do início dos anos 1980, uma historiografia brasileira influenciada pelos estudos sobre a escravidão nos Estados Unidos e no Caribe passou a problematizar tanto a homogeneidade do movimento abolicionista como a suposta passividade dos escravos na busca pela obtenção da liberdade. O trabalho de Lana Lage Lima é emblemático nesse sentido.¹⁶⁶ A partir da análise da rebeldia escrava em Campos dos Goitacazes no período anterior à Lei Áurea e preocupando-se em pensar a associação entre revoltas dos cativos e o movimento abolicionista da região, a autora demonstrou como as divergências dentro das elites com relação à permanência ou não do cativo favoreceram o aumento da pressão e da atuação dos escravos em favor da liberdade.

Avançando nessa perspectiva e invertendo a proposição de Ianni, Célia Maria de Azevedo problematizou o movimento abolicionista, entendendo-o como um movimento urbano que surge como uma resposta das elites à intensificação da pressão escrava em busca da liberdade. Nessa perspectiva, os escravos ganham um papel de ação extremo em relação às mudanças da época e o movimento abolicionista surge como a representação do “medo branco” que buscava conter a “onda negra”, representada

¹⁶⁴ Sobre o tema ver: Cardoso, Ciro Flamarion S. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: Cardoso, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. Ou, Santos, Cláudia Andrade dos. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?” In: Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

¹⁶⁵ Ver também: Ianni, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. Essa linha interpretativa pode também ser encontrada nos textos da chamada “escola paulista”, como os de Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v., 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁶⁶ Lima, Lana Lage. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

principalmente pelas ações de violência dos cativos e pelas fugas em massa das fazendas.¹⁶⁷

Pesquisas recentes vêm demonstrando a pluralidade do movimento abolicionista e dos seus projetos para a sociedade brasileira, as diversas conexões existentes entre abolicionistas, agitações escravas nas senzalas e população pobre urbana – a “arraia miúda” –, assim como as distintas ações individuais ou coletivas dos escravos para a obtenção da liberdade.¹⁶⁸ Antes de pensar o movimento abolicionista como um bloco monolítico que planejava de maneira teleológica seus movimentos, deve-se pensar que eram tempos cheios de incertezas e dúvidas em relação ao futuro do país, ocasionando diferentes visões acerca das possibilidades de futuro e maneiras alternativas de se agir frente às grandes questões que eram colocadas. O próprio Quintino de Lacerda representa essas possibilidades. Sendo um escravo urbano em uma cidade onde a presença escrava não era maciça e sabendo lidar com os meios por qual transitava, sua trajetória pode ser entendida como a de uma ponte conectando dois mundos que pouco se encostavam. Sabendo articular-se para obter sua liberdade, optou por lutar em prol dos que via como seus pares unindo-se a membros da elite local e assim conseguindo ascender socialmente. Portanto, deve-se sempre pensar no plural para melhor compreender o abolicionismo no Brasil. Foram os movimentos abolicionistas, e não o movimento abolicionista, que, durante a década de 1880, tendo as páginas dos periódicos de então como um dos principais palcos de suas ações, sensibilizaram “os oponentes eventuais e acidentais para a justeza de suas propostas sobre o fim do cativoiro”.¹⁶⁹

Afinal, era necessário convencer a opinião pública da justeza e da necessidade de se abolir a escravidão. E mesmo com a preocupação constante com relação à preservação da ordem pública e com o zelo que deveria ser mantido sobre as hierarquias sociais tendo marcado presença nos discursos de muitos dos militantes abolicionistas, suas palavras não foram suficientes para conter os avanços e as novidades que seus discursos ganhavam ao chegar às ruas. Nas palavras da historiadora Maria Helena Machado, ocorreu nesse instante

¹⁶⁷ Azevedo, Célia Maria Marinho de, op. cit.

¹⁶⁸ Ver: Machado, Maria Helena, op. cit., 1994. Chalhoub, Sidney, op. cit., 2003. Silva, Eduardo, op. cit., 2003. Santos, Cláudia Andrade dos, op. cit., 2000. Pessanha, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro/Belford Roxo: Quartet/Uniabeu, 2005.

¹⁶⁹ Machado, Humberto. “Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil”. In: Lessa, Mônica Leite & Fonseca, Silvia Carla Pereira de Brito, op. cit., p. 250.

uma complexa interação de projetos e atuações diversas que, ao atingir extratos sociais perigosamente instáveis, colocou em curso uma atuação política muito menos comprometida com os cânones do liberalismo, do imperialismo e do racismo científico [...].¹⁷⁰

Ou seja, sendo através das páginas da imprensa ou da realização dos *meetings*, dos saraus literários e musicais, das peças teatrais e demais atividades organizadas pelos múltiplos clubes abolicionistas que se espalhavam pelos diversos pontos do Império, o que fica evidente com a formação do Jabaquara é que os discursos dos diferentes atores sociais envolvidos no processo histórico que culminou com o fim da escravidão extrapolaram as quatro paredes dos salões políticos do Império. Os membros desses salões, geralmente com muito desgosto, reconheciam que não conseguiam controlar a extrapolação das ideias abolicionistas debatidas entre as paredes que lhes eram tão familiares. Já vimos anteriormente que em 1888 era admitida pelo próprio presidente da província de São Paulo a notoriedade da cidade de Santos. O município tornara-se um destino comum e bastante conhecido por todos para onde se dirigiam as levadas de escravos que abandonavam sistematicamente o eito, reconhecendo na cidade portuária um local onde poderia ser encontrado abrigo nas terras do Jabaquara.

Localizado entre os morros de São Bento e Saboó, monte Serrat, Vila Matias e o mar, os chamados sítio e morro do Jabaquara já se encontravam ocupados muito antes da eclosão do movimento abolicionista, da febre urbanística que buscava dar um ar europeu à cidade, transformando o porto de Santos na joia da província, e das campanhas de saneamento que modificaram o cenário do município entre fins do século XIX e início do XX. Num processo judicial de que foram objeto as terras do Jabaquara em 1886, o proprietário de terras na região, Benjamin Fontana, explicava que a ocupação do Jabaquara remontava ao século XVII, mais especificamente ao ano de 1686, quando o capitão Bento Nunes de Siqueira, através de escritura pública, afirmava possuir

Uma sorte de terras na paragem chamada Jabaquara, que de uma banda partem com o sítio que foi de Antonio Fernandes Mourão a sair no tanque que está na estrada desta Vila de São Vicente, pelo valo do dito tanque na mesma direita a sair em outra quebrada e caminho a sair ao Marco e jurisdição dessa vila e daí

¹⁷⁰ Machado, Maria Helena, op. cit., 1994, p. 146.

partindo com as terras de Paulo Corrêa a sair nas capoeiras que foram de canaviais do mesmo Bento Nunes de Siqueira, pelo valo acima até o cume e pelo cume acima até sair na vargem da banda do Marapé.¹⁷¹

A imagem descrita nessa passagem demonstra um Jabaquara, já no longínquo século XVII, como um local habitado, possuindo sua terra trabalhada através do cultivo da cana e que contrasta com as descrições de memorialistas sobre o Jabaquara. Entendendo um local onde se organizava o abrigo de escravos fugidos como obrigatoriamente ermo, esses memorialistas que se dedicaram ao período da Abolição buscaram reforçar uma característica não condizente com a realidade encontrada. Sempre se esforçando na construção de uma suposta desertidão existente no Jabaquara até a década de 1880, os relatos desses memorialistas buscaram arquitetar um local onde seria capaz de existir uma comunidade de quilombo de acordo com o entendimento que eles próprios tinham para o que viria a ser um espaço propício para o esconderijo dos diversos escravos fugidos das fazendas.

Nas páginas de um importante livro que reconstrói os passos da formação do Jabaquara, o historiador memorialista¹⁷² evidencia o Jabaquara como “um sítio de terras altas e férteis, então desabitadas”.¹⁷³ De maneira semelhante, em uma das obras mais citadas sobre a história de Santos, Francisco Martins dos Santos enfatiza o caráter rural da região, sugerindo um local perfeito para a formação de um quilombo por se tratar de uma área supostamente ausente de interesses fundiários, não integrada às atividades econômicas urbanas da cidade e predominantemente rural. As terras onde se localizava o Jabaquara estariam localizadas

Atrás das terras de Mathias Costa, ainda em estado primitivo, cobertas de matos e cortadas de riachos, havia uma extensão de várzea trançada apenas de caaqueras, cambarás e trapoeirabas, para onde se ia ainda pelo caminho que existia ao lado da Santa Casa, subindo a lombada do morro, passando pela casa de Benjamim Fontana, e a seguir, pelo sítio de Geraldo Leite da Fonseca, que

¹⁷¹ 1886. Ação de Interdito Possessório em que são: Benjamim Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R. Documento gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos (AGFCM).

¹⁷² Acredito que exista uma diferença entre os escritos de memorialistas e os de historiadores memorialistas, porém essa diferença não impede um trabalho conjunto com os dois tipos de fonte histórica. Nesse sentido, sigo aqui a nomenclatura utilizada por Martha Abreu que define o estilo dos historiadores memorialistas como sendo de “um gênero em que se juntavam a história documentada e a opinião do autor (ou as impressões de outros), permanecendo um tipo de crônica marcada pelos ‘olhos do colecionador e a paixão descritiva do viajante’”. Abreu, Martha, op. cit., 1999, pp. 138-139.

¹⁷³ Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942, p. 182.

ficava ao alto, caindo então para a várzea do Jabaquara. Era o único caminho para lá. Aí se colocaram, no possível segredo, todos os negros até então ocultos nas casas particulares e os que apareciam, até que formaram um núcleo numeroso e respeitável.¹⁷⁴

Ao colocar o Jabaquara como uma terra em “estado primitivo”, Francisco Martins dos Santos reforça uma imagem de quilombo como um local ermo e afastado dos rebuliços citadinos das ruas e do porto santista. Essa imagem é uma representação do que se concebe como deveria ser um local onde escravos fugidos da malha da dominação senhorial se abrigavam. Para além dessa construção idealizada do Jabaquara, a citação é valiosa no sentido de fazer referência ao movimento abolicionista local e sua relação com o processo de acoitamento de escravos fugidos. O sítio de Geraldo Leite da Fonseca, por exemplo, seria de propriedade de Maneco Forjaz e lá estariam várias “negras velhas [...] custodiadas pelo grande abolicionista”.¹⁷⁵ Geraldo Leite ainda teria outra propriedade onde supostamente também ocultava diversos escravos fugidos.¹⁷⁶ Osório Duque-Estrada, por exemplo, ao relatar a atuação subterrânea da Confederação Abolicionista através dos “mascates italianos, encarregados de distribuir folhetos pelo interior, e de seduzir escravos nas fazendas, concitando-os à fuga”, tendo muitos desses mascates sido surpreendidos por feitores e assassinados, relatou a fundação de dois “grandes quilombos” com o intuito de esconder “os escravos fugidos ou roubados pelos abolicionistas”: um deles estaria localizado na Chácara Leblon e o outro seria o do Jabaquara, dirigido pelo “negro carregador de café Quintino de Lacerda”.¹⁷⁷

Rui Barbosa, outro importante membro da Confederação Abolicionista, relembra em 1909 as experiências arriscadas ocorridas em Santos naquela década de 1880. Para o então candidato à presidência, o Jabaquara havia sido um dos “marcos iniciais da [...] estrada para o futuro”. Seria ali o local onde os “foragidos da propriedade servil” procuravam reduto e onde encontravam apoio graças à “pia convivência da sociedade santense, toda ela abolicionista”. Porém, o Jabaquara só teria conseguido ser bem-sucedido graças à “intrépida abnegação de Quintino de Lacerda”.¹⁷⁸

¹⁷⁴ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, pp. 12-13.

¹⁷⁵ Idem, p. 12.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Duque-Estrada, Osório, op. cit., p. 90.

¹⁷⁸ Apud, Costa e Silva Sobrinho. *Romagem pela terra dos Andradas*. Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1952, p. 36.

O estudo de algo como o Jabaquara, um local de refúgio de escravos, que durante sua época possuía uma necessidade de ser mantido em relativo segredo e que se encontrava nas margens das leis então vigentes, sempre será extremamente complicado. Porém, como já pode ser percebido, uma maneira de se aproximar do Jabaquara nesse período abolicionista está exatamente na leitura dos diversos escritos de memorialistas ou historiadores memorialistas que não se cansaram de redigir elogios com conteúdos apologéticos que exaltavam uma suposta vanguarda libertária de Santos, as características constitutivas da personalidade de Quintino de Lacerda e sua atuação como liderança incontestável frente os quilombolas e ex-quilombolas do Jabaquara.

Os depoimentos testemunhais ou os primeiros escritos a respeito do tema, que frequentemente se utilizaram desses depoimentos, buscaram recontar a trajetória de um punhado de homens que lutaram pelo fim da escravidão e pela entrada do país na lista das nações “civilizadas”. Entre a diversidade existente dentro do movimento abolicionista e a pluralidade de caminhos que a Abolição ganhou em todo o território nacional, a cidade de Santos ganhou destaque nesses escritos. Construindo uma memória idealizada sobre o município, os memorialistas e historiadores memorialistas pintaram um painel de tranquilidade e consenso entre a população local com relação à questão do elemento servil. Possuindo sempre um discurso apologético e teológico acerca da participação da população santista no auxílio para a vitória da causa abolicionista, esses escritos não cansaram de descrever o município de Santos nesse período como o “sonho permanente do cativo e rumo comum de todo negro que queria ser livre”.¹⁷⁹ Enfim, seria na “raiz da serra famosa [de Cubatão], pouco distante da velha estrada que corria para a ‘Terra Prometida’ de Santos, onde estava o Jabaquara”.¹⁸⁰

Com adjetivações elogiosas e eventos onde se enfrentavam senhores raivosos, capitães do mato desavisados do suposto ímpeto libertário de Santos ou o próprio Exército e a Marinha brasileiros, os memorialistas não cansaram de exaltar as peripécias realizadas pelo movimento abolicionista santista.¹⁸¹ Esse movimento, que esteve marcado pela participação ativa de uma juventude da elite local, se empenhava, sobretudo, em possibilitar o esconderijo e a manutenção da ordem e do controle sobre os inúmeros escravos fugidos que constantemente adentravam no município, dando a

¹⁷⁹ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1940, p. 191.

¹⁸⁰ Idem, p. 194.

¹⁸¹ Ver, Castan, op. cit. Ou, Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1940 Ou ainda, Victorino, Carlos. *Reminiscências, 1875-1898*. São Paulo: Modelo, 1904.

fama de Santos como centro abolicionista por excelência.¹⁸² Américo Martins dos Santos, juiz de direito durante a década de 1880 em Santos, é só elogios e exaltações em relação à atuação de Quintino de Lacerda nessas ações de acoitemento de escravos fugidos:

Quintino de Lacerda possuía um cavalo branco e nele subia a serra, à noite, para encontrar partidas de negros fugidos, que vinham em demanda do Quilombo do Jabaquara. [...] Muitas vezes ele com sua gente enfrentou na estrada de São Paulo os capitães de mato que pretendiam prender os fugitivos, e Quintino, que era valente com as armas, os fazia fugir, para não serem trucidados.¹⁸³

Não tenho dúvidas de que enfrentar o escravismo tenha sido uma ação arriscada e perigosa. Porém, a referência ao cavalo branco não deixa de ser estapafúrdia e engraçada. Ela só reforça a imagem heroica que se tentava construir sobre a atuação dos abolicionistas como indivíduos que enfrentavam inúmeros percalços pela mata à noite, lutando sozinhos contra inescrupulosos capitães do mato. Na mente de um membro da elite abolicionista de Santos, o papel que cabia ao intrépido e valente Quintino de Lacerda era o de salvar os “negros fugidos”. Entretanto, isso só se fazia possível graças ao apoio de “sua gente”, o que imagino que sejam outros homens de cor que o acompanhavam tornando possível tal atuação e que viam Quintino de Lacerda como uma liderança legítima dos interesses dessa população.

A própria narrativa quanto à formação do reduto do Jabaquara é marcada por essa ambivalência que acompanhava o discurso tutelador das elites humanitárias abolicionistas paulistas, sempre sedentas por uma transição controlada do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo essa a principal questão vinculada à visão que propagava boa parte da classe senhorial a respeito da necessidade da manutenção da ordem. Os escravos estavam chegando de diversas regiões, o que fazer? Assim, essas fugas rumo a Santos – lembradas pelos memorialistas e que tinham como seu destino

¹⁸² Para percebermos a pluralidade do movimento abolicionista santista, ver: Mattos, Marcelo Badaró. “Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Goldmacher, Marcela; Mattos, Marcelo Badaró & Terra, Paulo Cruz (orgs.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010. Marcelo Badaró Mattos vem demonstrando a existência de um abolicionismo popular em Santos desde, pelo menos, o fim da década de 1870. Apesar disso, a fama de Santos como cidade libertária parece ter emanado dessa juventude da elite local.

¹⁸³ Depoimento de Américo Martins dos Santos. *O Estado de S. Paulo*. Inquérito Histórico. Coleção de 1926. Apud, Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 48.

final o reduto do Jabaquara – podem ser pensadas de maneiras múltiplas e contemplando anseios de partes antagônicas. Por um lado, claramente aceleraram o processo de desestruturação da sociedade escravista, mas, por outro, a própria formação do reduto respondia a uma demanda dos movimentos abolicionistas da província de São Paulo, ávidos pelo controle desse processo e constantemente preocupados em evitar uma possível desordem maior do que presenciavam.

A historiografia vem lidando com essa aparente contradição há algum tempo. Clovis Moura, em seu clássico livro *Rebeliões da senzala*, explica a formação do Jabaquara “como fruto da ação conjunta de políticos que eram contra o instituto da escravidão, e negros evadidos”.¹⁸⁴ A diferença no seu processo de formação, em comparação com outros redutos de escravos fugidos existentes até então, estaria justamente na presença ideológica do movimento abolicionista e na questão vinculada à autonomia escrava nesse processo e dentro do próprio reduto.¹⁸⁵ Segundo o autor, os escravos evadidos teriam um papel passivo na iniciativa do Jabaquara e a escolha de Quintino de Lacerda como líder se encaixava nos quadros de comportamento que os abolicionistas paulistanos desejavam.¹⁸⁶

Nesse sentido, Clovis Moura salienta que

os abolicionistas, se, de um lado [...] lutavam pela [...] extinção [do cativo], não desejavam, de outro lado, que os próprios escravos participassem do processo emancipador como elementos ativos e possivelmente explosivos; achavam que eles deveriam ficar passivamente aguardando o fim do regime sem participar das lutas.¹⁸⁷

Essa perspectiva sobre o movimento abolicionista e sobre a passividade do cativo na luta pelo fim da escravidão, levantada por Clovis Moura, pode ser percebida nas memórias e nos escritos dos historiadores memorialistas que buscaram relatar a fundação do Jabaquara como um reduto para escravos fugidos. O mito do processo de

¹⁸⁴ Moura, Clovis. *Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 221.

¹⁸⁵ Para uma análise sobre a questão da autonomia escrava, ver: Machado, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n°. 16, março-agosto, 1988.

¹⁸⁶ Para uma interpretação diferente — por entender os escravos como agentes de sua própria história no processo de desestruturação do sistema escravista — acerca da relação existente entre as senzalas e os movimentos abolicionistas organizados, ver: Machado, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico. Movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Editora UFRJ/Edusp, 1994.

¹⁸⁷ Moura, Clovis, op. cit.

fundação do Jabaquara remonta a 1882 e a uma suposta guinada para a radicalização do movimento abolicionista a partir da entrada de uma mocidade santista aguerrida na luta pela Abolição, após uma reunião que se tornara célebre. Por meio de uma decisão unilateral dos abolicionistas presentes nessa reunião, sem a participação direta de nenhum escravo ou liberto, havia sido “resolvida a criação de um reduto para negros, espécie de quilombo, onde se reunissem todos os escravos subtraídos à escravidão”.¹⁸⁸ Não é à toa que Francisco Martins dos Santos descreve a formação do Jabaquara, “o quilombo da liberdade [como], a suprema criação do branco em favor do negro, o ponto mais alto e mais luminoso do abolicionismo brasileiro”.¹⁸⁹ Descrevendo Quintino de Lacerda como um “chefe na altura da responsabilidade, que [...] manti[nha os cativos] em ordem e arrefec[ia] os seus ímpetos naturais e compreensíveis”.¹⁹⁰ Ou seja, segundo o historiador memorialista, o Jabaquara seria um símbolo de como se processou a Abolição em São Paulo: uma empreitada branca resultante das ações filantrópicas abolicionistas e da tutela frente às ações dos cativos que teria posto um fim à escravidão no Brasil.

Presente nessa reunião estaria uma multiplicidade de personagens que representavam o movimento abolicionista local e que posteriormente seriam lembrados como lideranças do Jabaquara. Figuras ilustres como o já mencionado Américo Martins dos Santos ou o major Xavier Pinheiro, constantemente lembrados como colaboradores financeiros do Jabaquara, marcaram presença. No entanto, outros que participaram não através do incentivo financeiro, mas com o esforço físico e representam a participação da gente miúda no movimento, como Santos Pereira – apelidado de “Santos Garrafão” – imigrante português, proprietário de um pequeno negócio que tocava com sua companheira negra e sempre mencionado como colaborador de Quintino de Lacerda, também aparecem na listagem de indivíduos que contribuíram para a coleta inicial que teria dado início ao Jabaquara.

Para além, essa reunião, ocorrida em 1882 seria um marco na vida de Quintino de Lacerda. A partir dela Quintino tornar-se-ia uma figura pública. Após realizar uma campanha de arrecadação e decidir o local onde se construiria o reduto para escravos

¹⁸⁸ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 12. Wilson Toledo Munhóis, em *Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880*, Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982, levanta uma data diferente para a criação do Jabaquara. Segundo o autor, somente com a chegada maciça de escravos fugidos ocorrida a partir de 1886 é que se teria estabelecido no morro do Jabaquara o famoso reduto. Entretanto, ao que tudo indica, a data correta da formação do Jabaquara seja mesmo no ano de 1882.

¹⁸⁹ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1940, p. 200.

¹⁹⁰ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 13. Ver também p. 31.

fugidos, viam como necessário escolher uma liderança. Américo Martins dos Santos então se lembrara de um nome: Quintino de Lacerda. Tendo-o conhecido como escravo de confiança dos irmãos Antonio e Joaquim de Lacerda, Américo Martins dos Santos confessava anos depois admiração por Quintino de Lacerda, um “negro valente, o dominador do Jabaquara”, e vangloriava-se por “o ter descoberto, de ter lhe dado a mão, e hoje, de venerar a sua memória”.¹⁹¹

O papel que atribuíam a Quintino de Lacerda naquele momento era o de salvaguardar o reduto e as rotas de fuga que vinham do interior atravessando a serra do Cubatão, tendo como destino final a cidade de Santos. Conjuntamente a isso, as memórias dos abolicionistas atribuíram a Quintino um papel fundamental que o enquadrava em suas linhas ideológicas de convicção a respeito da população negra. Desordeira por natureza na cabeça das elites humanitárias abolicionistas santistas, essa população de cativos que afluía em grande quantidade para Santos precisava de um “chefe na altura da responsabilidade” e que freasse os “ímpetos naturais”, sinônimo de vadiagem dos foragidos, impelindo-os a entrarem na lógica do trabalho assalariado.¹⁹² Portanto, a atuação esperada e desejada pelos abolicionistas foi, em certa parte, concretizada na figura de Quintino de Lacerda, ao exercer uma liderança tuteladora.

Evaristo de Moraes expressa com bastante clareza essas expectativas. Classificando Quintino como um “herói abençoado”, o autor define as ações do líder ex-escravo do Jabaquara como sendo de extrema importância por exprimir

o traço de união entre a cidade hospitaleira [de Santos] e os fugidos do eito. Sua simpatia, sua dignidade pessoal, sua coragem davam-lhe o suficiente prestígio para manter no respeito e no trabalho aquelas centenas de criaturas, cheias de justificados ódios, de insofridas ambições, de anseios de toda ordem.¹⁹³

Dentro do próprio movimento abolicionista que encabeçou a formação do Jabaquara pode-se perceber a ambivalência que imperava nessa empreitada. Joaquim Xavier Pinheiro, “um dos maiores cooperadores [da campanha abolicionista em Santos], financiando com outros companheiros diversos empreendimentos e o reduto livre de

¹⁹¹ Depoimento de Américo Martins dos Santos. *O Estado de S. Paulo*. Inquérito Histórico. Coleção de 1926. Apud, Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 48.

¹⁹² Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937. p. 13.

¹⁹³ Moraes, Evaristo de. *A campanha abolicionista, 1879-1888*. Brasília: UnB, 1986, p. 218.

Jabaquara”,¹⁹⁴ possuía uma caieira e, apesar de contrariar combinações realizadas entre os chefes abolicionistas, entendia que seus atos benevolentes e filantrópicos pela causa abolicionista deveriam ser retribuídos pelos escravos fugidos. Ao se arriscar financiando as fugas para Santos, Xavier Pinheiro entendia como natural exigir que suas despesas fossem compensadas. Não deixando em momento nenhum de se entender como um importante financiador da causa abolicionista, o empresário santista completava a relação de dívida iniciada com o custeio das fugas através do emprego desses cativos foragidos em seu sítio “apenas a troco do esconderijo e comida, nada lhes pagando [...], naturalmente com o fito de ressarcir-se dos prejuízos verificados com a sua colaboração nas despesas da campanha”.¹⁹⁵

Veremos mais adiante como existia dentro do Jabaquara o estabelecimento de relações de trabalho remunerado entre quilombolas e membros do movimento abolicionista. Porém, o que cabe dizer aqui é que o exemplo de Xavier Pinheiro demonstra uma perspectiva de estabelecimento de novas relações de trabalho no meio urbano para essa população fugitiva. O controle social perpassava diretamente pela criação de relações de trabalho remunerado. Portanto, a liberdade promovida pelos abolicionistas era entendida, pelo menos por uma parte do movimento, como uma possibilidade de promoção do controle social da população negra através do poder que lhes era merecido com o financiamento da liberdade e a consignação de trabalho remunerado que possibilitava a sobrevivência no espaço urbano, criando uma relação de subserviência entre quilombolas e abolicionistas.

Apesar de encontrarmos possibilidades de problematizar o enaltecimento de Santos como vanguarda da liberdade no Brasil, certamente essa fama construída pelos contemporâneos e perpetrada em diversos escritos de Santos, apresentando-a como uma cidade liberal e abolicionista, foi essencial para o poder magnético de atração exercido pelo município em relação às fugas de escravos do interior da província em busca de um porto seguro e de uma maneira de ganhar a vida. Entretanto, a narrativa da passividade do cativo no fim da escravidão não significou uma postura passiva por parte desse cativo. O relacionamento entre escravos e o movimento abolicionista, estabelecido principalmente durante o período de incentivo às evasões das fazendas, proporcionou o convívio de experiências múltiplas que calcavam a ação desses indivíduos. As múltiplas expectativas e os múltiplos significados em relação à liberdade adquiridos por essas

¹⁹⁴ Idem, p. 9.

¹⁹⁵ Idem.

experiências proporcionaram um convívio de solidariedade, conflito e interesses entre escravos, ex-escravos e homens livres que não deve ser entendido como obrigatória e permanentemente excludente.

O maior problema da historiografia recente que se debruça no estudo da população cativa que se dirigiu ao Jabaquara, do movimento abolicionista paulista e da relação entre esses dois polos, que se tangenciavam, está na retirada do papel ativo da população escrava sobre suas vidas, suas escolhas e seus projetos de futuro. Ao classificá-los como “massa de manobra”¹⁹⁶ ou como “meros títeres”¹⁹⁷ das lideranças abolicionistas, que de maneira sorrateira e manipuladora teriam utilizado esses “ingênuos” escravizados em prol de seus variados interesses, essa historiografia menospreza a atuação de indivíduos como Quintino de Lacerda e, principalmente, a dos diversos escravos anônimos para nós hoje, mas que, ao analisar as possibilidades que se abriam ao seu redor, preferiram correr os riscos de romper com as amarras e a ordem vigente e deslocaram-se em direção a Santos.

Longe de compreender Quintino de Lacerda como um herói possuidor de uma trajetória imaculada e que esteve sempre do lado da liberdade desejada pelos cativos, é preciso entendê-lo como um homem de seu tempo, com seus objetivos e suas contradições. Assim, Quintino de Lacerda buscou e possibilitou a articulação entre uma elite humanitária que almejava um futuro longe da escravidão para a nação, sendo que esse desejo perpassava pela proletarização e pela manutenção do controle da mão de obra negra, e os anseios e desejos da população escrava que buscava fugir da camisa de força empreitada pela classe senhorial. Sem o estabelecimento dessa conexão, os objetivos de ambos os grupos dificilmente seria concretizado. Concomitantemente, a liderança do Jabaquara utilizou-se de sua posição proeminente para adquirir privilégios e ascender socialmente.

Ou seja, ao invés de entender o paternalismo inerente à atitude dos abolicionistas à qual Quintino de Lacerda estava vinculado como uma artimanha ou uma armadilha que funcionava para atrair os escravos fugidos e perpetrar, agora sob uma justificativa moral, uma nova lógica de exploração sobre a mão de obra negra numa perspectiva

¹⁹⁶ Machado, Maria Helena. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.), op. cit., p. 242. Ou, Rosenberg, André, op. cit., p. 234.

¹⁹⁷ Idem, Rosenberg, p. 234. Ou seja, na mesma página André Rosenberg classifica os ex-escravos do Jabaquara destas duas maneiras: “massa de manobra” e “meros títeres”.

assalariada,¹⁹⁸ prefiro romper com esse ponto de vista. Essa visão beira o maniqueísmo, colocando de um lado os “malvados abolicionistas” e de outro os “ingênuos escravos”, explorados e manipulados pelos abolicionistas locais que supostamente escondiam seus escusos interesses por trás do discurso que propagavam. Apesar da existência de relações hierárquicas e de poder, os escravos e ex-escravos não podem perder o seu papel de agentes históricos. Fugindo de respostas simplistas em relação à articulação das senzalas com o movimento abolicionista organizado, percebemos como a formação do reduto do Jabaquara foi precedida da existência de outras ações e experiências que demonstravam como o controle das transformações do período não estava somente nas mãos da classe senhorial nem dos movimentos abolicionistas organizados.

As fugas de escravos e a atração exercida por Santos como refúgio provavelmente precederam a organização do Jabaquara, datada de 1882. Ao que tudo indica, a preocupação do movimento abolicionista organizado paulista de sistematizar uma rota de fuga mais segura para a leva de escravos evadidos das fazendas respondia a uma demanda dos próprios escravizados, que espontaneamente, desde pelo menos fins da década de 1870, procuravam abrigo e localização para se porem a salvo na cidade portuária.¹⁹⁹ A própria geografia da região litorânea da província facilitava a organização de esconderijos para escravos fugidos. A proximidade do mar com a serra e a dificuldade de acesso à região tornaram possível nessas terras a proliferação de quilombos, como o de Cubatão.²⁰⁰ Portanto, o Jabaquara não estava sozinho no processo abolicionista santista, nem no processo de integração dos negros na sociedade local. Se o espectro do Jabaquara aparece com pujança nos escritos memorialísticos, a existência de outro quilombo, comandado por Pai Felipe, apresenta-se de maneira subestimada. A dificuldade de se encontrar fontes a respeito do Quilombo do Pai Felipe tem impedido maiores avanços nas pesquisas a respeito dos quilombos que se localizavam nos limites urbanos de Santos. As referências que chegaram até nós sobre Pai Felipe estão sempre vinculadas à existência do Jabaquara. Como explica Francisco

¹⁹⁸ Para uma análise que segue essa linha interpretativa, ver: Munhós, Wilson Toledo, op. cit.

¹⁹⁹ Santos, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo, 1885-1888. São Paulo: IPE/USP, 1980, p. 78.

²⁰⁰ Pouco se sabe sobre os quilombos existentes na região da serra de Cubatão anteriormente à década de 1880. Francisco Martins dos Santos supunha que Pai Felipe tivesse sido o último chefe dos quilombos do Cubatão. Santos, Francisco Martins dos. *A história de Santos*. 2ª ed. São Vicente: Caudex, 1968. Apud, Machado, Maria Helena, op. cit., 2006, p. 249.

Martins dos Santos, Pai Felipe seria o último chefe do Quilombo de Santos e era o “rei negro, trazido para o Jabaquara logo em 1882, e mantido em lugar de honra...”.²⁰¹

Carlos Victorino foi um dos poucos memorialistas que se dedicaram mais detalhadamente em seus escritos a descrever o quilombo do Pai Felipe. Em seu livro publicado em 1904 nos informa que

Num dos recantos da Vila Mathias existia o “quilombo” chefiado por Pai Felipe, um preto já velho, mas de um tino aguçado, comandando com muita prudência o “seu povo”. Nesse “quilombo”, embrenhado numa porção de mato e habilmente encoberto de vistas perseguidoras, fizera Felipe o acampamento de sua gente que trabalhava no corte de madeira para lenha e construção, e na indústria de chapéu de palha. [...] Pai Felipe, aos domingos, franqueava o seu “quilombo” aos rapazes e homens conhecidos como abolicionistas, tratando-os com esmerada cortesia e contando das fazendas coisas do arco da velha, coisas de fazer arrepiar os cabelos. [...] Enquanto ele fazia narrações, a “sua gente” dançava o samba no terreiro, ao som do “tambaque”, pandeiro e chocalho, a cuja cadência, mulatinhas ainda novas e crioulos robustos, bamboleavam o corpo, meneavam as cadeiras, picavam com o pé, fazendo um círculo vagaroso até encontrarem-se os pares que se esbarravam numa proposital umbigada certa, cheia, fazendo o corpo dar meia volta.²⁰²

A imagem de um território isolado e distante da vida urbana local parece ser dissipada com essa descrição. Apesar de estar relativamente escondido, o “quilombo” não deixava de realizar seu aparentemente bastante conhecido e concorrido samba. Veremos mais adiante como essas práticas culturais predominantemente realizadas pela população de cor foram marcantes nas festas pela Abolição ocorridas em Santos. No entanto, o que devemos ressaltar agora é a presença dos membros abolicionistas santistas e provavelmente dos mais ilustres, como Antonio Bento ou José do Patrocínio, que por vezes se encontravam na cidade para promover a causa da Abolição, nas festas de um refúgio de escravos fugidos, indicando uma articulação política entre o movimento abolicionista organizado e as senzalas, assim como uma aproximação com as atividades urbanas da cidade portuária. Ao mesmo tempo em que a localização do quilombo era utilizada para promover uma articulação política vantajosa para os quilombolas pela proteção que o movimento abolicionista proporcionava e para

²⁰¹ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1968, p. 237. Apud, Rosemberg, André, op. cit., p. 223.

²⁰² Vitorino, Carlos. *Reminiscências, 1875-1898*. São Paulo: Modelo, 1904, pp. 64-67.

legitimar o sucesso da empreitada abolicionista, sua proximidade de um centro urbano em expansão era importante para proporcionar meios de ganhar a vida a essa população. O corte de lenha e a produção de chapéus de palha provavelmente abasteciam o comércio local com produtos baratos e possibilitavam o sustento do quilombo. Essa lenha produzida no quilombo do Pai Felipe pode ter tido um papel fundamental no fornecimento de combustível para os diversos navios que aportavam no movimentado porto de Santos.

Falando no porto, outro fator importante de atração dessa população cativa provavelmente foi o fato de Santos ser de longa data uma cidade portuária. Como vimos no primeiro capítulo, o trânsito constante de pessoas das mais variadas nações e dos mais variados tipos possibilitava a diluição da rigidez da sociedade escravista presente em outras regiões da província e permitia algumas brechas, principalmente no mercado de trabalho urbano, para a inserção dos fugidos. Nesse momento a população pobre livre de Santos passava a fazer parte do cenário político, atuando através de protestos barulhentos, motins de rua e dando novos e radicais significados às empreitadas abolicionistas. Para pesar das elites, a arraia-miúda entrava em cena através desses protestos, contestando uma urbanização excludente e elitista que se engendrava em Santos e em diversas outras cidades do Sudeste. O ataque contra a Companhia Inglesa Santos Improvements conhecido como “quebra-lampião”, ocorrido em 1884, é um bom exemplo desse fenômeno.²⁰³ Num olhar panorâmico, o que se pode perceber nesse momento é uma cadeia de contatos que possibilitou a colaboração entre homens livres e escravos nas fugas coletivas das fazendas cafeeiras, o estabelecimento de rotas de fuga seguras, abrigos para a leva de cativos foragidos e o oferecimento de suportes materiais e sociais no ponto final da chegada.

Esses contatos permitiram o estabelecimento de lideranças como Quintino de Lacerda, um ex-escravo que conseguiu ascender socialmente agindo de acordo com o papel que lhe era designado, porém nunca se subordinando de maneira passiva aos desejos das elites abolicionistas. Na verdade, foram exatamente as brechas abertas pela conexão entre esses dois mundos que se entrecruzavam que permitiram Quintino de Lacerda alcançar o status que adquiriu, pressionando as hierarquias da sociedade escravista. Ao mesmo tempo, essas relações, por ser estabelecidas com figuras conhecidas tanto de Santos como do restante da província de São Paulo, também foram

²⁰³ Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., pp. 95-96.

fundamentais para salvaguardar fisicamente os indivíduos atuantes do Jabaquara, principalmente os escravos fugidos, garantindo proteção fundamental para a existência do reduto devido à notoriedade dos adeptos da causa.

Pois bem. Vimos a fundação do reduto do Jabaquara e a ascensão ao cenário público de Quintino de Lacerda. Neste momento podemos passar a analisar as descrições sobre o Jabaquara e sobre Quintino de Lacerda presentes nos memorialistas, assim como as relações existentes entre o movimento abolicionista organizado paulistano, Quintino de Lacerda e os escravos fugidos. Nesses trechos, os memorialistas revelam características constitutivas do reduto, da mesma maneira que evidenciam novamente as contradições e ambivalências que permearam o movimento abolicionista.

Uma das exposições mais detalhadas a respeito do Jabaquara e de Quintino de Lacerda está presente no livro do famoso republicano radical Silva Jardim, publicado em 1891. Tendo vivido em Santos entre 1886 e 1888, Silva Jardim presenciou e participou de maneira ativa da campanha abolicionista e republicana levada a cabo na cidade. O representante do “movimento abolicionista das elites humanitárias paulistas”²⁰⁴ teceu longos comentários sobre a cidade de Santos, o Jabaquara e a personalidade do nosso personagem central: a liderança negra do Jabaquara. Para o famoso republicano

Santos fora de longa data um foco abolicionista, sem distinção de partidos nem nacionalidades. Era aí que se achava o célebre quilombo do Jabaquara, protegido pela população, ao qual muitos comerciantes forneciam mantimentos, a pedido do chefe negro Quintino de Lacerda.²⁰⁵

Percebemos Silva Jardim, assim como os demais memorialistas, reforçando a imagem de Santos como uma cidade libertária e abolicionista por excelência, tendo sua população local ultrapassado diferenças para lutar em prol de uma causa comum: a Abolição. Apesar de termos visto há pouco que o apoio desses comerciantes referidos na passagem veio através do estabelecimento de uma relação de reciprocidade coercitiva, Silva Jardim indica o papel fundamental exercido por Quintino de Lacerda

²⁰⁴ Classificação presente em: Machado, Maria Helena. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos, op. cit.

²⁰⁵ Jardim, Silva, op. cit., 1891, p. 82.

nesse empreendimento. Ao estabelecer uma conexão entre dois mundos opostos, todavia dependentes entre si, Quintino de Lacerda agiu como uma ponte criando possibilidades para uma aproximação até certo ponto vantajosa para esses dois polos. Foi exatamente através do estabelecimento de uma relação de confiança com esses dois extremos que Quintino de Lacerda conseguiu ascender socialmente. Por isso mesmo as descrições realizadas pelos memorialistas, ao mesmo tempo em que exaltam a atuação de Quintino de acordo com os desígnios que esperavam dessa atuação, demonstram o preconceito vigente naquela sociedade com a população de cor.

Por ocasião das celebrações ocorridas pela promulgação da lei de 13 de Maio de 1888, Silva Jardim compareceu a um jantar realizado na casa de Quintino de Lacerda. O jantar provavelmente fora luxuoso. Aquele era o momento ideal para Quintino e sua esposa utilizarem seu jogo de talheres completo, seus variados panos de mesa, beber das bebidas que tinham e dançar suas “danças originais” que foram marcantes nas ruas de Santos naquela época.²⁰⁶ Porém, Silva Jardim não se ateu em suas recordações ao jantar propriamente dito. Preferiu tecer outros comentários que haviam lhe chamado a atenção naquele momento e graças a esse evento temos hoje a mais detalhada descrição de um reduto de escravos fugidos e acoitados pelos movimentos abolicionistas que proliferaram pela década de 1880 no Brasil. Transcrevo aqui a passagem completa presente no livro para posteriormente a destrincharmos:

Uma tarde jantamos em casa de Quintino de Lacerda, que lhes apresento, como um preto inteligente e honrado, no quilombo do Jabaquara, que os convido a visitar comigo. Vamos por aqui, caminho da Villa Mathias; há *bond*. Depois, seguiremos a pé, por este trilho. Aqui já se não ouve o ruído da cidade. Agora vejam esta série de casinhas, ligadas entre si, num grande barracão, precedidas de um *armazém*, que serve de fornecimento a todos. Em frente o *terreiro*, o pátio comum, e em uma banda um caramanchão, para o descanso geral, e para a festa. Deste lado a planície, que olha a terra, deixando à margem o mar, que murmura ao longe; nesta planície estão as terras aforadas onde os pretos trabalham; deste lado a montanha, enorme, que defende o quilombo contra a cidade, no caso de ataque: um só carreiro, dificilmente transitável e sempre vigiado pelos espias do chefe, podia servir de comunicação. Vejam ali, naquela encosta, uma única habitação anterior ao quilombo, e a ele cavalaria; casa de campo de um abolicionista, palmeiras em derredor, dando ares daquele quilombo Leblon, do Seixas, no Rio de Janeiro, que avista do alto o mar,

²⁰⁶ Vide capítulo 1.

quebrando-se na praia, na Copacabana, e donde vieram flores à Princesa no dia 13 de maio. [...] Era aí que, protegido pela montanha, Quintino recolhia os companheiros fuggitivos, e dava-lhes trabalho. O bom preto tornara-se uma garantia de ordem para a cidade; exercia o cargo de inspetor do seu quarteirão, e era como tal muito estimado. Um sergipano. Como aportara àquelas plagas? não me recordo. Fora escravo de Antonio Lacerda Franco, de quem era amigo, e que o libertara. Tinha todas as qualidades físicas do chefe; vejam este enorme corpo, esta fisionomia grande, este olhar seguro, esta barba, este *aplomb*. Entretanto, era modesto; para nos apertar a mão e abraçar-nos era mister instância. Trabalhava e gastava com os seus as suas economias. Era pai, e amava sua companheira. Bom homem! Prova de que o mérito, mesmo intelectual, não está só com os letrados; por que ele vira claro sua missão; excelente negro! Demonstração palpável de que a sua raça podia produzir tipos dignos que recordassem a figura respeitável dos Henrique Dias, dos Bezerra Cavalcanti, dos Luiz Gama!²⁰⁷

Ao nos convidar para uma visita pelas terras do Jabaquara, Silva Jardim parece estar realizando um passeio inofensivo por arrabaldes turísticos e pitorescos. A serra com sua planície, a montanha, o mar, as palmeiras a distância: tudo indica um local idílico e afastado onde os egressos do cativeiro conseguiam encontrar refúgio, paz e liberdade. Obviamente, a boa localização fora fundamental para o sucesso da empreitada da construção do Jabaquara. Para esses jovens modernos abolicionistas e republicanos habituados com as movimentadas ruas centrais de Santos o Jabaquara era o fim do mundo e, por isso mesmo, um local ideal para a formação de um reduto para escravos fuggidos. Porém, era um fim do mundo acessível graças às modernas redes de transporte urbano que vinham sendo implementadas com as transformações urbanísticas pelas quais passava a cidade portuária.

As primeiras linhas de bonde na cidade são datadas da segunda metade do século XIX. Na década de 1880, os bondes utilizados pelos abolicionistas eram os conduzidos por burros e simbolizavam a chegada dos novos tempos. A velocidade, a pressa e a possibilidade de se chegar com maior facilidade a locais antes considerados remotos e de difícil acesso mudavam o cotidiano urbano de Santos. Naquele ano de 1888 em que Silva Jardim teve o prazer de conhecer o Jabaquara e jantar com Quintino de Lacerda, o município possuía duas linhas de bondes por tração animal: uma urbana, que circulava exclusivamente pelas ruas centrais próximas ao porto, e outra suburbana, que levava os

²⁰⁷ Jardim, Silva, op. cit., pp. 86-88.

abolicionistas até sua estação final, localizada na então isolada região da Vila Mathias. Depois de saltarem no ponto final do bonde bastava uma caminhada numa estrada estreita e tortuosa que se iniciava atrás da Santa Casa de Misericórdia, passando pela chácara de Benjamin Fontana e à esquerda do morro de monte Serrat.²⁰⁸

Certamente os abolicionistas, ao planejar a formação do reduto, tiveram em mente a localização estratégica do Jabaquara. Essa boa localização fora fundamental para o sucesso da empreitada e demonstra uma diferença fundamental em relação aos demais locais onde escravos buscavam se abrigar ao fugir. Estando em um local onde não se ouviam ruídos da cidade, com a existência apenas de uma entrada dificilmente transitável e constantemente vigiada por cativos que lá buscavam refúgio, o Jabaquara conseguiu sobreviver sem grandes percalços durante a vigência do sistema escravista. Ao mesmo tempo, estando localizado nas proximidades da estação final do bonde suburbano com tração animal, os escravos fugidos conseguiram tirar vantagem das redes sociais responsáveis pela sua elaboração e perpetuação. A estratégia era simples e se mostrou muito eficaz: ao invés de se esconder, era necessário serem conhecidos. Mas não era qualquer um que deveria conhecê-los. Ao ser constantemente visitados pelos abolicionistas, os escravos acoitados localizados no Jabaquara tiveram como estratégia de sobrevivência o estabelecimento e a ampliação da associação com figuras ilustres locais, criando um clima de constrangimento aos senhores e impossibilitando, ou melhor, deixando as autoridades receosas de tomarem uma ação mais enérgica contra aquela afronta à propriedade.

²⁰⁸ Depoimento de João Salerno. Apud, Santos, Francisco Martins dos, op, cit., 1937, p.50.



“Jabaquara e Pedreira das Docas”. In: Edição Especial. *Revista da Semana/Jornal do Brasil*. Número especial dedicado à cidade de Santos, janeiro de 1902, p.15. A montanha que protegia o Jabaquara posteriormente foi transformada em uma pedreira que forneceu material para as reformas de melhoramento do porto. Os operários que lá trabalhavam estiveram ligados diretamente ao insucesso da greve de 1891 promovida principalmente pelos trabalhadores da região portuária. Essa greve e sua relação com o Jabaquara serão abordadas com mais detalhes no capítulo 4. Nessa imagem vê-se a fileira de casas que constituía o Jabaquara, a montanha que protegia o reduto à esquerda e ao fundo o Morro do Lima, quase todo destruído por causa das reformas urbanísticas.

Após a viagem de bonde e a caminhada, Silva Jardim chegava ao famoso Jabaquara. Aproveitando a oportunidade, passou a descrever alguns aspectos da estrutura física existente no local. Ao longe ele via a casa de campo de um abolicionista. Não se sabe ao certo a quem pertencia aquela casa, mas esse detalhe revela como aquele já era um local conhecido pelo movimento abolicionista de Santos e não um ermo escolhido ao acaso para abrigar os escravos fugidos ou acoitados. Silva Jardim também comparava aquele cenário que via a outro conhecido da época, o “quilombo Leblon”, localizado no Rio de Janeiro.²⁰⁹ O Jabaquara e o Leblon eram os principais exemplos de como as redes sociais salvaguardaram a existência de redutos construídos pelos movimentos abolicionistas para as levas de escravos fugidos que se multiplicaram na região sudeste.

²⁰⁹ Para um estudo detalhado sobre o “quilombo Leblon” e o que o autor vem chamando de “quilombos abolicionistas”, ver: Silva, Eduardo, op. cit., 2003.

Entretanto, diferentemente da empreitada semelhante promovida pelos abolicionistas do Rio de Janeiro, de onde possuímos poucas informações sobre a dinâmica interna e sobre como viviam os escravos que lá habitavam, para o caso do Jabaquara temos como nos aproximar dessa realidade. Na fotografia acima percebemos uma fileira de casinhas, uma do lado da outra, todas juntas, muito semelhantes à imagem descrita por Silva Jardim. No capítulo 1 vimos uma imagem semelhante de habitação coletiva, construída de madeira e ligada entre si. Junto a essas casas existiria um armazém que servia de fornecimento aos habitantes do local. Silva Jardim não nos informa se os escravos fugidos que lá viviam precisavam pagar pelos alimentos e utensílios que eram fornecidos nesse armazém. Porém, podemos imaginar que ele era controlado por Quintino de Lacerda. Talvez a experiência que havia adquirido ao comandar o Jabaquara e seu armazém o tenha levado à formulação da pequena venda que possuía em 1898. Os espaços de convívio eram importantes para aquela comunidade construída no Jabaquara. Ao mesmo tempo em que as precárias habitações e o armazém possibilitavam uma vida que valorizava um convívio coletivo, a existência de um terreiro e um caramanchão reforçavam esse modo peculiar de vida construído pelos quilombolas que lá buscaram refúgio. O descanso do exaustivo dia de trabalho, as festas, as conversações, os encontros amorosos, ou seja, os momentos propícios para a troca de experiências e a construção de uma forma comum de se entender o mundo, encontravam respaldo na forma em que se organizava fisicamente o reduto do Jabaquara.

A necessidade de descansar está vinculada às formas de trabalhar. Os escravos fugidos do Jabaquara se ocupavam basicamente de duas formas de trabalho. Uma delas estaria diretamente vinculada às experiências que adquiriam durante o trabalho na lavoura e a negação de uma transformação simples de trabalhador escravo para trabalhador assalariado. A liberdade estaria associada à ideia de trabalho direto com a terra e sem patrão. As “terras aforadas onde os pretos trabalham” possibilitavam a esses indivíduos um controle sobre as horas de trabalho, quem trabalharia e quanto seria trabalhado.

A segunda forma de trabalho indica que as atividades laborais desses quilombolas não se resumiam às terras que cultivavam. Silva Jardim sugere que Quintino de Lacerda possuía um papel fundamental nessa tarefa ao ser responsável por inserir os escravos refugiados na lógica do trabalho assalariado. Empregando-os no mercado urbano de trabalho, Quintino de Lacerda exercia um papel fundamental para o

movimento abolicionista organizado: o de atuar no processo histórico que possibilitou a adesão dos escravos fugidos a um projeto de transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A escolha de Quintino de Lacerda para estar à frente do Jabaquara não havia sido pelo simples fato de ele possuir “todas as qualidades físicas do chefe”. A imagem de um ex-escravo que havia conseguido alcançar a liberdade certamente era mais valiosa, pois simbolicamente era mais poderosa e de maior competência de convencimento para os escravizados que buscavam a liberdade com suas fugas aderirem à causa do Jabaquara do que a de um imigrante europeu ou a de um abolicionista membro das elites ou dos grupos médios urbanos de então. As fugas em massa das fazendas do interior de São Paulo foram muito mais intensas do que as ocorridas no Rio de Janeiro. A figura de um ex-escravo deve ter sido pensada com o objetivo de facilitar o sucesso do Jabaquara e criar mecanismos de conexão entre o mundo da senzala e o mundo dos salões abolicionistas, esses dois mundos tão distantes entre si. Não era qualquer um que conseguiria convencer aquela “onda negra” a aderir à ideia que tentava ser vendida pelas lideranças abolicionistas locais. De nada adiantaria a formação do reduto do Jabaquara se os escravos fugidos não aderissem a tal ideia.

As fugas coletivas, por vezes realizadas por escravos, outras por libertos condicionais que não toleravam a manutenção das relações de subserviência que tinham com seus senhores, ocorriam aos montes. Com o passar dos anos, cada vez mais o destino comum dessas levas de escravizados era a cidade de Santos e o Jabaquara. Como conta Castan

Depois de longos dias de penosa marcha por péssimos e intérminos caminhos, homens, mulheres, velhos e crianças, famintos, cansados, enfraquecidos, esfarrapados, esses míseros componentes da mísera caravana, descia[m] a serra Paranapiacaba, [...] caminhava[m] pela estrada que margeia a linha férrea e se aproximava[m] da Ponte do Casqueiro, braço de mar que precisava atravessar para chegar a Santos, a cidade abolicionista por excelência, e daí ao Jabaquara, bairro da mesma cidade, refúgio de fugitivos onde descansaria[m], para depois cada um tomar o seu rumo.²¹⁰

Aproveitando-se das estradas que margeavam a linha férrea ou ocupando vagões com consentimento de funcionários abolicionistas das companhias ferroviárias e com o

²¹⁰ Castan (Elisário Castanho). **Scenas da abolição e scenas várias. Horrores da escravidão no Brasil.** Metodista, São Paulo, 1924. Apud, Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 16.

apoio dos movimentos abolicionistas organizados nas cidades, as ondas sucessivas de escravos fugidos de diversas regiões da província de São Paulo em direção a Santos avolumaram-se com a consolidação do reduto.²¹¹ Sem dúvida exagerando nos números, alguns autores chegam a afirmar que o Jabaquara teria albergado até 10 mil escravos fugidos.²¹² Ainda que discutível, o elevado número de cativos em fuga permite questionar a apontada ausência de sua participação na formação do reduto. Ao mesmo tempo a pressão escrava pelo fim do cativo, com suas fugas coletivas que inviabilizavam a manutenção do controle da população negra, possivelmente levou os abolicionistas locais a buscarem soluções para as ondas de escravizados que se espalhavam por Santos.

Já pudemos perceber que estando temerários com o futuro que se desenhava à sua frente, o projeto de liberdade dos senhores de escravos e de determinados setores do movimento abolicionista estava vinculado diretamente à necessidade da manutenção da ordem e do controle sobre a força de trabalho negra. Sem dúvida a ideia de guiar os escravos ao que seria a verdadeira liberdade, aquela na qual o ex-escravo deveria manter-se dentro das leis vigentes e dedicar-se ao trabalho assalariado empregando-se com seu ex-senhor agora patrão, fora marcante desde o princípio da organização do Jabaquara. E Quintino de Lacerda parece ter sido um perito em jogar com o dualismo presente nessa lógica.²¹³

O sobrenome de Quintino pode ser um indicativo da relação que ele construiu ao longo de sua vida com o paternalismo senhorial. As cartas de alforria representavam conjuntamente um mecanismo de controle senhorial e um esforço do escravo de retirar das mãos do senhor a sua liberdade.²¹⁴ Um mecanismo eficaz para a concretização desse esforço está presente no estabelecimento de um relacionamento de proximidade e até certo ponto de confiança entre o escravo e o senhor. Tendo sido escravo de ganho doméstico – cozinheiro – dos irmãos republicanos Antonio e Joaquim Lacerda,²¹⁵

²¹¹ Ver: Moura, Clovis, op. cit.

²¹² Francisco, Martins dos Santos, op. cit., 1937, p. 42.

²¹³ Como sugere Genovese ao analisar um contexto diferente, mas com similaridades inegáveis, as “classes menos favorecidas” eram tratadas com “certo respeito”, pois essas “a quem a mudança beneficiará, podem vir a querer muito mais do que lhes é oferecido, já que algo lhes é oferecido”. Genovese, Eugene, op. cit., p. 77.

²¹⁴ Ver: Chalhoub, Sidney, op. cit., 2003.

²¹⁵ Segundo alguns autores, Quintino teria sido especificamente escravo de Antonio Lacerda Franco e havia sido adquirido pelo republicano no fim da década de 1870. Junto com outras figuras republicanas ilustres locais, Antonio Lacerda Franco participou da Junta Governativa que esteve à frente na administração do município de Santos quando da proclamação da República. Antonio Lacerda Franco se candidatara para o cargo de senador pelo Partido Republicano na década de 1890 e exercera o cargo de

Quintino parece ser um bom exemplo de escravo que alcança a liberdade graças à benevolência senhorial construída a partir de um contato próximo promovido pelos encontros cotidianos de um escravo de ganho especializado nos afazeres domésticos com o seu senhor. Aceitando, pelo menos em parte, as regras impostas pela classe senhorial, ao que tudo indica passa a utilizar o sobrenome de seus antigos senhores como se seu sobrenome fosse:

O bairro do Jabaquara, situado por detrás do morro da Santa Casa, era o refúgio dos míseros negros escapados as fazendas. Eles trabalhavam na cidade, como carroceiros, ensacadores de café etc. etc., sendo protegidos até por alguns filhos de fazendeiros, escravocratas, que, influenciados pelo meio, vivendo em Santos como caixeiros no grande comércio de café, se tornavam abolicionistas. [...] No Jabaquara era chefe o negro Quintino de Lacerda, filho do Ceará, ex-escravo da família Lacerda Franco, da qual, parece, tomou o sobrenome, e que, nos primeiros tempos da República [...] foi pelos brancos eleito vereador da Câmara Municipal de Santos.²¹⁶

Castan foi o único a afirmar que Quintino havia vindo do Ceará para o sudeste cafeeiro. Apesar do aparente equívoco, as memórias do misterioso abolicionista são valiosas. Mais uma vez percebemos a relação entre escravos, membros da elite e do movimento abolicionista e as relações entre a luta pelo fim do cativo e a integração dos escravos fugidos nas lógicas do trabalho assalariado, especialmente os que podiam ser exercidos no agitado porto de Santos. O abolicionista também indica que o nome completo de Quintino de Lacerda provavelmente teria sido adotado pela liderança do Jabaquara após adquirir sua liberdade. Ao acrescentar ao seu primeiro nome o sobrenome Lacerda, Quintino passou a carregar consigo todo um passado que permitia a continuidade de laços criados ainda no cativo, conectado diretamente à sua condição passada de cativo e a uma série de valores senhoriais de dominação, mas que do mesmo modo franqueava um capital simbólico de barganha frente aos demais escravos e aos poderosos locais.

A visão dos negros compartilhada entre determinados abolicionistas e membros da classe senhorial como potencialmente vagabundos, criminosos, devassos e outros

senador durante a década de 1920. Também exerceu o cargo de presidente da Associação Comercial de Santos entre 1887-88. Ver: Depoimento de Antonio Augusto Bastos. *O Estado de S. Paulo*. Inquérito Histórico. Coleção de 1926. Apud, Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 46. Ou, Rodrigues, Olao. *Veja Santos!* Santos: Prefeitura de Santos, 1973, pp. 382-383.

²¹⁶ Castan, op. cit., pp. 70-71.

epítetos pouco lisonjeiros havia de ser repensada com a atuação de Quintino de Lacerda, um “excelente negro”, uma “demonstração palpável de que a sua raça podia produzir tipos dignos”. Os comentários de Silva Jardim podem ser entendidos como um sinal de verdadeira admiração e amizade existente entre ambos, contudo revelam as contradições e ambivalências dos movimentos abolicionistas existentes no Brasil e suas dificuldades de lidar com os principais beneficiados com o fim da escravidão: os próprios escravos. A tônica do discurso adotado era a da necessidade da manutenção da ordem, ficando latente a perspectiva majoritária do período que apregoava uma inferioridade intrínseca da “raça negra”. A caracterização de Quintino de Lacerda realizada por Silva Jardim como exemplar para uma liderança popular negra é evidente com relação a isso: *apesar de ser negro*, Quintino de Lacerda apresentava todas as características desejadas em um líder. Os tons elogiosos encontrados nas páginas das memórias refletem esse preconceito racial vigente, as expectativas em torno da atuação de Quintino de Lacerda e como ele soube transitar dentro dessas categorias que o inferiorizavam pelo fato de ele ter sido escravo e ser negro, conseguindo usufruir de maneira singular dessas expectativas construídas ao seu redor. Suas ações, seja adotando o sobrenome de seu ex-senhor, se arriscando embrenhando pelas matas da serra do Cubatão com o objetivo de garantir a segurança dos escravos que buscavam a liberdade através das rotas de fuga organizadas pelo movimento abolicionista ou liderando a população de escravos fugidos que habitavam o Jabaquara, estão inseridas na construção de um movimento abolicionista que prezava pela manutenção da ordem, mas não abria mão do ataque direto à propriedade escrava.

Nesse sentido, Quintino de Lacerda parece ter tido um papel fundamental na possibilidade de sucesso da empreitada do movimento abolicionista através da construção do Jabaquara como um refúgio para escravos fugidos. Segundo Francisco Martins dos Santos, após uma visita de Antonio Bento à cidade de Santos,

Combinou-se [que] [...] alguns homens de Quintino de Lacerda fossem acampar na raiz da serra, junto ao Cubatão, [...] a fim de receber os negros fugidos através das matas, e disputar, se tanto fosse preciso, aos capitães de mato, a posse dos seus perseguidos. Tal procedência visava completar o trabalho dos “caifazes” do próprio Antonio Bento, que, conseguindo a fuga em massa das fazendas do interior, encaminhavam os fugitivos para a Serra do Mar, para o ponto onde os guias de Santos deviam conduzi-los a salvo para a liberdade da terra santista. [...] Quintino exultou com a perspicácia da luta e,

algumas semanas depois, já seguia ele [...] com um grupo regular de negros decididos para os pontos determinados da serra do Cubatão, deixando em Santos a outra parte da gente necessária à guarda do reduto. Daí, pelo tempo adiante, surgia de vez em vez, pela estrada ou em canoas pelo lagamar de Caneú, uma escolta do chefe negro, trazendo dez, vinte e até mais escravos famintos e seminus, recebidos junto à raiz da serra ou junto às maltas do Zanzalá. Contavam-se, então, a respeito de Quintino, várias e verdadeiras façanhas, que ele somente confirmava com um riso rasgado e sem palavras.²¹⁷

Francisco Martins dos Santos caracteriza a atuação de Quintino como um verdadeiro herói romântico atuando para a salvação dos “escravos famintos e seminus”. O reduto do Jabaquara e as descrições a respeito da personalidade de Quintino de Lacerda misturavam tons que iam da benevolência à defesa do controle da população negra e chegando por vezes ao preconceito explícito. Ao mesmo tempo, o movimento abolicionista assumia a existência da necessidade de se estabelecer relações com os escravos para atingir o sucesso de suas empreitadas e de como os cativos estavam participando do processo de desestruturação do escravismo e do processo histórico de transformação das relações de trabalho de maneira ativa, mesmo esse não sendo o desejo de alguns setores do abolicionismo. Porém, tomando o cuidado necessário ao se analisarem os escritos de um historiador memorialista, pode-se chegar à conclusão de que o papel de Quintino de Lacerda frente ao Jabaquara, para além de representar um elo entre o movimento abolicionista organizado e os escravos, ou como simples responsável por refrear o comportamento dos escravos, controlando seus “ímpetus naturais”,²¹⁸ teve um sentido prático fundamental no processo de desestruturação da escravidão ao permitir o sucesso das fugas coletivas de escravos do interior de São Paulo através da serra do Cubatão até o Jabaquara e ao demonstrar para as elites humanitárias abolicionistas que se quisessem ver seus projetos concretizados, seria necessário articular-se e entrar em acordo com a população de cor liberta ou evadida das fazendas. Uma transformação tão grande como o fim do sistema escravista brasileiro não se fez apenas com palavras. Se os abolicionistas letrados conseguiram juntar multidões nos *meetings* com os seus eloquentes discursos e os parlamentares abolicionistas encontraram nos palanques políticos bons momentos para expor suas ideias, Quintino de Lacerda apresentou-se como um abolicionista de ação, que através

²¹⁷ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 15.

²¹⁸ Idem, p. 12.

do auxílio às fugas, na montagem e no funcionamento do Jabaquara demonstrava seu posicionamento contrário à perpetuação do escravismo brasileiro.

2.4. “Café... nem pra beber nós quê”: a liberdade desejada pelos escravos nas páginas da imprensa

As fugas em massa das fazendas do interior e a formação do Jabaquara são exemplos mais evidentes da associação entre setores dos movimentos abolicionistas organizados com o plantel escravo das senzalas e o populacho urbano. Entretanto, não só através da atuação racional e deliberada desses agentes podemos perceber a ação escrava em busca da liberdade. Nas entrelinhas das concessões de liberdade publicadas pelo *Correio Paulistano* e pela *Província de São Paulo* analisadas no primeiro item deste capítulo podemos perceber que a transformação social pela qual passava o Brasil não emanava apenas das decisões da elite senhorial. Assim como não emanava exclusivamente de uma vanguarda abolicionista que apregoava para si a liderança e o controle dos desejos da população cativa. As brechas formadas pela desestruturação do cativeiro permitiram que os próprios escravos tomassem as rédeas do seu destino e buscassem aplicar os seus próprios significados para o que imaginavam “ser livre”.

Nas páginas dos jornais paulistanos analisados é interessante perceber como, na tentativa senhorial de manutenção da ordem e do controle da mão de obra negra, muitas vezes os senhores deram cartas de alforria para seus escravos fugidos. Ou seja, muitas vezes a liberdade como era entendida pelos escravos já estava sendo colocada em prática, quisesse o seu senhor ou não.²¹⁹ Essa parecia ser uma prática bem aceita durante aquele período e não encontrei nenhuma reprimenda a respeito dela nas páginas dos jornais. O senhor Francisco Fernando, por exemplo, ao aderir à onda das manumissões, entendia que sua prerrogativa senhorial de concessão da alforria não era afetada pelo fato de alguns de seus cativos já não estarem mais sob seu domínio direto. Por isso, não viu problemas ao anunciar seu grande ato de filantropia na cidade de Itu de outorgar a liberdade plena para seus dezenove escravos, apesar de dez deles não se encontrarem mais sobre o seu controle e terem o seu paradeiro desconhecido.²²⁰

²¹⁹ Para uma análise dos diferentes sentidos das fugas de escravos, ver: Gebara, Ademir. *Escravos: fugas e fugas*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, nº 12, pp. 89-100, mar-ago., 1986.

²²⁰ *Correio Paulistano*, 1 de janeiro de 1888. BN. Notícias semelhantes podem ser encontradas em todos os meses que foram analisados. Por exemplo: “Anteontem, o sr. Francisco F. de Barros concedeu inteira e

Outros senhores continuavam se esforçando com mais afinco na batalha para permanecer no controle sobre seus escravos fujões e talvez trazê-los de volta ao trabalho na lavoura. Porém, as tentativas de controlar seus plantéis de escravos utilizando-se de promessas de alforrias condicionadas, acreditando que assim evitariam mais fugas, só reforçam a ideia de que o controle que os senhores tentavam mostrar possuir estava ruindo dia após dia.

É com esse intuito que, em Campinas, o senhor Antonio Benedicto de Moraes Ferreira

reuniu os seus escravos, em número de 27, e declarou-lhes que de hoje a um ano ficarão livres, como de livres nascessem.

Esta concessão não é extensiva aos que se acharem fugidos.

Caso estes, porém, voltem ao trabalho, gozarão das mesmas vantagens dos seus companheiros.²²¹

A tentativa de reestabilização do controle senhorial passava por uma busca de retomar a ordem vigente anteriormente. Esses senhores não sabiam que alguns meses após essas tentativas esse poder de barganha que possuíam estaria esvaecido. Porém, naquele momento, a liberdade ainda era compreendida pela classe senhorial como um pressuposto que passava pelas suas mãos. Por isso mesmo exercia seu poder através dessas alforrias concedidas a títulos onerosos e cheias de regras para ser efetivadas. Mas o enfraquecimento dessa classe através da sua própria divisão, da atuação do Estado imperial e, principalmente, da ação escrava conjuntamente à dos movimentos abolicionistas enfraquecia esse poder senhorial. A *Província de São Paulo* classificava essas transformações como uma revolução e, como em qualquer revolução, percebia as mudanças pelas quais os costumes vinham passando:

A revolução operada nas relações entre senhor e escravo tem dado lugar a episódios muitas vezes cômicos.

Referem-nos mais esta para juntar-se à coleção das anedotas *essencialmente* agrícolas:

Um fazendeiro de Itatiba encontra-se com um *retirante*, seu liberto, que abalara dos eitos.

plena liberdade aos seus escravos fugidos que se achavam na capital. Alguns desses libertos prometeram voltar para a fazenda, contratados como colonos.” *Correio Paulistano*, 3 de maio de 1888. BN.

²²¹ *Correio Paulistano*, 3 de janeiro de 1888. BN.

- Então, Manuel, você não quer voltar para a fazenda, ao menos até o fim da colheita? Olha que te pago um bom salário.
- Pra coiê café?
- Sim, só esta safra.
- Quá, sinhô, café? Café... nem pra beber nós que.²²²

Mesmo que de maneira debochada, o jornal não consegue negar a força que os escravos e ex-escravos possuíam nesse momento. A brincadeira reflete a pressão escrava pela efetivação de um projeto de liberdade desses vários libertos que vão surgindo nas páginas da imprensa diária paulistana. A autoridade senhorial já não era tão facilmente obedecida. O ex-escravo responde ao sinhô de maneira negativa. Esse, mesmo oferecendo “um bom salário” para seu ex-escravo, não consegue mantê-lo no eito. O liberto é um “retirante”, não consegue permanecer no mesmo lugar onde foi explorado como escravo. Juntando essa classificação com a recusa ao trabalho no eito, podemos chegar à hipótese de que duas coisas estariam vinculadas diretamente aos significados que a liberdade apresentava para essa população cativa que a vinha conquistando: primeiro, ser livre era sinônimo de poder locomover-se sem precisar dar satisfações a outrem; segundo, a livre circulação estava diretamente vinculada ao desejo de autonomia e de controle sobre sua força de trabalho. O liberto entendia que as novas relações de trabalho que vinham sendo implementadas davam-lhe a possibilidade de escolha e era isso que ele desejava.

Porém, nessa anedota publicada pela *Província de São Paulo* um eufemismo é utilizado. A ideia do liberto sozinho e retirante utilizada pelo jornal não coloca o verdadeiro peso que as fugas coletivas de escravos vinham provocando nas estruturas do escravismo. Aparentemente, as fugas em massa, uma das principais formas de pressão escrava adotada no pré-abolição para a obtenção da liberdade da maneira desejada, estavam ocorrendo com uma frequência cada vez maior e surtindo o efeito almejado. Rodrigues Alves, em seu relatório apresentado no início de 1888, revela que as “fugas sucediam-se quase diariamente, alarmando não só os proprietários como as classes pacíficas e laboriosas da província”.²²³ Por isso mesmo tendo

continuado as fugas em massa dos escravos do município do Espírito Santo do Pinhal.

²²² A *Província de São Paulo*, 8 de março de 1888. BN.

²²³ Relatório da Província de São Paulo, intitulado *Transformação do trabalho*, publicado pelo *Correio Paulistano* nos dias 11 e 12 de janeiro de 1888. BN.

Atendendo a este estado de cousas, o sr. barão da Motta Paes convocou uma reunião de fazendeiros, que se realizou no dia 25 do passado, à qual compareceu grande número de possuidores de escravos.

Ficou resolvida a libertação total do município até o dia 10 do corrente.²²⁴



“Enquanto no parlamento só se discursa e nada se resolve, os pretinhos raspam-se com toda a ligeireza. Os lavradores mal podem segurá-los.” *Revista Ilustrada*, ano 12, n.º. 466, 30 de setembro de 1887, p. 4. Apud Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 115.

Segundo Maria Helena Machado, “expectativas quanto à rápida chegada da abolição, ao mesmo tempo frustração quanto à sua demora, [...] parecem ter sido as razões imediatas dos escravos para se insurgirem”.²²⁵ Mais uma vez o relatório de província, apresentado por Rodrigues Alves em janeiro de 1888, mostra que o clima no interior estava muito mais tenso do que a imprensa gostaria de reconhecer. Talvez esse seja um dos motivos para o relatório de 1888 não ter sido publicado em sua íntegra pelo *Correio Paulistano*, pois nele dizia-se que

Havendo chegado ao conhecimento da Presidência por telegramas particulares de fazendeiros de Itu, Capivari e Piracicaba que grande número de escravos se tinha revoltado e vagava por aqueles municípios, furtando-se ao serviço de seus senhores, aos quais intimavam, para conceder-lhes imediatamente carta de liberdade e pagar-lhes salário... A esses fugidos havia notícias de que iriam juntar-se cerca de 130 escravos do barão de Serra Negra. Aí chegando vi os

²²⁴ *A Província de São Paulo*, 10 de abril de 1888. BN.

²²⁵ Machado, Maria Helena, op. cit., p. 99.

escravos armados intimando em tom ameaçador o senhor e exigindo a liberdade logo e logo e o salário de seu trabalho.²²⁶

Anteriormente mencionei que senhores de escravos se reuniam para estabelecer salários fixos a serem implementados e inibir as chances dos ex-escravos de buscarem melhores condições de vida. Porém, esse parece ser só um lado do processo de estabelecimento do trabalho livre no interior de São Paulo. O *Diário de São Carlos*, por exemplo, publicou a seguinte notícia:

Reúnem hoje em Araraquara os lavradores desse município, a fim de deliberar sobre a transformação do trabalho.

Dizem-nos que estão resolvidos a libertar incondicionalmente os escravos e *dar-lhes salário*, para que eles *não abandonem as fazendas*.²²⁷ [grifos meus]

Ou seja, junto com o advento da liberdade – sinônimo da possibilidade de livre circulação –, o recebimento de salários pelos trabalhos realizados nas fazendas estava sendo uma demanda escrava e causava intensos conflitos. O relatório da província também indicava a existência de uma intensa rede subterrânea de comunicação entre as senzalas. Afinal os escravos fugidos, visivelmente, estavam se deslocando para locais específicos com o intuito de se encontrar e ter mais força para pressionar coletivamente a classe senhorial para que suas demandas fossem escutadas e cumpridas.

Em editorial de 18 de janeiro de 1888 *A Província de São Paulo* demonstrava preocupação com o futuro e traçava a solução possível para os problemas dos senhores paulistas.

A libertação a prazo já não satisfaz, os libertos condicionais deixam a lavoura dos ex-senhores e saem em procura de serviços e salários em outros pontos.

Uns sofrem já a deslocação dos trabalhadores e outros esperam sofrê-la.

No meio de tudo isso, é força reconhecer que a desorganização do trabalho nas fazendas ou é uma realidade ou um receio justificável, e daí vem o movimento

²²⁶ Relatório apresentado ao Ilm^o. Exm^o. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia interino, o Juiz de Direito Salvador Antônio Moniz Barreto de Aragão, 1887. Anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de São Paulo pelo Presidente da Província Exm^o. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves em 10 de janeiro de 1888.

²²⁷ *Correio Paulistano*, 4 de janeiro de 1888. BN. Notícia semelhante foi publicada pelo *Correio Paulistano* em 8 de janeiro de 1888. BN.

atuante da opinião que reclama braços *livres, colonos* europeus.²²⁸ [grifos no original]

Ou seja, as alforrias condicionadas que analisei anteriormente já não eram suficientes para estabelecer os laços de dádiva esperados pelos senhores ao conceder tais libertações aos seus escravos. Os libertos percebiam que essa era uma tentativa senhorial de mantê-los no eito e respondiam saindo em busca de melhores condições de vida. Porém, a solução recomendável pelo jornal não era a do pagamento de melhores salários ou de uma nova lógica no trabalho agrícola. A solução naquele momento defendida era a da introdução do europeu branco no trabalho com a lavoura, e não a do estabelecimento da liberdade plena para o cativo. A preocupação senhorial de evitar a “desorganização do trabalho” e os prejuízos que a lavoura poderia vir a sofrer esteve diretamente vinculada ao estímulo da imigração europeia para o Brasil.

Para além das notícias de manumissões de escravos o *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* não cansaram de noticiar pequenos levantes, confusões e protestos ocorridos e relatados pelo poder provincial no interior de São Paulo. Esses foram ocasionados pelas disputas e pelos diferentes significados que senhores, escravos, ex-escravos e homens livres pobres atribuíam à ideia de ser livre”.

Um caso para se pensar essa questão foi publicado pelo *Correio Paulistano* em 12 de janeiro de 1888. Com o título de “Distúrbios em Piracicaba”, a notícia revela que o Sr. Luiz Gonzaga, fazendeiro do município, comunicara à imprensa local e a “muitas pessoas” que havia dado a liberdade aos seus escravos. Isso teria ocasionado o abandono da fazenda pelos libertos, que imediatamente conduziram-se para a estrada de ferro mais próxima, com o intuito de dirigir-se para a capital paulistana. No momento em que os libertos chegaram a Jundiaí, o delegado de polícia os recolheu à cadeia e comunicou o fato ao antigo proprietário dos escravos, Sr. Luiz Gonzaga. A partir desse momento, os libertos passam a ser chamados de fugitivos e são conduzidos pelo seu antigo proprietário, e mais “alguns camaradas” seus, de volta a Piracicaba.

Retornando à cidade, “reuniu-se grande massa de povo e, ao chegar o trem, foram arrancados os pretos das mãos dos seus condutores, que foram maltratados”. No dia seguinte a isso, “pretos em número superior a mil percorreram as ruas da cidade,

²²⁸ *A Província de São Paulo*, 18 de janeiro de 1888. BN.

provocando desordens” e a “população reagiu contra os desordeiros, travando-se luta entre o povo e os pretos, do qual resultaram tiros e ferimentos”.²²⁹

Em 13 de janeiro de 1888 era a vez de *A Província de São Paulo* noticiar os distúrbios ocorridos em Piracicaba. Aqui é possível perceber algumas diferenças de análise sobre o ocorrido. Primeiro, *A Província de São Paulo* chama o fazendeiro por outro nome: Luiz Antonio de Souza Barros. Na verdade, no dia seguinte o jornal se corrige e afirma que nome verdadeiro do senhor era Luiz Antonio de Almeida Barros. Assim ficamos no total com três nomes: Luiz Gonzaga, Luiz Antonio de Souza Barros e Luiz Antonio de Almeida Barros.

Segundo *A Província de São Paulo*, diferentemente do *Correio Paulistano*, não enfatizava a agitação provocada pelos acontecimentos. Buscando minimizar o ocorrido, afirma que os “motins [que] se sucederam” com a chegada do trem a Piracicaba foram de “pequeninas desordens”. Apesar disso, deixa clara a preocupação das autoridades com o fato, pois “o senhor presidente da província enviou uma força de vinte praças para Piracicaba”.²³⁰ Porém, o interessante da notícia veiculada no *A Província de São Paulo* se encontra na seguinte passagem: “O fazendeiro Luiz Antonio de Souza Barros já havia dado liberdade aos escravos. *Mesmo assim*, esses abandonaram a fazenda e tomaram o trem, procurando esta capital” [grifos meus].²³¹ Ou seja, independentemente do verdadeiro nome do fazendeiro, o jornal deixava claro que a concessão da liberdade deveria implicar uma gratidão dirigida pelos ex-escravos aos seus ex-senhores, em virtude de sua permanência na fazenda. Portanto, a ação do ex-senhor de correr atrás dos seus ex-escravos aparece como uma tentativa de reescravização desesperada, pois os libertos não reconheceram sua ação como um ato de benevolência e merecedor de retribuição.

Como vimos há pouco, os escravos fugidos utilizaram-se das então novas redes de transporte, como as ferrovias, para concretizar suas fugas rumo a Santos e ao Jabaquara. Às vezes dentro dos trens, outras vezes margeando a linha férrea, as estradas de ferro possuíram significativa importância nas fugas em massa das senzalas e por isso eram constantemente vigiadas pela autoridade policial. Em 8 de janeiro de 1888 um “distinto cavalheiro” descreveu para *A Província de São Paulo* um caso que ele havia presenciado poucos dias antes:

²²⁹ *Correio Paulistano*, 12 de janeiro de 1888. BN.

²³⁰ *A Província de São Paulo*, 13 de janeiro de 1888.

²³¹ *Idem*.

Chegando o trem da Ytuana, encontrou-se na estação daquela cidade um contingente com grande número de praças, cujo comandante revistou os vagões, a ver se vinham escravos fugidos. Infelizmente, porém, vieram dois, dos quais o tal comandante exigiu papéis que provassem [ilegível], foi perguntado por aquele militar quem eram, ao que confessaram que pertenciam a Carlos Botello, de Piracicaba. Foram logo, os infelizes presos, revistados e conduzidos por quatro praças para a cadeia, ficando os demais praças e o comandante à espera da chegada do trem da Paulista.

Enquanto esperavam, a ver se vinham mais alguns desgraçados, um dos empregados da estação disse aqueles [...] *heróis*, que estavam na plataforma “Então hoje caíram dois *lambaris*?”, ao que responderam: “Caíram dois *lambaris-guassus*”.²³² [grifos no original]

Um detalhe importante nessa notícia reside no diálogo entre o comandante e um dos funcionários da estação de ferro. Lambari e uma de suas subfamílias, chamada de lambari-guassu, são a designação vulgar de várias espécies de peixe comumente encontradas em rios, lagoas, córregos e represas do Brasil. Por serem de tamanho pequeno, são utilizados como iscas para a pesca de peixes maiores. A simbologia pela maneira como foram chamados os escravos fugidos agora chega a ficar óbvia, pois deixa a entender que existiam “peixes” maiores para se “pescar” nas águas revoltas das estações de trem do interior de São Paulo. Os dois escravos “infelizes” seriam apenas iscas para se chegar aos principais articuladores das fugas das senzalas; talvez o movimento caifaz²³³ fosse o principal “peixe” a ser fígado.

Triste com o ocorrido, o autor do texto condenou a atitude dos praças e de seu comandante. Condenou também a postura do chefe da estação, por ter se divertido com a cena da prisão dos escravos fugidos. Ao fim estabeleceu uma interessante associação entre a cor do indivíduo e sua condição social, dando a ideia do que deveria ser o “verdadeiro” cidadão:

Duas palavras mais: — Ora suponhamos que algum preto que nascesse livre, ou mesmo liberto que não traga consigo a sua carta, passando por Jundiáí, seja

²³² A *Província de São Paulo*, 8 de janeiro de 1888. BN.

²³³ Sobre os caifazes, ver: Machado, Maria Helena, op. cit. Em especial o capítulo 4.

tirado do waggon e levado à cadeia, por suspeição de escravo fugido. Depois de tudo sacrificado, o que lhe farão para compensar o seu vexame?²³⁴

A pergunta do “distinto cavalheiro” foi relativamente respondida pelo Sr. Duarte Azevedo, deputado na Assembleia de São Paulo, quando relatou um caso que testemunhara na estação da cidade de Pindamonhangaba. Carregado de preconceitos e demonstrando o medo que o abolicionismo gerava ao ganhar as ruas, pelo perigo que causava à ordem pública, o deputado nos conta que

Era de centenas de pessoas [...] de ínfima classe, que davam vivas ao abolicionismo, e que acometiam os carros procurando retirar dos mesmos escravos que presumiam em viagem.

O tumulto era tão grande, a anarquia tamanha, que as pessoas que transitavam nos carros não podiam chegar à estação! As famílias, que vinham de viagem, apoderavam-se de susto e tudo parecia inculcar que a ordem pública corria grande perigo.

Examinados os fatos [...] verifiquei que centenas de indivíduos; que me pareceram vadios ou simples turbulentos, procuravam tirar escravos fugidos que vinham no expresso para deixá-los no município de Pindamonhangaba.

Mas a desordem era tal, o tumulto chegou a tal ponto, que não só nessa ocasião, como em outras, segundo fui informado, arrebataram-se dos carros pessoas livres pensando-se que eram escravos!

Assim é que há poucos dias, vindo um cidadão de Guaratinguetá com sua mãe, só pelo fato de esta senhora ser de cor, foi arrancada dos carros e conduzida para a estação para ser libertada. (*Risadas*)²³⁵ [grifo no original]

Para os parlamentares presentes naquela sessão, o abolicionismo popular, aquele que não era composto pelos membros dos nobres salões e ganhava as ruas, era composto somente por indivíduos de “ínfima classe” e que somente sabia causar anarquia e tumulto. Certamente a subida da temperatura fez os abolicionistas, fosse quem fosse, recorrerem à certeza da cor para estabelecer quem era ou não escravo. Afinal, se a dicotomia negro/branco, que se referia à condição de escravo/livre, se modificou ao longo do século XIX no Brasil, principalmente devido à progressiva conquista de alforrias por parte dos escravos e à consequente entrada de homens de cor

²³⁴ *A Província de São Paulo*, 8 de janeiro de 1888. BN.

²³⁵ *Correio Paulistano*, 13 de março de 1888. BN.

no conjunto dos indivíduos livres,²³⁶ entendo que no período imediatamente anterior à Abolição e no pós-abolição ocorreu um novo processo, em que os homens de cor voltaram a ser associados ao passado escravista, independentemente de sua condição anterior ter incluído trabalhos forçados ou não.

Em Araras a situação também estava complicada e os escravos exigiam cada vez mais que suas demandas fossem ouvidas e concretizadas.

Ontem (18) *fugiram* da fazenda 'Empyreo', do barão de Ibitinga, 23 escravos e vieram para a cidade. Chamando o barão, que estava em Campinas, dele *reclamaram os escravos liberdade, salários, extinção do quadrado e do bacalhau*, sob pena de não voltarem para a fazenda. Requisitaram força que aqui chegou às 9 e meia da noite em trem especial.

Cercaram a casa onde estavam os *pretos*, porém estes, avisados, já haviam fugido.

Toda a noite grande concorrência na rua. O povo a favor dos pretos; com a força também veio Luiz Pupo, de Campinas, o qual se apresentou à frente dos soldados de revólver em punho e com grande arreganho militar.

Ainda hoje pela manhã os soldados fazem batidas em procura dos *pretos*.

*Esses homens são libertos condicionalmente.*²³⁷ [grifos meus]

Novamente a cor aparece como sinônimo de indivíduo vinculado à condição de cativo. O jornal estabelece uma relação direta entre a cor do indivíduo e o passado escravista. Para além, se na anedota o liberto é classificado como retirante, na passagem acima, quando a ordem estabelecida é questionada de maneira mais evidente, a classificação vinculada ao tempo do cativo é mais direta. Os libertos condicionalmente não se retiravam para a cidade, eles fugiam. Ou seja, a lógica era a de que por serem libertos condicionalmente os ex-escravos deveriam respeitar determinados laços de solidariedade com seu ex-senhor e quem deveria restabelecer essa ordem quebrada era o Estado, através da força policial. Porém, a simples transformação na nomenclatura classificatória de suas condições não era mais suficiente naquele momento para conter os desejos da população cativa. Eles exigiam transformações efetivas na relação do trabalho. Tais demandas passavam por uma liberdade como sinônimo de locomoção, fim dos castigos físicos e estabelecimento de

²³⁶ Ver: Mattos, Hebe Maria, op. cit., 2004.

²³⁷ A *Província de São Paulo*, 21 de janeiro de 1888. BN.

nova relação de trabalho com o seu antigo senhor, agora patrão, através do estabelecimento do assalariamento pelo esforço exercido na lavoura.

Porém, as autoridades nem sempre apareciam como as vilãs nas páginas dos jornais. Vistas como possíveis de solucionar casos de abusos dos senhores, em especial nesse período antecedente à Abolição, muitos escravos se apresentavam às autoridades com a esperança de ver seus algozes senhores punidos pelos castigos que ultrapassavam o que era compreendido como justo.²³⁸

Limeira escreve ao *Correio de Campinas*:

A hora em que lhe escrevo quarenta a cinquenta negros apresentaram-se aqui à autoridade, trazendo consigo um seu parceiro bem *maltratado de bacalhau*.

Estes *negros* são de d. Maria Angélica de Barros Franco. Estão revoltados contra o procedimento inqualificável e bárbaro do administrador Vicente de Sampaio.

Eles *despedaçaram o tronco* em que estava preso o parceiro, e note-se: *são libertos sob condição*.

Reina aqui a maior agitação. O povo está indignado perante estas barbaridades, que a lei expressamente proíbe.

Os *miseros escravos* exigem apenas que saia da fazenda aquele administrador, que castigou o *preto* a cem relhadas por dia e bollos de criar bichos.²³⁹ [grifos meus]

De maneira muito semelhante ao que fizeram os ex-escravos do barão de Ibitinga, os libertos da d. Maria Angélica de Barros Franco não mais tolerariam os maus tratos físicos que entendiam como abusivos e exigiam das autoridades competentes uma ação. Porém, não ficavam apenas esperando a solução. Aos despedaçar o tronco com

²³⁸ Para uma análise mais completa dessa perspectiva, ver: Chalhoub, Sidney, op. cit. Em especial o capítulo 1.

²³⁹ *A Província de São Paulo*, 14 de janeiro de 1888. BN. Júlio Ribeiro, em seu romance citado no primeiro capítulo, descrevia dois objetos de castigo mencionados por essa notícia e utilizados de maneira brutal pelo fazendeiro de seu romance para punir um escravo fujão: “A um canto espalmava-se um estrado de madeira engordurado, lustroso pelo rostir de corpos humanos sujos. As tábuas que o constituíam embutiam-se em um sólido pranchão de cabriúva, cortado em dois no sentido do comprimento: as duas peças por ele formadas justapunham-se, articulando-se de um lado por uma dobradiça forte, presas de outro por uma fechadura de ferrolho. Na parte superior da peça fixa, e na inferior da móvel havia piques semicirculares, chanfrados, que ao ajustarem-se essas peças, coincidiam, perfazendo furos bem redondos, de um decímetro mais ou menos de diâmetro. Era o tronco.” Já o bacalhau era “um instrumento sinistro, vil, repugnante, mas simples. Toma-se uma tira de couro cru, três palmos ou pouco mais de comprimento, e de dois dedos de largura. Fende-se ao meio longitudinalmente, mas sem separar as duas talas nem em uma, nem em outra extremidade. Amolenta-se bem em água, depois se torce e se estira em uma tábua, por meio de pregos, e põe-se a secar. Quando bem endurecido o couro, adapta-se um cabo a uma das extremidades, corta-se a outra, espontam-se as duas pernas a canivete, e está pronto.” Ribeiro, Júlio, op. cit., pp. 103-104.

suas próprias mãos, atacavam o principal símbolo do poder senhorial sobre o corpo do cativo e deixavam claro que aquelas não mais seriam atitudes toleradas.

Estas notícias são emblemáticas para demonstrar como estavam embaralhados os sentidos adquiridos pelo conceito de “ser livre”. Afinal, eles eram “libertos sob condição” ou “miseros escravos”? Como poderiam ser considerados fugitivos se eles eram libertos? Eles poderiam sofrer castigos? Como afirmava o jornal, pela letra da lei não poderiam ser castigados? Mas, por não se saber ao certo a condição exata dos indivíduos, fica difícil determinar se a resposta era sim ou não. Parece ser claro que esses indivíduos se apresentaram à autoridade por possuir uma noção própria do que era “ser livre”, afinal entendiam que castigos exagerados e pouco justos não poderiam ser aplicados a pessoas na condição de liberdade e viam como seus direitos o recebimento de salário e a possibilidade de livre locomoção. A população em geral também parecia reagir a esses atos, pois causava a “maior agitação”.

A diversidade de sentidos adquiridos pelo conceito de “ser livre” demonstra como nomes antigos – aqui o de liberdade – podem adquirir novas conotações de acordo com o contexto histórico no qual estão inseridos, através de um processo histórico designado por Sahlins como “reavaliação funcional de categorias”. A comunicação entre pessoas ou grupos, ao empregar apenas uma fração do sentido (ou signo) das coisas, representa um risco tão grande quanto às referências materiais, podendo trazer inovações fundamentais e inesperadas.²⁴⁰

Percebe-se, ao longo das notícias publicadas na antevéspera da Abolição, que a liberdade para os senhores escravocratas significava uma coisa, para a população livre, outra e para escravos e ex-escravos, uma terceira coisa completamente diferente, sendo que essas diferentes visões sobre o que era ser “livre” geraram inúmeros mal-entendidos e, conseqüentemente, numerosos conflitos. Afinal, “a liberdade não é um estado natural. É um construto social, um conjunto de valores coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano”.²⁴¹

O próprio *Correio Paulistano*, tão enfático em sua demonstração do controle senhorial sobre o processo de emancipação e, portanto, também sobre os significados de “ser livre” no fim do século XIX, deixa escapar como esse controle senhorial e esse

²⁴⁰ Sahlins, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2003, p. 186. Segundo Sahlins, os riscos corridos podem ser de natureza subjetiva ou objetiva: “subjetivamente pelo uso motivado dos signos pelas pessoas para seus projetos próprios; objetivamente, por ser o significado posto em perigo em um cosmos totalmente capaz de contradizer os sistemas simbólicos que presumivelmente o descreveriam”.

²⁴¹ Cooper, Frederick; Holt, Thomas C.; & Scott, Rebecca J., op. cit., p. 51.

domínio senhorial sobre o conceito de liberdade não eram tão eficazes como aparentavam ser e como os múltiplos significados da liberdade estavam em intensa disputa. Em editorial de 18 de janeiro de 1888, intitulado “A transformação”, o jornal expõe sua opinião:

[...] Com a franqueza necessária em tão melindroso assunto, sustentamos a inutilidade e a inconveniência do emprego da força pública para a prisão dos escravos fugidos, salvo o caso de ameaça à perturbação da ordem pública.

Os fatos têm se encarregado de demonstrar a justeza de nossa apreciação. A intervenção da autoridade [...] não conseguiu impedir que os escravos continuassem a abandonar as fazendas, sendo certo, pelo contrário, que as fugas multiplicaram-se nos municípios onde a ordem pública ameaçada exigiu o emprego da força pública para deter o passo dos fugitivos.

Externando aquela opinião, baseada no estudo e na observação desapassionada dos fatos, foi nosso intuito convencer os fazendeiros de que, em frente das dificuldades da situação, não deviam cruzar os braços, descansando na confiança que lhes inspirava a intervenção da autoridade no momento de perigo.

Felizmente, já não há ilusões a esse respeito. A libertação em massa atesta a convicção que domina hoje os fazendeiros, em seu maior número.

Entretanto, é preciso manter o trabalho dos libertos nas fazendas, para que a desorganização do trabalho não seja consequência da grandiosa obra da emancipação, que vai sendo realizada sob auspícios tão favoráveis à prosperidade da lavoura. [...]

Esta permanência, com algumas exceções, parece-nos garantida pelas libertações a prazo de um ano, pelo salário e pelas modificações introduzidas no regime do trabalho – determinadas pela mudança no estado da pessoa do trabalhador.²⁴²

Ou seja, as fugas em massa das lavouras estavam ocorrendo, os escravos queriam a liberdade do seu jeito e seus senhores, aparentemente, pouco podiam fazer a respeito. Na verdade, a situação parecia estar gradativamente piorando para os senhores. Segundo o jornal, as autoridades já não conseguiam evitar o abandono das fazendas nem pelos libertos nem pelos escravos. O controle senhorial estava correndo sérios riscos e encontrava-se em acelerada transformação.

²⁴² *Correio Paulistano*, 18 de janeiro de 1888. BN.

* *
*

No fim do século XIX no Brasil, a liberdade apresentava-se em constante movimento e a cidadania era uma miragem possível para os libertos. Entender a Abolição nem como uma conquista da liberdade irrestrita, muito menos como uma completa fraude, “mas como a ocasião de tensão e disputa em torno dos sentidos de cidadania [e liberdade] da população de cor”,²⁴³ é colocar o advento da Abolição, da liberdade para todos e, por consequência, o usufruto de agora todos serem juridicamente considerados cidadãos nacionais como uma invenção, experimentada e reivindicada pelos homens e mulheres “de cor” de então. Demonstrei que essa liberdade não pode ser entendida como sinônimo de igualdade. As marcas físicas e simbólicas do passado escravista permaneciam tornando-os desiguais. Enfim, no tempo do cativo a hierarquia era estabelecida por lei, já no tempo da liberdade foi necessário construir mecanismos envoltos em retóricas fluidas para justificar as desigualdades.

Ao mesmo tempo, a onda de manumissões concedidas pelos senhores aos seus escravos, quer fossem sem ônus quer a título oneroso, quando publicada pelos jornais é possuidora de diversos sentidos não excludentes entre si. Por um lado, o ato senhorial de alforriar seus escravos, a partir do momento em que ganha visibilidade nas páginas dos periódicos, adquiria um grau de licitude frente aos seus pares, garantindo a legitimidade desse tipo de concessão da liberdade. Por outro lado, essas notícias também possuíam um caráter pedagógico: buscava-se ensinar aos demais senhores escravocratas como deveriam agir frente à rápida desestruturação do sistema escravista. Já num sentido mais prático da ação, as ondas de manumissões tinham o intuito de evitar o abandono das fazendas e manter o controle sobre a mão de obra escrava, que se rebelava cada vez mais, principalmente por meio de fugas coletivas para as cidades, dessas destacando-se a busca pelo refúgio do Jabaquara.

Portanto, as notícias dos jornais analisadas aqui refletem o olhar senhorial do fim do século XIX para o problema que enfrentavam, ao mesmo tempo em que corroboravam suas atuações. Os exemplos de ações senhoriais que eram publicados na antevéspera da Abolição tentavam ensiná-los a lidar com o tema dando exemplos supostamente bem-sucedidos das medidas tomadas para controlar seus escravos e que

²⁴³ Albuquerque, Wlamyra R. de, op. cit., p. 97.

não teriam provocado grandes alterações nas hierarquias estabelecidas. Os senhores não possuíam nenhum manual ou orientação para a situação que enfrentavam. O papel da imprensa nesse momento é muito importante nesse sentido. Ao publicar esses exemplos, ditava-se a norma a ser seguida e legitimavam-se os atos senhoriais.

Para além, a percepção e a avaliação dos senhores eram as de que o seu controle sobre seus subalternos estava correndo sérios riscos e encontrava-se em acelerada transformação, sendo exatamente para minimizar esse risco que a imprensa insistia na retomada do controle senhorial por meio da libertação condicionada à prestação de serviços. O intuito final era evitar as fugas em massa e assegurar a presença dos libertos nas fazendas; a ideia básica, criar e reforçar um laço de “gratidão” entre senhores e ex-escravos, gerando uma espécie de reciprocidade coercitiva, segundo a qual o presente recebido — no caso a liberdade — deveria ser obrigatoriamente retribuído. Isso instauraria uma estrutura comum da troca, representada pelas três obrigações recíprocas que Marcel Mauss definiu como “dar, receber e retribuir”.²⁴⁴ Entretanto, as entrelinhas nos mostram que os ex-escravos muitas vezes não foram tão “gratos” quanto seus ex-senhores esperavam e desejavam, até porque eles não receberam, apenas: eles também conquistaram o direito pela liberdade da maneira como a desejavam.

Nesse sentido, o Jabaquara representa um intercruzamento de interesses. De um lado um movimento abolicionista verdadeiramente combativo que lutava pelo fim do cativeiro, mas apresentava-se temerário com os rumos do processo de desestruturação do sistema escravista e via como necessária a tutela dos escravos rumo à liberdade. Por outro, uma onda de escravos que se politizavam com a percepção do enfraquecimento do poder senhorial, através do contato com as ideias abolicionistas que circulavam pelas senzalas, promovendo, principalmente, fugas coletivas, e exigiam com suas ações a aplicação de uma liberdade imediata conectada diretamente com as novas construções a respeito das relações de trabalho.

Portanto, o reduto do Jabaquara surge como uma ação coletiva representando o jogo de cabo de força que se apresentava naquele momento. O que estava em discussão eram as construções sobre os significados e as ações práticas a respeito do que viria a ser livre no pós-abolição. As próprias caracterizações realizadas pelos historiadores memorialistas e pelos contemporâneos do processo abolicionista podem ser entendidas como um sinal de verdadeira admiração pela figura e pela atuação de Quintino de

²⁴⁴ Ver: Mauss, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. (Com introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss.) Lisboa: Edições 70, 1956.

Lacerda, porém também revelam as contradições e ambivalências dos movimentos abolicionistas existentes no Brasil e suas dificuldades de lidar com os principais beneficiados com o fim da escravidão: os próprios ex-escravos. A tônica do discurso adotado era a da necessidade da manutenção da ordem, ficando latente a perspectiva majoritária do período que apregoava uma inferioridade intrínseca da “raça negra”.

Segundo as preocupações da classe senhorial, a “prosperidade da lavoura” só ocorreria com a não desorganização do trabalho e para isso o liberto deveria manter-se subalternos aos antigos senhores. Tal linha de pensamento, associada às ideias deterministas e antropológicas lidas e debatidas pelas elites intelectuais e políticas do país, demonstram como essas disputas em torno dos significados da liberdade influenciaram decisivamente o debate sobre a imigração europeia para o Brasil. Ao dedicar um capítulo de *A História de Santos*, sua mais famosa obra, ao histórico dos movimentos pela Abolição e pela proclamação da República na cidade, o historiador memorialista santista Francisco Martins dos Santos interpretou a Abolição como um momento fundamental na constituição do Brasil como uma nação moderna. O movimento que chegou ao seu auge no dia 13 de maio de 1888 teria

afastado da civilização brasileira a nódoa moral do cativo, mas principalmente restringido a forte contribuição do sangue retrógrado na formação das novas gerações nacionais, permitiu a penetração definitiva do progresso no Brasil e a renovação das sua Sociedade, representados pelo braço livre, pela atividade, pela inteligência e pelo bom sangue europeu [...]²⁴⁵

Para concluir, não me parece ser mero acaso que no dia seguinte à instauração da legislatura de 1888 da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo o projeto de número 2 a ser discutido tivesse como finalidade autorizar o presidente da província a “contratar com a Sociedade Promotora da Imigração a introdução de 100.000 imigrantes de procedência europeia, açoriana e canariana, segundo as necessidades da lavoura e a boa localização dos imigrantes”.²⁴⁶

²⁴⁵ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 1.

²⁴⁶ *Correio Paulistano*, janeiro de 1888. BN.

Capítulo 3
Comemorações por um futuro sonhado:
Quintino de Lacerda e o festejar pela Abolição
na província de São Paulo (1888-1898)

Naquele momento, eu ficava com a certeza de existirem forças subterrâneas onde as almas se recuperam. A festa é a tristeza fazendo o pino. Nela a gente comemora num futuro sonhado.²⁴⁷

Eu tava dormindo, ngoma me chamou/Levanta povo, cativo já acabou.

Eu pisei na pedra, pedra balanceou/Mundo tava torto, rainha endireitou.

Ahi, não me deu banco p'ra nos sentar/Dona Rainha me deu cama, não deu banco p'ra me sentar.²⁴⁸

²⁴⁷ Couto, Mia. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 192.

²⁴⁸ Três pontos de jongo coletados por Stanley J. Stein, presentes no livro: Lara, Sivia Hunold & Pacheco, Gustavo (orgs.). *Memória do jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca/Campinas: Cecult, 2007.

3.1. Regozijos e celebrações: o festejar a Abolição

De Santos escrevem-nos o seguinte:

A notícia dada pelo telégrafo, da sanção da lei abolindo a escravidão, foi recebida aqui com extraordinário júbilo.

Imediatamente espalhou-se por toda a cidade a boa nova, produzindo delirante alegria em todas as classes.

Milhares de foguetes rebentaram nos ares e por ordem da câmara os sinos de várias igrejas repicaram em sinal de contentamento público pela sanção da lei que conquistou quinhentos mil cidadãos para a nossa pátria.

A convite do Diário de Santos, mais de 5.000 pessoas, precedidas de duas bandas de música, percorreram as ruas da cidade, dando vivas aos mais esforçados abolicionistas, vitoriando a câmara municipal e indo às residências dos cidadãos que mais trabalharam em prol da causa; sendo saudado o préstimo muitas vezes por cidadãos que discursaram das janelas de suas residências.

Os oradores, cujo número era grande, produziram todos brilhantes discursos que foram aplaudidos com o mais vivo entusiasmo de que se achava possuída a multidão.²⁴⁹

A notícia da sanção da lei que dava um fim definitivo à escravidão no Brasil rapidamente se espalhou por todo o país. A mais nova e veloz tecnologia de comunicação da época – o telégrafo – permitiu que a alegria se espalhasse por todos os cantos. Ninguém conseguia ficar acomodado em casa. As ruas se encheram de vida. Eram pessoas, foguetes que coloriam o céu e sons ensurdecedores de vozes, bandas e sinos. Todos queriam espalhar a novidade.²⁵⁰ Os ouvidos mais fracos certamente não teriam resistido. Foram dias ensurdecedores. As bandas de música de diversas cidades de São Paulo tiveram muito trabalho ao longo desse maio de 1888. Acompanhando essas bandas, estava sempre presente uma multidão de pessoas que inundavam as avenidas e produziam “delirante alegria”. Como salienta Eduardo Silva, “a validade instantânea da lei, a rapidez do telégrafo e a reação popular, por meio da festa, revelaram-se golpes fundamentais na desarticulação de qualquer possível – e até previsível – movimento de resistência”.²⁵¹

²⁴⁹ *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888. BN.

²⁵⁰ Nesse sentido, ver Silva, Eduardo. “Sobre versos, bandeiras e flores”. In: Venâncio, Renato Pinto (org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

²⁵¹ Silva, Eduardo. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: Pamplona, Marcos A. (org.), op. cit., p. 111. Os trabalhos de Eduardo Silva que buscam investigar a Abolição através de uma perspectiva de história cultural, assim como os de Wlamyra Albuquerque, em

A *Província de São Paulo* noticiava a ocorrência de diversas dessas manifestações de alegria radiante. Assim como as festas realizadas em Santos, a celebração pela Abolição promovida em São Roque também estampou as páginas desse periódico. Lá, apesar da chuva que caiu ao longo de todo o mês de maio de 1888, também encontramos sinais de regozijo pelas ruas ocupadas por bandas de música, foguetes e préstitos, que a todo o momento eram saudados por cidadãos dando vivas aos abolicionistas e à imprensa paulista.²⁵²

Pontos estratégicos para a divulgação da emergência desses novos tempos, as câmaras municipais, a casa de cidadãos ilustres e, principalmente, as redações dos jornais foram locais constantemente visitados e saudados pelas passeatas comuns durante o dia ou pelas *marche aux flambeaux*, caminhadas com os participantes carregando tochas, que serpenteavam à noite pelas ruas estreitas das cidades paulistas. Com uma vista privilegiada para as festas, as bancadas dos prédios e das salas onde se localizavam os periódicos serviram de camarotes para os redatores. Com suas penas nas mãos, acabaram dando inúmeras interpretações e construindo memórias nos anos subsequentes à Abolição a partir do que viram e ouviram ao longo da década de 1880.

Como a notícia que abre este capítulo indica, não só o homem sério, a moça triste e o velho fraco se despediram da dor para ver a banda passar. Foram “todas as classes”. Porém, diferentemente da música composta por Chico Buarque, não só viram, ouviram e deram passagem como também participaram ativamente das passeatas e procissões cheias de alegria e contestação que percorreram as ruas nesses dias festivos. Certamente Quintino de Lacerda e, a partir daquele momento, os ex-quilombolas do Jabaquara foram responsáveis diretos pelo esbanjar de júbilo existente entre os 5.000 presentes na manifestação de regozijo organizada inicialmente pelo *Diário de Santos*,

especial sua análise das apropriações diferenciadas do sentido da Abolição percebida nas festas pela comemoração do evento em Salvador, onde a “polissemia festiva não era meramente alegórica”, e a riqueza dos relatos por conta das celebrações pelo 13 de Maio que fui encontrando nas páginas dos jornais e dos memorialistas, foram responsáveis diretamente pelo meu desejo em escrever este terceiro capítulo. Albuquerque, Wlamyra R. de, op. cit.

²⁵² A *Província de São Paulo*, 19 de maio de 1888. BN. A notícia completa: “S. Roque. Escrevem-nos desta localidade: Apesar das chuvas contínuas, ontem com grande entusiasmo terminaram-se as festas nesta cidade em regozijo da grandiosa lei 13 de Maio, que nos apresentou ao velho mundo como um país livre. A madrugada de ontem, a prestigiosa banda de música acordou os habitantes desta cidade, percorrendo as ruas e o mesmo fez ao meio-dia. De todos os pontos da cidade subiam ao ar grande número de foguetes, e à noite, depois do *Te-déum* que esteve soleníssimo, achando-se a matriz repleta de gente, quando a música, precedida da comissão, percorria as ruas da cidade, o entusiasmo chegou ao seu auge. A cada momento via-se um cidadão colocado em uma janela ou mesmo na rua, fazer parar o préstito para saudar ao – 13 de Maio – e aos abolicionistas, sendo sempre saudada a imprensa paulista. Ainda ontem recitou uma linda poesia a exma. sra. d. Zalina Rolim, filha do nosso benemérito juiz de direito. Assim finalizaram-se nossas festas reinando sempre o maior entusiasmo e boa ordem. 17 de Maio de 1888”.

mas que ganhava contornos de acordo com os desejos dos indivíduos que lá estavam participando. Selecionando deliberadamente os locais e os indivíduos que deveriam ser saudados, essas marchas compostas por “todas as classes” foram por um lado usadas pelos “cidadãos que mais trabalharam em prol da causa” abolicionista para reforçar suas atuações como figuras importantes do processo e assim garantir espaço de prestígio e poder nesse novo tempo que se iniciava. Todavia, por outro lado serviram como forma de pressionar esses mesmos indivíduos e o poder constituído a comprometerem-se com a nova cultura legal da liberdade que emergia naquele momento.²⁵³

Entendemos essas festas como reveladoras da vida social, como um momento propício de transgressão, questionamento e dissolução dos códigos sociais interiorizados por séculos de sistema escravista, como ideal para a “arraia miúda” pressionar o Estado Imperial a comprometer-se com a nova liberdade ou, como define Eduardo Silva, “a emergência explosiva de uma cultura alternativa, a cultura nova da liberdade”,²⁵⁴ e como um elo entre o Brasil do passado e o que se pretendia para o seu futuro. As festas pela Abolição no Brasil ocorridas em São Paulo, até o momento timidamente estudadas pela historiografia,²⁵⁵ serão vistas neste terceiro capítulo a partir das participações diferenciadas dos diversos segmentos sociais de então e como um caminho para se entender identidades, valores e tensões desse fim de século XIX brasileiro.

Nesse sentido, apesar dos relatos de memorialistas do fim do século XIX e, principalmente início do XX, sobre o movimento abolicionista idealizarem Santos como a “cidade protetora dos negros fugidos”²⁵⁶ ou o “sonho permanente do cativo e rumo comum de todo negro que queria ser livre”,²⁵⁷ pintando com tons amenos as lutas travadas pelo fim do cativo e construindo a cidade portuária como um lugar onde reinava a harmonia entre brancos e homens de cor, escravos, libertos e senhores, veremos como a presença de Quintino de Lacerda e, sobretudo, dos inúmeros escravos fugidos das fazendas paulistas deu um colorido especial às celebrações pelo 13 de Maio

²⁵³ Nesse sentido, ver: Silva, Eduardo, op cit., 2001.

²⁵⁴ Idem, p. 114.

²⁵⁵ Os exemplos são poucos e acabarão sendo repetitivos. Desconheço estudos específicos sobre as festas pela Abolição em São Paulo. Para as festas pela Abolição ocorridas no Rio de Janeiro e em Salvador, ver: Silva, Eduardo, op. cit., 2001 e 2003; Albuquerque, Wlamyra R. de, op. cit., 2009; Fraga Filho, Walter, op. cit., 2006. Também existem pesquisas em andamento sobre o tema da festa pela Abolição. Ver: Moraes, Renata Figueiredo. “Os registros iconográficos das festas pela Abolição”. In: Abreu, Martha & Serva, Matheus (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória, 2011.*

²⁵⁶ Castan, op. cit.

²⁵⁷ Santos, Francisco Martins dos, pó. Cit, 1940, p. 191.

por lá ocorridas. Durante as festas, especialmente as ocorridas no dia 13 de Maio de 1888, ficará evidente o elo entre Quintino de Lacerda e a elite abolicionista humanitária local, da mesma maneira a existência de uma distinção entre os modos de se festejar da boa sociedade em relação aos dos ex-quilombolas do Jabaquara.

Porém, se “as festas são sempre recriadas e reapropriadas, contendo as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais”²⁵⁸ de acordo com o contexto social no qual estão inseridos e da mesma forma que não há uma “História imóvel, não há uma festa imóvel”,²⁵⁹ torna-se importante não só acompanhar o desenrolar das celebrações ocorridas a partir do dia 13 de Maio de 1888 e ao longo dos meses de maio e junho desse ano. Portanto, é de extrema importância analisar também as celebrações e as diferentes apropriações do evento nos anos subsequentes. Sendo assim, darei ênfase às festas que já vinham sendo noticiadas e estavam ocorrendo antes mesmo do 13 de Maio – motivadas pelo fim da presença de escravos em determinadas cidades do interior de São Paulo –, às festas pela Abolição ocorridas entre 1889 e 1898 e ao esforço do *Correio Paulistano* e do *A Província de São Paulo* de produzir memórias sobre a abolição durante esses dez anos. Nessas festas posteriores a 1888 e no empreendimento realizado pelos jornais aqui analisados veremos como o 13 de Maio ganhou colorações específicas de acordo com os debates políticos do ano em que eram celebradas, assim como as batalhas travadas por Quintino de Lacerda e o Jabaquara pelo fim do cativo permaneceram na memória durante a década final do século XIX brasileiro.

Então, que se abram as portas para o povo entrar: a festa vai começar...

3.2. O palco sendo montado

Durante as décadas de 1870 e 1880 vimos no Brasil que a marola em defesa do direito à liberdade cresceu, encorpou-se e se transformou numa onda que passou a forçar os diques que compunham a defesa do direito à propriedade que imperava no Brasil. Apesar da insistência de determinados setores da sociedade que se seguravam de

²⁵⁸ Abreu, Martha, op. cit., 1999, p. 38.

²⁵⁹ Vovelle, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 251. Para outros exemplos, além dos de Martha Abreu e Michel Vovelle, de autores que pensaram a festa como problema histórico, ver: Duvignaud, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. Davis, Natalie Zemon. *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna. Oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Thompson, E. P. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Burke, Peter. *A cultura popular na Idade Média moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

todas as maneiras possíveis nas velhas hierarquias e distinções sociais, a cada dia que se passava o sistema escravista caminhava para o seu fim. O exemplo da lei de 1871 – a chamada Lei do Ventre-Livre – é emblemático nesse sentido. Ao obrigar o senhor a conceder liberdade a um escravo que tivesse o pecúlio para comprá-la invertia as prerrogativas de domínio senhorial. A partir daí a legislação brasileira entendia que a liberdade pertencia ao escravo e era de seu direito recuperar algo que lhe havia sido alienado pelo seu senhor. Para além disso, diversas pesquisas vêm demonstrando como os debates parlamentares acerca dos distintos projetos de emancipação estavam transbordando as quatro paredes das câmaras legislativas. Fosse através de revoltas coletivas que simbolizavam a insatisfação do populacho urbano, das fugas em massa de escravos das fazendas ou através de ações judiciais que buscavam encontrar brechas que favorecessem a obtenção da liberdade, o sistema escravista e seus defensores se enfraqueciam cada vez mais.²⁶⁰

A tentativa constante travada pelos senhores na busca pela manutenção do controle sobre seus subalternos e pela manutenção, ou melhor, mudanças sem grandes rupturas de determinados aspectos das relações hierárquicas existentes no sistema escravista, simbolizadas pelas concessões de liberdade conferidas pelos senhores na década de 1880, especialmente nos meses precedentes à assinatura da Lei Áurea, e as crescentes pressões do movimento abolicionista e da própria população escrava pela obtenção da liberdade, analisadas no segundo capítulo, levaram ruas, bairros e até mesmo cidades inteiras do interior de São Paulo a se declarar livres da escravidão, da presença de escravos em seus limites geográficos, antes mesmo da abolição definitiva do cativeiro em 13 de Maio de 1888.²⁶¹

Para comemorar esse grande fato pomposas festas eram idealizadas e realizadas, como a ocorrida em 26 de fevereiro de 1888, quando “libertou-se o município de

²⁶⁰ Nesse sentido, ver: Chalhoub, Sydney, op. cit., 2003. Machado, Maria Helena, op. cit., 1994. Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. Fraga Filho, Walter, op. cit., 2006.

²⁶¹ Notícias recorrentes no *Correio Paulistano* e no *A Província de São Paulo* anunciavam o fim da escravidão para determinado mês em algumas localidades. Exemplo: “Segundo recente comunicação, sabemos que até fins de Maio próximo futuro não haverá mais escravos na Penha do Rio do Peixe”. *Correio Paulistano*, 3 de abril de 1888. BN. Ou especificamente para determinadas ruas: “A ideia abolicionista a pouco e pouco vai ganhando terreno na Franca. A 12 do corrente realizou-se ali a festa da libertação da Rua do Comércio.” *A Província de São Paulo*, 20 de março de 1888. BN. Realmente a ideia abolicionista parece ter sido avassaladora, porque em menos de um mês o *Correio Paulistano* já anunciava que não mais somente uma rua, e sim o município de Franca inteiramente estaria livre da escravidão: “Até o fim do corrente mês será declarado inteiramente livre o município da Franca, onde têm havido ultimamente numerosas libertações incondicionais.” *Correio Paulistano*, 6 de abril de 1888. BN.

Limeira, havendo grandes festas”.²⁶² Em 29 de fevereiro de 1888 o *Correio Paulistano* anunciava a realização de uma “festa emancipadora” convocando a todos para participar nos “dias 7 e 8 de abril próximo futuro, em Araras” da “festa da libertação dos escravos do município”.²⁶³ Em 7 de abril o *Correio Paulistano* relembra seus leitores da ocorrência dos eventos em Araras e reforçava o convite: “Araras livre. Nos dias de hoje e de amanhã, [...] festeja-se a libertação total dos escravos do município. Ao que consta, as festas ali serão brilhantes. Honra ao município de Araras”.²⁶⁴ Reparem na maneira como a festa é intitulada. Ela teria sido uma celebração emancipadora, e não abolicionista. Com isso reforçava-se a imagem de um movimento lento, gradual, controlado pela classe senhorial e, acima de tudo, sem perturbação da ordem. Ao mesmo tempo, os jornais paulistanos analisados divulgavam esses festejos como uma forma de garantir a visibilidade da filantropia senhorial e assim reforçava-se a imagem de uma permanência da ordem sob o controle senhorial, pois se aproveitava o momento para enfatizar mais uma vez o perfil de cartilha pedagógico- senhorial exercido pelos periódicos de então.

As festas realizadas em Araras realmente chamaram a atenção na capital paulista. Segundo o programa da festa publicado pelo *A Província de São Paulo*, a população de Araras e da província de São Paulo podia esperar uma festança:

No dia 7 de Abril, véspera dos festejos, recepção brilhante das bandas de música que foram convidadas para tocar durante as festas do dia 8.

Este dia, às 4 horas da madrugada, começa ao som da alvorada, de baterias e de girândolas.

Às 11 horas do dia missa solene.

²⁶² *Correio Paulistano*, 1 de março de 1888. BN. Silva Jardim teria presenciado uma conversa, em viagem de trem para Campinas, sobre as festas realizadas em Limeira: “Os passageiros conversavam sobre a festa de Limeira. Era o movimento da abolição que continuava. Limeira ia ser declarada *livre*, isto é, ia proclamar-se em praça pública que ali não existiriam mais escravos. Em Campinas esse movimento seguia também um crescendo mais desesperador para o governo reacionário que para os próprios lavradores paulistas; por que estes, dotados de um largo espírito de iniciativa de há muito que haviam procurado *libertar-se dos escravos* – uma frase já inconsciente na boca de todo o mundo – e tinham ensaiado a imigração italiana e alemã, aos esforços principais do fazendeiro dr. Martinho Prado Junior, e de muitos outros.” (grifos no original). Jardim, Silva, op. cit., 1891, p. 55. Essa passagem é fundamental para entender as interpretações que foram sendo feitas por uma parcela importante dos republicanos paulistas em relação à Abolição. Retornaremos a ela quando formos analisar as memórias construídas acerca do processo de luta contra o cativo.

²⁶³ *Correio Paulistano*, 29 de março de 1888. BN. Vários outros municípios foram declarados livres e marcaram festas para celebrar esse fato, antes mesmo do 13 de maio de 1888, como: “Libertação de Itatiba. Foi definitivamente marcado o dia 28 do corrente para a festa da emancipação do município de Itatiba. O programa esta sendo organizado.” *Correio Paulistano*, 13 de abril de 1888. BN.

²⁶⁴ *Correio Paulistano*, 7 de abril de 1888. BN.

Às 4 horas da tarde sessão extraordinária da câmara para o fim de proclamar livre o município.

Do paço da câmara, a municipalidade acompanhada da música e o povo se dirigirão ao Largo da Matriz, onde estão postados coretos, arquibancadas etc.

A câmara, dirigindo os trabalhos desse dia pelo seu presidente, dará a palavra a cada um dos oradores inscritos.

À noite, imponente *marche aux flambeaux*, de 500 archotes.

Foram convidados diversos oradores distintos e todas as redações de jornais.

Ao artista insigne Pedro Chiorino está confiado todo o serviço de aformoseamento da cidade.

O hábil e conhecido pirotécnico Pedro Marcondes se incumbem de apresentar os mais lindos fogos de artifício.

A comissão angariadora das subscrições populares abertas nesta cidade convida as pessoas de todos os lugares próximos a virem abrilhantar as festas do dia 8 de Abril em honra à extinção da condição servil no município de Araras.²⁶⁵

No fim do programa, recebemos a informação de que o caráter de espontaneidade da festa que o jornal buscava retratar não era de todo verdadeiro. Havia se formado uma comissão, provavelmente composta por abolicionistas locais e/ou figuras importantes da municipalidade, com o objetivo de angariar fundos e pôr em prática as formas de celebração que entendiam como sendo as mais propícias para demonstrar a alegria da população. Ao mesmo tempo, esse programa traz consigo características muito semelhantes às que encontraremos nas festas organizadas pelas comissões oficiais formadas após o 13 de Maio de 1888 para o preparo das celebrações pela promulgação da Lei Áurea.

Simbolizando a passagem de uma época em que agora o Brasil poderia ser apresentado “ao velho mundo como um país livre”,²⁶⁶ as bandas de música acordavam pela madrugada os habitantes, fazendo-os despertar do sono do atraso que representava a escravidão, sendo sempre seguidas de missas e *marche aux flambeaux*. Da mesma maneira, os “artistas insignes” e os “conhecidos pirotécnicos” eram convidados para dar coloridos especiais às cidades.

Locais específicos que simbolizavam o poder deveriam continuamente estar presentes nesse momento. Em Araras, quem declararia em hora específica o fim da escravidão no município era uma sessão extraordinária da câmara. A imagem que se

²⁶⁵ A *Província de São Paulo*, 29 de março de 1888. BN.

²⁶⁶ A *Província de São Paulo*, 19 de maio de 1888. BN.

queria construir e reforçar era a do poder constituído como responsável direto pelo fim do cativeiro, levando a crer num processo abolicionista que teria emanado exclusivamente de cima para baixo. Não à toa eram construídos coretos onde oradores distintos e os representantes das redações dos jornais ocupavam um local de destaque. Era o momento perfeito para se fazer ser visto.

A última notícia que possuímos sobre os festejos em Araras nos é dada pelo *Correio Paulistano*. Para o jornal, as celebrações pelo “glorioso fato de libertação dos escravos” em Araras teriam sido “brilhantes”.²⁶⁷ Ou seja, tudo havia saído de acordo com o planejado. Porém, nem sempre ocorreu assim e, principalmente, com o fim definitivo da escravidão em todo o país a “boa sociedade” não conseguiu controlar como desejava os ânimos populares.

Dando continuidade à análise das festas pré-13 de Maio, por conta da honradez que os jornais afirmavam existir na realização desses eventos, temos notícia de outras festas para além da ocorrida em Araras. Relatos e publicações de programas dos festejos que convocavam a todos para presenciar a benevolência senhorial com suas concessões de liberdade não deixaram de aparecer nas páginas dos periódicos analisados. Como explica Lilian Schwarcz, “enquanto a Abolição de fato não vinha, avolumavam-se as libertações realizadas pelos próprios escravos ou por proprietários, que, cientes da iminência da promulgação e querendo se adiantar ao inevitável, promoviam as famosas ‘festas de abolição’”.²⁶⁸ O caráter simbólico dessas festas era evidente. Eram elas que abriam as portas e corroboravam o deixar o passado e o atraso, simbolizados pela escravidão, para trás e permitiam a entrada definitiva do Brasil no hall das nações civilizadas.

A diferença dessas festas para as analisadas no capítulo 2 está presente no aspecto mais amplo que elas buscam abranger. Se as “grandes festas”, como a ocorrida em Batatais citada no item 2.3, são organizadas pelos senhores que pretendem dar a liberdade a seus escravos, geralmente realizadas em suas próprias residências, tendo como seus participantes os amigos íntimos desses senhores e os escravos como espectadores, para as festas pré-13 de Maio são organizadas comissões ou reuniões que traçavam os planos tanto para terminar a obra de libertação do município, como para englobar toda a cidade nos festejos por essa realização. Ultrapassando os muros dos

²⁶⁷ *Correio Paulistano*, 12 de abril de 1888. BN.

²⁶⁸ Schwarcz, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira”. In: Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Olívia Maria Gomes (orgs.), op. cit., 2007.

salões das fazendas e invadindo as ruas, essas “grandes festas” ganham novas cores, mas ainda não necessariamente novos participantes.

No município de Piracicaba, por exemplo, ocorreu na sala da Câmara Municipal “uma grande reunião de pessoas de todas as nacionalidades, a fim de deliberar sobre a melhor forma de se promover a libertação do município”.²⁶⁹ Sendo uma reunião muito concorrida, “foi nomeada [um]a comissão para levar a cabo a alforria dos últimos escravos”.²⁷⁰ Alguns dias depois o *Correio Paulistano* já publicava o trabalho que essa comissão, em tão pouco tempo, havia conseguido realizar. O jornal dá um tom de sucesso à atuação da comissão, apesar de os números mostrarem que ainda faltava muito para concretizar seu objetivo final:

Piracicaba: O número dos escravos matriculados é o seguinte: Existiam 1.557. Baixas dadas durante a semana finda 104. Existem ainda matriculados 1.453. Trabalha com afinco a comissão libertadora ultimamente constituída no município, cuja emancipação total será breve.²⁷¹

Notícias similares também podiam ser encontradas no *A Província de São Paulo*. O município de Limeira se antecipou à proclamação da Abolição. O jornal afirmava em 10 de fevereiro de 1888 que o município proclamaria “dentro em breve a sua total emancipação”, sendo mais uma vez realizada “no salão da câmara municipal, uma grande reunião de fazendeiros, na qual ficara resolvido meio de se libertar inteiramente o município”.²⁷² Se nos restringíssemos à análise somente dessas notícias, poderíamos acabar imaginando uma Abolição restrita aos desejos senhoriais. Afinal, aparentemente somente os fazendeiros é que estariam responsáveis pela movimentação a favor do fim do cativeiro.

Os fazendeiros de Limeira parecem ter “aderido à causa” mais rapidamente do que os de Piracicaba, pois, em 26 de fevereiro de 1888, o mesmo jornal já declarava que o município estaria completamente livre da escravidão e festejos “à altura do glorioso acontecimento” eram esperados.²⁷³ De acordo com *A Província de São Paulo*, os festejos em Limeira ocorreram na mais perfeita harmonia. Estampando em suas páginas

²⁶⁹ *Correio Paulistano*, 21 de abril de 1888. BN.

²⁷⁰ *Correio Paulistano*, 26 de abril de 1888. BN.

²⁷¹ *Correio Paulistano*, 2 de maio de 1888. BN.

²⁷² *A Província de São Paulo*, 10 de fevereiro de 1888. BN.

²⁷³ *A Província de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1888. BN. Em 25 de fevereiro de 1888 *A Província de São Paulo* lembrava os seus leitores da “grande festa comemorativa da libertação do município.”

uma descrição do ocorrido em 26 de fevereiro, o periódico indicava que o tempo chuvoso durou até o dia anterior, quando, subitamente, amanheceu um magnífico dia para se celebrar “festa tão grandiosa e imponente” e há tempos não vista. Nunca deixando de exagerar nos números dos enfeites que adornavam as ruas da cidade e dos presentes pelas ruas durante a festa,²⁷⁴ o autor do relato teve como objetivo direto demonstrar como o município em peso havia aderido às ideias abolicionistas, pois percebia que

por toda a cidade notava-se a faina festiva dos moradores. Cada um pretendia a primazia no bom gosto e disposição da decoração de sua vivenda. Arcos, flores, bandeiras e tudo o que a imaginação dos que se sentem sinceramente alegres e entusiasmados pode lembrar, havia em profusão.²⁷⁵

Certamente era um momento de celebrar e rememorar. A cidade inteira se enfeitou com as lanternas venezianas, escudos com os nomes dos abolicionistas e datas relacionadas com o fato da libertação dos municípios paulistas. Bandas, como a banda de música de Campinas e a banda Lyra Limeirense, tocaram não para os maiores beneficiados pela liberdade, mas para “inúmeras senhoras e pessoas gradas” e o te-déum teria sido muito concorrido.²⁷⁶

Porém, não possuímos somente o relato dos festejos realizados em Limeira. Na cidade de Rio Claro, sobre a qual Warren Dean para o mesmo período de fins do século XIX investigou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, os festejos ocorridos ganharam significativo destaque nos periódicos de então.²⁷⁷ De acordo com *A Província de São Paulo*, os festejos “em regozijo pela libertação do município” haviam sido realizados no início de fevereiro de 1888 e tiveram toda a solenidade que se deveria esperar para tal evento. A descrição continua afirmando que

Às 4 ½ horas da tarde, no largo do teatro, reunida *grande multidão de povo*, calculada em *número superior a 3.000 pessoas* e tomados dois coretos vistosamente enfeitados, pelas bandas musicais 6 de Maio, Humberto 1 e a dos

²⁷⁴ Na notícia é afirmado que “de quatro fios de arame, em toda a extensão da praça, pendiam vistosas lanternas-venezianas, em número superior a seiscentas” e “Sem exagero calculo em 4.000 o número de pessoas presentes.” (grifos meus).

²⁷⁵ *A Província de São Paulo*, 28 de fevereiro de 1888. BN.

²⁷⁶ *A Província de São Paulo*, 28 de fevereiro de 1888. BN.

²⁷⁷ Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

abolicionistas da Limeira que para ali tinham ido em trem especial [ilegível] da municipalidade, o sr. barão de Grão-Mongol declarou que se ia iniciar o festejo popular em regozijo pela redenção do município.

S. exc. em frase brilhante historiou a *rápida marcha abolicionista* e concluiu declarando que o dia 5 de Fevereiro marcava a gloriosa data da extinção da escravidão em Rio Claro. Em seguida *levantou vivas* ao povo rio-clarense, *aos abolicionistas de todo o império, à igualdade, à fraternidade e à liberdade.* [...]

O redator do Diário do Rio Claro, a quem coube o encargo de encerrar a festa da redenção, pronunciou um eloquente discurso, *aconselhando aos novos cidadãos, o amor ao trabalho, o respeito às leis, a instrução e a honradez.*

Terminada a solenidade, *o povo*, com as bandas de música à frente, dirigiu-se em *passeio pelas ruas da cidade vistosamente enfeitadas e iluminadas, saudando* o barão de Grão-Mongol, Candido Silva, o ex-delegado de policia, a redação do Diário, e outros *cidadãos que tinham concorrido com seus esforços para que se tornasse em fato a aspiração de todos* os homens de coração do município.

Às 11 horas da noite ainda percorriam as ruas bandas de música e muito povo.

A companhia lírica deu um espetáculo de gala, cantando a *Traviata*, em que os artistas se houveram muito bem.

Reinou muita ordem em tudo, e se não fora ter ali chegado o celeberrimo Chininha, a policia nada mais teria a fazer do que representar o clemente oficial nessa bela festa da vitória de uma ideia.²⁷⁸ [grifos meus]

Graças ao celeberrimo Chininha, de quem infelizmente não possuímos maiores informações, a ordem nos festejos não foi completa. Porém, o informante do jornal, ao vincular a desordem a somente um indivíduo, deixa claro que a “vitória de uma ideia”, aqui representada pelo abolicionismo, não estava atrelada necessariamente à desordem ou à anarquia, como muitos escravocratas ainda agarrados à esperança da manutenção da escravidão entendiam. Para esses, a abolição e a desordem estavam como sinônimos ao entrar em contato com a “arraia miúda” e, por isso mesmo, era motivo suficiente para fazer de tudo que fosse possível com o intuito de frear ou desacelerar a “rápida marcha abolicionista”, principalmente aquela representada por uma ala mais radical que incentivava as fugas das fazendas rumo a locais específicos construídos por abolicionistas, como era o caso do Jabaquara.²⁷⁹

²⁷⁸ A *Província de São Paulo*, 7 de fevereiro de 1888. BN.

²⁷⁹ Ver: Machado, Maria Helena, op. cit., 1994. Em especial o capítulo 3. Ou, Chalhoub, Sidney, op. cit., 2003. Em especial o capítulo 3. Para um exemplo de como uma vertente do movimento abolicionista não

Por falar em medo senhorial, *A Província de São Paulo* engloba os diferentes segmentos sociais de então na genérica categoria de povo, tornando muito difícil apreender os modos distintos de participação dos diferentes segmentos sociais presentes no evento. Contudo, o que se pode perceber com esse relato é a popularidade do movimento abolicionista. Mesmo parecendo ser um dígito muito elevado de participantes estimado pela notícia, não é sempre que um número superior a 3.000 pessoas invade as ruas de Rio Claro, apropriadamente enfeitadas para a ocasião.

Exatamente pelo número elevado de participantes nessas manifestações de regozijo não se perdia a oportunidade de serem realizados discursos por parte das elites que enfatizavam uma visão específica da libertação dos escravos como emanando exclusivamente de cima para baixo e como os ex-escravos, agora cidadãos brasileiros, não deveriam se deslumbrar com a liberdade. A necessidade de evitar grandes transformações que impulsionassem uma ruptura abrupta da hierarquia vigente era a tônica encontrada nesses discursos. Por isso mesmo o aconselhamento senhorial aos seus ex-escravos era no intuito de esses se motivarem pela manutenção do “amor ao trabalho, o respeito às leis, a instrução e a honradez”. Era necessário se mostrar favorável aos novos tempos para poder permanecer no poder. Porém, a categoria genérica de povo com as bandas de música, ao visitar as autoridades e os representantes da elite do município como o barão de Grão-Mongol, Candido Silva, o ex-delegado de polícia e os “cidadãos que tinham concorrido com seus esforços para que se tornasse em fato” a libertação dos escravos de Rio Claro, obrigava esses mesmos cidadãos a se comprometerem com a emergência da cultura nova da liberdade, garantindo, assim, sua permanência.

Mais uma vez bandas musicais locais, como a 6 de Maio e a Humberto 1, e de outros municípios que vinham prestigiar o grande evento, como a dos abolicionistas de Limeira, que tiveram um mês movimentado, tocavam durante dias e noites inteiros, alegrando o festejo popular. Espetáculos de gala constantemente eram realizados. Porém, o apresentado em Rio Claro parece carregar uma simbologia importante da luta contra a escravidão que passou despercebida pelo olhar do jornal.

via com bons olhos a participação dos escravos e/ou da “arraia miúda” no processo de extinção do cativo, ver: Machado, Humberto Fernandes. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 161 (406): pp. 39-52, jan./mar. 2000. Ou, Salles, Ricardo. “Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 161 (406): pp. 53-75, jan./mar. 2000.

De acordo com o jornal, o espetáculo chamado *La traviata*, ou em português, *A transviada*, apresentado muito bem pelos artistas, é uma ópera ambientada na França do século XIX e conta a história de Violetta Valéry, uma socialite prometida ao barão Douphol, mas que se apaixona por Alfredo Germont. Repleta de reviravoltas, a ópera tem o seu fim melodramático com a morte cheia de espasmos de dor da protagonista, logo após se reconciliar com seu amor Alfredo Germont. Porém, o simbolismo por detrás da apresentação não está na ópera em si, mas no nome do romance de Alexandre Dumas Filho em que ela é baseada: *A dama das camélias*.

Como defende Eduardo Silva

Atravessando de uma ponta a outra a sociedade imperial, o simbolismo das camélias nos permite entrever, por detrás dos panos, momentos-chave da história brasileira, a contribuição da princesa imperial, a contribuição fundamental da elite negra e do próprio escravo [no processo de desestruturação do sistema escravista].²⁸⁰

A “batalha das flores”, uma espécie de *meeting* abolicionista organizado pela princesa Isabel, realizado pela primeira vez em fevereiro de 1888, segue esse sentido. Rompendo com as conveniências políticas da neutralidade, escandalizando os escravocratas e dando ânimo aos abolicionistas, difundindo mais ainda o ideal e tornando o abolicionismo uma espécie de coqueluche da moda, o evento deixava claro o simbolismo das camélias. Poderia ser entendido como um aviso da monarquia ao restante da sociedade imperial: apoio ao projeto da abolição imediata e sem indenização.²⁸¹

De uma maneira geral, todas essas festas e celebrações de regozijo funcionaram como modelos para a organização das festas que estavam por vir pelo 13 de Maio. Porém, se a presença da “boa sociedade”²⁸² é marcante nas festas pré-13 de Maio, sendo quase impossível perceber a participação da população pobre ou dos ex-escravos nelas, a alegria pelo fim definitivo da escravidão, e ainda por cima sem indenização para os

²⁸⁰ Silva, Eduardo, op. cit., 2003, p. 8.

²⁸¹ Para uma análise detalhada das “batalhas de flores” promovidas pela princesa Isabel e suas repercussões, ver: Silva, Eduardo. “O movimento e a semiótica: um ‘mimoso bouquet de camélias artificiais’”. In: op. cit., 2003.

²⁸² Sobre a ideia de “boa sociedade” como sendo a representante da elite no período do Brasil Império, ver: Mattos, Ilmar. *O Tempo Squarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

proprietários²⁸³ tornou difícil para os jornais paulistanos não darem relevância, mesmo que tímida, à participação da população pobre e dos ex-escravos nas festas subsequentes.

Agora com o palco montado, pode começar o espetáculo principal...

3.3. O primeiro carnaval fora de época: as festas na província de São Paulo pelo 13 de Maio de 1888²⁸⁴

Quando soube da apresentação na câmara do projeto de Abolição imediata da escravidão no Brasil “o povo em grande massa, tendo à sua frente as bandas de música dos Remédios e Permanentes, e em *marche aux flambeaux*, percorreu as ruas da cidade [de São Paulo] em estrondosa e entusiástica manifestação de alegria”.²⁸⁵

O projeto de lei que estava prestes a dar um fim definitivo à escravidão no Brasil foi colocado em pauta e aprovado pela Câmara dos Deputados em 10 de maio de 1888. A continuidade dos trabalhos parlamentares para a aprovação da Abolição chegou ao auge em 13 de maio de 1888, que caprichosamente caiu num domingo, ótimo dia para se iniciarem os festejos pela Abolição e um indicativo da crescente pressão popular pela rápida aprovação do projeto que poria um fim imediato ao cativo. Afinal, não é todo dia que parlamentares se dispõem a sair de suas casas para votar uma lei.

Assim que correu a notícia da sanção da Lei Áurea, as “manifestações de regozijo foram tantas e tão grandes” que para os jornais “[foi] difícil notícia[r] todas as pequenas minudências”.²⁸⁶ Nessa época os jornais paulistanos de maior circulação não eram publicados na segunda-feira, porém, graças à expansão dos meios de

²⁸³ Para uma análise que demonstra o caráter radical da defesa da não indenização dos proprietários de escravos, ver: Silva, Eduardo. “A escravidão é mesmo um roubo: ‘roubo direto, positivo, material, pecuniário’”. In: Silva, Eduardo, op. cit., 2003.

²⁸⁴ Não sou o único a realizar essa associação entre as festas pelo 13 de Maio com a euforia que todo ano, quarenta dias antes da Quaresma, ganha as ruas do Brasil. Para uma interpretação semelhante à minha, mas voltada para a análise das festas pelo 13 de Maio no Rio de Janeiro, ver: Pereira, Camila Mendonça. “As comemorações pela abolição na Corte Imperial: política e cidadania”. In: *A abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas*. Simpósio temático organizado por Enidelce Bertin e Maria Helena Machado. XXV Simpósio Nacional de História. História e Ética. Fortaleza, 2009.

²⁸⁵ *A Província de São Paulo*, 9 de maio de 1888. BN. O *Diário de Santos* publicou essa mesma notícia no dia seguinte e registrou a formação de comissões na cidade de Santos para a organização das festas em prol da aprovação da lei. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 47. FAMS.

²⁸⁶ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 43. FAMS.

comunicação, em especial a instalação da telegrafia elétrica, a notícia não precisou, necessariamente, dos jornais para rapidamente se espalhar por todo o Brasil.²⁸⁷

Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, todas as províncias tiveram suas ruas tomadas por grandes festejos e na província de São Paulo não podia ter sido diferente.²⁸⁸ As reuniões para se estabelecerem comissões que levariam a cabo os preparativos e a realização das festas em regozijo pela aprovação do projeto pipocavam nas páginas dos jornais. O *Diário de Campinas* convocava

a população da cidade para uma reunião que deverá efetuar-se à 1 hora da tarde, na sala da câmara, para ser nomeada uma comissão que se encarregue de organizar os festejos com que deve ser solenizada a notícia da libertação total dos escravos.²⁸⁹

Nessa reunião

nomeou-se uma comissão composta de estrangeiros e nacionais, tendo por principal objetivo angariar os recursos necessários para os festejos.

A dita comissão angariou até anteontem a quantia de 2:583\$000.

O plano para as festas consistirá em uma grande reunião popular, *marche aux flambeaux*, músicas, procissões cívicas, iluminações e outras demonstrações de regozijo.²⁹⁰

Os jornais levantados, infelizmente, não citavam exatamente quem compunha essas comissões, porém podemos perceber que a comissão organizada em Campinas era composta por uma gama variada de indivíduos das classes de cidadãos com posse e que

²⁸⁷ Ver: Silva, Eduardo, op. cit., 2001. O curioso desse detalhe nas datas de publicação dos jornais paulistanos é que o *Correio Paulistano* só foi publicar as primeiras notícias sobre a aprovação da lei de 13 de maio de 1888 na terça-feira, dia 15, enquanto o *A Província de São Paulo*, na primeira página do dia 13, já trazia um texto referente ao grande acontecimento do dia. Porém, relatos das festas só vão aparecer nesse periódico no dia 15.

²⁸⁸ Para uma análise das festas ocorridas em Salvador e na região do Recôncavo, ver: Filho, Walter Fraga. “13 de maio e os dias seguintes”. In: op. cit., 2006. Ou, Albuquerque, Wlamyra R. “‘Não há mais escravos, os tempos são outros’: abolição e hierarquias raciais no Brasil”. In: op. cit., 2009. Para algumas considerações das comemorações no Espírito Santo, ver: Martins, Robson. “A História continua...” In: *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo, 1884-1888*. Campinas: Unicamp/CMU, 2005.

²⁸⁹ *Correio Paulistano*, 12 de maio de 1888. BN.

²⁹⁰ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1888. BN. Na capital da província, organizou-se uma “comissão central de festejos populares [que] reuniu-se ontem [12 de maio] para resolver sobre os meios de solenizar o fato da extinção do elemento servil”. Nessa reunião, “deliberou-se constituir comissões parciais, que se incumbissem de angariar donativos e da ornamentação das principais ruas e praças da cidade, devendo as quantias arrecadadas ser entregues ao respectivo tesoureiro”. *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1888. BN.

conheciam bem as maneiras pelas quais deveria ser organizada uma festa para celebrar tal acontecimento. Possivelmente influenciados pelas manifestações que os jornais já vinham trazendo estampadas em suas páginas, os campineiros da comissão não queriam fazer feio. Portanto, não poderiam deixar de promover seus festejos sem muita música, iluminações e enfeites espalhados pelas ruas, *marche aux flambeaux* e procissões cívicas.

Chegado o grande dia, as ruas das diversas cidades de São Paulo ficaram encharcadas de gente celebrando e expressando regozijo nas proporções de um carnaval de rua atual. Os mais exaltados diriam em proporções até maiores, pois apenas os três dias reservados para o carnaval não seriam suficientes para descarregar tamanha alegria. Para o *Diário de Santos*, as ruas da cidade litorânea paulista “apresentavam um aspecto deslumbrante. Nem mesmo no tempo dos mais ricos carnavais o povo de Santos assistiu a uma iluminação tão importante. Simplesmente esplêndido e notável”.²⁹¹

A semana que antecede a aprovação da lei gerou uma ansiedade popular gigantesca. Todos aguardavam notícias do trâmite do projeto na Câmara. A população avolumava-se em frente às redações de jornais esperando alguma notícia, quando às “2 horas e meia [...] se espalhou por telegrama [...] a notícia de que estava para todo e sempre extinta a escravidão no Brasil. O entusiasmo então tocou ao auge do delírio; e inúmeros foguetes subiram aos ares durante o espaço de uma hora”.²⁹²

Muita música, foguetes a mil, te-déuns, passeatas, *marche aux flambeaux*, iluminação e ornamentação de ruas e casas, galhardetes, coretos, arcos de gás e de bambus e grande número de pessoas nas ruas marcaram as celebrações pela aprovação da lei. “Músicas, foguetes, vivas, o esplendoroso aspecto dos estandartes e das lanternas, tudo enfim contribuía para que a população de São Paulo [acrescento que também a restante do Brasil] celebrasse com patriótico entusiasmo as festas da abolição”.²⁹³

Independentemente das celebrações preparadas pelas comissões específicas para a organização dos festejos pela Abolição, quarteirões inteiros realizavam suas festas e convidavam a todos para celebrarem unidos e de maneira singular. “O quarteirão da Rua da Boa Vista [em São Paulo]”, por exemplo, “acha[va]-se vistosamente decorado com bandeiras, galhardetes, escudos etc” e seu programa dos festejos “consist[ia] em

²⁹¹ *Diário de Santos*, 27 de maio de 1888. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 103, p. 21. FAMS.

²⁹² *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

²⁹³ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

iluminação por três dias, fogos de bengala, foguetes, banda de música, para a qual está preparado um coreto”.²⁹⁴

Os diversos tipos de fogos e espetáculos pirotécnicos eram essenciais nessas festas. Em praticamente todas as folias pela Abolição que receberam maior atenção dos jornais, lá estavam eles, iluminando os céus, avisando os mais desinformados e convocando a todos para festejarem o advento da nova cultura da liberdade no Brasil.²⁹⁵ Vale lembrar que o telégrafo informando a aprovação da lei chegou a São Paulo às duas e meia da tarde e, independentemente da luz do dia, “inúmeros foguetes subiram aos ares”. Ocorreu a mesmíssima coisa em Santos, onde da Praça dos Andradas saudavam-se com vivas calorosos todos os abolicionistas e estrugiam “dezenas de foguetes que de todos os cantos da cidade correspondiam às aclamações do povo”.²⁹⁶

Como demonstrado por Sidney Chalhoub, as classes pobres passaram a ser vistas como perigosas no século XIX, principalmente pelos problemas que representaram para a organização do trabalho, para a manutenção da ordem pública e pelo perigo que traziam de contágio à saúde pública.²⁹⁷ No entanto, esse era um momento de transgressão da ordem vigente no qual as autoridades constituídas pouco puderam fazer para conter o ânimo popular. Por outro lado, a preocupação naquele momento caía, sobretudo, na construção de uma memória da Abolição e na necessidade de demonstração pública de adesão ao movimento abolicionista. Quadros alegóricos “comemorados o glorioso acontecimento da extinção da escravidão”²⁹⁸ deveriam ser pintados e a imprensa rogava pela construção de um monumento comemorativo ao feito.²⁹⁹ As repartições públicas foram fechadas e nem mesmo as tipografias das

²⁹⁴ *Correio Paulistano*, 19 de maio de 1888. BN.

²⁹⁵ A prática de se utilizarem fogos de artifício em celebrações, especialmente católicas, era bastante comum no século XIX brasileiro. O geógrafo alemão Oskar Canstatt, foi pego desprevenido em 1871 e teceu alguns comentários sobre a prática dos fogos como divertimento no Brasil: “A todas as horas do dia pode-se observar nas cidades do Brasil esse divertimento, sem que se tenha na menor consideração o perigo para os transeuntes. Por ocasião das festas de Igreja, quando o abuso ainda é favorecido pelas autoridades, torna-se muito perigoso o trânsito em algumas ruas. Negros empregados da igreja conduzem nessas ocasiões debaixo do braço feixes de indispensáveis foguetes dos quais sem cessar e sem motivo vão fazendo subir alguns aos ares a despeito da luz do sol.” Canstatt, Oskar. *Brasil: a terra e a gente (1871)*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954, p. 270. Apud, Abreu, Martha, op. cit., 1999, pp. 254-255.

²⁹⁶ Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 26-27. FAMS. O perigo dos fogos de artifício para os transeuntes ocasionou, pelo menos, uma vítima em consequência dos usos dos foguetes nas festas pela Abolição. O senhor José Fonseca teve o azar de “anteontem [17 de maio], às 11 horas da noite, falece[r] nesta capital [São Paulo], (...) vítima de lamentável desastre, ocasionado por uma flecha de foguete, ferindo-o nos olhos e ofendendo-o horrivelmente”. *Correio Paulistano*, 19 de maio de 1888. BN.

²⁹⁷ Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁹⁸ *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1888. BN

²⁹⁹ *Correio Paulistano*, 18 de maio de 1888 e *A Província de São Paulo*, 18 de maio de 1888. BN.

imprensas diárias chegaram a funcionar a todo o vapor. Todos participavam das festas e, em grande parte devido à oportunidade de falar a um número muito grande de indivíduos, muitos discursos foram realizados. Se até então Quintino de Lacerda permanecia aparentemente anônimo, participando das movimentações abolicionistas como um homem de ação, a partir desse momento de celebração Quintino passa a vigorar como um dos abolicionistas de São Paulo mais importantes a serem escutados e lembrados. Alguns locais eram privilegiados para a realização dos festejos. Os teatros, todos lotados, foram palco importante para os discursos e para a demonstração de opiniões que circulavam nesse momento.

Com uma “posição de protagonista político, circulando em rodas boêmias e interferindo, em meio a intelectuais de renome, nos mais vibrantes debates de sua época”,³⁰⁰ o homem de cor Francisco Corrêa Vasques foi um dos atores mais famosos e queridos do público na segunda metade do século XIX.

Em maio de 1888, o importante ator estava justamente excursionando na capital paulista.³⁰¹ No Teatro São José apresentava a ópera cômica *O diabo na terra*. Para *A Província de São Paulo* o “entrecho [da peça era] de somenos importância, porém a encenação, a riqueza dos vestuários e a habilidade da *mise-en-scène* dão o sucesso” e a “música ouv[ia-se] com agrado”, sendo a atuação de Vasques, como de costume, elogiada.³⁰²

Na noite de 14 de maio, aproveitando a temporada da ópera cômica, realizou-se um “grande espetáculo de festejo pela lei que extinguiu a escravidão no Brasil”. Como não podia deixar de ser o “teatro estava completamente cheio e foram pronunciados inúmeros discursos em saudação à grande ideia”.³⁰³ Representantes dos acadêmicos, do governo, do comércio e de diversas corporações falaram nessa noite. Enfim, as elites não podiam perder a oportunidade de aparecer perante as tribunas para dar vivas à aprovação da lei e deixar bem claro para a população que apoiava naquele momento o ideário abolicionista.

³⁰⁰ Marzano, Andrea. “Hierarquias, ascensão social, participação política e abolicionismo popular”. In: Abreu, Martha; Soihet, Rachel & Gontijo, Rebeca (orgs.). *Cultura política e cultura histórica: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007, p. 374.

³⁰¹ O *Correio Paulistano* indicava assim a presença do ator na cidade de São Paulo: “Vasques. Com este simples nome que é uma legenda no teatro brasileiro, temos à vista um cartão que nos deixou aquele notável artista, uma das figuras salientes da companhia Heller. Agradecemos a delicadeza da visita”. *Correio Paulistano*, 10 de maio de 1888. BN.

³⁰² *A Província de São Paulo*, 12 de maio de 1888. BN.

³⁰³ *A Província de São Paulo*, 17 de maio de 1888. BN.

O entusiasmo era fervoroso e os aplausos estavam tão atordoadores que parecem ter motivado os atores a incorporarem em suas atuações daquele dia o clima que reinava no teatro. O sr. Pollero, que atuava no papel do diabo, “representou e cantou com bastante proficiência” e

No segundo ato o Peixoto e o Vasques aproveitaram o ensejo para fazer seguidas alusões ao acontecimento que senhoreava-se de todos; o Peixoto, aproveitando a cena do suicídio, improvisou um brilhante discurso abolicionista que foi entusiasticamente aplaudido; o Vasques, que conhece as léguas do seu povo, serviu-se de sua natural veia poética para improvisar ou recitar as seguintes quadras que foram estrondosamente aplaudidas:

No calendário da igreja
(Eu não devo estar errôneo)
O dia treze de Junho
É dia de Santo Antonio

No calendário da Pátria
Da abolição, a contento,
O dia treze de Maio
É dia de Antonio Bento³⁰⁴

Essa atitude de Vasques em *O diabo na terra* já deveria ser esperada. Em inúmeras peças e artigos escritos para jornais fluminenses, Vasquez afirmava rejeitar e ter ojeriza pela política para logo em seguida falar sobre ela. Através dessa estratégia conseguia dar sua opinião, vista muitas vezes como a opinião representativa “do seu povo”, os homens de cor, sem ser atacado pelas críticas dos severos cronistas-literatos de então. Como explica Andrea Marzano,

Além de dedicar várias crônicas à campanha abolicionista, Vasques encontrou outras maneiras de contribuir para a causa. Aproveitando-se de sua popularidade, parava em lugares movimentados e iniciava pequenos discursos, com certo *tempero* cômico, em favor da abolição.³⁰⁵

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Marzano, Andrea, op. cit., 2007, p. 379.

Apesar de Antonio Bento aparecer como uma unanimidade entre os indivíduos que deveriam ser homenageados, o fato de Vasques se referir ao 13 de Maio como o dia de Antonio Bento é revelador de uma tendência apresentada durante as manifestações pela aprovação da Lei Áurea. Ao lembrar o nome e a atuação de Antonio Bento e, conseqüentemente, dos caifazes, Vasques demonstra que os jornais não possuíam o monopólio no momento que apresentavam indivíduos que deveriam ser lembrados como importantes na luta pela concretização do movimento.

A seleção de quem ser lembrado e de onde passar, protagonizada pelas passeatas cívicas e marchas comemorativas da Abolição, é símbolo disso. As *marche aux flambeaux*, iluminando as escuras noites e serpenteando pelas ruas, realizadas em praticamente todas as cidades de São Paulo que festejaram o fim do cativo, selecionavam deliberadamente os indivíduos e os locais de seus trajetos.

Ao estudar as festas pela Abolição ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Silva percebe algo semelhante. Para o autor:

Nunca o Rio de Janeiro se enfeitou tanto. (...) De dia eram as passeatas comuns; de noite, as *marche aux flambeaux*, ambas intermináveis, como serpentes entrando e saindo pelas ruas estreitas, sempre em busca de pontos estratégicos, como a Rua do Ouvidor, onde estavam os principais jornais. Sempre em busca também das residências de gente importante, sobretudo ministros de Estado, como que para comprometê-los com a irreversibilidade do novo tempo.³⁰⁶

Em São Paulo e em todo o interior da província, após a confirmação da aprovação da lei pelo Senado e de a princesa Isabel sancionar a Abolição, as ruas inundaram-se pela multidão. Já na tarde do 13 de maio de 1888 “inúmeras pessoas transitavam pelas ruas centrais [de São Paulo], erguendo vivas e saudações aos promotores da concretização de ideia tão humanitária.” O *Correio Paulistano* chegou a calcular o número exorbitante “perto de 8 mil pessoas, formado de diversas classes, percorre[ndo] as ruas da capital, pronunciando-se muitos discursos”.³⁰⁷ A Abolição parecia ter extinguido não só a escravidão, mas também, momentaneamente, as distinções de classe. Os estandartes logo foram tirados dos armários e iam à frente das procissões que se organizavam. Os acadêmicos em marcha encontraram-se com os

³⁰⁶ Silva, Eduardo, op. cit., 2001, p. 113.

³⁰⁷ *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1888. BN

empregados do comércio que haviam saído “à rua, formando uma imponente passeata, *saudando no percurso as diversas redações dos jornais* e erguendo entusiásticos vivas ao Brasil” [grifos meus].³⁰⁸

Os dois grandes grupos se uniram e, “com os respectivos estandartes à frente, prosseguiram em procissão cívica”, escolhendo locais específicos e estratégicos a serem visitados. A frente de cada redação de jornal era um desses locais, assim como as residências de importantes figuras da cidade, como o conselheiro Antonio Prado, na época ministro do Império e membro de importante família paulista,³⁰⁹ e o palácio do presidente da província, o dr. Dutra Rodrigues. Antonio Prado também foi visitado pelos acadêmicos e empregados do comércio e “agradeceu comovido aquelas manifestações do povo”.³¹⁰

Provavelmente Antonio Bento foi o paulistano que mais recebeu presentes e manifestantes em sua casa. Sempre muito solícito com os visitantes que a todo momento apareciam em sua porta, o líder caifaz, para além dos acadêmicos e empregados do comércio, também recebeu a visita dos estudantes de preparatórios que foram saudá-lo em sua residência após sua passeata,³¹¹ os alunos do Colégio Moretz-Sohn precedidos de uma banda de música³¹² e a classe tipográfica. Essa classe desejava

manifestar o júbilo de que estava possuída pela extinção da escravidão no Brasil, escolhendo para alvo dessa manifestação o popular cidadão dr. Antonio Bento. Assim é que precedidos de uma banda de música foram os trabalhadores da imprensa à residência do ilustre cidadão e ofertaram-lhe um lindíssimo ramo de flores naturais [...]. O dr. Antonio Bento agradeceu comovido mais essa prova de consideração da classe tipográfica paulista.³¹³

Outros grupos não ficaram para trás na organização de passeatas. O funcionalismo público convocou os representantes de todas as repartições da província

³⁰⁸ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN. Ver anexo.

³⁰⁹ Sobre Antonio da Silva Prado, ver: Faria, Sheila de Castro. “Antonio da Silva Prado” In: Vainfas, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 49-50.

³¹⁰ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

³¹¹ “Anteontem os estudantes de preparatórios fizeram uma passeata pelas ruas da cidade complementando diversas corporações, indo saudar o ilustre abolicionista, dr. Antonio Bento, em sua residência.” *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1888. BN.

³¹² “Ontem, à tarde, os alunos do Colégio Moretz-Sohn precedidos de uma banda de música, foram cumprimentar o dr. Antonio Bento, em sua residência, pela extinção da escravatura. Falaram alguns alunos. Retiraram-se e em seguida cumprimentaram as redações dos jornais.” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888. BN.

³¹³ *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1888. BN.

para participar de uma *marche aux flambeaux* a ser realizada às cinco e meia da tarde de 15 de maio.³¹⁴ A comissão dos festejos também organizou “uma *grande marcha cívica*, que depois de felicitar ao conselheiro A. Prado e dr. A. Bento ir[ia] ao cemitério prestar homenagens à memória de Luiz Gama e José Bonifácio” [grifos no original].³¹⁵ Uma *marche aux flambeaux* composta só de crianças percorreu as ruas com seu estandarte à frente, saudando “a Princesa Regente, o Gabinete 10 de Março, o Sr. Conselheiro Antonio Prado, a imprensa etc”.³¹⁶ Seguindo essa tendência, a sociedade União dos Chapeleiros, realizou uma passeata precedida de

uma banda de música à frente, em regozijo pela lei da abolição, [indo] saudar em suas residências aos Srs. conselheiro Antonio Prado e Dr. Antonio Bento, percorrendo em seguida as ruas centrais da cidade e saudando no percurso as diversas redações de jornais.³¹⁷

Saindo da capital e voltando ao interior da província de São Paulo, podemos perceber semelhantes ações por parte das multidões compostas de “diversas classes” que ganharam as ruas com suas festas, passeatas e *marche aux flambeaux*.³¹⁸ Em

³¹⁴ Posteriormente o funcionalismo público organizou uma passeata em regozijo à lei Áurea realizada no dia 27 de maio de 1888 “às 7 horas da noite, devendo organizar-se o préstito na parte interna do quartel do corpo de bombeiros à Rua do Trem, sendo precedidos pela música do batalhão 17 e conduzindo a gloriosa bandeira do 7º batalhão de voluntários da Pátria, cuja tradição é honrosa para S. Paulo. Deverão ser cumprimentados as redações, conselheiro Antonio Prado, Dr. Antonio Bento, Academia, o povo e clubes. Pede-se o comparecimento de todo o funcionalismo no ponto de reunião. Depois de amanhã a mesma corporação irá ao cemitério levar duas lindas coroas que serão colocadas sobre os túmulos de Luiz Gama e Jose Bonifácio, por quatro senhoras.” *Correio Paulistano*, 27 de maio de 1888. BN.

³¹⁵ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

³¹⁶ *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1888. BN.

³¹⁷ *Correio Paulistano*, 19 de maio de 1888. BN. Segundo *A Província de São Paulo* “a Associação União dos Chapeleiros, tendo a sua frente uma excelente banda de música e em *marche aux flambeaux*, dirigiu-se às casas dos cidadãos conselheiro Antonio Prado e dr. Antonio Bento, felicitando-os pela extinção da escravidão no Brasil. No percurso pelas ruas da cidade, que estavam iluminadas, os manifestantes cumprimentaram as diversas redações dos jornais”. *A Província de São Paulo*, 19 de maio de 1888. BN.

³¹⁸ Foram inúmeras as notícias sobre celebrações de regozijo, passeatas, te-déuns, foguetes etc. realizadas no interior da província de São Paulo. O *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* chegaram a publicar o programa dos festejos que seriam realizados em Jacareí, organizados pela Sociedade Literária Sete de Setembro. No programa constava que “Ao alvorecer do dia 24 de Maio do corrente ano [1888] subirão ao ar cinco girândolas, sendo uma de cada um dos seguintes largos: Avenida da Liberdade, Pátio da Matriz, Rosário, Bom Sucesso e Quitanda. Será executado pela corporação musical do ilm. Sr capitão João Dias de Moraes, ao alvorecer do dia, o hino nacional na Avenida da Liberdade, percorrendo depois a mesma corporação as ruas e largos da cidade, ao som de música, toques de clarins, troar de foguetes etc. À porta do edifício em que funciona a sociedade, serão queimados 6 foguetes, de duas em duas horas, a começar das 8 da manhã e findado às 4 da tarde. Às 6 horas da tarde sairá a Sociedade incorporada, em *marche aux flambeaux*, do seu edifício, guardada a seguinte ordem: Clarins; Senhoras representando as províncias; Comissões; Autoridades; Escolas; Sociedade Literária; Música; Povo. Finda a passeata será celebrada uma sessão solene da Sociedade Literária Sete de Setembro.” *Correio Paulistano* e *A Província*

Amparo percorreu as ruas da cidade uma passeata de libertos precedida “de uma banda de música, tendo à frente estandartes nacionais” que cumprimentou “em sua passagem as autoridades, imprensa e várias pessoas gradas”.³¹⁹

A notícia acima merece maior destaque, afinal dificilmente os festejos realizados pelos próprios libertos e homens de cor aparecem nos relatos jornalísticos que abordam as festas pela Abolição. As referências são sempre dispersas e muito pequenas. Qualquer historiador sente que está atrás de uma agulha em um palheiro. A lupa torna-se instrumento fundamental nesse momento para podermos ficar atentos às entrelinhas. Os libertos são sempre mencionados rapidamente, mas se percebe a preocupação dos principais beneficiados pela Abolição de tentar manifestar-se de maneira singular. Os libertos de Campinas, por exemplo, “em favor pela libertação total do Império, [...] mandaram rezar uma missa [...] na capela de S. Benedito”.³²⁰ Em Cunha, apesar de ter sido recebida com “indiferentismo e frieza [...] a notícia da sanção da lei, declarando extinta a escravidão no Brasil”, os libertos mandaram “cantar a 13 de junho próximo uma missa, com procissão à tarde, na igreja de Nossa Senhora do Rosário”.³²¹

Na capital paulistana os libertos estavam tentando se organizar para promover festas que correspondessem aos seus gostos e em que se sentissem contemplados. Na seção livre de *A Província de São Paulo* os libertos convidavam “a reunirem-se, no domingo, 27, às 3 horas da tarde, na casa nº 12, Rua do Hospício, para tratar-se da nossa festa em regozijo à libertação” [grifo meu].³²² Ou seja, as festas poderiam estar estonteantes, mas os libertos não se viam representados nelas e desejavam realizar uma manifestação pela Abolição de acordo com o que entendiam ser a maneira mais apropriada de celebrar o ocorrido.

Porém, a primeira referência direta à participação dos libertos nessas celebrações e que dá algumas pistas sobre como os homens de cor estavam celebrando a conquista da liberdade só aparece no *Correio Paulistano* no dia 20 de maio, quando o jornal relata os festejos ocorridos em Jundiaí. Após a realização nessa cidade de uma *marche aux flambeaux* em 13 de maio, o préstito dissolveu-se “no largo da matriz onde os pretos

de São Paulo, 23 de maio de 1888. BN. Merece destaque o fato de o povo aparecer como o último integrante do cortejo.

³¹⁹ *Correio Paulistano*, 25 de maio de 1888. BN.

³²⁰ *Correio Paulistano*, 23 de maio de 1888. BN.

³²¹ *Correio Paulistano*, 27 de maio de 1888. BN.

³²² *A Província de São Paulo*, 24 de maio de 1888. BN.

sambaram furiosamente toda a noite” [grifo meu].³²³ Os batuques praticados pela população de cor durante as comemorações pela Abolição estiveram presentes não só em Jundiá. Veremos mais adiante como a presença no Jabaquara dos inúmeros escravos fugidos implicou uma alegria marcada pela dança e pelo samba que ganhou as ruas de Santos naquele maio de 1888.

Enquanto isso, em Brotas, a notícia da emancipação dos escravos chegou causando ruidosos festejos. Com a alegria transbordando, sem conseguir esperar até a noite para dar início às comemorações, grande número de foguetes subiu ao ar. O vice-presidente da Câmara e o juiz do município foram surpreendidos

por uma manifestação pública de regozijo: era a banda de música, acompanhada de grande número dos alunos das escolas públicas que foram saudar o juiz, como representante aqui do governo.

Grande concurso de povo acompanhava os meninos que traziam bandeiras nacionais e um estandarte com a seguinte inscrição: *Ave libertas*. [...]

A música, apesar da chuva, percorreu as ruas e a noite foi à casa do dr. juiz municipal, acompanhada de muito povo. A todos, sem distinção, recebeu o juiz, oferecendo-lhes uma grande mesa de cerveja.

É grande o contentamento público, quer dos nacionais, quer dos estrangeiros. Muitos pretos foram à casa do juiz certificar-se da verdade, e durante o dia presentearam o juiz e sua família com frutas e flores. S. s. mostrou-se muito comovido com essas manifestações dos libertos.³²⁴

O gesto do juiz de recepcionar os manifestantes oferecendo uma mesa de cerveja, apesar de simbolizar uma gentileza por parte do representante do poder público, não deixa de estar carregado de um paternalismo relacionado à maneira tutelar como era

³²³ *Correio Paulistano*, 20 de maio de 1888. BN. *A Província de São Paulo* chega a publicar um programa de festejos que teria sido organizado pelos libertos da capital. Porém, esse programa soa muito parecido com os feitos pelas comissões dos festejos oficiais e da “boa sociedade”. A atenção especial que o periódico confere a essa programação indica a maneira pela qual os jornais desejavam que as celebrações pela Abolição planejadas pelos homens de cor fossem realizadas. Ao mesmo tempo, é possível imaginar um indicativo de como uma parte da população de cor poderia estar tentando seguir o *script* desejado e assim obter reconhecimento especial. No programa *A Província de São Paulo* afirma que “os libertos, residentes nesta capital, projetam também solenizar a abolição dos escravos, logo que estejam findas as festas atuais, e que organizaram o seguinte programa: 1º DIA. - Procissão cívica com *marche aux flambeaux*, cumprimentando as redações, e os heróis da abolição; 2º DIA. - Grande baile no teatro S. José, sendo convidadas as classes acadêmica, comercial e industrial; 3º DIA. - Sessão literária no referido teatro, ou em qualquer outro edifício apropriado, distribuindo-se nessa ocasião um jornal redigido pelos libertos, e na qual tomarão parte alguns como oradores. Bonito efeito da liberdade! A áurea lei igualou o direito dos brasileiros, e ei-os todos em união fraternal a saudar a era da soberania popular. Muito bem!” *A Província de São Paulo*, 17 de maio de 1888. BN.

³²⁴ *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1888. BN.

entendida a transformação da população escrava brasileira em cidadão da nação. Porém, a intenção dessas inúmeras passeatas e manifestações parecia ser muito clara: recebamos e saberemos que está do nosso lado, o lado da Abolição, o lado da liberdade. As visitas às redações dos jornais também parecem ter um significado semelhante, mas, por se tratar do principal meio de comunicação da época, funcionaram ao mesmo tempo como pontos estratégicos de divulgação das manifestações de regozijo pela Abolição e de exposição das autoridades à adesão ao novo tempo. Afinal, era necessário mostrar para o maior número de pessoas possível que as importantes figuras haviam se comprometido com a irreversibilidade da nova cultura da liberdade, dificultando ou, pelo menos, criando barreiras para impedir qualquer retrocesso no futuro.

Aparentemente essa estratégia de divulgação estava dando certo. Todos compravam os jornais e estavam ávidos pelas notícias das festas pela Abolição. A *Província de São Paulo* foi obrigada “a fazer nova tiragem do número de [15 de maio] para acudir a remessa do interior não servido por estradas de ferro e para o estrangeiro, visto se haver esgotado a edição de ontem”.³²⁵

3.4. Regatas e “danças originais”: as festas ocorridas em Santos pelo fim do cativo – maio de 1888

O leitor mais atento já deve ter percebido como Quintino de Lacerda e a cidade de Santos até o momento pouco apareceram neste capítulo. Após visualizarmos o clima que se apresentava na província de São Paulo por ocasião da Abolição, faremos um deslocamento e um recorte mais específico, permitindo que Quintino de Lacerda volte a figurar como personagem atuante.

As adjetivações elogiosas e a construção de uma memória idealizada sobre Santos como a cidade da liberdade por excelência estão vinculadas aos escritos dos memorialistas que se dedicaram ao tema da Abolição e à promulgação de uma lei municipal que teria tornado a cidade livre em 1886.³²⁶ A existência de clubes e

³²⁵ *A Província de São Paulo*, 17 de maio de 1888. BN.

³²⁶ Símbolo dessa produção memorialística, Francisco Martins dos Santos relatou como os proprietários de escravos de Santos resolveram dar liberdade a todos os seus cativos de maneira quase espontânea e pouquíssimo provável no dia 27 de fevereiro de 1886 por conta de uma cerimônia no Fórum da cidade pela declaração da Lei Saraiva-Cotegipe. Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937. Apesar de os memorialistas declararem a cidade de Santos livre da escravidão a partir de 1886, os estudos recentes de Ian Read provam o contrário. Read demonstra a existência, mesmo que pequena, de escravos na cidade entre os anos de 1886 e 1888. Vale dizer que a ocupação em que os escravos mais foram encontrados

sociedades abolicionistas, como a 27 de Fevereiro e a Boemia Abolicionista, que realizavam festas e eventos públicos com o intuito de promover sua causa e distribuir cartas de alforria,³²⁷ juntamente com o fato de Santos ter servido de repositório para inúmeros negros fugidos das fazendas do interior paulista,³²⁸ certamente contribuiu para a construção dessa imagem. Porém, mesmo supostamente já tendo promovido a libertação de todos os escravos circunscritos a seu território e se considerando cidade livre ainda em 1886, o 13 de maio de 1888 foi celebrado com muita pompa e alegria pela população santista.

Representando a necessidade de se mostrar publicamente favorável à Abolição, a Câmara Municipal de Santos “aos vinte dias do mês de maio de mil oitocentos e oitenta e oito” realizou sessão especial com a presença de, pelo menos, 258 pessoas, para comemorar o “faustoso acontecimento político que se deu com a promulgação da humanitária lei de 13 de Maio”. Para isso deixou claro em sua ata “que esta câmara [de Santos] recebeu com a mais viva satisfação e com o mais patriótico entusiasmo a notícia da sanção e promulgação” da Lei Áurea “que veio colocar a Nação Brasileira no verdadeiro nível moral que lhe competia entre os Povos civilizados”. Para corroborar sua adesão aos novos tempos que se abriam, a Câmara decidiu enviar telegrama como “demonstração do regozijo público” à “Sua Alteza Imperial Regente em nome do Imperador, à Assembleia Geral Legislativa e ao Ministério de 10 de março”.³²⁹

Assim como nos demais municípios de São Paulo, Santos também organizou comissões que foram responsáveis pelo preparo e pela divulgação de celebrações pela promulgação da Lei Áurea. O *Diário de Santos* de 10 de maio de 1888 informava que grande número de pessoas, precedidas de bandas de música, em *marche aux flambeaux*, percorriam as ruas de São Paulo em comemoração à apresentação na câmara do projeto

durante esse período na cidade fora no de serviço doméstico. Exatamente o mesmo tipo de serviço que Quintino de Lacerda teria exercido enquanto escravo. Ver: Read, Ian William Olivo, op. cit., p. 301.

³²⁷ Segundo Alice A. Barros Fontes, o *Diário de Santos* noticiou em 1886 a intenção da Câmara Municipal santista de conferir 300 libertações a propósito da comemoração do aniversário da princesa Isabel. No mesmo ano, um piquenique no qual foram concedidas várias cartas de liberdade reuniu vários personagens abolicionistas. Fontes, Alice A. Barros. *A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888)*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1976. O interessante é que nesse mesmo ano de 1886 ocorreram grandes manifestações e desordens populares pela cidade devido à atuação do chefe de polícia com o fim de capturar escravos fugidos, quebrando a imagem de harmonia da desestruturação do sistema escravista construída pela promoção de um piquenique abolicionista. Para uma análise mais aprofundada sobre estes eventos, ver: Machado, Maria Helena, op. cit., 1994, p. 150.

³²⁸ Nesse sentido, ver: Machado, Maria Helena. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos, op. cit., 2007.

³²⁹ Atas da Câmara Municipal de Santos, maio de 1888, pp. 25-33. Fundo Câmara Municipal de Santos. FAMS.

de Abolição imediata. Para que Santos também pudesse ter algo parecido, o *Diário de Santos* noticiou e convocou a população local para a formação de comissões na cidade imbuídas de organizar cerimônias semelhantes que exaltassem a aprovação da lei.³³⁰

Sabemos que pelo menos um importante membro da elite letrada da cidade praiana respondeu á convocação. O famoso republicano radical Silva Jardim prontamente cumpria sua função de secretário-geral da comissão inicial pelos festejos da Abolição e na noite de 15 de maio de 1888 chamou uma reunião para ser realizada na redação do *Diário de Santos*. O intuito dessa reunião era nobre: seu objetivo era o de “concentrarem-se os meios [para] realização dos (...) festejos” pela promulgação do fim do cativeiro no Brasil.³³¹

Provavelmente a reunião aconteceu e foi um sucesso. O seu objetivo foi tirado do papel e se realizaram comemorações promovidas pela comissão secretariada por Silva Jardim em 27, 28 e 29 de maio daquele ano. De acordo com o programa publicado, os festejos consistiam de iluminação e decoração da frente das casas, “cerimônia religiosa em ação de graças”, “préstimo cívico [para] depositar uma coroa sobre o túmulo do Patriarca da Independência”, “sessão magna popular” e “colocação da primeira pedra da coluna da Liberdade na Praça Visconde do Rio Branco”.³³²

Porém, antes mesmo dessas festas oficiais, a comissão dos festejos de Santos já se encontrava organizada e reunida. Ansiosamente, ela já havia se reunido para aguardar o recebimento de telegrama informando o desenrolar da votação pela lei, quando, ao meio-dia e quarenta minutos, foi transmitida a notícia de “haver passado no Senado o projeto de lei abolindo a escravidão e quinze minutos depois novo telegrama noticiava haver S.A. a Sereníssima Princesa Imperial sancionado a lei, ficando, por tal ato, proclamada a liberdade dos escravizados em todo o Império”. O telegrama era simples e direto: “À redação do *Diário de Santos*. Está sancionada a lei extinguindo a escravidão no Brasil. Congratulações”.³³³ Com isso em mãos, a emoção foi tamanha que o *Diário de Santos* não soube “descrever o entusiasmo que se apoderou do coração dos brasileiros patriotas que se achavam no [seu] escritório”.³³⁴

O préstimo rapidamente realizado em 13 de maio dirigiu-se imediatamente após sua organização para o paço e percorreu todas as importantes ruas e praças, crescendo

³³⁰ Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 47. FAMS.

³³¹ *Diário de Santos*, 15 de maio de 1888. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, pp. 44-45. FAMS.

³³² *Diário de Santos*, 26 de maio de 1888. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, pp. 197-198. FAMS.

³³³ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 24. FAMS.

³³⁴ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 25. FAMS.

com a “afluência do povo que de todas as partes corria a tomar parte no regozijo da nação inteira”.³³⁵ A *Província de São Paulo* chegou a calcular um número superior a 5.000 pessoas, que “precedidas de duas bandas de música, percorreram as ruas da cidade, dando vivas aos mais esforçados abolicionistas, vitoriando a Câmara Municipal e indo às residências dos cidadãos que mais trabalharam em prol da causa; sendo saudado o préstito muitas vezes por cidadãos que discursaram das janelas de suas residências”.³³⁶ O préstito também lembrou a luta de abolicionistas já falecidos, visitou a residência de autoridades e pessoas importantes do município e, é claro, deu vivas à “Imprensa livre” em frente à redação do *Correio de Santos* e do *Diário de Santos*.³³⁷

Os prédios onde se situavam os periódicos se transformaram rapidamente em locais privilegiados de reunião de pessoas para comemorarem o fim do cativo. Imediatamente o telegrama recebido foi colocado na porta do escritório da comissão santista pelos festejos, sediada na própria redação do *Diário de Santos*. Boletins foram impressos para serem entregues por toda a cidade. A boa notícia deveria correr rapidamente para garantir o cumprimento da lei. Na entrada da oficina do *Diário de Santos*

os membros da comissão [...] e muitos outros cavalheiros, cheios de júbilo, cumprimentavam os amigos, os curiosos que corriam a pedir informações, ao ouvirem o estrugir algumas dúzias de foguetes que subiram aos ares, anunciando à população o grande acontecimento histórico, o grande fato nacional, que nos apresenta ao convívio das nações livres, como povo independente e culto.

Pouco a pouco a onda avolumou-se e meia hora depois todas as classes sociais se achavam representadas na grande massa popular que se aglomerava diante do nosso escritório.³³⁸

Queimando fogos, aclamando os indivíduos que se empenharam na causa abolicionista, o préstito iniciado na porta da oficina do *Diário de Santos* foi crescendo e avolumando-se com a afluência do povo que de todas as partes corria para tomar parte das celebrações. Saindo da Praça Andrada, o cortejo seguiu a saudar com vivas

³³⁵ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 28. FAMS.

³³⁶ *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888. BN.

³³⁷ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, pp. 25-32. FAMS.

³³⁸ *Idem*.

calorosos os “grandes abolicionistas”, aclamando, entre outros, a Princesa Regente, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Antonio Bento, Santos Pereira e o nosso personagem central: Quintino de Lacerda. O *Diário de Santos* destacou a presença nessa grande passeata de figuras ilustres, como o Dr. Silva Jardim, o barão de São Domingos, diversos chefes de redação e o cônsul português. Porém, no raiar do dia havia se aliado ao préstito o “batalhão de voluntários do Jabaquara, comandados por Quintino de Lacerda”, que trazia consigo bandeiras brancas com datas e os nomes de “Rio Branco, Luis Gama, Euzébio de Queiroz e outros ilustres mortos”.³³⁹ Com isso, o periódico santista não deu destaque central apenas à presença dos ilustres nas ruas percorridas pela passeata. A multidão entusiasta que parecia encobrir as distinções existentes não permitiu que isso fosse feito.

Era a ocasião propícia para o rompimento das hierarquias sociais vigentes até aquela data. O fim da escravidão inaugurava um momento inédito para o Brasil, possibilitando o estabelecimento de uma nova era de igualdade entre seus cidadãos. As festas pela Abolição são um sinal de como a população compreendia esse momento e buscava usufruir dessa possibilidade. As “grandes massas populares” que se avolumaram nas ruas de Santos não eram compostas apenas pelos indivíduos que possuíam o estatuto de cidadãos plenos do Império.³⁴⁰ Trabalhadores liberais, como advogados, médicos e professores; comerciantes, caixeiros, trabalhadores da estiva, imigrantes, ex-escravos, ou seja, “todas as classes” ocupavam juntamente como uma onda o espaço público para mostrarem-se e se afirmarem como povo “independente e culto”.

“Os gritos de *Viva a liberdade da Pátria! Viva a lei de 13 de maio! Viva a princesa Isabel!* ecoavam por toda a cidade de Santos. Era a vitória da causa abolicionista, que ali se festejava como no país inteiro” [grifos no original]. Era assim, em suas memórias publicadas em 1891, que Silva Jardim descrevia a cidade litorânea paulista. Apesar do mau tempo, da chuva fria e persistente, Santos parecia ter entrado em um estado eufórico, em “delírio desde 13 de maio até o fim do mês”. Para Silva Jardim, o principal motivo do estado em que se encontrava a cidade era por ter sido ela mesma “de longa data um foco abolicionista, sem distinção de partidos nem nacionalidades”, e porque era lá onde “se achava o célebre quilombo do Jabaquara,

³³⁹ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, pp. 31-32. FAMS.

³⁴⁰ Para um balanço sobre a cidadania no Império, ver: Mattos, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

protegido pela população, ao qual muitos comerciantes forneciam mantimentos, a pedido do chefe negro Quintino de Lacerda”.³⁴¹ Silva Jardim chegou a comemorar a Abolição num jantar realizado na casa de Quintino, no Jabaquara. Por ocasião desse jantar, como vimos anteriormente, apresentou em seu livro de memórias Quintino de Lacerda “como um preto inteligente e honrado”.³⁴²

Os “muitos comerciantes que forneciam mantimentos”, ou seja, a “boa sociedade” local, mostraram-se sempre muito dispostos a promover festejos que representassem sua própria maneira de celebrar o ocorrido e que dessem mais visibilidade a suas ações de benevolência com seus pares e os ex-escravos. Foram várias “as sessões solenes para comemorar a data da ‘lei áurea’, as representações teatrais, os bailes”.³⁴³ O poeta santista Martins Fontes relembra em 1925 o discurso de seu pai e o de Silva Jardim, “ambos de sobrecasaca preta”, e de diversos outros ilustres abolicionistas realizados na sacada da casa de seus avôs. Para celebrar a ocasião, haviam vestido o poeta com suas melhores roupas e recordava anos depois que, na noite de 13 de maio de 1888,

a casa de [seus] avós estava iluminada. Parecia um castelo, aceso, todo florido, preparado para um baile. Eu vestia uma roupa de veludo azul, trazia uma gola de renda, calçava umas botinas altas, amarelas, de abotoar do lado, de couro da Rússia, muito cheirosas, compradas na ‘Casa do Cláudio’...
Na rua, os negros pulavam, batucavam...³⁴⁴

Junto a esses discursos, passeatas e bailes, a “boa sociedade” santista promoveu missa campal, passeata cívica, regatas, iluminações etc. A cidade como um todo e as

³⁴¹ Jardim, Silva, op. cit., 1891, pp. 82-87. Apesar de realizar uma comparação a meu ver incabível das festas pela Abolição ocorridas em Santos no ano de 1888 com a da inauguração de um canal de saneamento em 1907 e com as realizadas pela inauguração das galerias de esgoto e águas pluviais de Santos em 1912, Ana Lúcia Duarte Lanna descreve as festas realizadas em maio de 1888 na cidade de Santos de uma maneira muito similar à minha. Como descreve a autora: “Em Santos, a festa primou pela alegria e durou quase trinta dias apesar das fortes chuvas que caíam sobre a cidade. As pessoas, incluindo aí os negros, passeavam, paravam nas tipografias dos jornais e nas casas de partidários da abolição, faziam e ouviam discursos. Iluminavam as casas, faziam bandeirinhas e penduravam colchas com as quais enfeitavam espontaneamente a cidade. Alguém gritava – ‘agora vamos para a porta de tal jornal’, e para lá se dirigia a multidão que no caminho encontrava outros grupos. Paravam, confraternizavam-se, uniam-se ou não.” Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., 1996, p. 138.

³⁴² Jardim, Silva, op. cit., p. 86.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Depoimento de Martins Fontes presente em: Sobrinho, Costa e Silva. “A morada da família Martins”. In: *Santos noutros tempos*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1953, p. 430.

festas realizadas teriam sido “esplêndidas e dignas do fato glorioso da lei áurea”.³⁴⁵ As iluminações das repartições públicas eram um espetáculo à parte. Deixando a cidade com um aspecto imponente, a Alfândega, a Igreja Matriz, a Mesa de Rendas, a Câmara Municipal, o Telégrafo Nacional e a União Tipográfica embandeiraram-se e receberam iluminação a gás para saudar a passagem dos préstitos. As casas comerciais e de particulares também se iluminaram, esperando o préstito realizado no 13 de maio de 1888 com fogos de bengala e girândolas. Os discursos proferidos nesse momento revelam um sentimento de que finalmente o país estaria se tornando moderno e civilizado. Também é possível perceber esse entusiasmo através da utilização das novas tecnologias de então. Como já dissemos, o telégrafo foi um dos responsáveis pela rápida aplicação da lei em todo o país. Porém, nas festas, o que fazia muito sucesso era o enfeitar a residência com uma iluminação a luz elétrica, que permitia destaque especial frente às demais manifestações de regozijo.³⁴⁶

Acrescido a esses eventos, Santos, cidade portuária e conectada ao mar como era, promoveu uma competição esportiva que simbolizava o espírito moderno e progressivo que buscava construir para si. A regata promovida pela comissão santista dos festejos pela Abolição teria sido um tremendo sucesso.³⁴⁷ *A Província de São Paulo* assim a descreveu:

à 1 hora da tarde, realizaram-se as regatas anunciadas no programa dos festejos em comemoração da lei áurea.

Perto de duas horas todos os rebocadores desatracaram conduzindo bandas de música e grande número de cavalheiros e senhoras.

O porto de Santos oferecia um aspecto encantador. De todos os lados surgiram embarcações completamente cheias de gente, enfeitadas, embandeiradas. O cais estava atopejado de povo.

As regatas efetuaram-se no meio do maior entusiasmo, recebendo os vencedores calorosos vivas e brados de contentamento; os lenços agitavam-se e os chapéus não cessavam de ser levantados. Reinava nos circunstantes a maior animação.

³⁴⁵ *Correio Paulistano*, 31 de maio de 1888. BN.

³⁴⁶ “No Largo da Coroação, a casa Japonesa, do sr. Lyra, foi iluminada a luz elétrica; [...] muitos outros cidadãos [...] tiveram suas casas iluminadas à espera da passagem do préstito [...]” *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 29. FAMS.

³⁴⁷ Victor Andrade de Mello, ao estudar os primórdios das práticas esportivas no Rio de Janeiro, afirma ter ocorrido a Regata da Abolição, em comemoração ao fim do cativo, com uma grande participação do público. Ver: Mello, Victor de Andrade. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001, p. 73

Terminadas as regatas, todos os rebocadores e escaleres seguiram em ordem, uns atrás dos outros, em um passeio marítimo, indo depois cumprimentar a distinta oficialidade da *Afonso Celso*. Todas as embarcações rodearam por vezes aquela canhoneira, e de lá partiam a todos os momentos vivas à marinha brasileira. Nessa ocasião foi tocado o hino nacional, sendo feitas com a bandeira da *Afonso Celso* as cortesias do estilo.

Depois continuou o agradável passeio, sendo erguidos vivas às nações dos diversos navios ancorados no porto.³⁴⁸

Como vimos no primeiro capítulo, Benedito Calixto foi um pintor fascinado pelas paisagens marítimas que Santos proporcionava. Com seus pincéis muitas cenas da cidade foram registradas e deixaram para nós a possibilidade de visualizar de maneira mais palpável o cenário santista de fins do século XIX. Apenas um ano após a regata promovida pela comissão dos festejos pela Abolição, o pintor santista retratou em 1889 a realização de outra regata. Em seu quadro podemos perceber a competição de remo sendo realizada em primeiro plano. Num segundo plano vemos os navios a vela, tendo alguns enfeitado seus mastros com bandeiras festivas.



Regata de 1889. Óleo sobre tela, 31,8 x 54,2 cm. In: *Benedito Calixto. Um pintor à beira-mar. A painter by the sea*. Coordenação geral: Marli Nunes de Souza; textos: Caleb Farias Alves, Tadeu Chiarelli. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002.

³⁴⁸ *A Província de São Paulo*, 31 de maio de 1888. BN.

O próprio Benedito Calixto participou ativamente dos festejos oficiais pela Abolição que foram realizados em Santos e, ao que tudo indica, era mais um adepto da elite humanitária abolicionista local. O exímio pintor ficou responsável pela ornamentação de ruas e também encarregado de “pintar vários enormes arcos triunfais”. O *Correio de Santos* atizava a imaginação popular fazendo mistério a respeito dos preparativos que vinham sendo feitos por Benedito Calixto, buscando assim levar o maior número possível de pessoas para os festejos oficiais que seriam realizados em 27, 28 e 29 de maio daquele ano.³⁴⁹

Ao lembrar o 13 de Maio de 1888, Carlos Victorino afirma que o comércio ajudou como pôde nos preparativos. Porém, as lojas de fazenda locais não tiveram como suprir a demanda por tecidos para a elaboração das bandeirolas que se estendiam pelas ruas centrais de Santos. A solução foi recorrer a estabelecimentos da capital. E no Largo da Matriz “foi levantado por Benedito Calixto um soberbo arco triunfal, tendo na frente os retratos de Visconde do Rio Branco e Luiz Gama”.³⁵⁰

O livro de memórias de Carlos Victorino é extremamente importante para se perceberem algumas características de Santos nesse fim do século XIX. Porém, com o passar dos anos, sua memória talvez o tenha levado a confundir um dos personagens presentes nos quadros que viu e acabou não dando conta de todos os detalhes sobre a participação de Benedito Calixto nas comemorações. De acordo com o *Diário de Santos* havia sido construído um grande pórtico em frente ao edifício da Alfândega e da Igreja da Matriz, que graças aos traços de Benedito Calixto apresentava um aspecto imponente. No centro do pórtico, sobre um painel de cor azul, estaria pintada uma “figura simbólica da lei com suas datas célebres –28 de setembro de 1871 e 13 de maio de 1888”. Sobre o pórtico estariam três quadros e é na identificação de quem seria uma das figuras que estariam sendo retratadas que mora a contradição entre o jornal e o memorialista. Lá estava o retrato de Luiz Gama, contudo o segundo quadro, de acordo com o *Diário de Santos*, não seria do Visconde do Rio Branco, e sim do “velho José Bonifácio”.³⁵¹

O terceiro quadro presente no “arco triunfal” e esquecido por Carlos Victorino é, no mínimo, interessante. Ao lado das figuras de Luiz Gama, Visconde do Rio Branco ou o velho José Bonifácio, havia um retrato de um índio segurando uma bandeira com os

³⁴⁹ *Correio de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 114, p. 127. FAMS

³⁵⁰ Victorino, Carlos. *Reminiscências, 1875-1898*. São Paulo: Modelo, 1904, p. 74.

³⁵¹ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 103, p. 273. FAMS

dizeres: “Brasil Livre” e aos seus pés “instrumentos dos castigos e dos suplícios da escravidão”.³⁵² Mesmo com a presença marcante em Santos de escravos fugidos refugiados no Jabaquara e de homens de cor e libertos trabalhadores da zona portuária, a figura escolhida para retratar e simbolizar a escravidão e, conseqüentemente, a própria nação foi a de um índio. O outro nacional, o diferente do branco civilizado que deveria ser a imagem representativa da nação era o índio romântico. Mesmo com a presença da imagem de Luiz Gama, um negro ex-escravo que ganhara destaque graças à sua atuação como abolicionista, a figura escolhida por Calixto para representar a nação buscava reforçar uma imagem construída ao longo do século XIX que tentava desvencilhar o vulto do negro ou do africano do panteão nacional, fortemente associados à escravidão e teoricamente responsável direto pelo atraso do país.

Apesar da exclusão existente nos relatos e nos festejos oficiais pela Abolição da presença do negro e do liberto comemorando o fim do cativeiro, as entrelinhas das fontes nos mostram uma perspectiva diferenciada, na qual esses indivíduos pularam de alegria e júbilo num mix de risos e lágrimas pelo fim de uma época. Podemos perceber isso através de Silva Jardim, que nesse momento apareceu como um dos personagens mais ativos nas comemorações pelo fim cativeiro em Santos. Sua presença foi marcante em vários dos préstitos, aproveitando para discursar em diversas ocasiões. Quando foi realizar mais um de seus vários pronunciamentos, no Largo da Coroação, dirigiu-se “ao encontro de Quintino de Lacerda, abraç[ando-o] como prova de reconhecimento aos seus serviços à causa dos escravizados”.³⁵³ A cena toda soa exagerada, porém mostra como as lideranças populares, aqui representadas pelo nosso conhecido líder do reduto do Jabaquara, Quintino de Lacerda, foram lembradas e ovacionadas nas manifestações de regozijo que ocorreram em Santos.

A notícia da entrega de presentes para lideranças populares abolicionistas locais percorreu toda a província. *A Província de São Paulo*, por exemplo, reproduziu a seguinte notícia publicada pelo *Correio de Santos*:

diversos cavalheiros, tendo resolvido entregar aos ilustres abolicionistas Quintino de Lacerda e J. Theodoro dos Santos Pereira dois relógios, que denotassem o reconhecimento popular dos serviços prestados por esses

³⁵² Idem.

³⁵³ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 28. FAMS.

distintos trabalhadores à causa da abolição, obtiveram por subscrição quantia que excede muito ao custo dos ditos relógios.³⁵⁴

Nesse relógio Quintino de Lacerda foi homenageado com a seguinte inscrição do lado interno da tampa: “Lei de 13 de Maio de 1888. Homenagem popular ao abolicionista – Quintino de Lacerda. Santos – 1888”.³⁵⁵ O *Correio Paulistano* acrescentou que, além dos dois relógios, também seriam oferecidos a Quintino de Lacerda e a Santos Pereira – o Garrafão – “duas medalhas de ouro com diversas inscrições e monogramas”. Por ocasião da entrega dos mimos aos distintos trabalhadores da causa da Abolição haveria uma “passeata com bandas e música”.³⁵⁶ Como vimos no primeiro capítulo, exatamente esse relógio, ao lado de outros bens que simbolizavam e recordavam a atuação de Quintino de Lacerda durante a campanha pela Abolição, foram guardados por Quintino até o ano de sua morte, 1898, e posteriormente entregues por Faustino Vasques aos herdeiros.

Continuando com as celebrações, Silva Jardim afirmava ter rapidamente esboçado uma canção. Segundo o político republicano, o delírio era tamanho que a canção rapidamente teria ganhado as ruas e as bocas dos “pretos”, que à “meia-noite [de 13 de maio], quando todos dançavam, [...] chegaram, em aclamações festivas”.³⁵⁷ Para Silva Jardim, o objetivo da elaboração da canção estava diretamente vinculado aos seus interesses políticos. Republicano fervoroso como era, entendia que para os republicanos a Abolição há muito tempo já estava feita e a Monarquia nada fez do que corroborar um fato consumado. Porém, devido ao despreparo do “espírito dos agricultores das províncias”, era necessário apresentar-se como abolicionista frente aos libertos naquele momento e desviar a veneração pública da imagem da princesa Isabel, podendo no futuro próximo “ficar puro da eiva de escravismo quando preg[asse] a República ao elemento agrícola”.³⁵⁸

³⁵⁴ *A Província de São Paulo*, 26 de maio de 1888. BN.

³⁵⁵ “Honra ao patriotismo. Os relógios que alguns cavalheiros oferecerão brevemente aos chefes abolicionistas Quintino de Lacerda e Santos Pereira têm as seguintes inscrições do lado interior da tampa: Lei de 13 de Maio de 1888. Homenagem popular ao abolicionista Quintino de Lacerda. Santos – 1888. Lei de 13 de Maio de 1888. Homenagem popular ao abolicionista José Teodoro dos Santos Pereira. Santos – 1888”. *Correio de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 114, p. 127. FAMS.

³⁵⁶ *Correio Paulistano*, 26 de maio de 1888. BN.

³⁵⁷ Jardim, Silva, op. cit., p. 85.

³⁵⁸ Idem, p. 84. Nas palavras de Silva Jardim: “Isabel não teve medo/Assim é!/Viva o senhor José Alfredo/Olaré! dizia a canção que rapidamente esbocei, e que os pretos cantavam na Rua Fora em casa de Santos Pereira”. Portanto, não fica claro até que ponto Silva Jardim apenas copiou uma canção que havia escutado pelas ruas de Santos naquele maio de 1888 ou se afirmava ter sido ele próprio o autor da canção.

O sucesso de sua empreitada estaria inteiramente vinculado à canção que supostamente esboçara “e que os pretos cantavam na Rua Fora em casa de Santos Pereira, um português que se metera em cabeça prejudicar os lavradores”.³⁵⁹ Agora vale a pena transcrever para o leitor curioso os versos publicados em seu livro de memórias:

Isabel não teve medo,
Assim é!
Viva o senhor José Alfredo
Olaré!
Acabou a escravidão,
Assim é!
Viva o Santos Garrafão!
Olaré!
A causa segue com tino,
Assim é;
Viva o Lacerda Quintino!
Olaré!
E foi sem susto maior,
Assim é;
Viva, pois, nosso major!
Olaré!³⁶⁰

Todavia, mais uma vez nos deparamos com outra fonte que contradiz as afirmações existentes num livro de memórias escrito momentos depois da Abolição. No *Almanaque da Casa Branca* de 1889 encontramos uma publicação de uma “canção abolicionista” muito semelhante àquela encontrada nas memórias de Silva Jardim. A diferença dessa versão de 1889 para a publicada em 1891 está no seu tamanho e na atribuição da autoria. O almanaque atribuía a composição não ao famoso republicano, mas a um dos chefes dos quilombolas de Santos: Pai Felipe. Vejamos o que dizia o *Almanaque da Casa Branca*:

Canção Abolicionista

Em Santos, quando se propalou a lei da libertação dos escravos, cantaram-se pelas ruas as seguintes quadras de Pae Philippe, chefe de um dos quilombos daquela cidade:

³⁵⁹ Idem, p. 85.

³⁶⁰ Idem, pp. 84-85.

Canção do Abolicionismo Brasileiro
(Para ser cantada nas ruas)
Oferecida aos pretos do Quilombo do Jabaquara
Acabou-se a escravidão!
Assim é!
Viva o Santos Garrafão
Olaré!
A coisa seguiu com tino,
Assim é!
Viva o Lacerda Quintino!
Olaré!
E foi sem susto maior,
Assim é!
Viva pois nosso major
Olaré!
Viva todo abolicionista!
Assim é!
E viva o povo santista!
Olaré!
E que festa espavento!
Assim é!
Viva então Antonio Bento!
Olaré!
Que glórias tantas e tantas
Assim é!
Viva o patriota Dantas
Olaré!
Isabel não teve medo
Assim é!
Viva o senhor João Alfredo
Olaré!
E nem houve morticínio
Assim é!
Viva o Zé do Patrocínio
Olaré!
Pr'o Firmino houve trabuco
Assim é!
Mas viva Joaquim Nabuco
Olaré!
Abolicionista não é prosa

Assim é!
Viva o dr. Rui Barbosa
Olaré!
Em festa bebamos uva
Assim é!
Ao Quintino Bocaiúva
Olaré!
Não houve nenhuma perda
Assim é!
Viva o Carlos Lacerda
Olaré!
E que acabe tudo em paz
Assim é!
Viva, pois, qualquer caifaz
Olaré!
Mas estava feita a casa
Assim é!
Viva a memória do Gama
Olaré!
Santos, 13 de maio de 1888. Dia da lei da libertação dos brancos.
Pae Felipe.³⁶¹

Para Maria Helena Machado

a canção de Silva Jardim sugere que o papel correto daquelas “almas simples”, em nome das quais se havia feito o movimento, seria agora o de demonstrar toda a sua gratidão aos heróis da Abolição, mantendo-se no papel de espectadores de seu próprio destino.³⁶²

Concordo com a perspectiva levantada por Maria Helena Machado, porém entendo que podemos ir além. Silva Jardim demonstra através de sua explicação para a composição da canção que seu objetivo era o de garantir uma legitimidade e um apoio do movimento republicano aos libertos, pois esse movimento apelaria para os agricultores, abolicionistas de última hora, para atingir seus objetivos. Assim sendo, apesar de entender que existia uma lógica paternalista por trás dos objetivos de Silva

³⁶¹ *Almanaque da Casa Branca*. Editores-proprietários: N. Pereira & Toledo. Typ. Livro Azul. A.B. de Castro Mendes & Cia. Campinas, 1889. Transcrito por Costa e Silva Sobrinho. In: *Coleção Costa e Silva Sobrinho*, vol. 122. pp. 81-83. FAMS.

³⁶² Machado, Maria Helena, op. cit., 2007, p. 251.

Jardim, o mesmo percebia a importância dessas “almas simples” no jogo político que se desenrolava a partir do fim definitivo do cativo no país.

A própria dificuldade de se precisar quem realmente compôs a canção é sintomática nesse sentido. Apesar de o *Almanaque da Casa Branca* não indicar claramente por quem atribui a autoria da canção a Pai Felipe, o fato é que existia legitimidade para ser feita essa afirmação. E, ao buscar lembrar figuras atuantes do movimento abolicionista brasileiro, indicou a grande importância que lideranças populares, como Santos Pereira, Pai Felipe ou Quintino de Lacerda, possuíam naquele momento.

Também é interessante perceber as variações existentes entre os versos de cada letra. Os versos “E foi sem susto maior” e “Dia da lei da libertação dos brancos”, publicados em 1889 e inexistentes na versão de 1891, indicam duas interpretações acerca do processo da Abolição recorrentes nos dez anos posteriores à promulgação da lei: o primeiro diz respeito à ideia da ocorrência do movimento abolicionista sem grandes perturbações da ordem e o segundo entendimento vincula-se à ideia de que a escravidão era a responsável pelo atraso nacional. Seu fim, portanto, teria possibilitado ao branco progressista e civilizado alcançar a sua liberdade de fato através do fim da outra instituição que o impedia de atingir todas as suas plenitudes: a monarquia. Como venho demonstrando, se por um lado existia uma perspectiva de boa parte da elite humanitária abolicionista que entendia que os ex-escravos deveriam ter uma postura passiva, aceitando um papel de mero espectador de seu próprio destino, por outro lado esses mesmos ex-escravos, libertos e homens de cor em geral davam sinal que não aceitariam de maneira tão simples e fácil esse papel atribuído.

Assim como na capital da província, os homens de cor de Santos se reuniram para demonstrar seus interesses. Percebendo as possibilidades e os espaços que se abriram naquele 13 de Maio, inclusive de dialogar e pressionar o poder constituído para ouvirem suas demandas de maneira mais direta, os homens de cor santistas em reunião com “cerca de 500 pretos, [deliberaram] mandar-se tirar o retrato a óleo de Luiz Gama, a fim de ser colocado na sala da câmara daquela cidade”.³⁶³

A participação dos homens de cor nas festas pela Abolição em Santos foi narrada por Silva Jardim com uma mistura de preconceito e melodrama, algo bastante característico dos escritos do fervoroso republicano:

³⁶³ *A Província de São Paulo*, 23 de maio de 1888. BN.

as passeatas dos pretos, bandeiras à frente, com seus grosseiros instrumentos musicais, suas grosseiras roupas, endomingados alguns, esfarrapados outros, que me vinham despertar às vezes, convidando-me a segui-los, e entre os quais se encontrava alguns que com a eloquência do sofrimento narravam as dores passadas em discursos tristes, enquanto os mais velhos e as mulheres choravam comovidos.³⁶⁴

Apesar dos “choros comovidos” enfocados por Silva Jardim, os homens de cor pareciam estar participando das festas pela abolição com muita música e dança, principalmente através de seus “sambas” e de seus “grosseiros instrumentos musicais”.

Como demonstrei poucas linhas acima, Quintino de Lacerda foi presença marcante nas festas pela abolição em Santos e apareceu como um dos abolicionistas a ser lembrado e cultuado. Nas memórias de Carlos Victorino, no sexto dia de alegria que havia ganhado as ruas de Santos

Quintino de Lacerda [...] foi condecorado, à noite, numa das salas dum sobrado da Rua Xavier da Silva [...]. Recebeu Quintino de Lacerda essa homenagem por ocasião de uma reunião promovida pela comissão dos festejos para dar a Quintino o prêmio que lhe cabia como um abolicionista fervoroso. O peito de Quintino foi condecorado pelas mãos angelicais da menina Carula Martins, filha do conceituado despachante-geral, Américo Martins dos Santos. Quintino, comovido, quase sem poder falar, agradeceu em breves palavras “as tamanhas honras de que não era merecido”.³⁶⁵

Apesar das passeatas e dos préstitos oficiais ocorridos em Santos não terem sido de todo diferentes dos restantes ocorridos na província, a presença considerável de libertos, escravos fugidos e homens de cor no quilombo do Pai Filipe e no Jabaquara certamente deu um colorido especial às manifestações de júbilo pelos novos tempos. No préstito realizado em 13 de maio, aliou-se a ele “o batalhão de voluntários de Jabaquara, comandados por Quintino de Lacerda, trazendo bandeiras brancas com datas gloriosas e os nomes de Rio Branco, Luiz Gama, Euzébio de Queiroz e outros ilustres mortos”³⁶⁶ e nos festejos pela Abolição os “dois quilombos desta cidade [de Santos] foram [...] reunidos, acompanhados de *seus batuques*, e seguidos de povo cumprimentar o Sr.

³⁶⁴ Jardim, Silva, op. cit., p. 86.

³⁶⁵ Victorino, Carlos, op. cit., p. 75.

³⁶⁶ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, pp. 31-32. FAMS.

Francisco de Paula Ribeiro [...]. Voltando, andaram a *dançar e a tocar* em frente de várias casas até o amanhecer” [grifos meus].³⁶⁷

Os batuques dos quilombolas foram presença marcante nas celebrações de regozijo em Santos pela abolição. O valioso testemunho de Carlos Victorino mais uma vez será útil. Segundo o memorialista,

A data de 13 de Maio de 1888 foi recebida com a maior pompa possível. De cada casa, soltavam ao ar centenas de foguetes. Os navios surtos no porto embandeiravam os mastros, músicas percorriam as ruas; o povo entusiasmado dava vivas à Lei Áurea; de Vila Mathias, lá do quilombo de pae Felipe, *os libertos vinham ao Largo do Carmo, munidos de “adufes e tambaques” dançar o samba*, no qual os rapazes entravam também, dançando com os pretos, na mais íntima cordialidade; saudava-se a imprensa; de cada janela surgia um e discursava sobre o fato; Silva Jardim fez nada mais nada menos do que uns 40 discursos e cada qual mais sublime. [grifos meus]³⁶⁸

A imagem pintada por Victorino, com a presença harmônica entre pretos e rapazes, que por oposição imagina-se serem brancos, com certeza agradaria Gilberto Freyre e os defensores da ideia de uma democracia racial brasileira. Para além dessa provocação, as bandeiras, o entusiasmo popular, tudo isso que Victorino menciona, já vimos que foi traço recorrente em praticamente todas as cidades da província de São Paulo. Permitir ou não as festas promovidas por escravos e/ou ex-escravos foi um tema delicado ao longo de todo o século XIX,³⁶⁹ porém a explosão de alegria daquele 13 de Maio implodia, mesmo que momentaneamente, as distinções hierárquicas e os preconceitos vigentes, permitindo que sambas, batuques e “pretos munidos de adufes e tambaques” fossem celebrar, da maneira que achavam mais propícia, a sua liberdade. O sentimento que parecia imperar era o da igualdade e da perspectiva de uma cidadania que incorporaria a população de ex-escravos às construções futuras da nação brasileira. Por isso vale ser destacada nesse depoimento a maneira pela qual os quilombolas de Santos festejaram o advento da Abolição, buscando incorporar-se às manifestações oficiais, porém marcando um espaço diferenciado através de suas práticas culturais.

³⁶⁷ *Correio de Santos*, Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 114, p. 129. FAMS.

³⁶⁸ Victorino, Carlos, op. cit., p. 73.

³⁶⁹ Nesse sentido, ver: Reis, João José. “Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: Cunha, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Os quilombolas do Jabaquara fizeram algo semelhante em 27 de maio de 1888, quando foram realizadas as celebrações da comissão santista dos festejos pela Abolição. Segundo o *Diário de Santos*: “Compactamente com os festejos da comissão, o grupo do Jabaquara associou-se à multidão, dando certo brilho às festas com *suas danças originais*” [grifos meus].³⁷⁰

Entretanto, esse clima de alegria e de possibilidades abertas foi sendo modificado com o caminhar da década seguinte à promulgação da Abolição. Os jornais rapidamente buscaram apropriar-se do grande evento e esforçaram-se na construção de uma interpretação e de uma memória do processo de desestruturação do escravismo nas quais o lugar dos ex-escravos era o de mero espectador. Entretanto, a presença negra nas ruas para comemorar o 13 de Maio forçou esses mesmos jornais a noticiarem, mesmo que de maneira escamoteada, as “danças originais” que demonstravam a importância dessa data para a população de cor paulista e como os ex-escravos não caíram em esquecimento coletivo.

3.5. A “maior revolução (...) de que dão notícia os anais da História Pátria”:³⁷¹ festas, política e memórias da Abolição (1888-1898)

Chegado o grande dia, os jornais rapidamente buscaram apropriar-se do 13 de Maio e passaram a realizar as primeiras análises e interpretações do processo da Abolição. Na primeira página, *A Província de São Paulo* publicava em 13 de maio de 1888 algumas de suas opiniões sobre o evento que estava testemunhando, o quão importante ele aparentava ser para a construção da nação brasileira, e já iniciava a enumerar os indivíduos e os momentos que deveriam entrar para a memória nacional como os mais marcantes no processo:

Glória à Pátria

Está extinta a escravidão no Brasil

Legisla-se entre flores, apresentam-se pareceres por aclamação e vota-se com ruidosos aplausos. [...]

A libertação dos escravos faz-se no Brasil por um *acentuado movimento da opinião*, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela

³⁷⁰ *Diário de Santos*, 27 de maio de 1888. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 103, p. 22. FAMS.

³⁷¹ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

desagregação dos elementos conservadores, mas *em plena paz, sem perturbação da ordem*, pelo congraçamento dos combatentes da véspera.

Os que ainda ontem se opunham tenazmente à reforma unem-se aos mais exaltados que a defendiam.

Impelidos pela agitação, sempre crescente, os poderes públicos entraram na corrente abolicionista e, antes forças dispersivas que elementos coordenados de um organismo, aceitam a solidariedade com os revolucionários que vencem e ditam a lei no momento do triunfo.

A vitória do abolicionismo exprime, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi *esse grande anônimo que se chama – povo*. [...]

Ao mesmo tempo no campo da ação, perante os tribunais pleiteando a liberdade ou nas trevas dando fuga aos perseguidos, *Luiz Gama e Américo de Campos* afrontam as odiosidades e vencem com a lei, ou vendo-a sofismada, esmagada brutalmente pelos juizes, vencem por outro modo – *facilitando a fuga* até mesmo nos escaleres da polícia. Grande coragem e admirável ousadia! Estes atos encontram eco e um ou outro fato surge do meio das ameaças, das perseguições, em algumas províncias. [...]

Que lutas! Mas em 1868 já associações mais ou menos secretas alastravam o solo da escravidão e disputavam a posse e domínio do escravo aos que não possuíam título de legitimemos. [grifos nossos]³⁷²

Se *A Província de São Paulo* manifestou-se primeiro sobre a aprovação da lei, o *Correio Paulistano* não demorou muito para também se expressar. Em 15 de maio de 1888 publicava integralmente em sua primeira página, com significativo destaque, os dois pequenos artigos que constituem a Lei Áurea. Segundo o *Correio Paulistano*, o país estava presenciando “a maior revolução social e econômica de que dão notícia os anais da História Pátria” e a insistência no caráter pacífico do movimento abolicionista fica óbvia quando o jornal interpreta que estava diante de uma revolução diferente das ocorridas na antiguidade e nos tempos modernos, afinal teria sido consumada “sem derramar uma gota de sangue, sem arrancar uma lágrima de dor!”.³⁷³

O fim do cativo teria sido “o maior acontecimento depois da proclamação da Independência do Brasil” e os ecos desse episódio colocariam o país no hall dos países civilizados, afinal o “Brasil era a única exceção, de um país civilizado e cristão, possuidor da propriedade escrava no seu solo, no último quartel do século XIX”, sendo

³⁷² *A Província de São Paulo*, 13 de maio de 1888. BN.

³⁷³ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

o 13 de Maio “o completo lógico, necessário, fatal de 28 de Setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre] e de 28 de Setembro de 1885 [Lei do Sexagenário]”.³⁷⁴

Junto com as opiniões expressas pelos editoriais, ao longo do restante do mês de maio e início de junho, os jornais analisados publicaram pequenas notas, textos, sinais de regozijo e diversos relatos e notícias sobre as festas que estavam ocorrendo no interior e na capital. Uma dessas notas chegava a fazer um cálculo alusivo à importância da lei de 1871:

Interessante

A lei pela qual foi decretada a libertação do ventre escravo no Brasil foi promulgada no ano de 1871.

Somando duas vezes esta data do seguinte modo:

1871

1

8

7

1

1888

Temos o ano em que se decretou a extinção da escravidão.³⁷⁵

Segundo Chalhoub, “1871 não é passível de uma interpretação unívoca e totalizante”.³⁷⁶ Porém, desde a aprovação da Lei do Ventre Livre, o parlamento já não era o único local onde se debatia a Abolição. Era percebido um progressivo aumento dos debates acerca do fim do cativo no Brasil. A desestruturação do sistema escravista sentida nas últimas décadas do Império passou a ser um assunto debatido por todas as partes.³⁷⁷ Apreendia-se “que a lei de 28 de setembro foi de certa forma uma conquista dos escravos e teve consequências importantes para o processo de abolição na Corte”.³⁷⁸ Com isso em mente, cabe expandir essa interpretação de Chalhoub e dizer que a brincadeira proposta pelo *Correio Paulistano* mostra como a chamada Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, foi alocada pelos contemporâneos como um marco significativo do desenrolar do movimento abolicionista não só na Corte, mas também

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ *Correio Paulistano*, 27 de maio de 1888. BN.

³⁷⁶ Chalhoub, Sidney, op. cit., . 2003, p. 161.

³⁷⁷ Chalhoub, Sidney. “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”. In: *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁷⁸ Chalhoub, Sidney, op. cit., 2003, p. 161.

em São Paulo. O próprio *Correio Paulistano* não cansou de afirmar: “O dia 13 de Maio de 1888 é o complemento do dia 28 de Setembro de 1871”.³⁷⁹

Contudo, não somente um complemento de 28 de Setembro de 1871. “O dia 13 de Maio é o dia da nossa verdadeira independência”,³⁸⁰ escrevia o *Diário de Santos*. Assim também pensava o *Correio Paulistano*, entendendo que para “confrontar com a data de 7 de Setembro de 1822, francamente, só vemos a data de 13 de Maio de 1888. A emancipação social e econômica é a consequência da emancipação política”.³⁸¹ A *Província de São Paulo* afirmava que o “13 de Maio de 1888 veio atestar ao mundo que somos um povo livre, um povo civilizado. Se 7 de Setembro de 1822 trouxe a emancipação política, 13 de Maio a nossa igualdade civil, são duas datas que coincidem”.³⁸²

Wlamyra Albuquerque percebe algo similar quando analisa a associação existente nas comemorações pela Abolição em Salvador com as festas comemorativas da independência nacional, realizadas na Bahia no dia 2 de julho. Como explica a autora, a “festa do Dois de Julho, por comemorar a constituição da nação brasileira, estava firmemente associada à Coroa e traduzia um senso de pertencimento nacional fundado no Império”.³⁸³ Ou seja, o 13 de Maio estava sendo entendido como a complementação da independência nacional e representava ao mesmo tempo o fim da constituição da nação e o estabelecimento de um novo estágio; afinal, a partir daquele momento todos os nascidos no Brasil eram cidadãos e surgia a oportunidade para o estabelecimento de uma nova época: a do progresso, que permitia ao Brasil ser tratado de maneira igualitária pelas outras nações ditas “civilizadas”.

Construindo uma memória e uma interpretação histórica possível para o fim do cativo, o *Correio Paulistano* e o *A Província de São Paulo* pretenderam estabelecer datas, momentos e indivíduos para serem lembrados e cultuados e entendiam a aprovação da Lei Áurea como o acontecimento mais importante depois da independência do Brasil, sendo esse o momento decisivo da constituição do país como

³⁷⁹ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888.

³⁸⁰ *Diário de Santos*. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 102, p. 33. FAMS.

³⁸¹ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

³⁸² *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888. BN. *A Província de São Paulo* publicou inúmeros pequenos textos que estabelecem essa relação entre o 7 de setembro de 1822 e o 13 de maio de 1888, por exemplo: “O 13 de Maio. (...) O 7 de Setembro e o 13 de Maio são dois dias que se rivalizam, que se cobrem de glórias, porque, se naquele o Brasil se viu livre do jugo de Portugal, neste os descendentes de Cam, os irmãos de Luiz Gama, que se haviam conservado sob o azorrague, levantam-se da lama e do cativo, recebendo o título de cidadão. (...) O 13 de Maio de 1888 começa uma nova fase da história pátria, o período da liberdade.”

³⁸³ Albuquerque, Wlamyra R, op. cit., 2009, p. 127..

uma nação moderna e, principalmente, civilizada. No calor de maio de 1888 ambos os jornais não conseguiam negar a crescente agitação favorável pela Abolição. A força do “acentuado movimento de opinião” impelia o poder público para a tomada da medida derradeira de extermínio do escravismo. Porém, o que deveria ser valorizado nesse momento era uma suposta “índole nacional”, apresentada pelos periódicos como pacífica e ordeira. Essa índole teria levado à existência de um movimento abolicionista que atuava através da “plena paz, sem perturbação da ordem” e que teria atingido seus objetivos “sem derramar uma gota de sangue, sem arrancar uma lágrima de dor!”.

O interessante é perceber que tanto o *Correio Paulistano* como *A Província de São Paulo* ignoravam algumas notícias frescas que haviam ganhado destaque em suas páginas havia poucos meses ou mesmo dias antes do 13 de Maio e que contradiziam essa visão sobre o processo de Abolição. Tais notícias mostravam que esses foram tempos perigosos para os senhores e os encarregados diretos no exercício do poder senhorial. O escravo Daniel, por exemplo, assassinou Favorino, feitor da fazenda em que vivia em Araras, porque o mesmo castigou sua mulher na sua presença. Ao invés de ser também castigado, o escravo Daniel ganhou sua liberdade incondicionalmente.³⁸⁴ Em 22 de janeiro daquele ano, em Campinas, ocorreu outro caso de desordem e afronta a um encarregado direto do exercício do poder senhorial. Na estação de trem daquele município, “um capitão do mato fulano *Fumaça*” foi vaiado intensamente por algumas pessoas que lá estavam e chamado “em altas vozes pelo qualificativo que lhe dá a sua triste profissão”. Após as vaias, iniciou-se uma troca de tiros, sendo preso o português José Antonio Ferreira. Com a sua prisão, “uma grande massa popular, de mais de quinhentas pessoas” dirigiu-se até a cadeia, recomeçando as vaias. Iniciou-se, então, o apedrejamento da cadeia. Como resposta, alguns praças “atiraram-se sobre a multidão, e de refle em punho procuraram dispersar o povo”, ocorrendo “pancadaria a valer”. No fim do dia a “indignação [...] subiu ao auge. Formaram-se grupos que quebraram os lampiões da iluminação nas ruas Direita, Rosário e América, apagaram o gás,

³⁸⁴ *A Província de São Paulo*, 15 de janeiro de 1888. BN. Existem vários outros casos similares de desordens e afrontas a encarregados diretos no exercício do poder senhorial. Um outro caso apareceu nas páginas do *A Província de São Paulo*, no dia 2 de março de 1888: “A 28 do mês passado deu-se em S. Roque grossa balbúrdia entre o povo e dois capitães de mato que queriam prender um preto sexagenário. Um dos capitães disparou três tiros de pistola sobre o povo, e este, em represália, apedrejou-o e arrancou-lhe o preto das mãos. A autoridade interveio, apaziguou os exaltados e fez diversas prisões. O preto está em segurança e o capitão de mato ficou um pouco ferido.”

inutilizaram muitas vidraças, principalmente as da cadeia, dispararam tiros de garrucha e de revólveres. Uma coisa medonha!”.³⁸⁵

Ou seja, apesar dos indícios existentes nas próprias páginas desses jornais revelarem uma realidade contrária à que se tentava construir, ambos insistiram no caráter pacífico e ordeiro que teria reinado nos últimos anos do sistema escravista no Brasil e do papel central do povo, essa categoria genérica, nunca do escravo, para a vitória final do abolicionismo. Ao ignorar as notícias que vinham trazendo de fugas coletivas das fazendas, de assassinatos de feitores, de desordens em estações de trens, de revoltas coletivas de escravos, esses jornais de São Paulo revelam que não compreendiam a atitude escrava de rebelar-se como uma postura sistemática de ataque à própria instituição escravista e, conseqüentemente, como uma tomada de posição escrava em defesa da liberdade coletiva de todos os indivíduos existentes na condição de cativos. Para o *Correio Paulistano* e para *A Província de São Paulo*, o escravo sozinho jamais poderia ser abolicionista. A Abolição – com o a maiúsculo – seria algo tutelado pelos ilustres abolicionistas e advindo de cima para baixo. Com isso se esvaziava o poder de pressão exercido pelas fugas coletivas rumo a Santos, deixando para o futuro uma perspectiva de passividade daqueles indivíduos que deveriam ser lembrados apenas através de Quintino de Lacerda e de sua atuação em parceria com as elites humanitárias abolicionistas. No momento imediato da promulgação da lei que abolia o cativo os jornais prontamente tornaram os ex-quilombolas do Jabaquara invisíveis, deixando para nós apenas a imagem, muitas vezes idealizada, de Quintino de Lacerda.

Outros elementos constantemente encontrados nas páginas dos periódicos dizem respeito à primazia da província de São Paulo para a vitória final do movimento abolicionista e ao poder que a imprensa possuía frente ao crescimento do abolicionismo na opinião pública. Nesse momento, todos deveriam se mostrar defensores do fim do cativo; “nunca houve escravagistas por princípio, que defendessem a escravidão pela escravidão”,³⁸⁶ declarava o *Correio Paulistano*. Não deixaram de existir ocasiões para serem declarados e onde todos pudessem ver os amores eternos à liberdade, a arriscada atuação de Quintino de Lacerda e ao sucesso do Jabaquara.

Se os jornais buscaram se mostrar o mais rapidamente possível como os mais capacitados para construir uma história e uma memória do processo de Abolição, é fácil

³⁸⁵ *A Província de São Paulo*, 24 de janeiro de 1888. BN.

³⁸⁶ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888. BN.

entender a ênfase nos festejos realizados pela “boa sociedade” e uma espécie de censura por parte desses jornais às práticas festivas realizadas pelos ex-escravos e homens de cor nos subsequentes 13 de Maio. Se hoje o jongo, o batuque e o samba são memórias do tempo do cativo que emprestam significados ao presente e abrem caminhos para o futuro,³⁸⁷ no fim do século XIX essas manifestações culturais apareceram de forma pejorativa nas páginas dos jornais paulistanos como uma prática cultural de ex-escravos e homens de cor realizada nos momentos de celebração pelo fim da escravidão entre 1888 e 1898.

Tendo sua casa constantemente ocupada por procissões, sendo sempre muito solícito com os manifestantes e recebendo variados presentes, como buquês de flores naturais e de porcelana, Antonio Bento foi, definitivamente, a liderança abolicionista paulista viva mais lembrada no momento da abolição da escravidão. Nos anos subsequentes ao de 1888, o redator principal do jornal *A Redenção* e líder dos Caifazes³⁸⁸ foi perdendo paulatinamente a fama e o prestígio que possuía, porém continuou sendo lembrado pelos jornais paulistanos e, principalmente, pelos ex-escravos, todo 13 de Maio.

Já em maio de 1888 *A Província de São Paulo* informava que “os pretos libertos, residentes nesta capital [São Paulo], vão oferecer uma pena e tinteiro de ouro ao Dr. Antonio Bento”.³⁸⁹ Até o ano de sua morte, em 1898, o presente dos ex-escravos a Antonio Bento deixou de ser algo material e lhe era oferecido todo dia 13 de Maio no largo e na rua de nome sugestivo, Liberdade, onde estava localizada sua casa.

Foi assim que em 1889 as festas comemorativas pela Abolição começaram na noite de 12 de maio, quando “diversos *jongos de negros*, em grande alarido, percorreram o largo e a Rua da Liberdade, estacionando diversas vezes em frente à casa do Dr. Antonio Bento” [grifos meus].³⁹⁰ Esse “jongo de negros” parece ter tido bastante repercussão, pois uma nota do *Diário do Comércio*, publicado no Rio de

³⁸⁷ Sobre essa perspectiva para o jongo atualmente, ver: Rios, Ana Lugão & Mattos, Hebe, op. cit.

³⁸⁸ Para uma análise do jornal encabeçado por Antonio Bento, ver: Schwarcz, Lilia Moritz, op. cit., 1987, pp. 80-91. Segundo a autora, *A Redenção* “tratava-se de um jornal ligado ao grupo dos caifazes, que praticavam o que na época era denominado ‘abolicionismo ilegal’, já que seus membros não se apoiavam só nos ‘benefícios da lei’, mas antes buscavam, através de formas mais diretas, como o incitamento à fuga, chegar à libertação total de grupos de escravos.” Schwarcz, Lilia Moritz, op. cit., 1987, p. 81. Já para uma análise do movimento caifaz, ver: Machado, Maria Helena. “Cometas, caifazes e o movimento abolicionista”. In: *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro*, op. cit..

³⁸⁹ *A Província de São Paulo*, 20 de maio de 1888. BN.

³⁹⁰ *A Província de São Paulo*, 14 de maio de 1889. BN.

janeiro, de 14 de maio de 1889, fazia referência aos alegres jongs realizados em São Paulo pelo aniversário da lei que aboliu o cativoiro.³⁹¹

Por outro lado, produções de intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do XX, como as de Macedo Soares e Renato Almeida, preocupados com a construção e a fundação de uma base para a nação brasileira em termos culturais, linguísticos e musicais, buscaram registrar as contribuições dos africanos para esse processo, afinal entendiam que suas tradições estavam fadadas ao desaparecimento com o caldeamento populacional e cultural que formaria a nação brasileira, de preferência culturalmente mestiça.³⁹²

É assim que as festas populares, principalmente a partir do fim do século XIX, passaram a fazer parte de um importante campo de luta intelectual em torno da questão nacional. Ao estudar a Festa do Divino ao longo do século XIX, Martha Abreu percebeu que

por um lado, as festas eram consideradas valorosos indicativos de uma nação com história e cultura, formada por uma raça mestiça, de inegável influência portuguesa e africana; por outro, essa mesma formação populacional, cultural e histórica, mestiça e festeira, era avaliada como portadora de evidentes limites para a construção de uma determinada civilização e progresso.³⁹³

Porém, o destaque dado pelos jornais analisados do ano de 1889 não foi o das festas negras pela Abolição, e sim à continuação do embalo de transformações político-sociais que havia se acelerado em 1888. As estruturas sociopolíticas construídas ao longo do período imperial brasileiro permaneceram sendo questionadas. As disputas penetraram por entre as festas pela Abolição ocorridas naquele ano. A tônica dos textos produzidos pelos próprios jornais seguiu um modelo parecido com os escritos no ano anterior e as notícias de maio de 1889 retrataram os embates constantes travados nas mais diversas regiões da província entre os monarquistas e os republicanos por conta

³⁹¹ Ribeiro. Maria de Lourdes Borges. *O jongo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Secretaria da Cultura, Funarte, 1984, p. 61. Nesse ano de 1889, em Itatiba, o aniversário da Abolição foi comemorado “durante todo o dia 13 [...] inúmeros foguetes subiram ao ar, havendo muitos discursos, *marche aux flambeaux* e, à noite, um *samba* em que se deu um conflito entre libertos, resultando saírem alguns com a cabeça quebrada e um deles ferido com três facadas, seu estado é grave” [grifos no original]. *A Província de São Paulo*, 16 de maio de 1889. BN.

³⁹² Sobre esse esforço dos folcloristas – que tinham a tendência de tentar prever o futuro das manifestações que estudavam –, ver: Abreu, Martha & Vianna, Carolina. “Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920”. In: Carvalho, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁹³ Abreu, Martha, op. cit., 1999, p. 141.

das celebrações pelo fim do cativeiro. Afinal, “a Abolição levou ao desprestígio de uma minoria política muito ativa, extremamente ligada ao trono e que rapidamente se bandeou para o lado dos republicanos”.³⁹⁴

A Província de São Paulo anunciava em 12 de maio de 1889:

O país vai festejar amanhã o primeiro aniversário da lei de 13 de Maio, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Não há mais escravos nem senhores, assim como não há vencedores nem vencidos. No espaço amplo desta nação americana todos que aqui nasceram e nascem são cidadãos brasileiros [...] Largos horizontes se abriram à pátria brasileira com esta frase simples, curta, concisa: É declarada extinta a escravidão no Brasil.³⁹⁵

O texto continua seguindo os moldes dos produzidos pelo jornal no ano anterior. A imagem que se tentava criar da assinatura da Lei Áurea associava o fim do cativeiro como algo desejado por todos, pois teria sido “executado sem oposição, produzindo os seus efeitos sem abalo na ordem pública” e sem “grandes desordens econômicas”. A todo momento tentava-se passar a imagem de acomodação e mudança sem grandes alterações e do ato como um divisor de águas na realidade nacional, alavancando “a segurança do seu engrandecimento, a certeza de sua ascendência no meio das nações civilizadas”.³⁹⁶

A construção de uma determinada memória sobre o fim do cativeiro realizada pelo jornal seguia com a defesa de uma Abolição pacífica, ordeira e gradual, sempre provinda de cima para baixo, realizada pelos senhores e/ou pelo Estado e, portanto, sem grandes comemorações por parte dos ex-escravos. *A Província de São Paulo* insistiu na publicação de relatos de festejos ocorridos na Corte, banquetes organizados pela elite da Província,³⁹⁷ peças teatrais, declamação de poesias e discursos,³⁹⁸ te-déuns³⁹⁹ e algumas

³⁹⁴ Schwarcz, Lilia Moritz. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.), op. cit., 2007, p. 25.

³⁹⁵ *A Província de São Paulo*, 12 de maio de 1889. BN.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ “O dia 13 em Santos. (...) Foi oferecido um banquete, também comemorando a grande data, ao dr. Juliú Furtado que, no cargo de presidente da Comissão Provincial de Socorro Público, muitos serviços prestou aos epidêmicos. (...)” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

³⁹⁸ “S. José – Realizou-se anteontem o anunciado espetáculo em comemoração ao aniversário do *Treze de Maio*. Seguiu a festa o programa estabelecido: depois de uma poesia recitada pelo ator Xisto Bahia, falaram os acadêmicos Marinho de Andrade, Ozório Duque-Estrada e Diana Terra. Depois do primeiro ato do drama anunciado, o dr. Cyro de Azevedo proferiu do palco um discurso verdadeiramente inspirado. O brilhante e simpático orador foi saudado, ao terminar, por prolongada salva de palma. Continuou o espetáculo, sendo distribuída em um dos intervalos uma inspirada poesia do dr. Gomes Cardim.” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

passeatas, como a da Sociedade União dos Chapeleiros, que “seguida de uma banda de música percorreu as ruas da cidade congratulando-se com as redações dos jornais pelo aniversário da lei 13 de Maio”.⁴⁰⁰

Contudo, as tensões estavam lá. A primeira página quase inteira de 15 de maio de 1889 foi dedicada à transcrição de discursos realizados por Campos Salles e Quintino Bocaiuva em um banquete promovido pelos republicanos de São Paulo em comemoração ao fim do cativeiro. Do interior eram trazidas notícias de comemorações que davam vivas não só à Abolição, mas também a República, numa clara afronta ao Império e numa tentativa do *A Província de São Paulo* de demonstrar como o republicanismo estava ganhando forças e adeptos. Em São João da Boa Vista, por exemplo, a Abolição foi comemorada com uma passeata que parou em frente ao Clube Republicano da cidade e “uma banda de música tocou a Marselhesa”. Quando o secretário do clube tomou a palavra para discursar, o delegado de polícia o interrompeu levantando vivas à princesa regente Isabel e convidou os espectadores a se retirar, causando grande tumulto.⁴⁰¹

Os relatos desse tipo de conflito povoaram as páginas, no ano de 1889, dos jornais paulistas analisados. Outro exemplo ocorreu na cidade de Cunha, onde “por ocasião dos festejos do dia 13, o Sr. Gregório de Campos tentou fazer uma conferência republicana, sendo impedido por mais de quatrocentos libertos armados que, em altas

³⁹⁹ “Pindamonhangaba – Em comemoração da lei 13 de Maio, cantou-se naquela localidade um *te-déum* solene, oficiando o sr. bispo diocesano. Orou no ato o padre Claro Monteiro.” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

⁴⁰⁰ *A Província de São Paulo*, 14 de maio de 1889. BN.

⁴⁰¹ *A Província de São Paulo*, 16 de maio de 1889. BN. Em 18 de maio o *A Província de São Paulo* traz um relato mais detalhado do ocorrido nessa localidade: “O sr. dr. Malheiro, delegado de polícia, organizou à noite uma passeata levando à frente uma banda de música do sr. Aquilino Pereira de Mello, dedicado soldado da república, que a isso se prestou, visto tratar-se de um festejo nacional e sem cor política. Durante a passeata, o sr. dr. Malheiros disse tudo o que entendeu em relação à lei 13 de Maio e à monarquia, ouvindo-o os republicanos com inteira calma, até que, cumprimentados o revm. vigário e os cidadãos Alberto de Mello, Pereira Machado e o dr. Cordeiro Guerra, dirigiu-se o grupo popular para o Clube Republicano, tocando a música em frente o mesmo clube a *Marselhesa*. Previamente havia o sr. João Vaz, um dos organizadores da festa, avisado o secretário do clube, o sr. Luiz Sarmento, para que o edifício estivesse aberto, adornado e iluminado, a fim de receber aquela manifestação. Estavam, portanto, os diretores do clube avisados, e nada mais natural do que tomar um deles a palavra para agradecer à manifestação. Foi o que fez o secretário sr. Luiz Sarmento, que, elogiando o procedimento de todos os patriotas que contribuíram para a liberdade dos escravos, *dirigiu algumas censuras ao governo, por proteger a guarda-negra*. Tanto bastou para que o intolerante delegado interrompesse o orador, erguendo vivas à princesa imperial, a sua majestade o imperador e à lei de 13 de Maio etc. convidando do povo a retirar-se. Seguiu de uma [ilegível], mas o sr. Luiz Sarmento prosseguiu no seu discurso, sustentando a liberdade da palavra e a absoluta tolerância, tendo o delegado de polícia de retirar-se acompanhado de poucas pessoas, visto que a maioria do povo mostrou-se adversa ao seu procedimento condenável [...]” [grifos meus]. *A Província de São Paulo*, 18 de maio de 1889. BN.

vozes, ameaçaram-no de morte”.⁴⁰² A relação entre monarquia, republicanismo e a participação de libertos nas comemorações pelo 13 de Maio, em 1889, pode ser percebida através das recorrentes menções à chamada Guarda Negra. Os periódicos e memorialistas não cansaram de descrever uma correlação direta do apoio dos libertos ao regime monárquico. Entretanto, essa correlação nem sempre pode ser sentida. A própria atuação de Quintino de Lacerda como um adepto do republicanismo legalista durante o pós-abolição revela uma pluralidade do posicionamento da população de cor em relação ao futuro político que se desenhava no Brasil. Em S. José do Rio Pardo, por exemplo, os libertos tiveram uma postura diferente daquela esperada, para a surpresa do *A Província de São Paulo*:

Realizaram-se ontem [13 de maio de 1889] grandes festas em comemoração ao aniversário da abolição. Logo à madrugada grande massa de povo percorreu as ruas dando vivas à República e à abolição. [...] O povo protestou contra o terceiro reinado. Os libertos mesmo deram vivas à República e morras à Guarda Negra.⁴⁰³

⁴⁰² Idem. Outros tumultos também ocorreram em Jundiá, onde o “Clube Treze de Maio comemorou ontem [13 de maio] o aniversário da abolição realizando uma sessão pública, sendo negada a inscrição a oradores republicanos. Esse fato produziu indignação. Na sessão pediu a palavra o sócio Antonio Sarmento. O presidente Cavalcanti negou-lha. Houve então grande tumulto. As senhoras retiraram-se e os membros da diretoria, com exceção do juiz de direito dr. Philadelpho de Castro, que procurou atenuar a indignação dos sócios e do povo, fugiram. O dr. Costa Carvalho aconselhou o povo a abandonar a sala da sessão. A reunião terminou em grande desordem. Enorme massa de povo percorreu as ruas da cidade levantando vivas à república. O chefe republicano Siqueira de Moraes recebeu esplêndida ovação, orando os cidadãos Fernandes Oliveira, Antonio Sarmento e Alfredo Pujol. Em seguida foi feita um imponente manifestação ao sr. Hypolito Medeiros, que fora eliminado da Sociedade por tomar a defesa dos republicanos. (...) Todos verberaram energicamente o ato acintoso da diretoria, demitindo o cidadão Hippolyto de Medeiros, verdadeiro fundador da Sociedade. Oculto no jardim público, ouviu todos os discursos o capitão Sucupira, membro da diretoria arbitrária, o mesmo que *tentou fundar a Guarda-negra*. A população está indignada com a diretoria que fez dessa Sociedade, subsidiada pelo governo, um clube conservador. Os libertos e estrangeiros estiveram sempre do lado dos republicanos. Tanto na procissão cívica, como na passeata foram levantados muitos vivas à República, à raça negra, à soberania popular e a muitos republicanos [...]” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN.

⁴⁰³ *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1889. BN. Para Silva Jardim, sua conferência republicana realizada no ano de 1889 em um teatro do Rio de Janeiro teria sido ameaçada pela atuação da Guarda Negra. Sua reação de surpresa quando um “rapaz preto” se encontrava do lado dos republicanos em defesa do teatro que estava sendo atacado demonstra tanto uma expectativa dos republicanos em relação à atuação política dos libertos no pós-abolição como uma pluralidade de posicionamentos políticos existente entre os libertos e os homens de cor. Para sua alegria, o republicano afirmava que em algumas cidades do interior de São Paulo os “libertos estão do nosso lado [republicano], o que me alegra; felizmente eles veem aqui, em S. Paulo, que em nada devem a abolição à Princesa. Eles devem-na aos abolicionistas, e especialmente a Antonio Bento. Da janela do dr. Bulcão fiz um discurso em que lhe lembrei seus novos deveres de homem e de cidadão: trabalho e liberdade.” Jardim, Silva, op. cit., p. 232 e 117.

A Guarda Negra foi um tema polêmico neste ano. Inspiração de José do Patrocínio, segundo se propalava, e composta por libertos, a organização teve como principal intuito demonstrar gratidão para com a princesa Isabel, “A Redentora”, e a monarquia. Para isso atuou na repressão às manifestações contrárias ao Império e em especial às atividades do Partido Republicano. Em um texto de 25 de abril daquele ano, *A Província de São Paulo* pronunciava o que era praticamente impronunciável até então: a existência de um conflito racial no Brasil. O texto traz um tom de pânico por parte dos redatores do jornal e denominava os ataques contra os republicanos simplesmente como conflitos “contra os brancos”:

Os defensores da rainha [...]

Não se pode admitir o assalto dos libertos aos brancos. Os ex-escravos cujos sentimentos alguns levianos os maus exploram não desfiguram os partidos políticos e pelo hábito de fazer valer seus instintos selvagens hão de trazer à sociedade brasileira seus perigos e grandes males [...]. Não se iludam os monarquistas. Os pretos sem educação, sem conhecimento de formas de governo e dos princípios políticos não exercem um direito e não manifestam uma opinião, são meros instrumentos dos brancos sem critérios, que açulam esses pobres homens tornando-os impossibilitados de regeneração no gozo da liberdade ao arbítrio da civilização. A generosidade e benevolência dos brancos que civilizam a selvageria dos assaltantes.⁴⁰⁴

O título do texto já deixa bastante clara a referência à Guarda Negra e ao caráter personalista que o processo de Abolição vinha adquirindo. Ao analisar exatamente esse texto, Lilian Schwarcz concluiu que

O negro, definido como indivíduo incapaz de pertencer à civilização, era considerado ainda mais despreparado para entender e atuar politicamente. Era, portanto, [...] a velha representação do negro “instintivo” que se afirmava. Recém-egresso da “selvageria”, só a ela poderia dirigir-se novamente, e quando em contato com a civilização tornava-se nocivo (quando não cuidadosamente dirigido).⁴⁰⁵

Ao longo de 1889 os artigos sobre a Guarda Negra vão encolhendo gradualmente das páginas dos jornais, revelando um desaparecimento ou um

⁴⁰⁴ *A Província de São Paulo*, 25 de abril de 1889. BN.

⁴⁰⁵ Schwarcz, Lilia Moritz, op. cit., 1987. p. 235.

enfraquecimento da organização, que não conseguiu frear, muito menos impedir, a proclamação da República em novembro daquele ano e a retirada para o exílio na Europa da família real.

A necessidade de desassociar o fim do cativo da imagem da princesa regente e da monarquia se tornou uma preocupação recorrente dos republicanos nos anos subsequentes à Abolição. O leitor deve se lembrar daquela canção abolicionista publicada no *Almanaque da Casa Branca* em 1889 e que Silva Jardim afirma ter composto durante as festas pela Abolição em Santos, em seu livro de memórias de 1891. A explicação de Silva Jardim para ter escrito essa canção é importante para se perceber a relação existente entre escravismo, abolição, monarquia e república naquele momento:

Eis por que entendi aceitar ativo a parte que os libertos me chamavam a tomar nas suas festas: era preciso tornar bem claro o meu passado abolicionista, para poder ficar puro da eiva de escravismo quando pregássemos a República ao elemento agrícola, e me visse coberto dos seus aplausos; e era preciso, desde ali, daquele ponto do país de grande eco pela sua posição comercial, não consentir que a veneração pública e especialmente dos libertos se concentrasse toda na Princesa Isabel. Creio ter conseguido os meus fins.⁴⁰⁶

Nesse sentido, em 1890, com a proclamação da República e a necessidade de fortalecimento do novo regime, *O Estado de S. Paulo*, adepto de longa data do republicanismo, lança mão de artigos que buscaram associar a todo o momento a Abolição como uma luta que emanou do povo – entendido esse povo como os representantes senhoriais – e nunca do Estado monárquico que havia acabado de ser derrubado.

Dando continuidade a tais interpretações, o dia 13 de maio de 1888 deveria ser um orgulho para os paulistas, pois, “mais do que a todos os brasileiros”, teria surgido ali o brado de liberdade que mais repercutiu em todo o país, pois esse estado teria tido um papel fundamental no “verdadeiro começo [d]a nossa civilização”. A escravidão “era a nossa desgraça e a nossa vergonha” e o “maior elemento do nosso atraso”. Com o seu fim poderíamos “erguer a cabeça diante do mundo civilizado e equiparar-nos às nações mais adiantadas e mais cultas” e nos prepararmos para o “caminho do progresso”. E

⁴⁰⁶ Jardim, Silva, op. cit., 1891, p. 84.

qual seria esse caminho? Para *O Estado de S. Paulo*, junto à liberdade advinda com o fim do cativeiro, o “povo” pretendeu dar continuidade a esse movimento:

dado o primeiro grande passo para a Liberdade; realizada pelo povo a maior das aspirações populares, abriu-se novo campo a todas as outras que tinham por fim o nosso progresso social e político, a nossa autonomia de povo livre e digno de o ser.⁴⁰⁷

O último verso do poema em comemoração à data, publicado nesse mesmo ano, corrobora a imagem da Abolição que o jornal pretendia passar:

Foi pra nós esse dia – o dia da bonança
Que abriu em nosso peito as flores da esperança;
Se não fora essa data heroica e gloriosa,
Não teríamos hoje outra data assombrosa
Que veio completar a nossa bela história,
Com a mais calma, a mais pura, a mais nobre vitória;
A vitória, na paz, do exército e do povo
Que fez desta nação – pátria do mundo novo
Que banuiu desta terra o escrúpito e a majestade,
E disse: agora sim, temos a liberdade;
Sem senhores, sem rei! – Magnânimo e seguro,
Pode agora o Brasil seguir para o futuro.⁴⁰⁸

Ou seja, as memórias que vinham sendo construídas sobre o fim do cativeiro ligavam-no a um movimento que teria seguido um rumo calmo, pacífico e ordeiro, supostamente característico da nação brasileira, apesar das fugas em massa, dos assassinatos de feitores e senhores, dos quilombos abolicionistas ocorridos poucos anos antes. A consequência e a necessidade desse ato, a continuidade do movimento pela liberdade, só que agora em prol de uma “liberdade plena e completa política”, eram representadas pelo estabelecimento do regime republicano no Brasil e a sua suposta decorrência: a elevação do país ao mesmo patamar das outras “nações civilizadas”.

Exatamente por não representar esse modelo de civilização e progresso que se propagandeava através da produção intelectual e, sobretudo, através dos jornais de

⁴⁰⁷ *O Estado de SPaulo*, 13 de maio de 1890. BN. O jornal *A Província de São Paulo* passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*, após a proclamação da República.

⁴⁰⁸ *Idem*.

então, principalmente após o fim do cativo e a entrada do Brasil no regime republicano, considerado “cientificamente superior” ao monárquico, os periódicos insistiram na afirmação da ausência de grandes comemorações pela Abolição no ano de 1890. Para *O Estado de S. Paulo*, nesse ano “não houve [...] verdadeiramente festas comemorativas da gloriosa data 13 de Maio”.⁴⁰⁹ O jornal apenas deu ênfase às poucas celebrações realizadas pela “boa sociedade”, como a promoção de um te-déum na igreja de Nossa Senhora dos Remédios⁴¹⁰ e a peça *O gato preto*, que teve como seu espectador mais ilustre o governador do estado e sua família, representada pela companhia Guilherme da Silveira no Teatro São José.⁴¹¹

Cabe perguntar por quem o 13 de Maio foi modestamente comemorado, porque, graças à crônica semanal que era publicada pelo jornal em 1890, sabe-se que os escravos da capital paulistana comemoraram a data da mesma maneira que comemoraram no ano anterior. Como revela Filindal, autor da crônica,

A festa de 13 de Maio foi *modestamente celebrada* na rua mais própria para ela – na Rua da Liberdade. Foi nessa rua, em frente à casa do Dr. Antonio Bento e defronte da minha janela, que à noite se reuniram *algumas centenas de libertos* para festejarem o seu dia com *danças e cantos característicos, batuques ensurdecedores, sons ásperos de chocalhos, umbigadas entusiásticas e convictas*.⁴¹² [grifos meus]

A tônica da visão de *O Estado de S. Paulo* permanecia na crônica: os festejos pela Abolição estariam tendo pouca adesão por parte da população. Porém, se a ideia era a de ofuscar ou não levar em consideração qualquer manifestação de celebração pelo 13 de Maio que não tivesse sido promovida pela “boa sociedade”, a afirmação de existirem “algumas centenas de libertos” comemorando o fim do cativo em 1890 na Rua da Liberdade contradiz as afirmações do jornal e sugere outra interpretação. Mesmo caracterizando de maneira preconceituosa as “danças e cantos característicos” dos libertos, o cronista acaba por revelar o surgimento de uma maneira, através das “danças originais” como as realizadas pelos quilombolas santistas em 1888, de se celebrar o fim da escravidão para os homens de cor. Portanto, o mês de maio no pós-

⁴⁰⁹ *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1890. BN.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 15 de maio de 1890. BN.

⁴¹² *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1890. BN.

abolição havia se tornado um mês propício para a organização e a união da antiga população cativa.

Depois de 1890, *O Estado de S. Paulo* simplesmente parou de noticiar qualquer manifestação popular pela data da Abolição. O periódico contentou-se, entre 1891-1895, a publicar as celebrações oficiais e da “boa sociedade”, algumas notas sobre festas ocorridas em municípios do interior paulista e pequenos textos nos quais o jornal demonstrava suas opiniões sobre o processo de Abolição. Em 1896 não foi muito diferente, porém o jornal noticiou a realização de “um *samba*, com enorme concorrência do povo” [grifos no original]⁴¹³ ocorrido na noite de 13 de Maio, no Largo 7 de Setembro. No ano seguinte – 1897 – , as festas em frente à casa de Antonio Bento voltaram a ser notícia. Como informa *O Estado de S. Paulo*,

No Largo da Liberdade, próximo à casa do dr. Antonio Bento, desde anteontem à noite que *os homens de cor, como em todos os anos*, festejaram o dia 13 de maio.

Organizaram um *samba* que durou até a madrugada de hoje. [grifos meus]⁴¹⁴

Ou seja, os homens de cor organizavam-se todo ano para celebrar de uma maneira marcadamente negra o fim da escravidão, mesmo *O Estado de S. Paulo* não dando muita relevância a esses sinais.

O Correio Paulistano dá um destaque um pouco maior às festas negras pela Abolição, sendo através dele também possível perceber essa formação de uma maneira de os libertos e homens de cor do fim do século XIX celebrarem o fim da escravidão. Por meio dele sabemos que em 1893 a festa pela Abolição foi finalizada com o já conhecido presente oferecido a Antonio Bento “um animadíssimo *samba*, na frente da residência do conhecido abolicionista” [grifo no original].⁴¹⁵ Nos dois anos seguintes o

⁴¹³ *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1896. BN.

⁴¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 14 de maio de 1897. BN.

⁴¹⁵ *Correio Paulistano*, 16 de maio de 1893. BN. Nesse mesmo ano, o *Correio Paulistano* publicou um texto muito interessante que descrevia a figura e a atuação na campanha abolicionista de Antonio Bento e revelava algumas pistas de como era a prática desses jongos, batuques e sambas todo 13 de Maio em frente à residência de Antonio Bento. Nele percebemos, mais uma vez, que as festas organizadas pelos ex-cativos vinham ocorrendo regularmente ano após ano, um grau de organização por parte da antiga população cativa que buscava celebrar da sua maneira a Abolição e que entendiam Antonio Bento como um real representante da defesa do direito da liberdade dos escravos, deixando subentendido uma plausível conexão entre as senzalas e o movimento abolicionista urbano organizado. Para uma análise mais aprofundada do assunto, ver: Serva, Matheus. “Jongos, sambas e batuques. As festas negras pela Abolição (1888-1898)”. In: Ribeiro, Alexandre; Bittencourt, Marcelo & Gebara, Alexander (orgs.). *África, passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF*. Niterói: PPGH-UFF, 2010.

jornal salienta a ocorrência das “festas do costume”,⁴¹⁶ com “ruidosas manifestações de regozijo”,⁴¹⁷ no Largo da Liberdade, novamente em frente à casa de Antonio Bento. Alguns anos depois, agora já em 1898, os sambas voltam a ser notícia, pois “esteve muito animado o *samba* na Rua da Liberdade, notando-se ali grande número de pretos” [grifo no original].⁴¹⁸

Os sambas realizados para comemorar o fim do cativeiro não ficaram restritos à capital de São Paulo. Como vimos no item anterior, os quilombolas do Jabaquara comemoraram com suas “danças originais” a liberdade definitiva alcançada no 13 de maio de 1888. Nos anos posteriores Quintino de Lacerda continuou sendo uma figura importante da população de cor santista e os batuques e sambas permaneceram como marca de celebração pelo 13 de Maio.

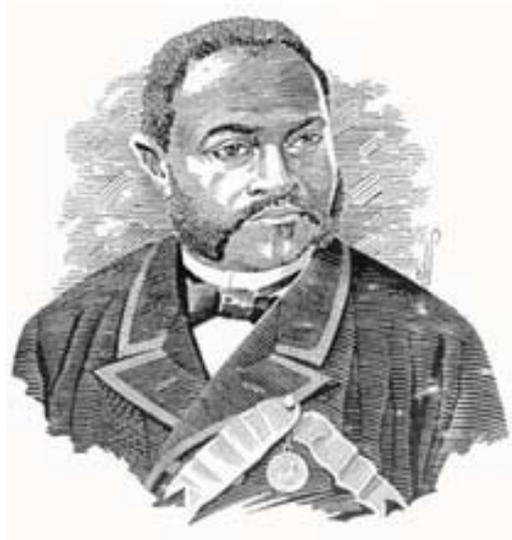
Em 1891 o *Correio Paulistano* informava que estavam sendo preparadas grandes festas para comemorar a Abolição. O principal evento dessas celebrações ficaria por conta de uma “brilhante festa no Jabaquara” promovida pelo “cidadão Quintino de Lacerda”. Exatamente por conta dos festejos desse ano de 1891 pelo fim do cativeiro é que possuímos a única imagem de Quintino de Lacerda, pois, por ocasião das comemorações pela Abolição, foi-lhe oferecido um retrato a óleo pintado pelo nosso já conhecido Benedito Calixto.⁴¹⁹

⁴¹⁶ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1894. BN.

⁴¹⁷ *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1895. BN.

⁴¹⁸ *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1898. BN. Essa maneira de se festejar a Abolição pelos homens de cor e como o jongo realizado nas comemorações do 13 de Maio funciona como uma forma de esses indivíduos de se mobilizarem politicamente, foram explorados por Jaime de Almeida, em um caso ocorrido nos anos de 1916 e 1917 em São Luís do Paraitinga. Ver: Almeida, Jaime de. *Foliões e festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século, 1888-1918*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1988, partes I e III.

⁴¹⁹ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1891. Arquivo Edgard Leuenroth. Doravante AEL.



Acredito que essa imagem publicada em 1903 por um periódico de Santos tenha usado como referência o quadro pintado por Benedito Calixto e listado como um dos pertences deixados por Quintino de Lacerda em seu inventário. Reparem no detalhe da medalha retratada na pintura. Provavelmente seria a medalha oferecida a Quintino em 1888. *Santos Ilustrado*, nº 19, ano I, 11 de janeiro de 1903. Apud, Machado, Maria Helena, op. cit., 1994, p. 138.

Alguns dias depois, o *Correio Paulistano* informava que foram realizados os festejos abolicionistas anunciados, porém, devido ao dia chuvoso que amanhecera naquele 13 de Maio, os festejos não tiveram grande concorrência. Transcrevendo um relato publicado por um jornal santista, o *Correio Paulistano* dá vida à comemoração realizada no Jabaquara e nos permite encontrar mais detalhes sobre como os homens de cor estavam celebrando a Abolição:

Às 11½ horas da manhã a comissão de festejos, seguida do grande número de cavalheiros, tomou os bondes especiais, que para isso se achavam contratados, e foram todos ao legendário lugar oferecer a Quintino de Lacerda o seu retrato a óleo, trabalho de Benedito Calixto.

Ali chegados houve um ligeiro copo d'água, em que se trocaram amistosos brindes, muito correspondidos.

À tarde teve lugar um banquete que à comissão de festejos foi oferecido por Quintino de Lacerda, o famoso chefe do Jabaquara.

Houve uma alegria indefinível nessa festa que terminou na melhor ordem, e em que *os pretos dançaram o samba*, a lembrar continuamente a poesia melancólica do eito.

Não faltaram discursos nem brindes, sendo o brinde de honra levantado à família Lacerda, ali representada pelos *pais de Quintino*, por ele, por sua esposa e por seus filhos.

Essa é a única fonte na qual se encontra referência aos pais de Quintino de Lacerda. O que importa é percebermos que, segundo a fonte, Quintino de Lacerda tinha pais ainda vivos. Um ex-escravo conseguir reunir todos os entes queridos após a Abolição era um desejo comum entre os libertos que sofreram do trauma de desagregação de laços familiares causados pelo intenso mercado interno de escravos durante a segunda metade do século XIX. Lembrando que Quintino de Lacerda se declarava natural de Sergipe, é possível que seus pais tenham sido vendidos para Santos juntamente com Quintino, porém cabe também dizer que seus pais poderiam ter permanecido em Sergipe e só tenham conseguido reencontrar seu filho graças às posses que Quintino conseguiu adquirir ao longo da vida, possibilitando-lhe mandar trazer seus pais para Santos.

Passados três anos após o fim das lutas pela extinção do cativo no Brasil, o Jabaquara permanecia sendo um local marcadamente ocupado por uma população negra e Quintino de Lacerda, juntamente com os “pretos do Jabaquara”, não havia caído no esquecimento. O jornal não deixa de frisar que, apesar de os “pretos dançarem o samba” até altas horas da noite, o que imperou na festa foi a “melhor ordem”. Era necessário continuar frisando na questão da Abolição como um movimento ordeiro e o quanto um dos símbolos desse processo, o quilombo e os ex-quilombolas do Jabaquara, prezava essa imagem ou era assim insistentemente representado. Porém, vemos aqui que realizar um samba como forma de manifestar-se favorável a Abolição e para comemorar o advento da liberdade definitiva foi algo característico da população de ex-cativos e de homens de cor do fim do século XIX em boa parte do estado de São Paulo.

Desassociada de suas possíveis características originárias da África Central, de canto de trabalho ou de descanso após um dia capinando na lavoura, mantendo apenas o seu aspecto de troca de informações e de comunicação entre os escravos e os libertos,⁴²¹ a prática de jongos, batuques e/ou sambas todo dia 13 de Maio, nas festas específicas pelo fim do cativo para “algumas centenas de libertos” ou para “Quintino de Lacerda, o famoso chefe do Jabaquara”, traziam um novo aspecto a essas práticas culturais: a utilização da festa negra de maneira claramente política e integrada à realidade nacional.

⁴²⁰ *Correio Paulistano*, 16 de maio de 1891. AEL.

⁴²¹ Para uma análise aprofundada do jongo e de sua prática pela população cativa existente no sudeste, ver: Lara, Silvia Hunold & Pacheco, Gustavo (orgs.), op. cit., 2007.

Os registros dos folcloristas da primeira metade do século XX são recorrentemente recheados de comemorações pelo 13 de Maio com encontros de negros que se uniam para realizar jongos, sambas ou batuques. Como explicam Martha Abreu e Hebe Mattos: “Desde as informações de Macedo Soares, no fim do século XIX, até muito recentemente a data da Abolição, ao lado dos dias de santos, sempre foi um bom motivo para os encontros festivos”.⁴²² São vários os “pontos” que indicam a construção de uma memória da Abolição por parte dos ex-escravos. De acordo com Stanley Stein

Jongueiros recorreram aos acontecimentos de 13 de maio para inspiração, referindo-se à atitude vacilante do Imperador (“pedra”) em relação à abolição, elogiando o ato de sua filha (“rainha”): *Eu pisei na pedra, pedra balanceou Mundo tava torto, rainha endireitou*⁴²³ [grifos no original]

As festas na frente da casa de Antonio Bento, assim como os sambas no Jabaquara, parecem ter servido para celebrar o fato de o “mundo ter endireitado”, para pressionar a permanência desse mundo e para exigir o cumprimento de promessas realizadas pelos abolicionistas.

O abolicionista André Rebouças era famoso por defender a “abolição imediata, instantânea e sem indenização alguma”, objetivo esse cumprido pela Lei Áurea. Porém, complementava sua luta pelo fim do cativeiro através da defesa “da destruição do monopólio territorial, o fim do latifúndio”.⁴²⁴ A promessa não cumprida e a esperança não concretizada do acesso à terra acabaram sendo expressas pelo principal meio de comunicação dos cativos e ex-cativos: “*Ahi, não me deu banco p’ra nos sentar/Dona Rainha me deu cama, não deu banco p’ra me sentar*”.⁴²⁵

Todavia, como era de se esperar, os periódicos não seguiam a mesma linha interpretativa dos ex-escravos acerca da Abolição. Muito preocupados em estabelecer conexões com as transformações políticas pelas quais passava o país, os periódicos analisados foram deixando de lado as manifestações populares de júbilo pela Abolição e

⁴²² Abreu, Martha & Mattos, Hebe. “Jongo, registros de uma história”. In: Lara, Silvia Hunold & Pacheco, Gustavo (orgs.), op. cit., 2007, p. 91.

⁴²³ Stein, Stanley J., op. cit., 1990, p. 302.

⁴²⁴ Rebouças, André. *Confederação abolicionista. Abolição imediata e sem indenização*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1883. Para uma análise do pensamento de André Rebouças, ver: Pessanha, Andréa Santos, op. cit., 2005.

⁴²⁵ Stein, Stanley J., op. cit., 1990, p. 305. Vale a pena ressaltar que a pesquisa de Stein foi realizada na década de 1940 no município de Vassouras, onde conseguiu realizar entrevistas com indivíduos que haviam vivido durante o período de vigência da sociedade escravista no Brasil.

passaram a realizar interpretações sobre a Abolição que não levavam em consideração o papel dos cativos nesse processo.

Em maio de 1894 *O Estado de S. Paulo* estabelece uma ligação bastante direta da Abolição com o golpe que implementou o regime republicano no Brasil. Com um tom profético, o artigo publicado no 13 de maio desse ano afirmava que o

13 de Maio foi o prólogo de 15 de Novembro; e nesse dia o povo, a grande massa formidável e anônima, reconheceu pela primeira vez a sua força, e, libertando a raça escravizada, começou a preparar-se para se libertar a si próprio do jugo de uma instituição que, além de não ser nacional, era indigna do nosso século e singularizava vergonhosamente a maior e mais bela parte da América meridional, relegando-a para um plano inferior, impedindo-a de se colocar na posição que lhe era devida pela sua altíssima importância entre as nações civilizadas.

A vibração de entusiasmo que nesse fulgurante dia da nossa história percorreu o país de extremo a extremo teve a sua natural repercussão no outro dia, no dia da emancipação definitiva do povo brasileiro, nesse gloriosíssimo 15 de Novembro do ano seguinte.⁴²⁶

Na verdade, com o passar dos anos, as tensões políticas e raciais presentes em 1889 durante as celebrações pelo fim da escravidão vão sumindo das páginas dos jornais consultados e a maneira de retratar a Abolição como um movimento ordeiro, pacífico e controlado pelas elites vai se consolidando. Ano após ano, textos muito semelhantes vão sendo impressos e publicados pelos periódicos. Em praticamente todos é reforçada a atuação de São Paulo como um dos fios condutores do movimento abolicionista. Já a República surge como aquela que soube consolidar a liberdade, demonstrando um sinal da necessidade do novo regime de esvaziar as referências da Abolição ao regime monárquico, principalmente incorporando a data de 13 de Maio ao calendário de comemorações oficiais.⁴²⁷ A justeza da Abolição é exaltada por ter eliminado “a barreira em que estacava, paralisado e tremente, o progresso do país, a marcha ascendente da nação para um estado social mais compatível com a civilização contemporânea”⁴²⁸.

⁴²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1894. BN.

⁴²⁷ *O Estado de S. Paulo* enfatizava no dia 13 de maio de 1891 que “a república, por um ato de criteriosa justiça, declarou feriado, os abolicionistas intrépidos, os heróis da brilhante vitória de 13 de maio.” BN.

⁴²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1891. BN.

Os dois textos publicados por *O Estado de S. Paulo* em 1892 demonstram a construção de uma memória por parte dos jornais que buscava reforçar essa imagem do fim do cativeiro. No primeiro texto publicado nesse ano, intitulado, é claro, *13 de Maio*,⁴²⁹ o autor, que se identifica como L.S., escreve um artigo com citações, cheio de palavras pomposas, que afirmava como o Brasil deve ser considerado um exemplo para os “aplausos e as simpatias de toda a coletividade humana” pela singularidade que o movimento abolicionista aqui teria ganhado. Para L S a Abolição no Brasil havia sido “de um modo sem exemplo na história dos países que tiveram escravos”, principalmente pela ausência da perturbação da ordem nacional e pela possibilidade que trouxe de permitir a entrada da nação numa “nova era de progresso e de prosperidade”, firmando “a confraternização, pela identidade das relações jurídicas, entre cidadãos há três séculos separados pela diversidade da raça e pela desigualdade das condições sociais oriundas da propriedade ilegal do homem sobre o homem”.⁴³⁰

No segundo artigo, assinado por F.A., percebemos o mesmo esforço pela construção de uma memória do processo de Abolição que enfatizava a passividade do brasileiro e a maneira ordeira do desenrolar do processo. Porém, F.A. acrescenta um detalhe em sua interpretação. O falecimento na Europa do ex-imperador D. Pedro II em 1892 poderia trazer à tona uma visão que associasse a Abolição à monarquia e, conseqüentemente, prejudicial à recente república. Com isso, o autor tenta de todas as maneiras desvencilhar a monarquia como defensora do movimento abolicionista e responsável direta pela Abolição. Para F.A., o 13 de Maio é, indiscutivelmente,

uma das maiores datas da nossa história, porque nela se efetuou a nossa primeira conquista de verdadeiro caráter nacional, e, como corolário lógico, se iniciou o preparo para a mudança radical e definitiva das instituições da Nação.

Neste dia, em 1888, o povo brasileiro [ilegível] a sua força entrou na posse da sua soberania, sempre até então mistificada pelas [ilegível] habilidosos manejos políticos dos principais reinantes.⁴³¹

A ideia é simples: com o fim da escravidão foi possível implementar o regime republicano. Porém, para surpresa do autor, “a triste verdade [era] que em S. Paulo

⁴²⁹ Os títulos existentes nesses textos comemorativos da Abolição não poderiam ser mais repetitivos. Entre os anos de 1889-1898, o *Correio Paulistano* e/ou *O Estado de S. Paulo* publicaram, pelo menos, um texto com o título alusivo à data e com o simples título de *13 de Maio*.

⁴³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1892. BN.

⁴³¹ Idem.

jamais festejaram popularmente essa data, – a não ser um batuque de libertos num quarteirão da Rua da Liberdade” e, portanto, a “vitória eminentemente popular” não vinha sendo comemorada da devida maneira, pois

deu-se o fenômeno inesperado da alienação das glórias do grande feito pelos vencedores em favor dos vencidos, e ainda agora, quando morreu o velho imperador, houve na Europa e, o que é mais singular, no próprio Brasil, quem lhe atribuisse a abolição da escravidão!⁴³²

Como vimos há pouco e como F.A. não consegue negar, os ex-escravos, maiores beneficiados pela Abolição, comemoravam todo ano à sua maneira o fim do cativo. Porém, essa não era a maneira mais correta para os republicanos de se festejar a data. A ação dos republicanos deveria ser no sentido de afastar o máximo possível o passado monárquico das datas fundamentais para a construção nacional e eliminar “esta monstruosa e insustentável mentira, profanada da má fé de uns e da ignorância de outros”,⁴³³ de que a monarquia teria contribuído para a vitória do movimento abolicionista.

Em 1891, o *Correio Paulistano* também se expressava sobre o fim do cativo de maneira semelhante. Relembrando as fugas coletivas das fazendas do interior de São Paulo rumo a Santos, o jornal dizia que na cidade portuária se “têm, misturado a todas as alegrias de hoje [13 de maio de 1891] os cantos rudes dos foragidos entoados no refúgio sagrado do Jabaquara. Aquele antigo quilombo é um pairão de glórias para a cidade paulista”. Porém, não poderiam “existir sequer ressentimentos”, pois a lavoura de São Paulo nunca estivera tão próspera e pela “extraordinária revolução” que o Brasil havia proporcionado exemplarmente para as demais “nações civilizadas”. O exemplo era o da mudança radical na estrutura do regime de trabalho nacional “sem [...] o alarme da desordem” e porque a escravidão já era “considerada ilegítima e bárbara por todos”, inclusive pelos senhores que permitiriam que seus escravos fossem rumo à sua liberdade em Santos.⁴³⁴

No ano seguinte, em 1892, o *Correio Paulistano* manteve o tom de suas palavras. Para o jornal a

⁴³² Idem.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1891. AEL.

extinção do elemento servil [...] foi o passo supremo que se deu o povo brasileiro para de futuro empreender novas e gloriosas conquistas.

A vitória abolicionista, alcançada no dia 13 de Maio de 1888, foi, pois, o epílogo de uma revolução extraordinária, sem exemplo na história de outros povos, porquanto, como sabemos, a festa da libertação dos cativos se fez entre flores e hinos, entre aplausos e sorrisos, entre festas e ovações de todos os brasileiros.

O funcionamento regular da vida nacional não se perturbou com o mínimo alarme da desordem, com o mínimo acidente do sobressalto. [grifos meus]⁴³⁵

Fazendo uma leitura do passado recente da nação, o *Correio Paulistano* novamente incorpora as fugas em massa das fazendas e os quilombos presentes na cidade de Santos – algo nunca mencionado por *O Estado de S. Paulo* – ao processo de abolição, porém transforma esses atos de rebeldia escrava e de falência e desestruturação do sistema escravista brasileiro em algo que emanava da vontade de todos e, por isso, sem o “mínimo alarde da desordem”. Ou seja, a interpretação do periódico para a Abolição excluía o papel transgressor que o quilombo do Jabaquara exercera, retirando o papel de responsabilidade direta pela Abolição da atitude de fuga das fazendas rumo ao Jabaquara realizada pelos escravos.

A escravidão, na opinião de quase todos os brasileiros, era por então considerada uma chaga viva que deformava o nosso organismo. [...]

A sentença de morte, portanto, contra a nefasta instituição foi lavrada primeiramente pela opinião pública e depois então convertida na áurea lei de 13 de Maio.

E disso estavam tão convencidos os escravizados que, tranquilos e serenos, começavam a abandonar as fazendas, em busca de refúgio, entoando pelas estradas [ilegível] lhes inspirava o coração vivificado pela alegria de se verem livres da opressão de seus senhores.

Neste estado permanece vivida ainda na memória de todos os paulistas a fuga em massa dos escravizados que se refugiavam no quilombo do Jabaquara, em Santos.

Era para essa gloriosa cidade que se voltavam cheios de lágrimas e esperança, os olhos de todos os cativos embrutecidos nos latifúndios.

O antigo quilombo do Jabaquara tornou-se em breve uma lenda.⁴³⁶

⁴³⁵ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1892. BN.

⁴³⁶ *Idem*.

Imaginem comigo essa cena pintada pelo *Correio Paulistano*. Os cativos saindo das fazendas, sem nenhum senhor impedindo a livre circulação dos seus escravos em direção à cidade de Santos, e a cidade paulista tendo suas ruas inundadas de homens de cor, tudo ocorrendo na mais perfeita harmonia. Complicado. E, como não podia deixar de acontecer nesses anos iniciais da República, o texto termina dando vivas ao novo regime e sentindo orgulho “por vermos à frente do governo republicano deste país um grande patriota como o marechal Floriano Peixoto”.⁴³⁷

Ao ler esses textos dedicados a relatar, interpretar e construir uma memória sobre a Abolição pode-se perceber um reaproveitamento de alguns textos ou ideias escritas anteriormente, com ligeiras modificações na forma, mas uma manutenção em seu conteúdo. É possível até que os periódicos simplesmente reaproveitassem os artigos publicados em anos anteriores, com algumas modificações e adaptações, para não ficar tão óbvia a cópia, e novamente estampavam suas páginas com a mesma interpretação sobre a abolição.

As palavras proferidas pelo *Correio Paulistano* em 1893 são extremamente parecidas com as passagens aqui citadas para os anos entre 1888 e 1892:

Esta data [13 de maio] assinala um ponto culminante na história pátria, e um passo gigantesco no progresso moral da humanidade.

(...) não deixa [a abolição] de constituir, quanto ao modo pelo qual se realizou em nosso país, um título de benemerência e de glória, que muito nobilita o caráter do povo brasileiro e dá-lhe jus a um dos primeiros lugares no convívio das nações civilizadas.

À medida, com efeito, que a abolição do elemento servil custou a outras sociedades ondas de sangue e de dinheiro, no Brasil ela se operou sem a resistência dos interessados na manutenção do escravo e sem indenização pelo anômalo direito de propriedade. Nenhuma voz discordante perturbou a entusiástica orquestra de hinos festivos; nenhuma cena desagradável, as grandiosas manifestações do regozijo que irrompiam espontâneas em todas as localidades ao propalar-se vertiginosa a notícia da emancipação definitiva da escravidão no Brasil.⁴³⁸

A repetição de um modelo de contar e explicar a Abolição por parte dos jornais é mais explícita para o caso de *O Estado de S. Paulo*. O texto aqui citado, de autoria de L.S. e publicado em 1892, possui o seguinte parágrafo: “A emancipação dos cativos

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1893. BN

operou-se no Brasil, nação ainda nova, saída há pouco do regime tutelar da metrópole, e cujo fundamento estava em bem dizer, no elemento servil; cuja força vital tinha o seu alicerce no trabalho irremunerado, pacificamente, calmamente, entre a expansibilidade festiva e a alegria sincera de todos os seus filhos, que assim apresentavam a sua pátria ao orbe civilizado, envolta na áurea triunfal de uma apoteose imorredoura e sublime”.⁴³⁹ Encontramos um parágrafo muito semelhante no texto publicado um ano depois, em 1893, como representante da opinião do jornal paulistano sobre o fim do cativo. Nesse texto o jornal enfoca novamente a jovialidade da nação, “há pouco tempo saída do regime tutelar da metrópole” e que, mesmo tendo o alicerce de sua economia no elemento servil, conseguiu promover a Abolição “sem efusão de sangue, sem as contingências dolorosas de uma guerra civil, calmamente, tranquilamente”.⁴⁴⁰

É verdade que o espaço dedicado a esses artigos ia diminuindo a cada ano. O *Correio Paulistano* chegou a publicar todo 13 de Maio, entre 1889-1898, pequenos artigos seguindo essa linha de interpretação sobre o fim da escravidão e outros que relembavam os grandes abolicionistas através de poesias e textos, mas essas referências à Abolição foram perdendo o destaque e saindo das partes importantes da primeira página do periodismo de grande circulação de São Paulo ao longo da década de 1890.

Após 1895, o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* limitaram-se no mês de maio a publicar pequenas notas informando as celebrações oficiais que ocorriam em júbilo à aprovação da Lei Áurea, como as missas cantadas e os te-déuns, o fechamento das repartições públicas e seus embandeiramentos e iluminações, as bandas que percorriam as ruas, os sambas e batuques na Rua da Liberdade, mas tudo muito superficial e com poucos detalhes. *O Estado de S. Paulo* chegou a publicar um texto sem grande destaque em sua edição de 13 de maio de 1897. Mantendo sua visão sobre a Abolição, o jornal entendia que a “verdade, porém, é que o 15 de Novembro lembra o termo de uma luta da qual o 13 de Maio exprime talvez a fase decisiva” e “Demonstrar-

⁴³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1892. BN.

⁴⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1893. BN. O parágrafo na íntegra: “Nação ainda nova, há pouco tempo saída do regime tutelar da metrópole, de posse ainda recente de sua emancipação política, ela extinguiu o elemento servil – o grande alicerce das riquezas do país, a larga base sobre que assentavam a fortuna pública e inúmeros interesses pecuniários, sem efusão de sangue, sem as contingências dolorosas de uma guerra civil – calmamente, tranquilamente, entre a expansibilidade festiva e a alegria sincera de seus filhos, identificados pelo mais nobre dos sentimentos para apresentarem a sua pátria expurgada da mácula que a aviltava, envolta na aureola triunfal de uma apoteose imorredoura e sublime” [grifos meus]. Vale ressaltar que a parte final desse parágrafo publicado em 1893 é idêntica àquela publicada em 1892, apenas mudaram áurea para aureola.

se-á (...) que é hoje [13 de maio] o aniversário de nossa incorporação definitiva à civilização moderna”.⁴⁴¹

Os órgãos de grande circulação da capital paulista se lembravam da Abolição, mas, aos poucos, o fervor dos anos iniciais foi perdendo o oxigênio necessário para que a chama da liberdade se mantivesse acesa. Se hoje a nossa imprensa é viciada em números decimais para promover comemorações, em 1898 a imprensa paulista ainda não parecia ter adquirido essa característica.

O Estado de S. Paulo simplesmente ignorou o 13 de Maio como uma data importante de ser lembrada nesse ano, publicando apenas uma nota que informava ser naquele dia “o décimo aniversário da gloriosa lei que libertou os cativos do Brasil”.⁴⁴² *O Correio Paulistano*, noutro sentido, até chegou a promover uma edição especial, imprimindo em sua capa a foto de Luiz Gama e Antonio Bento, as lideranças abolicionistas de São Paulo mais cultuadas nesses dez anos subsequentes à Abolição. Porém, o texto que acompanha esta foto é meramente descritivo dos trâmites que a lei percorreu para ser aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado. As celebrações promovidas também parecem ser menos grandiosas do que as dos primeiros anos após o fim do cativeiro e os únicos que ainda pareciam se animar para celebrar essa data eram os ex-escravos, pois, afinal, “esteve muito animado o *samba*, na Rua da Liberdade, notando-se ali grande número de pretos”.⁴⁴³

* *
*

As imagens da Abolição produzidas pelos jornais paulistanos analisados no ano de 1888 e nos dez anos posteriores ao fim do cativeiro trazem consigo uma valorização do evento como o momento de constituição da nação, no qual todos os nascidos no país poderiam agora ser considerados cidadãos. Porém, o enfoque principal recaiu sobre a noção de progresso que o fim do cativeiro trazia embutido. A partir do 13 de Maio de 1888 os periódicos paulistas passaram a estabelecer dois períodos para a nação: o primeiro, durante a vigência do sistema escravista, entendido como o período do atraso; e o segundo entendido como o do progresso, que permitia colocar o Brasil na lista das

⁴⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1897. BN.

⁴⁴² *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1898. BN.

⁴⁴³ *Correio Paulistano*, 14 de maio de 1898. BN.

nações “civilizadas”. A liberdade advinda com o fim do cativo teria elevado o país à “civilização” e, graças a uma suposta índole nacional construída e reforçada pelos jornais, sem maiores perturbações da ordem pública.

Como explica Lilia Schwarcz,

distante da noção de revolução, nosso processo de libertação escravocrata [foi] representado como pacífico, gradual e, sobretudo, como um “presente dos senhores e do Estado”. Aos cativos restava a lealdade e a posição submissa de quem ganha uma dádiva.⁴⁴⁴

Essa é uma representação do processo de Abolição que permanece até hoje e engana-se o historiador que não acredita na força das representações. Porém, ela não é a única existente. Como demonstrei através das festas promovidas pelos libertos e pela população de cor em geral pela Abolição, o mês de maio passou a ser um momento fundamental no processo de organização dos antigos cativos, produzindo interpretações próprias que iam além da simples necessidade de retribuir o “presente dos senhores e do Estado” e podiam funcionar para pressionar pela concretização de seus interesses.

É muito provável que não seja mero acaso que a única participação maciça de ex-quilombolas do Jabaquara nas greves realizadas ao longo da década subsequente ao fim do cativo tenha ocorrido exatamente em 1891, quando a paralisação geral ocorreu justamente no mês de maio.

Assim noticiou *O Estado de S. Paulo* pela primeira vez a greve de 1891: “A greve dos trabalhadores de prancha continuou anteontem. Estava se tratando de um acordo entre patrões e trabalhadores, a fim de fazer cessar a greve”. Logo em seguida, na mesma seção dedicada à cidade de Santos, anunciou os preparativos para se comemorar o dia 13 de Maio na cidade, que contaria com a presença do “estimado e benemérito Quintino de Lacerda [que] realizará uma bela festa no tradicional Jabaquara. Por essa ocasião seus amigos e admiradores lhe oferecerão um retrato a óleo”.⁴⁴⁵

As disputas entre ex-escravos e imigrantes por espaço no concorrido mercado de trabalho de Santos no fim do século XIX podem ajudar-nos a problematizar como o paraíso da harmonia racial construído pelos textos publicados nos jornais paulistanos na ocasião das comemorações pela Abolição estava mais para caldeirão borbulhante ou,

⁴⁴⁴ Schwarcz, Lilia Moritz, op. cit., 2007, p. 26.

⁴⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1891. BN.

continuando com as metáforas de cozinha, para panela de pressão que a qualquer momento poderia estourar.

Capítulo 4

Em busca da cidadania: terra, trabalho e política no Jabaquara

O liberto é um homem ávido de descanso e ociosidade [...], os libertos têm-se entregue à ociosidade e até à mais extrema indigência.

O trabalhador nacional [...] é refratário ao trabalho, é destituído de qualquer ambição, de qualquer estímulo que somente os confortos da vida impõem.

Dizem os nobres deputados que a modicidade do preço do trabalho é um obstáculo para a imigração europeia. Mas, há dois pontos de vista em que nos podemos colocar para apreciar os resultados da imigração; as vantagens do imigrante e as vantagens dos lavradores. Sem dúvida que para o imigrante é de vantagem que o salário seja elevado, mas é preciso que não seja a tal ponto que torne precária a posição do lavrador; o remédio está na concorrência.

A elevação do salário, bem como sua redução, como todas as leis econômicas, está sujeita ao embate da oferta e da demanda. Portanto, é natural, é conveniente que o administrador tenha a faculdade de poder restabelecer o equilíbrio dessa lei econômica, alterado pela proporção de princípios socialistas que tanto têm desenvolvido nas classes proletárias da Europa.⁴⁴⁶

⁴⁴⁶ Discurso de Almeida Nogueira, deputado pela Assembleia Provincial de São Paulo, feito em 17 de janeiro de 1888. Publicado pelo *Correio Paulistano* em 22 de janeiro de 1888. BN.

4.1. Experiências (d)e lutas: imigrantes, escravos e ex-escravos no fim do século XIX

Como o leitor já pôde perceber, diferentemente das demais epígrafes utilizadas até o momento, a deste quarto e último capítulo traz uma longa citação da opinião de um contemporâneo aos fatos que estamos tratando. Em vez de começar com reflexões de algum livro historiográfico ou trechos da literatura mundial, optei por dar ênfase a algo emblemático encontrado nas páginas do *Correio Paulistano*. No fim do capítulo 2 já havíamos indicado a pressa dos deputados da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, no ano de 1888, de colocar na pauta de discussão um projeto de lei que buscava incentivar a introdução de imigrantes de procedência europeia na província. O projeto de lei trazia algumas das características que estariam presentes no processo de vinda de europeus para o país durante o período de desestruturação do sistema escravista. O primeiro artigo do projeto deixava claro o objetivo não só de suprir com braços para o trabalho, mas também com indivíduos considerados superiores aos nacionais. A partir da sanção da lei, o presidente da província se tornaria autorizado a contratar imigrantes “segundo as necessidades da lavoura e a *boa localização* dos imigrantes” [grifos meus].⁴⁴⁷ A ligação entre o fim do trabalho escravo e o incentivo à imigração europeia vai se tornando mais transparente conforme vamos lendo o restante dos artigos que compunham a lei. O artigo terceiro, por exemplo, tinha como objetivo incentivar a não permanência dos imigrantes nos centros urbanos, ao estipular um auxílio de “70\$000 pelos maiores de 12 anos, de 35\$000 pelos de 7 anos até 12 anos e de 17\$500 pelos de 3 a 7 anos”⁴⁴⁸ para as famílias que se destinassem ao serviço nas lavouras.

Apesar de essa lei ter sido sancionada em 3 de fevereiro daquele ano sem modificações que alterassem o seu espírito,⁴⁴⁹ os debates que levaram à sua aprovação foram bastante animados. A fala realizada pelo deputado Almeida Nogueira, autor da passagem que encabeça este capítulo, é emblemática. Através das anotações da ocorrência de aplausos, vaias ou apartes após suas colocações, podemos perceber como

⁴⁴⁷ *Correio Paulistano*, 14 de janeiro de 1888. BN.

⁴⁴⁸ *Idem*.

⁴⁴⁹ *Correio Paulistano*, 4 de fevereiro de 1888. BN. Nesse mesmo dia o jornal trazia as seguintes estatísticas: “Estatística de Imigração. No correr do último ano entraram no Brasil pelo porto do Rio de Janeiro, sendo transportados em 332 vapores, 31.310 imigrantes, assim classificados segundo a nacionalidade: Italianos 17.115. Portugueses 10.205. Espanhóis 1.766. Alemães 717. Austríacos 274. Franceses 241. Belgas 72. Americanos 31. Diversos 677. Total 31.310. Desses, vieram para S. Paulo 11.083”.

a discussão do futuro que estava sendo construído para as relações de trabalho no Brasil levava a participações enérgicas dos deputados durante os discursos proferidos. Além disso, simbolizam todo o preconceito com relação ao trabalhador nacional – principalmente com o ex-escravo ou aquele indivíduo que permaneceria conectado pela cor da pele ao passado escravista – e como os políticos estavam atentos aos perigos que corriam as relações sociais de caráter paternalista que sustentavam o sistema hierárquico baseado nas relações de trabalho existentes.

O deputado Almeida Nogueira ocupou a tribuna da Assembleia em 22 de janeiro de 1888. Seu objetivo era simples: convencer os colegas deputados da necessidade de suprimir as referências aos locais de procedência do qual deveriam ser oriundos os imigrantes. Seu poder de persuasão não foi suficientemente convincente. Afinal, a redação aprovada acabou permanecendo a inicial, que propunha a exigência de o presidente da província incentivar a vinda de indivíduos “de procedência europeia, açoriana e canariana”.⁴⁵⁰ Entretanto, vale a pena nos debruçarmos com maior atenção na linha argumentativa do deputado.

Encarando-o como um dos projetos mais importantes que haviam sido apresentados naquela Assembleia, principalmente por perceber como estava vinculado ao processo de transformação das relações de trabalho que seus nobres colegas presenciavam, o deputado solicitou a palavra. Declarando-se a favor do projeto, somente achava necessário impulsionar a vinda das demais “raças”⁴⁵¹ além da europeia. Todo o seu pronunciamento e a oposição de seus companheiros apresentam-se de maneira extremamente racializada. Suas ideias perpassavam pela necessidade de melhorar biologicamente o liberto e o trabalhador nacional com o incentivo à imigração estrangeira, pois a visão era a de que os primeiros, logo que adquiriam “uma pequena quantia, abandona[vam] o trabalho e entrega[vam]-se à vadiagem”.⁴⁵² Tentando convencer os demais deputados da importância de se abrirem os portos brasileiros para a presença de imigrantes de origem asiática, Almeida Nogueira utiliza em sua argumentação o que mais moderno existia na ciência desse fim do século XIX:

⁴⁵⁰ Ver conclusão do capítulo 2.

⁴⁵¹ Uso aqui a palavra raça entre aspas porque é exatamente dessa maneira que o deputado chama os demais grupos de procedência de imigrantes que ele entendia ser necessário virem para o Brasil.

⁴⁵² Discurso de Almeida Nogueira, deputado pela Assembleia Provincial de São Paulo, feito em 17 de janeiro de 1888. Publicado pelo *Correio Paulistano* em 22 de janeiro de 1888. BN.

concedido mesmo que seja inferior a raça asiática, ainda assim nós nada tínhamos a perder com essa imigração, por quanto é um fato demonstrado pela antropologia e pela história que no embate de duas raças nessa luta pela existência prevalece a raça superior. E isso vê-se apreciando-se os elementos que contribuíram para a constituição da nacionalidade brasileira; sabemos que concorreram para essa formação, proporção quase igual à raça caucasiana, isto é o europeu, o português; os indígenas da América, o caboclo; finalmente o africano; duas raças inferiores, e uma que, pelo menos não nos é superior, constituíram a nacionalidade brasileira mais enérgica, mais varonil, mais inteligente que as outras.⁴⁵³

Fica evidente que a vitória iminente que se desenhava no horizonte da causa abolicionista levou a uma discussão a respeito de como seria o povo brasileiro, com consequências a respeito de quais eram as principais características desse povo e qual futuro se desejava para a nação. Assim sendo, o que estava em jogo naquelas “circunstâncias eventuais de transição que a abolição do trabalho servil”⁴⁵⁴ proporcionava não era somente o futuro da lavoura paulista, mas também o futuro do Brasil como nação independente. Era a própria constituição do país como nação e de seus cidadãos que se discutia naquele momento. Ao pensarmos dessa maneira, podemos entender melhor a relação existente entre escravidão, cidadania e nação. De acordo com a constituição vigente durante o período imperial brasileiro, o diferencial de um indivíduo para outro a respeito das possibilidades de adquirir a cidadania, plena ou parcial, e assim ser reconhecido como membro constitutivo do corpo da nação, estava diretamente vinculado à condição que se apresentava no momento de seu nascimento. Se você nascesse escravo, jamais conseguiria atingir a cidadania plena.⁴⁵⁵ Porém, com a percepção da inevitabilidade do fim da escravidão, duas características fundamentais para os alicerces da monarquia corroíam: a condição do indivíduo como escravo, que funcionava como principal mecanismo de estabelecimento de distinção social e, desse modo, fundamental para a construção das relações hierárquicas vigentes; e ao mesmo tempo o sustentáculo dessas relações através da desestruturação da escravidão como sistema de trabalho.

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ Idem.

⁴⁵⁵ Para uma análise mais detalhada a respeito da relação existente entre escravidão e cidadania ao longo do Brasil Império, ver: Mattos, Hebe, op. cit., 2004.

Porém, era necessário tomar cuidado com essa tentativa de arranjo para evitar percalços que atrapalhassem o futuro promissor e desejado para a nação no pós-abolição. O poder sobre os subalternos já estava demasiadamente corroído para alguns. Não se poderia arriscar a perder o controle de vez. Se, por um lado, o liberto e/ou o trabalhador nacional eram entendidos de maneira preconceituosa por não serem levadas em consideração as expectativas trazidas pelos ex-escravos acerca das condições de trabalho que desenvolveram em suas vivências no cativeiro⁴⁵⁶ e, sobretudo, através da construção de uma imagem que os qualificava como seres refratários ao trabalho, “destituído[s] de qualquer ambição” e que “alimenta-se facilmente, mal se veste, não usa calçado etc.”, ou seja, avessos aos costumes considerados civilizados que deveriam ser seguidos, por outro o nosso angustiado deputado não deixou de perceber os riscos que as relações sociais vigentes correriam com a chegada de levas maciças de europeus.

O medo permanecia na possibilidade de desestruturação das relações de trabalho que cada vez mais rumava para o estabelecimento do trabalho livre. A diferença estava na ideologia a ser combatida. Enquanto o abolicionismo conseguia atingir seus objetivos, entrava em cena o socialismo e todo o armamento da classe senhorial deveria ser apontado agora para o risco que o socialismo trazia para as hierarquias vigentes. Apesar de alguns famosos abolicionistas terem sido acusados de ser socialistas, praticamente todos negaram a insígnia,⁴⁵⁷ sendo praticamente nula qualquer existência de organizações socialistas durante a década de 1880. No entanto, o socialismo estava lá nas mentes de pessoas como o nosso deputado Almeida Nogueira, que demonstrava estar atento não só às novidades científicas que vinham da Europa, mas também às transformações sociais pelas quais passava o Velho Continente:

Os nobres deputados sabem que o socialismo tem-se desenvolvido de tal maneira na Europa que por meio de uma coligação popular o proletariado faz rigorosas resistências àqueles que se veem obrigados a assalariar o trabalhador;

⁴⁵⁶ Nesse sentido, ver: Andrews, George R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.

⁴⁵⁷ Ver: Machado, Maria Helena, op. cit., 1994. Machado, Humberto Fernandes. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n°. 406, jan./mar. 2000. Ou, Mattos, Marcelo Badaró. “Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Goldmacher, Marcela; Mattos, Marcelo Badaró & Terra, Paulo Cruz (orgs.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010. Nesse texto o autor levanta a hipótese de que o abolicionismo de cunho popular esteve diretamente ligado ao surgimento das primeiras células socialistas no Rio de Janeiro e as lutas pela liberdade podem ser entendidas como sinônimo da luta de classes durante o escravismo no Brasil.

aqui pode-se dar a mesma coisa. Nestas condições, fora desejável que houvesse uma concorrência que tornasse menos pretensiosas as exigências dos trabalhadores europeus que procuram nosso país e cuja vinda obtemos à custa de tanto sacrifícios.⁴⁵⁸

Apelando para o brio dos nobres colegas deputados, Almeida Nogueira preocupava-se com os “princípios socialistas que tanto têm desenvolvido nas classes proletárias da Europa”,⁴⁵⁹ vendo como necessário evitar que algo semelhante acontecesse naquelas terras paulistas do fim do século XIX. Caso esses princípios conseguissem adeptos por essas terras tropicais, um dos objetivos da imigração europeia poderia ser colocado em sério risco e talvez não se concretizasse: a construção de uma força de trabalho excedente que baixasse os salários e proporcionasse maiores lucros aos agricultores. Lucros e prestígios que minguavam com as crescentes ações de abolicionistas como Quintino de Lacerda, que apoiava as fugas coletivas de escravos direcionadas para o Jabaquara.

Com a aprovação da Lei Áurea, iniciava-se oficialmente um “momento decisivo na redefinição das relações sociais”,⁴⁶⁰ em que o pós-abolição surgia como uma dualidade entre a tentativa de manter as hierarquias do período escravista e as rupturas com esse período. Apesar de ser cada vez mais difícil perseguir o destino dos ex-escravos pelas páginas da imprensa após o 13 de Maio, nesse momento parece que a racialização das hierarquias se torna mais evidente, principalmente na província de São Paulo, onde o impulso para a imigração de europeus recebeu grande apoio devido a suas supostas consequências: o atendimento das demandas dos senhores paulistas por mais mão de obra para suas fazendas e o desaparecimento do elemento “de cor”, sinônimo de atraso naquele momento.

A classificação do indivíduo como um liberto é cada vez mais escassa. Os libertos agora só são explicitamente nomeados como tais quando estampam as páginas dos jornais dedicadas a acontecimentos de polícia. Em Limeira, por exemplo, sabemos que

Na fazenda do sr. Joaquim Antonio Rodrigues em um *samba* que ali houve, os *libertos* Pedro e Manoel Pará travaram-se de razões com Virgílio, Tulibia e

⁴⁵⁸ Discurso de Almeida Nogueira, deputado pela Assembleia Provincial de São Paulo, feito em 17 de janeiro de 1888. Publicado pelo *Correio Paulistano* em 22 de janeiro de 1888. BN.

⁴⁵⁹ *Idem*.

⁴⁶⁰ Albuquerque, Wlamyra R. de, op. cit., p. 118.

Bernardo, *libertos* também, resultando a morte de Virgílio e ferimentos dos dois últimos.

Comparecendo a polícia no lugar do conflito, procedeu ao auto de corpo de delito e inquirição de testemunhas.

Pedro acha-se preso e Manoel Pará evadiu-se, ambos reputados autores do delito.⁴⁶¹ [grifos meus]

O imediato pós-abolição é marcado pela ideia de “repressão da vagabundagem”⁴⁶² com o objetivo de “civilizar” os hábitos “incivilizados” dos recém-cidadãos brasileiros e obrigá-los ao trabalho. Com esse intuito, o “delegado de polícia da Franca do Imperador marcou o prazo de oito dias para todos os indivíduos de ambos os sexos que não têm ocupação conhecida mostrarem-se empregados”.⁴⁶³ São também recorrentes as notícias de confusões ocorridas por causa de *sambas* ou por bebedeiras, sendo essas notícias explicitamente associadas a indivíduos na condição de *libertos*.

O embaralhamento da “linha de cor”⁴⁶⁴ no Brasil não impediu a associação entre tom de pele do indivíduo e sua posição hierárquica no passado escravista, o que tornou complexas as relações raciais no Brasil, por vezes até mesmo ocasionando situações inusitadas no pós-abolição, como a relatada pelo *Correio Paulistano*:

Ataque

Por ocasião da missa conventual de quinta-feira da semana passada, em S. Carlos do Pinhal, caiu sem sentidos um homem preto que ali se achava.

Tirados os sapatos, aos quais atribuíam-se o caso, voltou a si o homem; mas a causa era outra. O doente tinha os intestinos enormemente dilatados por acumulação de gases e só ficou bom depois de algumas repetições do ataque e graças a alguns cuidados que lhe foram dispensados.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ *A Província de São Paulo*, 5 de junho de 1888. BN.

⁴⁶² *Correio Paulistano*, 25 de junho de 1888. BN. É claro que em Santos os jornais também apelavam à autoridade policial para conter os “hábitos incivilizados” dos “vadios”, como fez o *Diário de Santos* de 9 de agosto de 1889: “Jogos inconvenientes. Chamamos a atenção para as dignas autoridades policiais para uma troça de *vadios* que gastam horas e horas do dia, em diversos pontos da cidade, na caixa d’água do Itororó, e nas *pranchas*, com a inocente distração do célebre *jogo de búzios*. Além de ser um jogo proibido, podem dele resultar alterações e brigas, e destas algum triste acontecimento. Providenciando, porém, poderão ser evitadas as más consequências” (grifos meus).

⁴⁶³ *A Província de São Paulo*, 10 de junho de 1888. BN.

⁴⁶⁴ Sobre a ideia que sigo aqui, relacionando o embaralhamento da “linha de cor” e o racismo no Brasil, ver: Mattos, Hebe Maria, op. cit., 2004. Chalhoub, Sydney, op. cit., 2003.

⁴⁶⁵ *Correio Paulistano*, junho de 1888. BN.

Impossível não imaginar o “homem preto” soltando gases na igreja e outras pessoas atribuindo o seu mal-estar ao simples uso de sapatos. Porém, por quais motivos existiu essa associação tão imediata entre o usar sapatos e a má condição de saúde do “homem preto”, que chegava a lhe causar desmaios? No período escravista o uso de sapatos era uma atribuição comumente associada à condição de liberdade do indivíduo. Mulheres e homens, livres e escravizados se distinguiam socialmente pelos calçados que usavam ou por simplesmente não terem os pés nus. Como explica Luiz Felipe de Alencastro:

um escravo de ganho [...] podia ter meios para vestir calças bem-postas, paletó de veludo, portar relógio de algibeira, anel com pedra, chapéu-coco e até fumar charuto em vez de fumar cachimbo. Nem com tamanco, nem com sandálias. De pé no chão. Para deixar bem exposto o estigma indisfarçável do estatuto de cativo.⁴⁶⁶

Assim, na igreja, o sapato funcionou como um sinal de identificação para os indivíduos que foram socorrer o desmaiado. O que aparentava estar errado naquela situação não era um possível odor que emanava da flatulência do senhor, mas o fato de um homem de cor estar usando um sapato, indumentária exclusiva de homens livres e, conseqüentemente, imaginados como brancos naquele momento. Os pretos não estariam acostumados a se calçar. Ou seja, caracterizar um indivíduo como preto era incorporar a memória da escravidão incrustada em sua pele e assumir que “homens pretos” não estariam acostumados a ser livres.

A conjuntura de fim da década de 1880, com o enfraquecimento e o fim do sistema escravista e a transformação no sistema político brasileiro, resultado de um novo projeto político para a nação, é fértil para se perceber o frenesi pela europeização dos costumes no Brasil. E as teorias raciais também se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava.

Como afirma Lilia Schwarcz,

O mesmo contexto que encontra em um projeto liberal a solução para sua nova configuração política procura nas teorias deterministas e antropológicas subsídios para transformar diferenças sociais em barreiras biológicas

⁴⁶⁶ Alencastro, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.79.

fundamentais. [...] Ante a liberdade prometida pela abolição e a igualdade oferecida pela nova Constituição – que transformava todos em cidadãos –, parecia imperativo repensar a organização desse novo país. [...] Transformada em utopia pelos cientistas nacionais, a igualdade conseguida mediante as conquistas políticas era negada em nome da natureza.⁴⁶⁷

Negada, mas tentada e de diversas maneiras.

A *Província de São Paulo* publicou uma nota sobre a cidade de Campinas que é, no mínimo, curiosa:

Apareceu no Fundão um *novo Maomé*, com a diferença que *este é negro*, e que diz-se *enviado do Senhor sendo seu igual*.

Aproveitando desse *milagre* da consulta aos pobres de espírito pondo-os em graça com o Todo Poderoso.

Desse modo Maomé II, o preto, tem angariado algum pecúlio dos bobos que o vão interrogar.

Aos domingos, como são muitos os devotos, ele, para comodidade dos mesmos, põe os seus serviços à disposição da clientela, na Rua das Flores em casa de uma tal tia Jacintha.

Deste modo e com este adjutório teremos logo a colonização de muitos santos.

O *Sr. subdelegado* porém não reconhece o enviado das regiões superiores e *vai pôr fim aos milagres*.⁴⁶⁸ [grifos meus]

O “novo Maomé negro”, surgido logo no mês seguinte à proclamação da Abolição, funciona como um símbolo da compreensão que a população de cor tinha daquele momento: se agora a escravidão havia acabado, todos deveriam ser considerados iguais, brancos e negros, e passava a ser possível o surgimento de um Maomé II negro e igualzinho ao Senhor. Porém, a imprensa mais uma vez atua aqui como constituinte da realidade social. Com uma conotação jocosa, *A Província de São Paulo* debocha dos intuitos igualitários do novo profeta e coloca nas mãos da polícia o papel de repressão dos desejos de igualdade que estavam se tornando perigosos; afinal, as posições hierárquicas estavam em jogo.

O caldeirão de ideias e movimentos existentes no fim da década de 1880, alguns conseguindo atingir o seu objetivo final, como o abolicionismo e o republicanismo, outros dando seus primeiros passos, como os movimentos de trabalhadores organizados,

⁴⁶⁷ Schwarcz, Lilia Moritz, op. cit., 2005, p. 241.

⁴⁶⁸ *A Província de São Paulo*, junho de 1888. BN.

demonstra a pluralidade dos caminhos que Quintino de Lacerda defrontou ao longo de sua trajetória como homem público. As preocupações dos “nobres deputados” de estimular a vinda de imigrantes para a província e a necessidade de se manter o controle sobre a força de trabalho que abandonava a escravidão e aquela outra que começava sua vida no Brasil livre expõem uma questão que a bibliografia que se debruçou para estudar essa época vem buscando abarcar de uma maneira nova através da ampliação do diálogo entre os estudos sobre o mundo da escravidão e aqueles sobre os mundos do trabalho.

Da mesma maneira que os escravos passaram a ser entendidos como agentes históricos e, conseqüentemente, o ex-escravo, junto com o pós-abolição, teve de ser repensado para interpretar as ações desses ex-escravos de acordo com anseios próprios desses indivíduos, as pesquisas sobre a formação da classe operária no país passaram a ser obrigadas a repensar as continuidades entre as características do trabalho e dos sistemas produtivos, as formas de organização e, principalmente, as tradições e culturas dos trabalhadores brasileiros – escravos ou livres – durante o período escravista e após a Abolição.

Assim sendo, sem deixar de perceber a importância do 13 de Maio como constitutivo no processo de luta pelo fim da escravidão e sua importância no processo de ampliação do direito à cidadania para a população de cor, rompe-se com o marco cronológico de 1888 para se entender as relações existentes entre trabalho escravo e trabalho livre, e, especialmente, entre trabalhador escravo e trabalhador livre.⁴⁶⁹ Exatamente por viver as duas experiências, escravo e liberto, e os dois momentos, o anterior e o posterior a esse marco cronológico, sambando de um lado para o outro entre imigrantes, homens poderosos, escravos e ex-escravos, é que Quintino de Lacerda proporcionará para nós neste capítulo a oportunidade de discutir temas ligados às possibilidades de cidadania para a população oriunda do cativo, como os embates em relação à ocupação do Jabaquara e a participação política dos ex-quilombolas do Jabaquara após a proclamação da Abolição e da República.

De uma maneira geral, as tentativas de diálogo entre os estudos da história social do trabalho passam pela visita a clássicos da historiografia brasileira,⁴⁷⁰ como o

⁴⁶⁹ Como exemplos dessa historiografia, ver: Chalhoub, Sidney, op. cit., 2001. Ou, Mattos, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

⁴⁷⁰ Dentre outros, ver: Cruz, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. In: *Afro-*

livro de Boris Fausto que defende a tese de que as diferenças étnicas e de nacionalidade limitaram a ação operária no Rio de Janeiro e praticamente definiram a predominância de um sindicalismo reformista, tendo como contrapartida o caso de Santos, com sua “classe operária relativamente homogênea, composta em grande parte de estrangeiros (espanhóis e portugueses)”.⁴⁷¹ Neville Kirk, por exemplo, critica a ideia da necessidade de uma homogeneidade entre uma classe para que exista uma solidariedade de classe. Para o autor: “nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo”.⁴⁷²

No entanto, ao tentarmos falar de classe trabalhadora brasileira nesse fim do século XIX, é necessário lembramos que a classe se constrói no processo de compartilhamento de experiências e através da construção de um passado em comum. Nesse sentido, alguns estudos têm tentado demonstrar como a convivência entre escravos e livres – imigrantes europeus ou nacionais – em espaços urbanos de sociabilidade como os de trabalho, circulação, moradia e lazer, comuns da segunda metade do século XIX, foi propícia para o compartilhamento de experiências que proporcionassem solidariedade entre estrangeiros e nacionais, negros e brancos, escravizados e livres.⁴⁷³ O problema existente nessas análises recentes está exatamente nesse processo de transposição realizado, em que o compartilhamento de espaços é entendido de maneira direta como um compartilhamento de experiências. Para além, o problema também se encontra na ausência de análises que levem em consideração que para o caso brasileiro é preciso ter em conta a distinção existente na relação dos indivíduos com as relações de produção de acordo com o seu status social. Durante o período escravista, por mais que um escravo e um livre compartilhassem espaços e experiências, um indivíduo livre não se relacionava da mesma maneira com os modos de produção que um escravo, ou mesmo que um liberto, principalmente devido à diferenciação jurídica de cidadania existente entre ambos. Essa diferenciação gerava status sociais desiguais entre os indivíduos e, apesar de essa desigualdade jurídica de

Ásia, 24, 2000. Ou, Arantes, Erika Bastos. “Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. In: Azevedo, Elciene; Cano, Jefferson; Cunha, Maria Clementina Pereira & Chalhoub, Sidney (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

⁴⁷¹ Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1979, p. 126.

⁴⁷² Kirk, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: Batalha, Cláudio H. M.; Fortes, Alexandre; Silva & Fernando Teixeira da (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 52-53.

⁴⁷³ Ver: Goldmacher, Marcela; Mattos, Marcelo Badaró & Terra, Paulo Cruz (orgs.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

cidadania ter tido o seu fim com a proclamação da República em 1889, novos mecanismos de hierarquização social foram sendo elaborados, atingindo, sobretudo, os homens de cor que tinham na pele a marca do passado escravista. O enfoque dessa nova historiografia do trabalho no estudo dos espaços de sociabilidade comuns esquece exatamente esses mecanismos de identificação e hierarquização social que vão além dos de cunho classista. Essa falha na memória historiográfica levou a estudos que não consideram as experiências de subordinação e exploração de caráter racial que poderiam ser encontradas nesses espaços de sociabilidade comuns e que permitiam a construção de valores identitários e a união dos indivíduos de maneira diferente das de classe.

O que este capítulo pretende demonstrar através da pesquisa sobre Quintino de Lacerda e sobre os invisíveis habitantes do Jabaquara é que as experiências vividas no passado escravista presentes na memória e nos corpos dos habitantes do Jabaquara, conjuntamente com a experiência de lidar com o paternalismo senhorial para concretizar seus objetivos, levaram a posicionamentos díspares entre imigrantes e ex-escravos nas ruas de Santos, durante o período em que a população imigrante de origem europeia estava se fixando no local, construindo suas redes de solidariedade e ainda não era exorbitantemente superior à população de cor oriunda do cativo. Ou seja, as rivalidades existentes entre portugueses, espanhóis, nacionais, ou brancos e negros, podem ser entendidas através da existência de uma rivalidade étnica – muitas vezes reforçada pelos padrões – e que convivia, muitas vezes de maneira conflituosa, com formas identitárias de classe que começavam a emergir nos arrabaldes santistas. Os conflitos pelos postos de trabalho, pelas terras em que viviam os ex-escravos e por uma participação política ativa no futuro daquela sociedade, ou seja, as lutas para atingir em toda a plenitude o direito a cidadania ocorridas na cidade de Santos durante a década de 1890 passaram também a multiplicidade existente nas experiências passadas de lutas.

As inúmeras redes de solidariedade construídas durante as ações pelo fim do cativo, apesar de terem tido seus nós afrouxados no pós-abolição, permaneceram existindo. No fim do período das disputas abolicionistas e no recente pós-abolição, ao mesmo tempo em que se iniciavam as primeiras organizações que buscavam construir e imprimir um caráter classista de solidariedade entre os trabalhadores urbanos de Santos com o objetivo de construir uma homogeneidade entre os trabalhadores, podemos perceber todo um jogo identitário com as categorias que formalizaram as redes de solidariedade construídas durante o processo abolicionista entre o movimento

organizado das elites humanitárias paulistas, Quintino de Lacerda e os escravos fugidos que se encontravam no Jabaquara.

Pois bem, chega de delongas. No próximo item deste capítulo abordaremos algumas das disputas concernentes às terras do Jabaquara. Através das contendas judiciais poderemos perceber a importância de Quintino de Lacerda em relação à ocupação daquelas terras, que foi mitificada pelos escritos dos memorialistas apresentados no segundo capítulo. Os depoimentos presentes numa ação de interdito possessório, datada de 1886, revelam a existência de uma teia imbricada de relações entre Quintino de Lacerda e os diversos supostos proprietários das terras do Jabaquara. Ao mesmo tempo problematizam os modos de vida e as relações sociais encontradas dentro das terras do Jabaquara, associadas ao processo de conquista da liberdade apresentado nos capítulos 2 e 3, permitindo a realização de uma conexão entre abolicionismo e o processo de transformação do trabalho escravo para o trabalho livre através do assalariamento da população existente no Jabaquara.

No tópico seguinte analisaremos mais de perto as ações de Quintino de Lacerda no período pós-abolição, especificamente dois momentos distintos em que os holofotes estiveram direcionados para o ex-líder abolicionista. Retomaremos 1891 e sua atuação durante a primeira grande greve de São Paulo para entender os embates que estavam sendo travados pelos postos de serviço na cidade portuária de Santos e para entender como a aparente ausência dos ex-escravos nas lutas da causa operária no recente pós-abolição não significava que eles não estivessem lá, batalhando cotidianamente por melhores condições de vida. Perceberemos como a ação decisiva de Quintino de Lacerda e dos “homens de cor” do Jabaquara para o insucesso da greve de 1891 revelam como os ex-escravos santistas agiam de acordo com as experiências adquiridas na escravidão e no processo abolicionista. Ou seja, lidavam com o patronato de maneira semelhante à com que lidaram com seus ex-senhores: através de um arriscado jogo no qual tentavam inverter para si as vantagens das relações paternalistas a que eram submetidos. Para finalizar este capítulo tentamos reconstruir o processo que levou Quintino de Lacerda a ser eleito vereador e presidente por uma seção da Câmara de Santos, em 1895, apesar das acusações a respeito de ele ser ou não alfabetizado, o que o impediria de assumir a cadeira para a qual fora eleito. Tudo isso junto demonstra como a campanha abolicionista e o capital simbólico adquirido por aqueles indivíduos que lutaram em prol da causa permaneceram sendo acionados nos jogos políticos que vieram a ser desenhados durante o pós-abolição.

4.2. Uma “paragem chamada Jabaquara”: arrendamentos, lavouras e intensas disputas pelas terras do reduto abolicionista

Em 20 de dezembro de 1888, o *Diário de Santos* publicava uma notícia a respeito de uma tentativa de assassinato, ocorrida dez dias antes. A gravidade do crime e os envolvidos naquele episódio parecem ter motivado o jornal a estampar em suas páginas o acontecido. Segundo o periódico, estava recolhido à cadeia e respondendo a processo o “pardo Nicolau Teixeira” por ter procurado ferir com uma faca o “Sr. Benjamin Fontana, sendo a isso obstado por Quintino de Lacerda, que pôde a tempo impedir a perpetração do delito, segurando o braço do agressor”. Nada consta a respeito do motivo da tentativa de agressão, apenas que o agressor “achava-se embriagado”.⁴⁷⁴

A ação perpetrada pelo pardo Nicolau Teixeira contra o nosso já conhecido Benjamin Fontana e a interferência do nosso famoso personagem Quintino de Lacerda renderam a abertura de um inquérito policial solicitado pelo próprio Benjamin Fontana em 12 de dezembro de 1888. Através de um ofício dirigido à polícia, o proprietário de imóveis italiano narra o episódio:

no dia 10 do corrente [dezembro de 1888] [ilegível] de quatro horas da tarde, ao sair o suplicante da casa de negócios de Joaquim Queiroz no caminho do Monte Serrat encontrou Nicolau de Tal, homem de cor, casado, morador nesta cidade, de profissão trabalhador, que entre injúrias, ameaçou o suplicante com uma faca [...] tentou matá-lo, alcançando o golpe sobre as costas do suplicante, no que foi obstado por Quintino de Lacerda.⁴⁷⁵

Provavelmente a acalorada discussão que precedeu a tentativa de agressão deve ter chamado a atenção de Quintino de Lacerda, que se localizava nas proximidades do Monte Serrat realizando sua ronda obrigatória ao exercício da função que desempenharia até o ano de sua morte, a de inspetor de quarteirão. Como vimos no

⁴⁷⁴ *Diário de Santos*, 20 de dezembro de 1888. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 103, p. 169. FAMS.

⁴⁷⁵ 1888. Subdelegacia de Polícia da Cidade de Santos. Autuação de Inquérito Policial em que são Benjamin Fontana: A. e Nicolau José Teixeira: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos (AGFCS). Esse inquérito também foi analisado por André Rosemberg, op. cit., 2006, pp. 235-238. Ao ler o inquérito original e comparar com as transcrições realizadas por Rosemberg, acredito que o autor tenha cometido alguns equívocos. O exemplo mais direto está no nome do acusado. Segundo o autor seu nome seria “Nicolau José Ferreira”, mas como indicam o jornal e as minhas leituras do inquérito seria “Nicolau José Teixeira”. Algumas datas também não batem com as que encontramos no processo. Entretanto, essas diferenças não alteram o conteúdo geral do documento.

capítulo 2, Quintino de Lacerda e Benjamin Fontana já se conheciam do processo de formação do reduto do Jabaquara e era de se esperar que a relação de amizade e de negócios entre os dois os mantivesse relativamente próximos. Naquele momento o relacionamento entre ambos não poderia estar mais forte, afinal quem salvou Benjamin Fontana do iminente ataque e da possível morte foi Quintino de Lacerda, que se atracou violentamente com Nicolau. A luta acabou por deixar os dois homens de cor feridos.

O destino de Nicolau Teixeira, preso em flagrante delito, começava a se tornar complicado. Declarou às autoridades policiais ter 30 anos de idade, profissão trabalhador, ser brasileiro, natural do Rio de Janeiro e há três anos residir em Santos. No longo depoimento, o acusado afirmava que estava na venda do português Joaquim Queiroz naquele 10 de dezembro de 1888. Nicolau disse ter bebido bastante e por estar embriagado não se recordava bem do que havia passado. No entanto, lembrava de que ao sair da venda teve “uma questão com o camarada do dito Fontana” e como “estava com uma faca debaixo do braço que havia comprado nesse dia o inspetor de quartelão Quintino Lacerda arrancou-lhe das mãos”, causando-lhe um leve ferimento. Em sua defesa alegava que a questão na verdade era com um camarada de Benjamin chamado José e que “nunca teve intenção de fazer mal a Fontana”.

Com o desenrolar do inquérito, passava a ser necessário escutar o depoimento das demais testemunhas para melhor esclarecimento dos fatos. Personagem central no ocorrido, Quintino de Lacerda deu seu depoimento como terceira testemunha. Declarando-se natural de Sergipe, tendo 34 anos, solteiro e residente em Santos, Quintino não chegou a acrescentar muitos dados novos relevantes para o caso. O interessante é ligarmos esses dados a alguns que apresentamos no primeiro e no segundo capítulo. Caminhando para o passado e retornando a 1882, ano de fundação do reduto do Jabaquara, veremos que Quintino de Lacerda teria assumido com 27 anos a importante função de comandar arriscadas fugas de escravos e chefiar os escravos, atingindo o auge de suas ações abolicionista exatamente em 1888. Provavelmente nunca saberemos em quais circunstâncias Quintino de Lacerda havia saído de Sergipe e chegado a Santos. A hipótese mais plausível é a de que tenha vindo durante o crescimento do comércio interno de escravos entre as províncias do país após a proibição do comércio atlântico. Esse comércio interprovincial proporcionou um deslocamento da região norte para a região sudeste do Brasil, alavancando o número de escravos em províncias como a de São Paulo, que possuía uma demanda crescente para suprir suas fazendas em virtude da escassa mão de obra cativa local. O que nos importa

aqui é que ao afirmar ser natural de Sergipe Quintino acaba com a dúvida de seu local de nascimento levantada pelo memorialista Carlos Victorino, que alegava ser Quintino originário do Ceará. Outra informação relevante é a afirmação de que Quintino era solteiro em 1888, apesar de sabermos que já tinha como companheira nesse momento Maria Isidora de Sousa.

Continuando com as informações a respeito do atentado à vida de Benjamin Fontana, em linhas gerais Quintino ratificou o local, a hora e as circunstâncias relatadas pelo réu e pela vítima, afirmando ter acompanhado toda a discussão, iniciada com a chegada de supetão de Nicolau à venda de Queiroz, proferindo injúrias e ameaças a Benjamin Fontana. Buscando construir e/ou reforçar uma má reputação do acusado, o famoso inspetor de quarteirão dizia saber que Nicolau “por três ou quatro vezes teve complicação com a polícia” e tentou desmentir os atenuantes da não premeditação do crime e do estado de embriaguez que Nicolau havia apresentado em defesa própria durante seu depoimento à polícia. Segundo Quintino, Nicolau não estava embriagado, esbravejava que “queria dar cabo de Fontana, se não naquela, em outra ocasião” e que antes de encontrar a vítima no caminho para o Monte Serrat já estava à procura de Benjamin Fontana, ameaçando-o de morte para os trabalhadores que se encontravam em uma obra promovida por Fontana.

Além dos depoimentos já citados, outras testemunhas colaboraram para incriminar o réu. Christiano Augusto Abranches, um jovem de 23 anos, residente em Santos, solteiro e brasileiro, pintor de profissão, mas carcereiro interino responsável por vigiar Nicolau no dia de sua prisão, reforçou a imagem que se desenhava sobre o ocorrido, principalmente quando afirmou ter ouvido as ameaças proferidas por Nicolau na prisão a respeito de suas reais intenções de querer matar Benjamin Fontana. Algo semelhante foi feito por Thomaz Rodrigo Leiria, 40 anos, solteiro, brasileiro, e João Baptista de Almeida, 42 anos, solteiro, pedreiro e brasileiro. Ambos estavam trabalhando na obra de Fontana perto da casa de Quintino de Lacerda quando Nicolau José Teixeira chegou por lá perguntando por seu paradeiro. Como ele não estava lá, teria começado a proferir injúrias e ameaças de morte a Fontana. Reparem que as três testemunhas são homens e solteiros. A população de Santos nesse período é composta majoritariamente por homens, que, devido à concentração da imigração masculina para a região, dificultava o encontro de uma parceira. Outra informação importante consta na qualificação profissional de duas das testemunhas. Christiano e João trabalhavam exatamente num dos ramos de serviços urbanos que mais forneciam empregos: a

construção civil, aquecida principalmente pelo crescimento urbano vertiginoso nesse fim de século.

O leitor mais atento já deve ter percebido que até o momento os depoimentos dos três personagens envolvidos diretamente na trama ainda não haviam pronunciado uma palavra sequer que esclarecesse os motivos do conflito. As demais testemunhas, quando perguntadas a respeito de possíveis conflitos preexistentes entre o réu e a vítima, nos lançam importantes pistas para desvendarmos os motivos da fúria direcionada por Nicolau a Fontana. Através delas surgem algumas questões para problematizarmos a instabilidade provocada pela ambivalência da ocupação das terras e casas existentes no Jabaquara. João Baptista de Almeida, por exemplo, ao ser perguntado se conhecia alguma questão existente entre Fontana e o réu, respondeu saber de

uma questão de aluguel de casa que Fontana queria cobrar havia já algum tempo e que o indiciado Nicolau declarava não poder pagar pela que Fontana o despejou [...] ele depoente sabe porque ouviu de uma conversa entre Fontana e Nicolau cerca de dez dias antes do fato [...]⁴⁷⁶

No depoimento de Joaquim Queiroz, natural de Portugal, casado, com 41 anos de idade e proprietário da venda onde tudo havia ocorrido, encontramos explicações semelhantes para elucidar o estado de raiva em que se encontrava Nicolau. O comerciante contava aos policiais

sabe[r] que algum tempo antes dos fatos narrados quinze dias ou mais Fontana cobrara o aluguel de uma casa em que ele Nicolau residia e de propriedade de Fontana, que dizendo Nicolau que não podia pagar Fontana lhe ordenara que se mudasse o [que] de fato fez muito tempo antes do fato do dia 10.⁴⁷⁷

Nicolau Teixeira desaparece nas fontes quando desiste de recorrer à denúncia do promotor do caso que o incorria no artigo 193 do Código Criminal, continuando preso à espera de sua sentença final, programada para ocorrer em junho de 1889. O processo

⁴⁷⁶ 1888. Subdelegacia de Polícia da cidade de Santos. Autuação de Inquérito Policial em que são Benjamin Fontana: A. e Nicolau José Teixeira: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto AGFCS.

⁴⁷⁷ Apud, Rosenberg, André, op. cit., p. 237. Devido ao péssimo estado de conservação em que se encontra esse processo, infelizmente não consegui ler na fonte original o depoimento de Joaquim Queiroz à polícia. Por isso recorri à citação presente no livro de André Rosenberg.

que possui em mãos termina antes disso, em 27 de março de 1889, quando um despacho exige a expedição das cópias do libelo de culpa do rol de testemunhas. O que sabemos de concreto sobre o status social de Nicolau naquela sociedade que havia acabado de passar pela Abolição era a sua condição de trabalhador manual sem qualificação específica e a cor de sua pele – classificada de duas maneiras diferentes: homem de cor e pardo –, ambos são fatores indicativos de sua colocação social. Isso não quer dizer necessariamente que Nicolau tenha sido escravo, mas é interessante de se notar que havia migrado para Santos e se fixado no Jabaquara justamente durante o período final da escravidão, no momento de auge da empreitada das fugas em massas dos escravos em direção ao reduto santista.

A discrepância existente no conflito entre Nicolau Teixeira, homem de cor, pobre e ex-morador despejado do Jabaquara pelo proprietário de imóveis e terras e benfeitor da causa abolicionista Benjamin Fontana demonstra as dificuldades pelas quais passavam os habitantes do Jabaquara.⁴⁷⁸ Benjamin Fontana, com a participação ativa de Quintino de Lacerda como arrendatário de suas terras, não deixou de aproveitar as oportunidades de enriquecimento abertas com a população fugida de escravos. Ao mesmo tempo em que a socorria com o abrigo necessário para o sucesso de suas empreitadas, pressionou-a no sentido de promover uma ocupação efetiva e que gerasse determinados lucros nas terras do Jabaquara. Desse modo, se as ações abolicionistas nas terras do Jabaquara revelam o sucesso na empreitada no sentido de atração da população cativa para o reduto, o intempestivo despejo de Nicolau e sua reação violenta demonstram a condição ambivalente vivida pelos habitantes do Jabaquara. Essa população migrante tinha de inserir-se na lógica abolicionista que construía um futuro que passava pela necessidade de proletarianização dos ex-cativos e engessava projetos autônomos de trabalho dos indivíduos oriundos do cativeiro, ao mesmo tempo em que foram sendo submetidos a interesses monetários vinculados às crescentes especulações imobiliárias pelas quais passava Santos. A instabilidade e a precariedade nas condições de trabalho e de moradia pareciam ser uma tônica dos novos tempos que estavam por vir.

O futuro era incerto. Afinal, os habitantes do Jabaquara precisavam se equilibrar para permanecer nos terrenos e nas casas que desde o início da década de 1880

⁴⁷⁸ Luiz Henrique dos Santos Blume identifica em Benjamin Fontana um típico homem daquele fim do século XIX e início do XX em Santos, que disputava com outros o crescente mercado imobiliário local, que passaria por um processo de valorização fundiária graças à expansão urbana. Ver: Blume, Luiz Henrique dos Santos, op. cit., 1998.

ocupavam. No fim dessa década, com o crescimento do número de obras de melhoramento da cidade e o disparar da especulação imobiliária dirigindo-se para localidades periféricas ao centro urbano mais próximo da região portuária, diversos pretensos proprietários se estapearam em disputas judiciais pelas terras do Jabaquara e terminaram por expor o imbricado jogo político no qual Quintino de Lacerda estava inserido, a precariedade existente para os habitantes do Jabaquara em relação à ocupação que fizeram das terras da região e alguns mecanismos de permanência que essa população conseguiu construir para, ao menos, não ser de todo eliminada do cenário local.

O caso do pardo Nicolau, que provavelmente passava por dificuldades de conseguir arranjar-se nas novas relações de trabalho no Brasil pós-escravista que vinham sendo construídas. As incansáveis levas de imigrantes europeus que desembarcavam em Santos influenciaram na formação de um escasso e cada vez mais concorrido mercado de trabalho local. O fato de Nicolau ter terminado seus dias desabrigado simboliza as dificuldades da concretização do sonho de um tipo de liberdade construído pelos homens de cor oriundos do cativo nas franjas das elites humanitárias abolicionistas. Esse sonho que provavelmente o atraiu para aquela que era conhecida como a cidade libertária, em 1885, o fizera presenciar as primeiras disputas judiciais a respeito do título de propriedade das terras onde se localizava o conhecido reduto abolicionista do Jabaquara.

Em 24 de fevereiro de 1886 iniciava-se na vara civil da comarca de Santos uma intrincada ação de interdito possessório, tendo como seus autores Benjamin Fontana e sua mulher, que se diziam “senhores e possuidores de terras no lugar chamado Jabaquara, perto desta Cidade, há muitos anos e [...] têm cultivado grande parte de suas terras e realizado outras benfeitorias”. As terras de Benjamin Fontana no Jabaquara faziam limite com as chácaras de José Mariano e Viana de Carvalho e a ação era perpetrada contra Walter Wright, antigo procurador das terras do sítio de Viana de Carvalho e que, naquele momento, se apresentava como proprietário e residente do sítio. Walter Wright teria “com grande número de assalariados invadi[do] as terras dos Suplicante estragando as suas plantações de bananeiras e canas” e mandiocais, tendo em seguida iniciado a construção de uma cerca impedindo o usufruto de Fontana e seus arrendatários de um galinheiro, de outras benfeitorias construídas e do gozo das águas de uma cachoeira existente no terreno. Tendo como seu procurador o advogado José

Rubim Cesar,⁴⁷⁹ Benjamin Fontana abria o processo com o objetivo de buscar obter suporte judicial com o intuito de parar a iniciativa adotada por Walter Wright de tomar posse de uma suposta parte de suas terras, naquele momento parcialmente arrendadas para Quintino de Lacerda, que as sublocava para uma série de outros pequenos arrendatários.⁴⁸⁰

Esse início da contenda judicial entre Fontana e Wright nos dá indicativos valiosos a respeito da ocupação promovida nas terras do Jabaquara. Uma questão está vinculada à exploração dessas terras através da construção das benfeitorias e das plantações listadas. Afinal, quem cuidava das bananeiras, dos pés de cana e dos mandiocais? O galinheiro provavelmente era de responsabilidade de Quintino de Lacerda, afinal no ano de sua morte os autos de arrecadação realizados para a elaboração de seu inventário listaram um número muito grande de aves, principalmente galinhas. É possível se imaginar que a relação entre Fontana, Quintino de Lacerda e os escravos fugidos não se resumia ao auxílio dos dois primeiros para o sucesso da ação de rebeldia escrava contra seus senhores. A relação ambivalente de Quintino com os habitantes do Jabaquara começa a se desenhar com maior clareza.

Retornemos ao processo. A questão que se desenhou a partir de então dizia respeito aos limites das propriedades que existiam no Jabaquara. Para demonstrar a sua real posse das terras, Benjamin Fontana solicitou o recolhimento e a apresentação de uma escritura comprovando ser dono de um sítio no Jabaquara. No que diz respeito à escritura apresentou-se uma transação de compra e venda datada de 1868, na qual Benjamin Fontana comprava de Dona Umbelina Teixeira de Sá, no valor de 1:100\$000 réis, “uma casa e terras” localizadas “na paragem chamada Jabaquara”. Apesar disso, o problema continuava. A escritura apresentava uma descrição dessas terras que remontava ao fim do século XVII e os supostos limites que essas terras faziam com demais proprietários existentes ao redor. Porém, não deixava claro qual o seu real tamanho, o que permitia ações violentas como as perpetradas por Walter Wright questionando os limites da propriedade. Mesmo assim o juiz responsável pelo caso entendeu que as reclamações de Fontana e sua mulher eram válidas, dando como de

⁴⁷⁹ José Rubim César é considerado um dos abolicionistas históricos de Santos e defendera diversos processos de alforria ao longo da década de 1880. Ver: Rosemberg, André, op. cit., pp. 167-176.

⁴⁸⁰ 1886. Ação de Interdito Possessório em que são: Benjamin Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto AGFCS. Esse processo foi também analisado em: Machado, Maria Helena. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.), op. cit., 2007, pp. 256-264.

posse deles as terras questionadas por Wright, tendo esse de pagar uma multa de 2\$000 réis pelos danos causados e, caso a ocupação dos trabalhadores do inglês invasor continuassem nas terras de Fontana no Jabaquara, teria como pena a prisão. Em seguida convocava Walter Wright para a primeira audiência do caso.

Com o decorrer do processo, demais pessoas envolvidas diretamente no caso foram sendo convocadas para ser ouvidas pela justiça. Vão surgindo os diversos arrendamentos feitos na região, nos quais arrendatários muitas vezes dividiam as terras que ocupavam para sublocar áreas pleiteadas por diferentes proprietários, o que complexificava as intensas disputas pelos limites das terras existentes no Jabaquara. Ao mesmo tempo as relações entre arrendatários e proprietários de sítios na região vão sendo descortinadas, explicitando a precariedade da situação dos ex-escravos, escravos fugidos e/ou indivíduos livres pobres que ocuparam o Jabaquara e as possibilidades que tinham de construir estilos de vida próprios, diferenciados dos regimes escravistas relacionais geralmente vivenciados.

Contestando as alegações de Benjamin Fontana, Walter Wright, que apesar do nome declarou ser natural de Portugal e naturalizado brasileiro, entregou um documento com dezenove justificativas que comprovavam a legalidade de suas ações nas terras no Jabaquara pleiteadas por Fontana. Toda a sua argumentação consistia em demonstrar e defender quais seriam os limites das propriedades existentes naquela região localizada entre os morros de São Bento e do Jabaquara. Segundo Wright, toda a ação perpetrada por Fontana era ilegítima e nula, pois, apesar de um pedaço de sua propriedade ser limítrofe com a região do Jabaquara, mais especificamente a chácara denominada Teixeira de propriedade de Fontana e onde Quintino de Lacerda habitava como arrendatário, o processo de cercamento que engendrara não atingia nenhuma benfeitoria de seus vizinhos. Wright dizia ter adquirido aquelas terras através de uma herança deixada por Joaquim José Vieira de Carvalho e, para legitimar sua posse, apresentou uma escritura de aforamento perpétuo datada de 1832 concedida pelo Mosteiro de São Bento a Joaquim José Vieira de Carvalho.

O mais interessante, no entanto, está presente nas audiências que foram ocorrendo no decorrer do processo e que buscavam dar legitimidade ora às demandas de Fontana ora às de Wright. O primeiro a ser escutado em defesa das reclamações do suplicante Fontana foi exatamente Quintino de Lacerda. Tendo sido ouvido pela justiça em 31 de março de 1886, Quintino afirmava estar com 31 anos de idade, ser solteiro, natural do Sergipe, analfabeto e, em vez de declarar-se cozinheiro como fizeram os

memorialistas ao se referirem à profissão exercida por Quintino, dizia-se ser negociante. Ao ser perguntado sobre os itens da petição inicial respondeu que

sabe que os autores são senhores e possuidores de terras no lugar denominado Jabaquara perto desta cidade, que as tem cultivado e que ele depoente também com o consentimento e por contrato com os autores as tem cultivado. Que há um ano ele depoente arrendou parte das terras da fazenda Jabaquara, fazendo contrato com João dos Santos Bandeira como procurador este dos proprietários da chácara que hoje pertence, isto é, que dizem pertencer ao réu [Walter Wright], porém, tendo ele depoente feito a roçada nos terrenos que arrendou tais serviços foram embargados por parte dos autores [Benjamin Fontana e sua mulher], e como não quisesse ele depoente perderse o seu trabalho entendeu-se com o referido Bandeira que abria mão do contrato feito, de modo a poder o depoente entender-se com os autores com quem contratou arrendamento dos terrenos que havia arrendado-lhe de Bandeira, e em tais terras fez plantações após o arrendamento que lhe foi feito pelos autores. Disse mais que há visto um ano e que as plantações feitas pelo depoente ficarão todas compreendidas em terras que o réu mandou cercar de maneira a ficar ele depoente privado do gozo das benfeitorias que realizou. Disse mais que parte da cerca não está concluída ficando alguns paus no chão e outros apenas fincados. Disse mais que é verdade teve o réu com grande número de assalariados invadido as terras do suplicante estragando as suas plantações de bananeiras e canas. Que é verdade terem os camaradas do réu colhidos parte dos frutos das plantações que pertenciam a ele depoente segundo o contrato de arrendamento feito com os autores. Disse que estas plantações cujos frutos foram colhidos pelo réu e seus assalariados são antigas, de treze anos mais ou menos e foram feitas pelo seu compadre Lucas seu antecessor na chácara denominada do “Teixeirinha” que lhe havia sido arrendada pelos autores e onde até pouco tempo ele depoente morou. Que sobre tais plantações feitas pelo seu referido compadre nunca houve dúvidas que constam a ele depoente que sucedendo-o consumou-as e [ilegível] sem oposição de pessoa alguma.⁴⁸¹

Com isso podemos perceber a confusão existente entre os limites das propriedades que dividiam o Jabaquara. Ao tentar legitimar as demandas de Fontana pela posse do terreno, Quintino de Lacerda teve de explicar por que tinha um contrato de arrendamento assinado por João dos Santos Bandeira, ex-procurador das terras do

⁴⁸¹ 1886. Ação de Interdito Possessório em que são: Benjamin Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto AGFCS.

Dr. Vieira de Carvalho, agora em mãos de Walter Wright. Repetindo quase que passo a passo as declarações dadas por Benjamin Fontana, Quintino de Lacerda colocou-se como um comum arrendatário de terras que buscava através de suas plantações e benfeitorias ganhar a vida. A principal questão parece estar ligada à expansão da ocupação e das plantações realizadas no Jabaquara, sendo para isso necessário arrendar novas terras. Mas para expandir os cultivos é necessário que se tenham braços para trabalhar. Os ex-escravos e escravos que partiam rumo ao Jabaquara na década de 1880 apresentavam-se como uma mão de obra ociosa e que deveria ocupar-se na lógica do trabalho assalariado para o movimento abolicionista paulista de que Quintino de Lacerda era membro.

A impossibilidade de estabelecer de maneira clara os limites dos terrenos ocupados, vinculada a uma utilização cotidiana dessas terras que não levava em consideração direta seus proprietários legais, levava à construção de relações pessoais e de clientelismo entre indivíduos que se declaravam possuidores da terra – Benjamin Fontana – e outros que lutavam para usufruir do uso dessas terras – Quintino de Lacerda. Nesse depoimento, Quintino de Lacerda também parecia estar preocupado com a possibilidade que havia sido aberta, a partir das demandas de Wright pela posse de seus supostos terrenos, de serem colocados em risco anos de trabalho duro no cultivo da lavoura e também as relações pessoais construídas que possibilitaram a ocupação e a exploração do Jabaquara. É concebível que Quintino via sua posição de prestígio ameaçada a partir do momento em que um novo proprietário entrava em cena pleiteando direitos sobre as terras que arrendava. Um escaldado ex-escravo como era, percebia que naquela sociedade que começava a deixar de ser escravista, mas ainda trazia grandes ranços desse passado, as relações pessoais-sociais construídas a duras penas não podiam ser simplesmente deixadas de lado, pois eram elas que abriam as portas, possibilitando uma ascensão social e uma integração de um ex-escravo na sociedade brasileira de fins do século XIX.

O segundo depoente favorável à causa dos suplicantes a falar em audiência pública foi Rafael Tobias. Esse declarou ter 32 de idade, ser solteiro, natural de São Paulo, residente em Santos, para ser mais exato no Jabaquara, e, como disse em suas próprias palavras, de “profissão da lavoura”. Confirmando o que havia sido dito por Benjamin Fontana e Quintino de Lacerda, Tobias não mediu palavras para acusar o réu de ser o mandante da suposta invasão e depreciação das terras de Fontana no Jabaquara, ao contar que os

trabalhadores que haviam penetrado nas terras que isto faziam por ordem do réu [Walter Wright]. Disse mais que é verdade terem os ditos camaradas colhido parte dos frutos das plantações a que já se referiu porque [...] conduziram ao ombro, cachos de banana, e feixes de cana, acrescentando que tem o depoente observado-lhes que mal procediam, responderam-lhe que assim faziam porque os terrenos não pertenciam aos autores [Benjamin Fontana e sua mulher] e sim ao réu. Disse mais que os trabalhadores do réu [...] começaram a construção de uma cerca de varas que passa ao lado e perto de uma casa antiga pertencente aos autores e conhecida pela denominação de chácara do “Teixeirinha” e que concluída a dita cerca na direção que traz, inutilizara um galinheiro que fica atrás da casa, pois que a cerca passara pelo meio; que é verdade que concluída a dita cerca os autores bem como qualquer outra pessoa que os represente ficarão privados das águas de uma cachoeira que dista pouco da casa que já se referia. [...] Disse mais por lhe ser perguntado que sempre considerou os autores possuidores das terras e benfeitorias em questão, porque Quintino seu patrão assim sempre os considerou, sendo que estes nas relações com Quintino sempre tratarão como senhores as terras [ilegível]. Disse mais que é empregado de Quintino há cerca de seis meses e que apesar de os ingleses que moram na chácara que se diz do réu fazerem questão, ele depoente sempre tirou água da referida cachoeira e ali também se banhara o que entretanto deixou de fazer porque depois de levantada a cerca a que se referiu, apareceu oposição da parte do réu que tinha pessoas incumbidas de vedarem a passagem da cerca, receando mesmo ele depoente que algum mal lhe acontecesse [...]. Disse a testemunha por lhe ser perguntado que as plantações que foram estragadas pertencem a Quintino de Lacerda, tanto as do morro, como as do vale, mas que o terreno em que elas estão pertencem aos autores por lhe ser isso dito pelo mesmo Quintino.⁴⁸²

Através desse processo não foi possível conseguir maiores informações sobre Rafael Tobias além daquelas que o próprio nos forneceu quando jurou à justiça dizer a verdade que soubesse. O que se pode depreender é que por ter deposto em juízo Tobias provavelmente era um homem livre ou um ex-escravo liberto. O interessante é que no fim de sua audiência nos é revelado que o depoente não sabia escrever e por isso outra pessoa assinara em seu lugar. Assim sendo, é possível supor que Tobias compartilhava, mesmo que minimamente, de condições de vida semelhantes àquelas que os escravos fugidos encontravam no refúgio abolicionista do Jabaquara. Afinal, sendo empregado de

⁴⁸² Idem.

Quintino havia pelo menos seis meses – ou seja, em 1885 –, ele havia se juntado à liderança quilombola exatamente no auge das fugas em massa de escravos das fazendas cafeeiras paulistanas, que, como vimos no segundo capítulo, tomavam como direção rotineira e destino final o Jabaquara.

A relação estabelecida entre Rafael Tobias e Quintino de Lacerda, e de Quintino de Lacerda com Benjamin Fontana, igualmente merece alguns comentários. Seja no depoimento de Quintino de Lacerda, quando se define como um simples arrendatário de terras, seja quando Tobias revela que Quintino não tratava Fontana como um benemérito abolicionista que havia cedido suas terras para a formação de um reduto para abrigar escravos fugidos, mas sim através de um relacionamento entre proprietário senhor de terras e um ocupante que alugava essas terras, Quintino de Lacerda aparece em todo momento nesse processo como um indivíduo subordinado a Benjamin Fontana através de um relacionamento meramente formal. O relacionamento de Tobias com Quintino de Lacerda parece ser semelhante. Apesar de se declarar camarada de Quintino, ele não deixa de frisar ser um empregado responsável pelo cultivo das lavouras de banana e cana do então não tão conhecido ex-escravo.

É possível que essa tenha sido uma tática dos suplicantes para pleitear o direito que supunham ter sobre as terras sem levantar maiores suspeitas da atividade ilegal que realizavam de acoitamento de escravos, porém é imperativo perceber como a ideologia abolicionista construía nesse momento um local específico para os futuros ex-escravos. Com o advento da liberdade, os cativos passariam a ser possuidores de suas forças de trabalho. A necessidade que se colocava era a de levar os libertos pela Abolição a oferecerem essa força de trabalho ao crescente mercado livre do trabalho assalariado que se construía, seja em espaços rurais, em espaços urbanos ou em espaços limítrofes localizados nos arrabaldes das cidades e que as abasteciam de alimentos, como parecia ser o caso entre o Jabaquara e Santos.⁴⁸³

Portanto, por um lado podemos perceber a existência de uma agricultura de subsistência e do cultivo de pequenas roças cuja produção destinava-se ao comércio com a cidade de Santos empreitada pelos refugiados do cativeiro aquilombados no Jabaquara, ambicionando garantir um modo de vida próprio a partir da conquista de espaços de autonomia. Da mesma maneira que, certamente, tentaram ocupar como prestadores autônomos de serviços nas diversas atividades que podiam ser

⁴⁸³ Nesse sentido, ver o estudo de Sidney Chalhoub sobre o cotidiano da classe trabalhadora no Rio de Janeiro no pós-abolição: Chalhoub, Sidney, op. cit., 2001, Especialmente entre as páginas 59-162.

desenvolvidas em uma cidade portuária como a de Santos.⁴⁸⁴ Antes de ser aspectos excludentes, essas pareciam ter sido atividades complementares. Por outro lado, esse projeto de liberdade era potencialmente conflitivo com o cobiçado e desenvolvido pelas principais lideranças das elites abolicionistas da província de São Paulo, que entendiam como de fundamental importância a inserção dessa população de cor, advinda do cativeiro, numa lógica de subordinação a uma ética do trabalho proletarizado.⁴⁸⁵

O processo demonstra também uma pluralidade de habitantes existentes, pelo menos na região fronteira do Jabaquara, que não se percebe nos relatos dos memorialistas. A própria existência de Walter Wright, um português naturalizado brasileiro, já evidencia isso. Seu depoimento e o de algumas das testemunhas em seu favor revelam novos sentidos nas disputas que estamos acompanhando. Wright explica em audiência pública convocada pela justiça que

prometendo ele depoente comprar a chácara pertencente ao Doutor Vieira de Carvalho, de quem era procurador, desejando conhecer com precisão aquilo que comprara, encarregou o [ilegível] de verificar os limites, fazendo este serviço seguindo as confrontações constantes [ilegível] pertencentes ao referido proprietário da chácara Doutor Vieira de Carvalho [...]. Realizado o serviço pelo referido [...] as linhas limítrofes mandou ele depoente construir a cerca a que se refere a petição inicial, passando dita cerca entre a chácara denominada do “Teixeirinha”.

Ao que tudo indica, Walter Wright pretendia tornar-se o mais novo proprietário de terras da região do Jabaquara e para saber exatamente o que estava comprando

⁴⁸⁴ O estudo de modos de vida alternativos ao cativeiro elaborados pelos próprios escravos a partir de suas vivências no Brasil e, principalmente, através das diversas práticas culturais trazidas do continente africano vem sendo tema de importantes pesquisas historiográficas, especialmente aquelas que se dedicaram a estudar a família escrava. Pioneiro nessa empreitada no Brasil, os trabalhos de Robert Slenes continuam sendo referência. Ver: Slenes, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Vide também o capítulo 1 desta dissertação.

⁴⁸⁵ O memorialista José Maria dos Santos, ao recordar a ideologia de Antonio Bento e dos caifazes, deixa evidente o processo de proletarização do trabalho do ex-escravo presente no movimento: “Dispondo sempre, nos vários depósitos e esconderijos que organizara com seus amigos, de um grande número de escravos evadidos, propunha a um certo fazendeiro, num certo ponto da província, os escravos retirados a um outro, de pontos mais distantes, ou vindos mesmo de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, desde que se obrigasse a considerá-lo trabalhadores voluntários, pagando-lhes o salário de um cruzado (\$400). Esses contratos de trabalho, admitidos segundo o sistema de empreitada e oferecido de preferência no momento justo em que a safra já madura estava a pique de perder-se por falta de quem a colhesse, tinham sempre, como fiscais de sua perfeita execução, um capataz de confiança, tirado da vigilante e intrépida legião dos caifazes”. Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942, p. 240. Apud, Machado, Maria Helena, op. cit., 2007, pp. 269-270.

buscou verificar seus limites. Após descobrir as linhas limítrofes de suas novas terras, Wright não hesitou em demarcar fisicamente, através da construção de uma cerca, o que entendia como seu por direito legal. O problema foi sua interferência nas relações cotidianas existentes na região a respeito do uso da terra pelos seus habitantes, afetada com a tentativa de demarcação dos terrenos. A demarcação de limites aparentemente não existentes entre as propriedades, realizada por Walter Wright, um antigo residente e então novo proprietário na região, quando esse decide racionalizar a sua ocupação territorial, interferia na livre circulação e no usufruto de plantações e da água potável provinda da tão disputada cachoeira. Provavelmente é por causa dos processos de especulação imobiliária pelas quais passava a região que o réu percebeu a necessidade de se saber perfeitamente de quem era cada pedacinho daquela terra.

Para legitimar suas ações de cercamento e a posse das terras que visava adquirir, Wright teve ao seu lado o depoimento de antigos habitantes da chácara do Dr. Vieira de Carvalho. O primeiro deles foi William Furbutt Wright,⁴⁸⁶ de 53 anos, casado, natural dos Estados Unidos e negociante. O depoente conta ter morado nas terras do Dr. Vieira de Carvalho pelos anos de 1860 e que ela era limítrofe à chácara denominada “Teixeirinha”, tendo como limite um valo fundo em forma de funil. Também confirma a existência naquela época de uma pequena cachoeira dentro das terras do Doutor Vieira, “onde ele depoente costumava tomar banho”. Além dessas informações, seu depoimento revela uma permanência de longa data da família Wright naquelas terras, enquanto Benjamin Fontana e sua mulher, por terem adquirido a chácara “Teixeirinha” havia pouco tempo, talvez não conhecessem os limites existentes entre as propriedades. Porém, nem mesmo ele próprio poderia dizer os limites das terras em que morara, já que nunca chegara a ver a escritura daquelas terras pertencente ao Doutor Vieira de Carvalho. Ou seja, sua vivência naquelas terras provavelmente nunca havia sido oficializada. O contrato para habitar aquelas terras deve ter sido feito informalmente. Mais uma vez são as relações pessoais e informais que controlam o processo de ocupação das terras no Jabaquara.

O depoente seguinte foi Jorge Adão Rofmam, de 72 anos de idade, alemão, negociante e residente em Santos. Antigo morador da propriedade do Dr. Vieira, Rofmam também nunca havia visto as escrituras da propriedade em que residira,

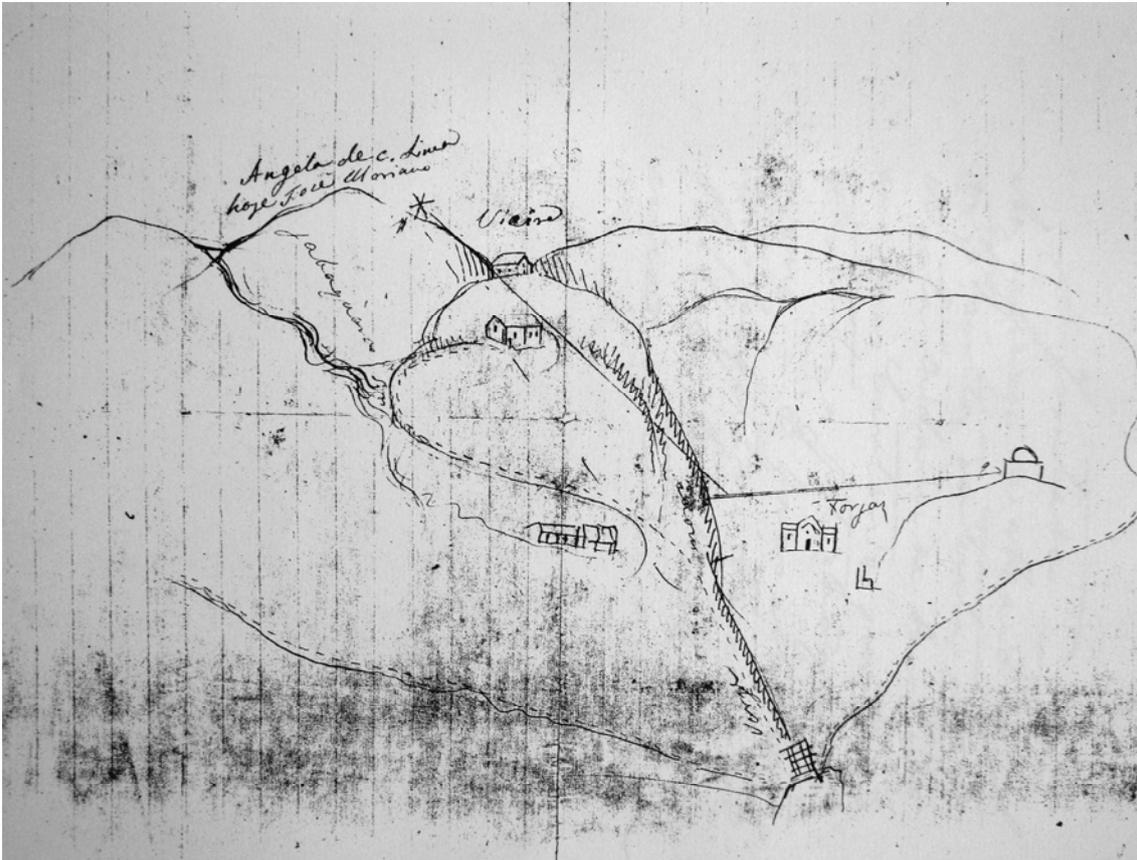
⁴⁸⁶ Apesar da semelhança no sobrenome, quando depôs William Furbutt Wright declarou que “aos costumes disse nada”, expressão usada para informar ao tribunal se a testemunha tem algum grau de parentesco ou afinidade especial com alguma das partes envolvidas no processo ou, ainda, se tem algum litígio contra uma das partes.

afirmou ser o valo uma construção já de longa data que já existia durante sua morada na região e que era sabido por todos que aquela era a demarcação dos limites entre as duas propriedades. Outro Rofmam, chamado José Tomé Rofmam, também depôs a favor de Walter Wright. Provavelmente filho de Jorge Adão Rofmam, José declarou ser natural de Santo Amaro, localidade da província de São Paulo, casado, ter 46 anos de idade, residente na cidade de Santos e negociante. Suas palavras não acrescentaram nenhum fato novo. Apenas reforçou a versão que Walter Wright buscava construir a respeito dos limites existentes entre suas terras e a chácara “Teixeirinha”, de Benjamin Fontana.

As audiências realizadas pelas testemunhas arroladas para a defesa de Walter Wright demonstram a existência de uma população variada na ocupação das terras do Jabaquara, composta não apenas por escravos fugidos ou ex-escravos, mas também por profissionais pouco qualificados e negociantes, nacionais e estrangeiros. De um lado percebemos a existência de uma população relativamente recém-chegada à região composta por pessoas com poucos recursos, como o roceiro Rafael Tobias ou o trabalhador pardo Nicolau Teixeira, e pelo próprio Quintino de Lacerda, que agindo nas frestas abertas pelas transformações daquela sociedade altamente hierarquizada conseguiu inserir-se de maneira a ascender socialmente classificando-se como negociante. De outro lado, uma população composta majoritariamente de imigrantes europeus que buscavam ganhar a vida através das oportunidades que se abriam com os negócios que a exportação do café proporcionava e/ou os investimentos realizados na modernização da cidade santista. Esse era o caso de Benjamin Fontana com suas aquisições no pujante mercado imobiliário santista. Instalado na região desde, pelo menos, a década de 1860, conhecia o Jabaquara e o fato de essa localidade passar a ser referência na luta abolicionista por proporcionar abrigo a escravos fugidos.

Retornando ao processo, após todas as testemunhas serem ouvidas a solução para o caso parecia ainda incerta. A questão dos limites entre as duas propriedades permanecia em aberto. Afinal, quais eram os reais limites das terras que Walter Wright havia adquirido de Vieira de Carvalho? As alegações de Benjamin Fontana a respeito da violação de suas terras eram válidas? Para responder a isso, com base nos testemunhos e nas escrituras apresentadas pelo suplicante e pelo réu, foram nomeados peritos que pudessem dar cabo às contendas. Porém, os peritos não conseguiram realizar o seu trabalho. A primeira tentativa ocorreu em 25 de maio de 1886, mas devido ao mau tempo foi adiada. Ao todo acabaram sendo marcadas sete tentativas para que os peritos

realizassem a demarcação dos terrenos, em todas elas o mau tempo acabou impedindo sua realização.



O advogado de Benjamin Fontana, o abolicionista José Rubim Cesar, apresentou em uma audiência que precedeu as tentativas dos peritos de vistoriarem os terrenos “uma planta traçada a lápis, indicando os pontos limítrofes entre as terras dos autores e a do réu processando os pontos em litígio”. In: 1886. Ação de Interdito Possessório em que são: Benjamin Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R. Processo gentilmente cedido pela professora Maria Helena Machado. Coletado no extinto AGFCS.

No fim, Benjamin Fontana e Walter Wright acabaram desistindo de enfrentar a insatisfação de São Pedro e fecharam o processo com um acordo favorável para ambas as partes. Nesse acordo os dois lados dividiam igualmente as custas judiciais do processo e estabeleciam quais seriam os limites definitivos que doravante deveriam vigorar em suas terras. Benjamin Fontana terminara cedendo “uma parte de terras, contíguas às do mesmo outorgado [Walter Wright] para o lado que avista o vargeado do Jabaquara e Vila Mathias”, em troca Walter Wright indenizou Fontana com a quantia de 2:500\$000 réis e ficou obrigado a realizar, dentro do prazo de três anos, obras que represassem as águas da cachoeira em disputa, podendo Benjamin Fontana utilizar-se em qualquer tempo “da sua metade de água com o direito de passar com os tubos ou canos nas terras do outorgado Walter Wright”.

Nenhuma nova menção foi feita a respeito de Quintino de Lacerda ou de Rafael Tobias. Ficamos sem saber se as terras que foram cedidas à custa de uma indenização por Benjamin Fontana a Walter Wright eram aquelas arrendadas por Quintino, onde existiam plantações de banana, mandioca e cana, ou se as plantações e benfeitorias lá permaneceram sendo alugadas a Quintino. Todo o processo é dado como encerrado em 29 de novembro de 1886, período de auge dos trabalhos de Quintino de Lacerda no acoitamento de escravos fugidos pela serra do Cubatão. Já o futuro de Tobias e o exercício de sua atividade profissional são incertos. Como veremos mais adiante, durante o pós-abolição arranjar trabalho seria algo cada vez mais difícil para os habitantes do Jabaquara. A situação de instabilidade que enfrentavam tornar-se-ia cada vez pior.

No entanto, Benjamin Fontana continuou a aparecer nas varas cíveis de Santos. Relembremos o caso de Nicolau Teixeira, que logo após a Abolição perdia seu local de moradia e enquanto a profusão de ex-escravos localizados em Santos ainda comemorava com euforia o acesso a liberdade, terminava seus dias na cadeia privado de participar daquelas festas. Benjamin Fontana reaparece na justiça, por exemplo, quando do processo de reformas urbanas que a cidade começava a presenciar, buscando aproximá-la o mais rapidamente possível das modernas cidades europeias, o que interferia diretamente nos traçados das construções e na vida dos habitantes do Jabaquara. É desse mesmo ano de 1888 um requerimento de Benjamin Fontana e de outros proprietários de terras no Jabaquara protestando na Câmara Municipal pela abertura de uma rua que a justiça havia autorizado.⁴⁸⁷

Na década de 1890, Benjamin Fontana esteve presente em diversos litígios que abarcaram desde empresas envolvidas no melhoramento urbano que se diziam proprietárias de terras no Jabaquara até pequenos locatários que pleiteavam permanecer nas casas que ocupavam havia anos e desejavam recolher os frutos do trabalho duro de pequenas plantações. Esses processos, que pipocaram ao longo dos anos dessa década seguinte à Abolição e à campanha republicana, revelam as tentativas de Fontana, com o auxílio de Quintino de Lacerda, de legitimar suas posses no Jabaquara, crescer com seus negócios vinculados à exploração das terras localizadas nos morros de Santos e das benfeitorias construídas por lá, ao mesmo tempo em que aparenta pretender expandir suas posses no Jabaquara. Igualmente, deixam transparecer algumas características

⁴⁸⁷ Atas da Câmara Municipal de Santos, 2 de agosto de 1888, p. 63. Fundo da Câmara Municipal de Santos. FAMS.

ligadas à ocupação daquelas terras e as relações sociais construídas a partir dessa ocupação. Ana Lúcia Duarte Lanna, por exemplo, ao estudar a ocupação dos morros da cidade de Santos, encontrou várias ações na justiça referentes a terrenos localizados no Jabaquara e em morros contíguos em que Benjamin Fontana esteve envolvido. Em pelo menos duas delas Fontana pretendeu despejar inquilinos de maneira semelhante àquela que tentou engendrar em 1898 contra Quintino de Lacerda.⁴⁸⁸

Com o loteamento da região e os processos de venda e revenda desses lotes ao longo dessa década de 1890, áreas como o Jabaquara e contíguas a ele, como a Vila Mathias e o Macuco, foram sendo adquiridas pelas grandes firmas que operavam na cidade. A vocação da região de proporcionar moradia operária, da mesma maneira que passava a funcionar como uma área de retaguarda dos empreendimentos da Companhia das Docas,, parece ter atraído esse tipo de investimento. A Companhia das Docas, empresa criada por Candido Gaffrée e Eduardo Guinle, assinara contrato, em 1888, para modernizar o porto de Santos, tornando-se a principal empresa a atuar em Santos naquela época. Sua atuação abrangia diversos empreendimentos, como uma pedreira fornecedora de matéria-prima necessária para as reformas no cais.⁴⁸⁹

Somente com todas as informações que possuímos agora é que podemos entender o processo que opôs os poderosos empresários Gaffrée e Guinle a Benjamin Fontana e sua mulher. Os principais acionistas da Companhia das Docas recorreram à justiça com o intuito de embargar uma construção iniciada por Benjamin Fontana em terras do Jabaquara. Ao que parece tratava-se de uma série de casas populares do tipo porta e janela. Talvez uma tentativa de ampliação daquelas analisadas no capítulo 1. Alegando ser os únicos e exclusivos proprietários das terras do Jabaquara, Gaffrée e Guinle entendiam que aquela obra era ilegal por estar invadindo sua propriedade. Mais uma vez coube a José Rubim Cesar representar Benjamin Fontana como seu advogado. Sua tática consistia em apresentar a situação da área pleiteada pelos suplicantes nos últimos 30 anos, descrevendo todos os empreendimentos e negócios de Fontana existentes no Jabaquara:

⁴⁸⁸ Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., pp. 207-213. Sobre a tentativa de despejo iniciada por Benjamin Fontana contra Quintino de Lacerda das terras que o mesmo ocupava no Jabaquara, em 1898, rever o capítulo 1 da presente dissertação.

⁴⁸⁹ Para uma análise mais aprofundada sobre a atuação da Companhia das Docas em Santos, ver: Githay, Maria Lúcia C., op. cit., 1992. Ou, Githay, Maria Lúcia C. “O porto de Santos, 1888-1908”. In: Prado, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. A outra empresa a se envolver numa disputa judicial pelas terras do Jabaquara com Benjamin Fontana foi a Companhia Empresa Nova Cintra, que havia ganhado uma licitação da Câmara Municipal para assentar os trilhos de trem nas várzeas do Jabaquara. Ver: Machado, Maria Helena, op. cit., 2007, p. 261.

Porque a obra embargada é um aumento e prolongamento de um prédio construído há muitos anos, sem contestação alguma pelos nunciados, em terrenos de sua exclusiva propriedade e posse no sítio do Jabaquara da qual são legítimos senhores e possuidores, há mais de 30 anos [...] de posse das terras do dito sítio do Jabaquara desde 1868, ali montaram uma grande olaria, [...] abriram caminhos e valas, fizeram pontes e grandes aterros, fizeram muitas plantações, construíram muitas casas, nos morros e várzeas do dito sítio, arrendaram casas, terrenos, pedreiras e saibreiras a diversos e numerosos indivíduos [...] Porque a construção da obra embargada foi iniciada há muitos anos, fazendo-se então os respectivos alicerces, que se acham para os lados dos fundos em seguimento de um grande prédio dos nunciados com frente para a Rua Rangel Pestana. [...] Porque esse mesmo prédio, cuja obra foi embargada pelos nunciantes [...] esteve sempre alugado pelos nunciados a diversos, bem como muitos outros prédios e terrenos no sítio do Jabaquara e todos de propriedade e posse dos nunciados e que estiveram sempre alugados a numerosos inquilinos, existindo nesses terrenos muitas plantações, hortas e capinzais; tendo também sido arrendatário de muitos prédios e terrenos dos nunciados o Major Quintino de Lacerda, hoje falecido, o qual foi posteriormente e até a sua morte administrador dos mesmos prédios e terrenos dos nunciados por cuja conta e risco alugava-os e cobrava os respectivos rendimentos, tendo assim o mesmo habitado no Jabaquara, como arrendatário e como administrador dos nunciados, cerca de 20 anos mais ou menos...⁴⁹⁰

Com o decorrer do processo as testemunhas foram sendo ouvidas. Quando uma delas afirmou a legitimidade da posse de Fontana no Jabaquara, o advogado dos autores da peça não gostou nem um pouco do que ouviu. Replicando-a com veemência, o defensor dos supostos direitos de Gaffrée e Guinle acusou a testemunha de não estar dizendo a verdade e só afirmar o que era favorável aos réus. Baseando-se nos arrendamentos de Quintino, anteriormente utilizados para reforçar os argumentos de Rubim Cesar favoráveis à legitimidade da posse de Fontana no Jabaquara, o advogado dos suplicantes lançou uma interpretação diferenciada da relação de ocupação que Quintino de Lacerda havia construído com as terras do Jabaquara:

porque os réus [Benjamin Fontana e sua mulher] não são senhores e possuidores do sítio do Jabaquara, não foram os que mandaram construir as

⁴⁹⁰ 1899. Ação de Embargo de Obra Nova em que são Gaffrée e Guinle: AA e Benjamin Fontana e sua mulher: RR, fls 17 a 21, AGFCS. Apud, Machado, Maria Helena, op. cit.. 2007, p. 260.

casas que ficam na várzea, pois estas foram feitas por escravos fugidos do cativeiro que ali se acoitaram com o consentimento de Quintino de Lacerda que para tal obteve autorização dos verdadeiros donos do terreno...⁴⁹¹

Enfim, quem estava com a razão? No fim do processo, o juiz decidiu abrir mão do caso alegando suspeição e o remeteu para ser julgado em uma instância superior. Apesar de permanecermos com uma curiosidade que provavelmente jamais será saciada a respeito dos rumos que tomou o processo ao chegar a São Paulo, suas passagens aqui citadas trazem pontos que merecem a nossa atenção.

Todo esse processo envolvendo os famosos empresários e o não tão famoso, mas conhecido, abolicionista local ocorreu em 1899, quando o refúgio do Jabaquara parecia estar praticamente desarticulado e Quintino de Lacerda já havia falecido. E se durante o seu último ano de vida Quintino estava tendo de enfrentar judicialmente Benjamin Fontana por tentar despejá-lo das terras que ocupava no Jabaquara, no ano seguinte Fontana se utilizava de seus contratos de arrendamento com Quintino durante as décadas de 1880 e 1890 para legitimar sua posse. Quando o advogado de Gaffrée e Guinle defende uma relação diferenciada de Quintino com aquelas terras do Jabaquara, o que passa a estar em jogo era em que condição os escravos fugidos, os ex-escravos e o próprio Quintino ocuparam as terras do Jabaquara. Afinal, quais relações foram estabelecidas entre os aquilombados do Jabaquara com Benjamin Fontana e Quintino de Lacerda? Foram como trabalhadores explorados por Benjamin Fontana em proveito de seus interesses de legitimação e de expansão de seus domínios no Jabaquara? A figura do ex-escravo Quintino de Lacerda capitaneando o Jabaquara era a da imagem de um capataz que controlava socialmente esses escravos fugidos acoitados pelo movimento abolicionista? Essas perguntas são válidas na medida em que todas as benfeitorias citadas por Rubim Cesar realizadas no Jabaquara, ao longo dos 30 anos da posse de Fontana na região, precisaram de trabalhadores para que pudessem ter sido concretizadas. Do mesmo modo, a exploração das pedreiras, saibreiras, olarias e plantações só seria rentável com o uso de uma mão de obra desqualificada e barata para garantir sua lucratividade.⁴⁹²

⁴⁹¹ Idem, fls 50v. e 51. Ibidem, p. 263.

⁴⁹² Segundo Maria Helena Machado, a olaria citada como um dos empreendimentos de Benjamin Fontana no Jabaquara estaria situada na parte do Jabaquara que foi arrendada a Quintino de Lacerda a partir de 1886 ou 1886. Ver: Machado, Maria Helena.,op. cit., 2007, p. 262.

Ou, pelo contrário, a relação estabelecida foi construída como a de escravos fugidos vistos com receio e medo pelas autoridades. Escravos e ex-escravos abandonavam o eito das fazendas de café rumo a Santos, um destino que proporcionaria uma determinada liberdade, graças às redes subterrâneas abolicionistas que tinham na figura de Quintino de Lacerda um importante membro para o sucesso daquelas perigosas empreitadas.

Talvez agora valha a pena lembrar o caso do major Joaquim Xavier Pinheiro, citado pelo memorialista Francisco Martins dos Santos, que fora repreendido pelos demais abolicionistas locais por utilizar nos rudes trabalhos de seu sítio numerosos escravos que se asilavam por lá, apenas a troco do esconderijo e da comida, com o intuito de ressarcir-se dos prejuízos que adquirira com as colaborações nas despesas da campanha abolicionista.⁴⁹³ Curiosamente Benjamin Fontana pouco aparece nas memórias escritas no pós-abolição e em nenhum momento essas memórias indicam nenhuma relação entendida pelos abolicionistas como injusta entre Benjamin Fontana, Quintino de Lacerda e os escravos acoitados que se refugiaram no Jabaquara.

O que é possível perceber, com todos esses processos a partir do fim da década de 1880, é a existência de uma intensa disputa em torno das terras do Jabaquara, uma imagem da ocupação da região como uma colcha de retalhos na qual conviviam diferentes empreendimentos e moradores – de imigrantes a remanescentes das levas de escravos fugidos – que ficaram muitas vezes à mercê dos conflitos pelos limites das propriedades que por lá se desenhavam e, principalmente, uma vivência cotidiana de imbricadas relações de subserviência, paternalismo e rebeldia em que se encontravam os escravos fugidos e, posteriormente, ex-escravos representados pela figura, pelo poder e pelas ações de Quintino de Lacerda.

4.3. Um “conhecido cidadão”:⁴⁹⁴ o pós-abolição na vida de Quintino de Lacerda

Vimos ao longo dos capítulos que os escravos fugidos e ex-escravos existentes em Santos ocuparam-se das mais diversas atividades para garantir o sustento e a sobrevivência. Alguns trabalharam diretamente subordinados a Quintino de Lacerda, principalmente aqueles que exerceram atividades na pedreira existente no Jabaquara ou nas atividades agrícolas lá desenvolvidas. Outros se ocuparam das mais diversas

⁴⁹³ Santos, Francisco Martins dos, op. cit., 1937, p. 9.

⁴⁹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 21 de maio de 1891. BN.

atividades que uma cidade portuária como Santos, voltada basicamente para a prestação de serviços que possibilitassem a exportação do café, poderia oferecer como o trabalho de carroceiro para transportar as mercadorias até o porto ou de ensacadores de café.

Percebemos também que Quintino de Lacerda e os habitantes do Jabaquara não caíram em um esquecimento coletivo no pós-abolição. Apesar de não continuar simbolizando a importância política que suas ações ganharam no processo de Abolição, essa população de cor marcada pelo passado escravista buscou construir seus espaços dentro de uma sociedade que se transformava politicamente de maneira acelerada. Em um ambiente altamente competitivo, os ex-escravos fugidos que foram ocupar as terras localizadas nos arrabaldes de Santos, ao mesmo tempo em que permaneceram trabalhando com a terra, procuraram inserção no insalubre mercado de trabalho da cidade portuária que proporcionasse sua sobrevivência numa sociedade que se esforçava em marginalizá-los.

Negociando com os antigos líderes do movimento abolicionista local e com o enfrentamento com a elite da cidade para angariar espaços que possibilitassem sua sobrevivência, os habitantes do Jabaquara acabaram por entrar em choque com o embrionário movimento operário e portuário santista de origem europeia. Em vez de entendê-los como “massa de manobra” ou “gente indefesa”,⁴⁹⁵ a atuação em busca da sobrevivência, mesmo que precária, dessa população de cor santista da década de 1890 deve ser entendida como não condizente com os caminhos que a luta desse movimento operário embrionário começava a trilhar e, por isso mesmo, conflitiva.

Nesse sentido, a atuação de Quintino de Lacerda no pós-abolição permaneceu de certa maneira ambivalente. Por um lado, Quintino manteve um significativo trânsito entre as elites pensantes locais, o que permitia certo respaldo a suas demandas e às dos demais habitantes do Jabaquara. Por outro, o desgaste político dos ex-quilombolas depois de 1888 e a crescente racialização das relações sociais – que pressionavam constantemente os oriundos do cativo a se subordinarem a relações autoritário-paternalistas em busca de espaços de trabalho no porto, em serviços pela cidade ou para tentarem manter suas terrinhas localizadas nos antigos morros que habitavam desde o tempo das fugas coletivas – aumentaram a importância e o poder de mando que Quintino de Lacerda exercia sobre essa camada da população santista.

⁴⁹⁵ Classificações dos habitantes do Jabaquara no pós-abolição presentes no texto de: Machado, Maria Helena. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação.” In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.), op. cit., 2007, p. 242 e p. 264.

Exemplos de situações em que Quintino de Lacerda reaparece no lusco-fusco das relações sociais podem ser percebidos em momentos específicos durante o pós-abolição. Em 1893, sua participação durante a Revolta da Armada, com a organização de batalhões para defender Santos, é lembrada por memorialistas como um sinal do poder de organização que exercia sobre os negros locais.⁴⁹⁶ Quando eleito vereador de Santos em 1895, um de seus principais opositores a sua posse na Câmara era Olímpio Lima, fundador e proprietário do jornal *A Tribuna do Povo*.⁴⁹⁷ Em abril daquele mesmo ano, a tipografia do jornal de seu oponente foi empastelada e para uma das testemunhas ouvidas pela polícia aquilo “cheirava a Quintino”.⁴⁹⁸

Esse poder de mando exercido por Quintino não foi utilizado somente em prol de questões políticas nas quais estivesse envolvido. Em inquérito iniciado em 20 de agosto de 1889 para averiguar a briga de Felipe José dos Santos com João Francisco Paula e Silva, Quintino é acusado de ser um dos mandantes do flagelo.⁴⁹⁹ Vejamos rapidamente o desenrolar dessa peça policial que terminou com a despronúncia e a absolvição do acusado. O soldado Amâncio Martins de Almeida, realizando sua patrulha pela Rua de São Francisco, viu Felipe José dos Santos dar uma vergalhada em João Francisco Paula e Silva, que rapidamente agarrou-se com seu agressor. Quando se dirigiu ao local do conflito, o soldado encontrou o agressor preso pelo inspetor de quarteirão e o conduziu conjuntamente com o inspetor para o quartel. Uma segunda testemunha, o policial Benedicto Ferreira Costa, disse que

indo pela Rua da Alfândega viu o queixoso [...] correr atrás do delinquente e derrubando-o deu-lhes socos, quando ele informante encontrando-se com Quintino, este lhe disse que nada era, mas, apesar disso, dirigiu-se para o local do conflito, que deu-se entre a Rua de São Francisco e Rua Braz Cubas, e aí chegando interveio para apaziguar o conflito e ajudou a prisão do delinquente que veio para o quartel.

⁴⁹⁶ Mirandiera. R. “Quintino de Lacerda”. In: *Álbum Oficial do IV Centenário da Fundação de São Vicente. 1532-1932*.

⁴⁹⁷ Para mais informações sobre o jornal e seu fundador, ver: Rodrigues, Olao. *História da Imprensa de Santos*. Santos: Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Academia Santista de Letras e Ordem dos Velhos Jornalistas de São Paulo, 1979, pp. 70-84.

⁴⁹⁸ Apud, Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., 1996, p. 197, nota 64.

⁴⁹⁹ Delegacia de Polícia da Cidade de Santos – Inquérito Policial, em 20 de agosto de 1889. Gentilmente cedido por Maria Helena Machado. Esse inquérito policial também foi analisado por André Rosemberg, op. cit., 2006, pp. 229-233. Ver também: Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., pp. 196-197.

As demais testemunhas ouvidas pela polícia apresentaram versões semelhantes, confirmando que Felipe havia primeiro tentado agredir João Francisco, que por sua vez reagiu e se atracou com o “delinquente”. Outras testemunhas revelaram a arma utilizada por Felipe na tentativa de agressão: um chicote. O próprio João Francisco, ao conseguir dominar seu agressor e pressioná-lo com o objetivo de conseguir a resposta de quem o havia enviado para realizar o ataque, recebeu a seguinte resposta de Felipe: “que tinha sido mandado por Américo Martins e Quintino de Lacerda, de quem era empregado”. Aparentemente os empregados de Quintino não estavam apenas trabalhando na construção de benfeitorias ou no cultivo das terras no Jabaquara.

Ao ser interrogado pela polícia, Felipe José dos Santos afirmou ser solteiro, ter 25 anos, não deu nenhuma informação adicional sobre o ofício que exercia, declarando simplesmente ser trabalhador. Afirmou não saber ler nem escrever e que era morador do Jabaquara havia três anos, portanto habitava as terras do reduto desde os tempos do cativo e já conhecia bem a importância e o poder de Quintino de Lacerda e Américo Martins dos Santos, ambos considerados diretamente responsáveis pelo sucesso do reduto. Descartando os motivos que o levaram a agredir a vítima, Felipe respondeu à polícia que entre 11h30 e 12h estava esperando João Francisco Paula e Silva “porque tinha ordem de Quintino de Lacerda [...] para dar de chicote no mesmo Paula e Silva”. Porém, quando encontrou com João Francisco na porta de sua casa fingiu ter medo e correu, sendo logo agarrado pelo acusador e “por isso na necessidade de lutar”. Nesse momento um chicote lhe era apresentado. Felipe confirmava ser aquele instrumento o mesmo que estava com ele no momento da agressão e “bem como o revólver que lhe fora dado por Quintino para que com ele se defendesse no caso de ser agredido”. Lembremos que Quintino de Lacerda, no momento de sua morte, tinha dois revólveres como bens listados em seu inventário.⁵⁰⁰

Com o decorrer do interrogatório, Felipe forneceu maiores informações sobre possíveis mandantes do crime:

além de Quintino, isto é que Américo Martins e seu cunhado, cujo nome não sabe, mandaram Quintino que incumbisse ao interrogado de procurar a Paula e Silva para dar nele, e que no ato de ser ele interrogado mandado por Quintino observara a este que tinha filhas para dar de comer e podia comprometer-se ao que Quintino retorquiu-lhe que não havia perigo, que fosse sem susto que nada

⁵⁰⁰ Inventário de Quintino de Lacerda. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 14. FAMS.

havia e que se alguém aparecesse na frente que descarregasse a arma o que ele interrogado não quis fazer por temor do que lhe pudesse resultar.

Agora a trama ganhava novas colorações. Sendo acusados de mandatários do crime perpetrado, Quintino de Lacerda e Américo Martins dos Santos são chamados para depor. Então com 35 anos, Quintino de Lacerda prestou um curto depoimento afirmando ser solteiro, morador do Jabaquara e se classificou profissionalmente como negociante. Essa classificação profissional pode ser um detalhe aparentemente pequeno, mas demonstra a posição de Quintino dentro do Jabaquara. Lembremos algumas das classificações que os ex-quilombolas utilizaram ao se referir a sua ocupação profissional: eram lavradores, carroceiros, ensacotadores de café ou simplesmente trabalhadores; todos empregaram definições ligadas ao trabalho manual. Ao se definir como negociante, ele se coloca num patamar hierárquico superior aos demais habitantes do Jabaquara que encontramos até agora.

Retornando ao depoimento, Quintino afirma conhecer Felipe e que o mesmo trabalhava em Villa Mathias, mas nada sabia “com relação ao fato narrado [...] não sendo verdade que ele depoente tivesse incumbido ao acusado de coisa nenhuma”. Insistiu de maneira enfática que não tinha relações com o acusado e que não era seu amigo. Nesse momento revela quem era o inspetor de quarteirão que o testemunho do soldado Amâncio Martins de Almeida havia relatado. Era ele mesmo, Quintino de Lacerda, deixando claro que apenas havia exercido as prerrogativas do cargo que ocupava recolhendo o “delinquente” à cadeia por ordens do delegado. É claro, também nega o empréstimo do chicote e do revólver.

O depoimento de Américo Martins dos Santos é muito mais detalhado, revelando a cor e, conseqüentemente, a posição em que se encontrava dentro da hierarquia social o acusado da agressão. Declarando-se santista de nascimento, com 38 anos, casado e, assim como Quintino de Lacerda, negociante, o segundo suspeito de mandante do crime alegou não ter atribuído a ele ou a Quintino a missão de “dar em Paula e Silva” e que nem sequer conhecia “o *preto* Felipe” [grifo meu]. Um negro habitante do Jabaquara, carregando um chicote pelas ruas da cidade para dar em outra pessoa, certamente é uma imagem simbolicamente forte. Continuando com a explanação de Américo Martins dos Santos, o mesmo assumiu ser inimigo da vítima, mas, vangloriando-se de seu posicionamento dentro da sociedade e prestígio pessoal, disse que sendo “estimado e ocupando posição definida se tivesse que tirar desforra, por

qualquer forma, quer de Paula e Silva, quer de outra pessoa o faria pessoalmente, e não por intermédio de outros”.

Apesar de o inquérito todo apontar para os mandantes citados, nada fora comprovado a respeito da participação de Quintino de Lacerda e de Américo Martins dos Santos como mandatários do crime. O desenrolar do processo, com o recolhimento de depoimentos ricos em detalhes, revela a possibilidade que existia da utilização dos habitantes do Jabaquara no pós-abolição como capangas a partir de maio de 1888. Porém, não meros títeres que agiam de acordo com os desejos e objetivos das antigas lideranças abolicionistas. Veremos adiante que o jogo político de marginalização que a população de cor santista encontrou no pós-abolição, com um cunho altamente racializado, foi crível para a realização de uma leitura a partir de experiências passadas de luta contra o escravismo que os levava às margens da política oficial através da liderança de Quintino de Lacerda, mas nem por causa disso não deixavam de agir politicamente em busca de seus interesses. Do mesmo modo demonstra a existência de relações inter-raciais presentes nos jogos de interesse que constantemente se entrecruzavam e a perpetração das relações que Quintino de Lacerda havia construído com membros da elite local durante o processo de Abolição que o mantiveram com prestígio e poderes semelhantes após o fim do escravismo. Porém, somente a partir desse processo não é possível afirmar o grau de influência exercido por Quintino sobre a comunidade negra local, porém podemos perceber como suas palavras eram símbolos de autoridade pelo menos entre os moradores negros do Jabaquara.⁵⁰¹

O destino dos ex-quilombolas do Jabaquara, as ambiguidades de suas ações e de Quintino de Lacerda no pós-abolição, dadas as transformações nas relações sociais que buscaram marginalizar esses indivíduos por causa da cor de sua pele e de seu passado, podem ser mais bem compreendidas através de outro momento específico. Após a construção de uma imagem de Santos ao longo da década de 1880 como a cidade libertária por excelência, a partir da década de 1890 os acontecimentos ocorridos na cidade portuária fariam com que ela ganhasse outra designação. Se na década de 1880 percebemos uma cidade que se tornava cada vez mais negra, principalmente devido às

⁵⁰¹ Wilson Toledo Munhós, em *Da circulação ao mito da irradiação liberal*, a meu ver de maneira equivocada, refere-se a Quintino de Lacerda como o “coronel” do Jabaquara, criando uma imagem de “negro poderoso” que mandava e desmandava, impondo sua influência sem dar satisfações à comunidade que liderava, mas ao mesmo tempo totalmente submisso às pressões dos poderosos abolicionistas. Com isso, o autor não leva em consideração a relação dialética do paternalismo que venho demonstrando aqui existente entre a elite humanitária abolicionista local e Quintino de Lacerda, e entre Quintino de Lacerda e os escravos, ex-escravos e libertos que habitaram o Jabaquara. Ver op. cit., 1992.

ondas de escravos fugidos que buscavam a liberdade, durante o fim do Brasil Império e ao longo da Primeira República o crescimento populacional local também esteve vinculado ao estímulo dado ao processo de imigração do europeu ligado à desestruturação do sistema escravista, às difíceis condições de sobrevivência na Europa e à defesa da necessidade de um embranquecimento da população nacional. Esses processos levaram a um inchaço da população urbana santista e à entrada de levas significativas de imigrantes de origem europeia na cidade.⁵⁰² Apenas durante abril de 1891 teriam chegado pelo porto de Santos 3.433 imigrantes europeus. A atuação do governo em favor da promoção dessa imigração fica evidente pelo elevado número de imigrantes que receberam financiamento estatal. Desse montante, 2.266 eram homens e 1.167 eram mulheres, sendo financiada pelo governo a vinda de 3.114, tendo 312 vindo de maneira espontânea e apenas sete por conta da Sociedade Promotora de Imigração Paulista. Nesse abril de 1891 teriam ficado em Santos 358 europeus, número superado apenas pelos imigrantes que se deslocaram para São Paulo (1.756) e para o Paraná (894).⁵⁰³

Aliado a esse processo, é possível ponderar que as campanhas pela República e pela Abolição promovidas de maneira intensa nas ruas de Santos serviram para proporcionar experiências iniciais que viriam a ser utilizadas em organizações futuras, dando início às primeiras lutas do que viria a ser um movimento operário combativo e que constantemente entrou em conflito com o patronato por melhores salários e condições de trabalho nos anos iniciais do século XX. E é essa articulação que gostaríamos de focar através do nosso Quintino de Lacerda. Durante os anos em que Quintino de Lacerda atuou como um indivíduo público e de importância na cidade é registrada a ocorrência de, pelo menos, quatro greves em Santos – uma em 1889, duas em 1891 e mais uma em 1897 – sendo que Quintino participara de maneira ativa apenas na greve realizada em maio de 1891. Exatamente nesse período surgem as primeiras organizações locais que pleiteavam o predomínio sobre o movimento operário, como um jornal socialista chamado *A Ação Social* (1892) e um centro socialista (1895), ambos tendo como principal responsável pela sua fundação o médico Silvério Fontes,⁵⁰⁴

⁵⁰² Para uma discussão mais aprofundada do processo imigratório para Santos, ver: Frutuoso, Maria Suzel Gil. *Imigração portuguesa e sua influência no Brasil: O caso de Santos – 1850 a 1950*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo.

⁵⁰³ *Correio Paulistano*, 7 de maio de 1891. AEL.

⁵⁰⁴ Em 31 de janeiro de 1891, o *Diário de Santos* ilustrava a sua primeira página com o “estimado clínico Dr. Silvério Fontes”. Continuando com elogios, o jornal classifica-o como um indivíduo de “talento superior”, “perseverante no trabalho”, possuidor de uma “lealdade sincera”, “modesto”, “espiritoso” e de

algumas sociedades mutualistas, especialmente a União Operária, fundada em maio de 1890 e que se manteve com bastante dificuldade até o início do século XX,⁵⁰⁵ e periódicos operários ligados a essas sociedades.⁵⁰⁶

O fato é que durante o século XIX nenhuma dessas organizações apresentou uma participação ativa dos operários em suas constituições ou conseguiu angariar para si uma representatividade significativa frente ao operariado santista. Todas surgiram como iniciativas de homens instruídos e membros das elites pensantes da cidade e seguiam algumas linhas similares àquelas propostas pelo movimento abolicionista: uma ação que visava tutelar o operário em busca de melhores condições de trabalho e de sua ascensão moral. As greves desse período acontecem muito mais como uma ação coletiva, majoritariamente encabeçada por imigrantes europeus, de aparência espontânea, mas que na verdade ocorriam como uma resposta às necessidades impostas pelos baixos salários e pelas condições insalubres de trabalho e moradia. Não são fruto de movimentos preparados por organizações ideológicas de trabalhadores. Pois bem, é justamente a partir da combatividade desse operariado, marcadamente de origem europeia, sobretudo portuguesa e espanhola, que Santos acabou por ganhar sua segunda alcunha: a “Barcelona brasileira”. Por outro lado, é possível perceber a dificuldade da bibliografia que estuda os movimentos operários em Santos, no fim do século XIX e início do XX, de levar em consideração as experiências e identidades dos ex-escravos e da população de cor na formação e nas disputas desses e com esses movimentos, o que se explicita também pela referência constante a essa imagem da cidade portuária paulista como a “Barcelona brasileira”.⁵⁰⁷

“vastíssimo preparo intelectual”, sendo por essas suas características que “muitos cavalheiros da nossa elite [santista] o acompanham”. Silvério Fontes era casado com a filha de um importante membro da elite santista e, segundo o periódico, era o principal responsável pela propaganda socialista na cidade. Era classificado como defensor do socialismo científico, tendo a convicção de que “dentro de um quarto de século a ideia [socialismo] dominará”, achando somente que era “preciso somente educar o proletariado”. Nenhuma menção é feita a qualquer participação sua durante a campanha abolicionista. *Diário de Santos*, 31 de janeiro de 1891. Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol., pp. 347-35. FAMS.

⁵⁰⁵ Ver: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 28, pp. 227-230. FAMS. De maneira semelhante àquela noticiada pelos jornais durante a avalanche da “onda negra” que teve importante papel na desestruturação do sistema escravista no Brasil, o socialismo surgia nas páginas dos periódicos como algo a se levantar suspeitas e amedrontador, principalmente devido ao seu aparente crescimento. Com destaque, o *Diário de Santos* noticiava em 7 de maio de 1891 o surgimento de um partido socialista no Rio de Janeiro com o título de “Nuvem Negra”. *Diário de Santos*, 7 de maio de 1891. BN.

⁵⁰⁶ Segundo Olao Rodrigues, os jornais são de curta duração e provavelmente circulavam dentro das próprias sociedades mutualistas. Ao todo seriam três: *União Operária* (1891), *O Tipógrafo* (1885) e *O Caixeiro* (1879). Ver: Rodrigues, Olao, op. cit., 1979. Para uma análise mais detalhada sobre o centro socialista e as sociedades mutualistas de Santos, ver: Gitahy, Maria Lucia Caira, op. cit., 1992.

⁵⁰⁷ Ver: Gitahy, Maria Lucia Caira, op. cit., pp. 17 e 99. E Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit., 1996.

Dentro da própria historiografia que se debruçou para estudar Santos nesses anos finais do século XIX e início do XX existe uma disputa a respeito de como a cidade deve ser chamada. Para a corrente especializada no estudo dos movimentos operários e da formação da classe operária no Brasil, que constantemente homogeneiza os trabalhadores que compunham esses movimentos, o porto de Santos seria a “Barcelona brasileira” principalmente devido à presença marcante de imigrantes europeus e pela constância e combatividade do seu movimento e da classe que lá parecia se organizar. Já para uma historiografia especializada no estudo da escravidão e da abolição, ou seja, que se preocupa com mais frequência em pensar a experiência da população dita de cor brasileira, o porto de Santos nesse período poderia ser classificado como a “Pequena África” de São Paulo, devido à forte presença de uma população majoritariamente negra advinda da atuação do movimento abolicionista paulistano e das fugas coletivas rumo a Santos que desestruturaram o cativeiro.⁵⁰⁸

Ou seja, os ex-escravos e a população dita de cor, marcada na pele pelo passado escravista, simplesmente não desapareceram como num passe de mágica ou como as fontes às vezes parecem indicar. Muitos permaneceram por lá, nos arrabaldes de Santos, nos cortiços localizados no centro da cidade e próximos ao porto, em subempregos e tendo de disputar os poucos espaços com os imigrantes que não paravam de desembarcar no porto. A pluralidade social existente nas ruas de Santos, que intercalava experiências em comum de exploração e dificuldades de sobrevivência, muitas vezes permitiu o arranjo de interesses em comum a favor de uma luta coletiva por melhores condições de vida, mas também levou a desentendimentos a respeito das melhores maneiras de se chegar a esse objetivo final.

Daí vem a questão: qual a melhor designação para Santos nessas décadas de 1880 e 1890? A cidade já seria a tão falada “Barcelona brasileira”, onde a atuação dos trabalhadores urbanos unidos lembrava a cidade portuária europeia e a corrente ideológica das organizações operárias seria predominantemente anarquista? Ou seria a “Pequena África” de São Paulo, marcada por uma população negra que havia participado ativamente do processo de Abolição e adquirido uma experiência específica de luta contra o sistema que regia as relações de trabalho no Brasil? A resposta é que a Santos “europeia” e a Santos “africana” tenderam a se aproximar no decorrer do século XX. Porém, nesse recente pós-abolição em que Quintino de Lacerda e os diversos ex-

⁵⁰⁸ Ver: Silva, Eduardo, op. cit., 2003, p. 12.

quilombolas do Jabaquara mantinham na memória as experiências de combate à escravidão e uma maneira própria de lidar com as relações perpetradas pelo paternalismo senhorial para obter vantagens, as disputas, os conflitos e querelas entre essas duas alcunhas e os indivíduos que a encarnavam definitivamente foram os traços marcantes desse fim do século XIX. Passando ao largo das ideias socialistas e/ou anarquistas que começavam a ferver, os ex-escravos proletários do Jabaquara preferiram se utilizar da lógica da negociação, com lampejos de conflito, adquirida na experiência do cotidiano escravo nas lutas abolicionistas.

Claramente os trabalhadores urbanos de Santos não eram somente compostos por imigrantes europeus de maioria portuguesa e/ou espanhola. Nesses anos iniciais de fim do trabalho escravo e de início do surgimento de organizações dos trabalhadores assalariados na cidade podemos perceber a presença tanto de ex-escravos como de imigrantes de origem portuguesa e espanhola muitas vezes juntos em busca de melhores condições de vida. Entretanto, a proximidade de espaços de convivência, como a dos serviços prestados, dos locais de trabalho, de moradia ou de lazer, não necessariamente converteu-se em união nos momentos decisivos da luta em busca das possibilidades de sobrevivência. A homogeneidade construída a respeito da união dos trabalhadores claramente é uma ilusão nesses anos iniciais do pós-abolição na cidade litorânea.

Se, como define E.P. Thompson, a “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus”,⁵⁰⁹ em Santos a chamada “turma dos homens de cor”, organizada por Quintino de Lacerda durante a greve geral de 1891, nos dá sinal de que as identidades dos trabalhadores brasileiros no recente pós-abolição, ainda em sua grande maioria homens de cor, passavam por uma experiência de racialização e de disputa por postos de trabalho com os imigrantes europeus. Aparentemente, nesse período, os “outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe)” dos ex-quilombolas do Jabaquara não eram os patrões, que, obviamente, exploravam esses ex-quilombolas, mas majoritariamente os imigrantes europeus, que ocupavam postos de trabalho anteriormente destinados aos ex-escravos e que viam suas condições de vida se deteriorarem a cada dia que passava.

⁵⁰⁹ Thompson, E.P., op. cit., 2004, p. 10.

Os embates travados durante o processo de formação da classe operária em Santos e sua relação com a luta abolicionista ficam evidentes no caso da greve de maio de 1891 ocorrida na cidade portuária. Todavia, essa não foi a primeira greve ocorrida naquele ano. Se em 14 de janeiro de 1891 o *Diário de Santos* publicava com destaque a proposta da construção de uma avenida no estilo boulevard “igual a alguns outros estabelecimentos existentes na Europa”,⁵¹⁰ janeiro traria outras novidades europeias não tão satisfatórias na opinião do periódico. Alguns dias depois de anunciar a construção do boulevard, o jornal noticiava o início de um movimento de greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Inglesa motivado pelo “extraordinário aumento do calor que determinou a exigência de maiores salários”.⁵¹¹ Imediatamente seguiu para a estação um contingente de 60 praças com o objetivo de conter a manifestação.

Nessa primeira cobertura realizada pelo periódico santista podemos perceber algumas características que permeariam as greves ocorridas naquele ano. A primeira delas está vinculada ao início do movimento e sua principal reivindicação. Ao que tudo indica, a paralisação dos trabalhadores da estrada de ferro não possuía nenhuma organização prévia que respaldasse ou indicasse as diretrizes políticas dos trabalhadores. Porém, é claro, a ausência de organização não significa ausência de motivos. Como demonstrei no primeiro capítulo, o verão da cidade de Santos era sentido de maneira escaldante pelos habitantes da cidade. O estopim que motivou a ação teria sido exatamente o início desse período que tanto castigava os trabalhadores da cidade. Mas o que vale destacar aqui é a ação espontânea dos trabalhadores, que, ao perceber a deterioração de suas condições de trabalho, cruzam os braços e exigem melhores condições. O segundo aspecto é o da ação do Estado. A greve era tratada como um problema policial, e nunca social. A lógica era simples na mente dos personagens políticos oficiais de então: a solução para a greve estava na força policial, na repressão.

Tendo iniciado em 21 de janeiro, a greve dos trabalhadores da estrada de ferro teve curta duração. Durou apenas cinco dias. Seu término ocorreu após o atendimento de duas reivindicações: a substituição do chefe da estação e o aumento de salário.⁵¹² Nesses cinco dias o *Diário de Santos* acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos. No terceiro dia o clima tornava-se perigosamente tenso. Vinham de

⁵¹⁰ *Diário de Santos*, 14 de janeiro de 1891. BN.

⁵¹¹ *Diário de Santos*, 22 de janeiro de 1891. BN.

⁵¹² *Diário de Santos*, 24 de janeiro de 1891. BN.

São Paulo trabalhadores especialmente destinados ao serviço da estrada, o que deu início a alguns conflitos. O jornal calculou um número de 500 grevistas que estariam armados e dispostos a impedir os trabalhadores oriundos da capital de ocupar seus postos. Nesse momento, de maneira indireta, somos informados sobre quais eram pelo menos alguns dos indivíduos que a compunham. Convocados pelas autoridades, o vice-cônsul português e o cônsul espanhol dirigiram-se para a estação com o intuito de “acalmar os súditos das nações que representam”, mostrando-se “interessados para que se terminasse a greve”.⁵¹³ Isso não quer dizer que necessariamente todos os grevistas fossem imigrantes europeus, porém é um indicativo de como o mercado de trabalho santista estava sendo majoritariamente ocupado por portugueses e espanhóis que participavam de maneira ativa das manifestações e paralisações do período, enquanto a maioria dos ex-escravos passava ao largo desse processo e encontrava-se cada vez mais excluída do mercado de trabalho local.

Com as demandas concretizadas e o fim da parede,⁵¹⁴ os operários da Estrada de Ferro Ingleza implicados na greve saíram em passeata pelas ruas da cidade visitando as redações dos periódicos locais. O cortejo teria sido bastante concorrido e os manifestantes ergueram vivas à classe operária e às redações, que não deixaram de expor suas opiniões. A cobertura desse evento termina com um elogio ao “operariado colaborador imediato do progresso das nações”.⁵¹⁵ Entretanto, apesar de notarmos algumas tendências que serão observadas na greve ocorrida em maio de 1891, como a utilização da força policial como método de repressão, o apelo aos representantes das nações europeias para conter os ânimos dos súditos, o apelo ao término rápido das querelas por motivarem grandes prejuízos ao comércio ou a utilização de trabalhadores contratados para substituir os grevistas e, conseqüentemente, enfraquecê-los, algo diferente e novo está presente no único momento em que o *Diário de Santos* expõe com clareza sua opinião a respeito do que presenciava. Realizando uma análise muito semelhante àquela que apresentei no terceiro capítulo a respeito da construção de uma memória para o processo de Abolição no Brasil, o *Diário de Santos* afirma serem muito raras as greves na cidade, especialmente devido à “índole ordeira da população santista, sempre pronta a submeter-se”. As únicas “turmas” que se manifestavam, mas “pela sua nenhuma importância”, ainda de maneira despercebida, eram as “originadas na classe

⁵¹³ *Diário de Santos*, 23 de janeiro de 1891. BN.

⁵¹⁴ No fim do século XIX e início do XX, o termo parede era utilizado como sinônimo de greve ou paralisação.

⁵¹⁵ *Diário de Santos*, 25 de janeiro de 1891. BN.

dos carregadores e ensacotadores de café nas épocas do verão”,⁵¹⁶ sendo a maioria desses ensacotadores ex-quilombolas do Jabaquara que viam seus espaços de trabalho minguaem dia após dia com o inchaço urbano. O jornal certamente não previa o que viria a ocorrer apenas alguns meses depois, já longe do calor escaldante do verão local, e que colocaria em xeque essa índole pacífica construída e reforçada pelos periódicos de então a respeito de qualquer movimento social que ascendesse nesse fim do século XIX.

Páginas atrás demonstrei que depois de 1888 o mês de maio, especialmente o dia 13, passou a ser uma importante data para realizar interpretações sobre o processo de Abolição e o abolicionismo no Brasil, lembrar indivíduos que atuaram nessa luta e de celebração dos ex-escravos pela liberdade. No entanto, outra celebração por parte dos trabalhadores, a partir do fim da escravidão, passou a ganhar mais destaque nas páginas da imprensa paulistana. Em 2 de maio de 1891 o *Correio Paulistano* dava evidência a “uma sessão comemorativa do dia 1º de Maio”⁵¹⁷ promovida pelos operários em Santos, no edifício da União Operária.⁵¹⁸ Na capital, o Centro Operário realizara uma sessão solene “em que tomaram a palavra diversos membros da classe”.⁵¹⁹ A imprensa frisou que durante a alegre e animada festa tudo permaneceu na mais perfeita ordem, tendo destaque a oratória de diversos indivíduos, como o nosso já conhecido abolicionista, um dos responsáveis pela fundação do reduto do Jabaquara, Antonio Bento.⁵²⁰

Alguns dias depois, ainda naquele maio de 1891, outras concorridas festas eram organizadas por todo o Brasil e especialmente em Santos. O Grêmio dos Democratas santista convidava os redatores do *Diário de Santos* a comparecerem ao baile que promoveriam no então recém-inaugurado Teatro Guarany em comemoração pelo dia 13 de Maio. Na mesma página, logo acima dessa nota, mas ainda sem grande destaque, era publicada a primeira referência às paralisações que abalariam as estruturas locais. Segundo o jornal santista, continuavam “em greve, os trabalhadores de pranchas”, sendo o carregamento e descarregamento dos navios no porto realizado pelo pessoal de bordo, ou seja, os tripulantes dos navios. Para o jornal, durante o dia teria havido “ordem e esteve em calma a cidade”.⁵²¹ O *Correio Paulistano* não perdeu tempo. No mesmo 12 de maio de 1891 e paralelamente às notícias que revelavam os planos para as festas em

⁵¹⁶ *Diário de Santos*, 23 de janeiro de 1891. BN.

⁵¹⁷ *Correio Paulistano*, 2 de maio de 1891. AEL.

⁵¹⁸ *Correio Paulistano*, 3 de maio de 1891. AEL. O jornal só informa o local onde ocorreram as comemorações no dia seguinte.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ *Diário de Santos*, 12 de maio de 1891. BN.

comemoração pelo fim do cativo, também publicou uma nota sobre o início do que viria ser a grande greve. Essa notícia nos fornece maiores informações sobre a principal reivindicação dos grevistas e a categoria que iniciava aquele movimento: “Trezentos trabalhadores de estiva declararam-se em greve por questão de salário, exigindo aumento de vencimento. Impediram que outros fossem substituí-los dando lugar a desordens sem gravidade”.⁵²² Nesse momento o *Correio Paulistano* pode ter se enganado com relação à categoria que havia iniciado a greve, ou, o que é mais provável, aparentemente novas categoriais profissionais do porto rapidamente estavam aderindo à greve. Percebendo a possível dificuldade que seus leitores teriam para entender o elaborado e setorizado sistema de trabalho existente no porto para viabilizar a exportação do café, o *Correio Paulistano* explica que

A exportação do café é um serviço que se faz dividido em diversas partes, das quais as mais importantes são:

I - O ensacamento nos armazéns, confiado a uma classe de trabalhadores;

II – O transporte para as carroças (encarroçamento), outra classe;

III – A condução até as pontes (pranchas) onde os navios mercantes estão atracados;

IV – Nova condução para bordo (serviço de prancha), e terminado o processo;

V – A colocação das sacas, em pilhas, no fundo dos referidos navios, estiva, donde o nome de estivadores à turma de homens que as colocam.

Cada um desses serviços é feito por uma classe à parte, independente em si mesma, porém harmonicamente relacionada, presa aos interesses do conjunto, a classe dos trabalhadores marítimos. Todas essas classes se uniram na greve, umas por moto-próprio, outras, sujeitando-se às ameaças da maioria.⁵²³

Ou seja, iniciando-se com os “trabalhadores de pranchas”, isto é, aqueles responsáveis pelo transporte das mercadorias da terra para os navios, o movimento espalhou-se para os responsáveis pela estiva, categoria designada pela alcunha de estivador e que organiza as cargas para embarque e desembarque dos navios. Em seguida atingindo praticamente todas as categorias marítimas, inclusive os trabalhadores da Companhia das Docas, que naquele momento significava os operários que trabalhavam na construção do cais do porto.

⁵²² *Correio Paulistano*, 12 de maio de 1891. AEL.

⁵²³ *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1891. AEL.

Nos dois dias seguintes o que imperou em Santos foi o clima de aparente tranquilidade. Nada consta nos jornais para que possamos obter maiores informações ou perceber grandes movimentações por parte dos grevistas. O *Diário de Santos* apenas noticiou que a greve continuava em “parte dos trabalhadores de estiva” e somente “um ou outro boato sem importância” foi espalhado, “nada havendo que perturbasse a ordem pública”.⁵²⁴ Os boatos certamente continuariam, mas nesses dias 13 e 14 de maio o que mais chamou a atenção, como não podia deixar de ser, foram as celebrações pelos três anos de fim do cativeiro. Não vale aqui retomar a análise sobre essas festas realizada no capítulo anterior, porém cabe recordar ao leitor como Quintino de Lacerda figurou como um personagem de significativo destaque nas festas pela Abolição daquele ano. O *Correio Paulistano* lembrava-se de maneira gloriosa “os cantos rudes dos foragidos entoados no refúgio sagrado do Jabaquara”⁵²⁵ e *O Estado de S. Paulo* convidava a todos para participarem da “bela festa no tradicional Jabaquara” em homenagem ao “estimado e benemérito Quintino de Lacerda”.⁵²⁶ Nessa ocasião foi oferecido um retrato a óleo de Quintino “por uma comissão de homens de cor” e um discurso elogioso foi proferido por Américo Martins dos Santos.⁵²⁷ Tudo indica que 13 de Maio era uma ocasião especial para a união da população de cor santista.

Todavia, esse clima superficialmente tranquilo estava prestes a mudar. O *Diário de Santos* começava a demonstrar maiores preocupações a respeito dos rumos que a paralisação ganhava. Os boatos percorriam em alta velocidade a cidade, causando medo e apreensão por parte dos empresários locais. Um desses boatos dizia que os grevistas da empresa do cais pretendiam “vir [...] armados fazer distúrbios na cidade”. A Associação Comercial, agregação de representantes das principais casas comissionárias e exportadoras, reuniu-se para lidar com a questão. Como resultado dessa reunião telegrafou-se ao governador exigindo ação das autoridades, especialmente do chefe de polícia, com o objetivo de pôr fim “com a perturbação em que se acha o serviço marítimo [...] há já quatro dias”. Temiam maiores conflitos e, principalmente, prejuízos, pois a “greve continua[va] em escala crescente e ameaçadora”.⁵²⁸

Apesar de aparentemente não existir nenhuma organização prévia a respeito dos rumos que a paralisação deveria seguir, a previsão dos empresários foi confirmada e o

⁵²⁴ *Diário de Santos*, 13 de maio de 1891. BN.

⁵²⁵ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1891. AEL.

⁵²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13 de maio de 1891. BN.

⁵²⁷ *Diário de Santos*, 15 de maio de 1891. BN.

⁵²⁸ *Diário de Santos*, 15 de maio de 1891. BN.

movimento rapidamente angariou adeptos de diferentes setores. Os jornais noticiaram, em seguida, a adesão dos trabalhadores do cais.⁵²⁹ O *Correio Paulistano* informava ter recebido telegrama especial sobre a greve que em Santos ocorria “entre os trabalhadores de prancha, do cais, cemitério, matadouro e obras particulares”. Nele era relatado que a greve tomava “proporções assustadoras. A alfândega e mesa de rendas estão fechadas desde uma hora da tarde. Consta que os grevistas pretendem atacá-las. O pessoal da guarda-moria está de prontidão. Comércio paralisado”.⁵³⁰ Em vista dos boatos, mais forças policiais eram reivindicadas pela Associação Comercial às autoridades com o objetivo de ficar de prontidão e aguardar o pior. Os ânimos se acirravam e estariam demasiadamente perto do fio da navalha. A onda cresceu tanto que periódicos como o *Jornal do Comercio*, o *Diário Popular* e o *O Estado de S. Paulo* enviaram a Santos repórteres para acompanhar de perto o desenrolar dos fatos.⁵³¹ O *Estado de S. Paulo* noticiara a ocorrência de conflitos entre grevistas e empregados da Companhia Industrial que permaneciam em seus postos. Na ocasião ocorrera tiroteio, com leves ferimentos em dez ou onze indivíduos. Por precaução, as repartições públicas foram fechadas. A polícia, que dispunha de “duzentas e trinta praças bem armadas” foi chamada para garantir “o trabalho aos não grevistas”. Com a prometida ação policial o repórter do periódico esperava que a greve tivesse o seu fim no dia seguinte, porém não foi bem isso que aconteceu.⁵³²

Os números calculados dos trabalhadores que haviam aderido à greve variaram muito. O *Correio Paulistano* chegou à cifra de 2.000 grevistas,⁵³³ enquanto o repórter de *O Estado de S. Paulo* afirmava ser de 4.000 “o número de trabalhadores que [...] sustentam a parede”, sendo a maior parte deles “trabalhadores de pranchas a que se aliaram os estivadores”.⁵³⁴ De maneira mais detalhada, o *Diário de Santos* noticiou a adesão paulatina de diversas categorias à greve. Segundo o jornal santista,

os trabalhadores das pedreiras da empresa do cais incorporados, em número superior a 200, caminhavam em direção à cidade, forçando os que

⁵²⁹ “Anteontem pela manhã, os trabalhadores das obras do cais aderiram também à greve, exigindo o aumento de 500 réis nos seus salários. Como não fossem atendidos, retiraram-se do serviço desmontando antes os trilhos da linha férrea construída para serviço do cais. Dizia-se que este último grupo pretendia incorporar à greve os operários do arsenal empregando, para isso, meios persuasivos ou violentos”. *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio de 1891. BN.

⁵³⁰ *Correio Paulistano*, 16 de maio de 1891. AEL.

⁵³¹ *O Estado de S. Paulo*, 17 de maio de 1891. BN.

⁵³² *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio de 1891. BN.

⁵³³ *Correio Paulistano*, 16 de maio de 1891. AEL.

⁵³⁴ *O Estado de S. Paulo*, 17 de maio de 1891. BN.

encontravam ocupados em obras em construção e pedreiras a acompanhá-los [...]. Seguiam pelas ruas de S. Francisco, S. Leopoldo, S. Bento, Largo de Monte Alegre, mais de 400 homens, obrigando aos operários que encontravam em serviço a largar o trabalho, com ameaças e espancando-os, quando estes não aderiam e não se incorporavam à onda turbulenta. O número crescia, e às 3 horas, era superior a 600 homens, em lugares diversos, armados de paus, cabos de machados, alavancas, facas, navalhas, revólveres, descansos de carroças etc. As carroças que encontravam carregadas faziam parar, tiravam a carga e jogavam-na à rua.⁵³⁵

As agitações nas ruas de Santos naquele maio de 1891 foram consideradas a primeira greve geral ocorrida em São Paulo e, por isso mesmo, ao longo do noticiário que cobriu os acontecimentos percebemos como nenhum dos lados envolvidos entendia muito bem com o que estava lidando. *O Estado de S. Paulo* captou as incertezas que pairavam, especialmente sobre o lado dos trabalhadores em greve, que andariam “nesta questão toda oscilando para todos os lados, sem saberem bem o que desejam, ora pacificando-se ora exaltando-se, concedendo um pouco agora, exigindo mais daí a um pouco”.⁵³⁶ A ausência de um modelo a ser seguido, pelo fato de algo similar nunca ter ocorrido, demonstra como estratégias de concentração e de negociações entre patrões e empregados encontravam-se em construção. Afinal, as relações existentes entre esses dois grupos permaneciam demasiadamente pautadas nas experiências do passado, ainda recente, escravista brasileiro e nas relações de paternalismo e clientelismo elaboradas ao longo de séculos. Funcionando como um grande laboratório de experiências, a greve de 1891 foi fundamental para solidificar determinadas posturas que viriam a ser consideradas corriqueiras nas greves posteriores a ela. Exemplo disso é a cobertura atenta dos periódicos ao evento em si, mas que deixavam de lado os motivos e as reivindicações dos grevistas, preferindo atender para as desordens provocadas e exigindo atuações enérgicas das forças repressoras do estado; a organização dos setores empresariais prejudicados com a paralisação para unirem forças e poderem pleitear maior proteção estatal; a tática dos grevistas de percorrerem em conjunto ruas centrais com o intuito de agregar um número maior de adesões; e constantes conflitos entre grevistas e demais trabalhadores que não aderiam à causa.

⁵³⁵ *Diário de Santos*, 16 de maio de 1891. BN.

⁵³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1891. BN.

Mas o que nos interessa agora é atentar para outro fator decisivo para o insucesso da empreitada grevista de 1891, que é a presença de um processo de racialização das relações sociais durante o período pós-abolição, especialmente numa cidade como Santos, com um forte contingente de mão de obra de imigrantes europeus que predominava nos espaços de serviço em detrimento da grande população de cor local. O enfraquecimento político da população de cor santista torna-se evidente quando ela precisa lutar de qualquer maneira para conseguir permanecer ou tentar se inserir novamente nos serviços existentes e assim poder sobreviver a duras penas. Agindo de uma maneira política para angariar objetivos próprios, os ex-quilombolas não pestanejam quando Quintino de Lacerda os convocou para defender interesses patronais.

É nesse sentido que podemos perceber o aparecimento de dois personagens centrais no desenrolar da greve e que evitei mencionar até o momento. De um lado está o nosso conhecido Quintino de Lacerda, de outro José Augusto Vinhaes. Então tenente da Marinha e deputado constituinte pelo Partido Operário do Rio de Janeiro, Vinhaes, vindo da capital da República, chegara à cidade litorânea paulista em 17 de maio “para ouvir as razões dos grevistas e aconselhar-lhes à medida que mais se coordenasse com as circunstâncias do momento”.⁵³⁷ O intuito dos comerciantes de convocar Vinhaes para o município era o de colocá-lo para atuar como um mediador entre os trabalhadores em greve e a Associação Comercial, órgão que acabou por tomar a frente nas negociações por parte dos empresários locais. Chegando à cidade, Vinhaes fora entrar em contato com a União Operária, já que essa se intitulava a principal organização dos operários de Santos. A organização operária, por sua vez, respondeu que “nenhum dos indivíduos que compõe a parede pertence àquela [União Operária] instituição”, mas que acompanharia a reunião agendada com a Associação Comercial.⁵³⁸ Essa atitude de afastamento de defesa das causas dos trabalhadores santistas, no local que deveria ser o principal reduto de operários da cidade, é reforçada com a publicação de uma carta que oficializava o posicionamento da União Operária em relação à greve:

⁵³⁷ *Correio Paulistano*, 18 de maio de 1891. AEL. Apesar de *O Estado de S. Paulo* ter enviado para Santos um de seus repórteres, as notícias que publicou a respeito da greve estão sempre com, pelo menos, um dia de atraso em comparação com os outros dois jornais consultados. Assim sendo, o jornal estipula uma data diferente com relação à chegada do tenente Vinhaes na cidade. Para o jornal, Vinhaes teria chegado no dia 16 de maio, e não no dia 17, como noticiaram o *Correio Paulistano* e o *Diário de Santos*. Ver: *O Estado de São Paulo*, 20 de maio de 1891. BN.

⁵³⁸ *Diário de Santos*, 19 de maio de 1891. BN.

Ao povo. A diretoria da União Operária de Santos, com o fim de debelar a greve dos operários e trabalhadores, agitada nesta cidade, resolveu nomear uma comissão de alguns dos seus membros, a fim de, como intermediária, fazer chegarem em acordo, tanto patrões como operários. O nosso intuito foi baldado, porque os interessados, não compreendendo nosso fim, não chegaram a um acordo. Nossa missão está fôda; e a responsabilidade da greve correrá por conta dos interessados. Na greve não estão incluídos nenhum [sic] dos agremiados à União Operaria, portanto nosso fim, que foi só de conciliação, está fôdo.⁵³⁹

A União Operária buscava sair daquele impasse no estilo bíblico de Pilatos: lavava as mãos. A sociedade mutualista assim reforçava a fragilidade de sua organização ao deixar claro que nenhum de seus membros esteve envolvido no que seria considerada a primeira grande greve do Estado de São Paulo. Da mesma forma evidenciava seu distanciamento daquilo que seria certamente o maior reduto de operários da cidade.

Com a realização de uma reunião em 18 de maio na Praça do Comércio, os jornais mostraram-se otimistas com a presença e a mediação de Vinhaes para solucionar o conflito e convencer os operários a encerrarem o mais rapidamente possível o movimento.⁵⁴⁰ Contudo, sua chegada à cidade provocou exatamente o oposto. Aderindo à causa dos grevistas, e com o reanimar dos grevistas por causa da chegada do chefe partidário, Vinhaes lançou mais lenha na fogueira que começava a se apagar, causando a indignação dos empresários exportadores reunidos na Associação Comercial. Assim, iniciou-se uma proliferação de acusações difamatórias da figura do deputado constituinte e uma campanha em prol de sua retirada da cidade. Encabeçando o movimento contrário a Vinhaes, o *Diário de Santos* publicou um balanço a respeito da atuação do chefe do Partido Operário:

⁵³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1891. BN.

⁵⁴⁰ “Na Praça do Comercio ouviu o Sr. Vinhaes dos comerciantes mais distintos e mais importantes da cidade a exposição fiel e justificada dos fatos, a falta de razão do lado dos trabalhadores e os grandes prejuízos advindos a cada um, a todos, ao estado e ao país, como consequência imediata das ocorrências destes últimos dias. Foi demonstrado cabalmente, que se em outros lugares a greve é a justa revolta dos prejudicados, é o protesto do braço que trabalha contra a ganância que explora, em Santos isso não se dá, isso não é uma verdade. E o Sr. tenente Vinhaes, que ali se achava como intermediário entre o operário e o exportador, a fim de ver aí estabelecido um modus vivendi que viesse pôr termo à crítica situação comercial da praça – aceitou com louvável critério as verdades que ouviu, achou que faltavam as bases da revolta contra o salário estabelecido e prometeu que às seis horas da tarde teria uma conferência com os chefes da parede, conferência em que, mostrando-lhes a sem-razão do seu procedimento, os aconselharia a voltar ao trabalho, de que são distintos representantes na cidade de Santos”. *Correio Paulistano*, 19 de maio de 1891. AEL.

Todos acreditavam que a presença do tenente Vinhaes concorresse para a greve nesta cidade acabasse de um modo satisfatório para as partes interessadas. O seu prestígio de deputado e, sobretudo de chefe do partido operário, tão afamado, dava direito a tal expectativa. Entretanto, assim não se sucedeu. Em vez de termos em s. exa. um elemento conciliador, para o restabelecimento do trabalho, s. exa. só conseguiu convencer a maioria da nossa população pacata e ordeira, que a sua permanência nesta cidade pelos incidentes que provocou, só era prejudicial e pouco tranquilizadora. Assim pensando, a nossa Associação Comercial deliberou ir em comissão ao Sr. Dr. chefe de polícia pedir a retirada do tenente Vinhaes, baseando seu pedido *no incidente havido entre aquele deputado e o conhecido cidadão Quintino de Lacerda*, do qual não tivemos um conflito a lamentar devido à intervenção de vários cavalheiros presentes. O Sr. Dr. chefe de polícia respondeu que já estava resolvida a retirada do tenente Vinhaes, o que a nosso ver, foi uma medida de prudência, espontânea ou não.⁵⁴¹ [grifos meus]

Vamos com calma. Continuemos na trilha dos periódicos. O *Correio Paulistano*, percebendo uma separação entre os trabalhadores que aderiram à greve e outros que permaneceram em seus postos de trabalho, denunciava Vinhaes, “confiado na imunidade de deputado federal”, por andar por toda a parte “no meio do seu povo que é estrangeiro a discursar contra os paulistas”.⁵⁴² O *Correio Paulistano*, de maneira indireta, indicava certa separação existente entre os trabalhadores urbanos de Santos, que podia também ser encontrada dentro do movimento grevista que se sublevava contra os baixos salários. Conforme os conflitos pelas ruas da cidade foram ocorrendo, os jornais começaram a publicar as prisões que eram realizadas pelas autoridades policiais enviadas com o intuito de enfraquecer o movimento. Em 19 de maio, *O Estado de S. Paulo* publicou as prisões dos “autores principais das desordens havidas”:

João Ventura, português, empregado na pedreira da Industrial;

Santos Dança, espanhol, idem, idem;

Antonio Miguel Raso, espanhol, empregado do cais na pedreira do Jabaquara;

Salvador Ramos, espanhol, idem dito;

José Pereira, espanhol, idem dito;

Augusto Garcia, espanhol, empregado do cais na pedreira das *Duas Pedras*;

⁵⁴¹ *Diário de Santos*, 20 de maio de 1891. BN.

⁵⁴² *Correio Paulistano*, 20 de maio de 1891. AEL. Nesse sentido ver também: *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1891. BN.

Francisco Lopes, espanhol, empregado na pedreira do Jabaquara;
Justino de Oliveira, português, empregado na pedreira da Industrial;
Albino Marquez, português, empregado na pedreira do sr. Paes da Costa;
João Morais, português, empregado na pedreira do Jabaquara.⁵⁴³

Não consegui encontrar maiores informações sobre esses indivíduos, nem seus destinos após as prisões efetuadas. O *Correio Paulistano*, com menos detalhes, publicou a ocorrência de prisões de um operário espanhol e outro português, “indigitados como chefes da revolta” que teriam como destino a deportação.⁵⁴⁴ Podemos perceber que existem algumas características em comum nessas prisões realizadas. A primeira delas concerne ao local de trabalho. Se a greve havia iniciado entre os estivadores e os trabalhadores de prancha, as agitações foram além e atingiram outras classes, como a dos operários que possuíam as piores condições de trabalho: os trabalhadores das pedreiras subordinados à Companhia das Docas que forneciam insumo para as obras de melhoramento no cais do porto.⁵⁴⁵ A segunda chama mais atenção e tem relação direta com o insucesso do movimento e os atritos ocorridos entre Vinhaes e Quintino de Lacerda. Fica evidente que as agitações grevistas nesse maio de 1891 foram encabeçadas por imigrantes europeus de origem espanhola e portuguesa, insatisfeitos com os baixos salários e as condições insalubres, tanto de moradia como de trabalho, encontradas em Santos.⁵⁴⁶ Inclusive no Jabaquara, local majoritariamente ocupado nessa época por uma população negra que passava por um processo de exclusão e conflito para permanecer vivendo naquele mesmo Jabaquara, que encontraram quando vieram fugidos para o litoral paulista durante a década de 1880, podemos perceber o imigrante europeu ocupando os escassos locais de trabalho existentes, demonstrando as dificuldades de sobrevivência enfrentadas pela população advinda do cativeiro em Santos no pós-abolição.

Ou seja, se os imigrantes europeus tiveram de lutar contra o patrão que fornecia péssimas condições de trabalho, baixos salários e insalubres locais de moradia, os ex-

⁵⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1891. BN.

⁵⁴⁴ *Correio Paulistano*, 19 de maio de 1891. In: Beiguelman, Paula. *Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 21.

⁵⁴⁵ Gitahy demonstra que a Companhia das Docas possuía pelo menos três áreas para garantir o fornecimento de insumos para as obras que realizava no cais do porto, sendo uma delas o Jabaquara, e que as condições de trabalho nas pedreiras eram ainda mais difíceis do que no próprio porto. Gitahy, op. cit., pp. 79-82.

⁵⁴⁶ Os jornais consultados na pesquisa fazem referência a outros indivíduos que foram presos ou feridos nos conflitos ocasionados pela greve. A maioria é de origem europeia. Quando o jornal não forneceu a nacionalidade do indivíduo, imaginou-se como sendo brasileiro. Apenas um dos listados pelos jornais foi classificado como “crioulo”.

escravos e homens de cor tiveram de enfrentar todos esses empecilhos, além da concorrência crescente advinda com a chegada maciça desses mesmos imigrantes, que passaram a ocupar postos de trabalho tradicionalmente ocupados pela população de cor. Os ex-escravos e homens de cor tiveram de lutar contra os novos mecanismos de exclusão social que descartavam de maneira sistemática a população mantenedora de traços físicos que a conectavam com o passado escravista e que perdia dia após dia a importância política adquirida na década anterior.

O incidente entre Vinhaes e o “conhecido cidadão Quintino de Lacerda” está diretamente vinculado à atitude que o líder do Jabaquara tomou frente aos acontecimentos que venho narrando. O clima estava tenso e as coisas esquentaram pra valer durante o apogeu da crise, nos dias 19, 20 e 21 de maio. Os comerciantes unidos na Associação Comercial tinham “firmemente resolvido não ceder um ponto na questão”⁵⁴⁷ do aumento salarial e em 19 de maio, no auge da greve, Quintino de Lacerda, o chefe dos trabalhadores das pedreiras do Jabaquara, segundo os jornais, prometera ao chefe de polícia de São Paulo, que havia se dirigido para Santos com o início dos conflitos gerados pela greve arranjar até a manhã do dia seguinte “de 80 a 100 homens para o serviço de embarque de café” empilhados nas pranchas e nos trapiches. Uma força composta por 100 praças garantiria o serviço no porto dos homens de Quintino de Lacerda.⁵⁴⁸

Até o momento apenas sabemos que são homens subordinados a Quintino de Lacerda que irão substituir os trabalhadores grevistas, mas o *Diário de Santos* nos revela a identidade desses homens ao anunciar que já estavam organizados “por Quintino de Lacerda, turmas de homens de cor, que pegarão hoje no serviço de embarque, garantidos pela força pública”⁵⁴⁹ [grifos meus]. Seguindo a mesma linha e com entusiasmo evidente, o *Correio Paulistano* exaltou a organização pelo “cidadão Quintino de Lacerda” das “turmas de homens de cor que deviam pegar [...] no serviço”.⁵⁵⁰ A postura de Quintino foi louvada pela imprensa por ter fornecido um

número de trabalhadores capaz de manter relativamente uma boa cifra de embarque, tanto que, apesar de tudo, foram ontem embarcadas cerca de 10 mil sacas. [...] Assim, por mais incompleto que tenha sido, o mais completo [dos]

⁵⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 21 de maio de 1891. BN.

⁵⁴⁸ *Correio Paulistano*, 20 de maio de 1891. AEL.

⁵⁴⁹ *Diário de Santos*, 20 de maio de 1891. BN.

⁵⁵⁰ *Correio Paulistano*, 21 de maio de 1891. AEL.

diversos ramos da exportação do café foi o que pertence à quarta seção, o trabalho da prancha. Foi ele desempenhado quase que totalmente por gente nova, pelos trabalhadores arranjados por Quintino de Lacerda, que desenvolveu uma grande atividade e que trata de arranjar o maior número possível de homens que possam substituir aqueles que não queiram voltar às suas seções.⁵⁵¹

O surgimento da população de cor santista, que claramente não participava de maneira maciça nas frentes paredistas e acabou por ser responsável pelo enfraquecimento das exigências dos trabalhadores, está ligado à oportunidade aberta pela paralisação de assim poderem recolocar-se no cenário local político e nos espaços de trabalho que vinham minguando.

É sintomático que a população dita de cor de Santos tenha sido lembrada de forma evidente e decisivamente atuante apenas na greve ocorrida em maio de 1891. Carregado com um capital político simbólico extremamente poderoso nessa época do ano, é provável que Quintino de Lacerda tenha obtido um maior sucesso no seu objetivo de angariar o apoio da população de ex-escravos justamente por causa da proximidade com o 13 de Maio, já que era nessa época do ano que os homens de cor celebravam o alcançar da liberdade. Ao mesmo tempo, as relações paternalistas e clientelistas que Quintino de Lacerda e “sua gente” construíram ao longo da campanha pela Abolição, ao mesmo tempo em que proporcionaram possibilidades de alcançar a liberdade na década de 1880, os levou a um engessamento das ações que podiam tomar para manterem-se importantes politicamente e angariar vantagens para si na década seguinte. Porém, isso não retira o aspecto de posicionamento político desses indivíduos no momento em que são convocados para se posicionar. *O Estado de S. Paulo* reforça a existência de um viés de subordinação nesses laços quando afirma que

Querendo pôr um termo definitivo à greve, a digna autoridade [o chefe de polícia], de combinação com vários negociantes mandou chamar o popular e estimado cidadão Quintino de Lacerda, chefe do ex-quilombo do Jabaquara,

⁵⁵¹ *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1891. AEL. Segundo *O Estado de S. Paulo*, “Quintino de Lacerda apresentou para o trabalho do embarque 70 homens. Imediatamente começaram eles a carregar café para o vapor *Ville Buenos Ayres*, atracando na ponte Leubá, mas logo que deram princípio à tarefa vários grevistas tentaram opor-se ao serviço encetado. O Sr. alferes Souza, que comandava uma força de 50 praças ali destacadas, deu-lhes voz de prisão, mandando-os conduzir para a cadeia. Até a hora do almoço foi esse vapor o único carregado. Em vista da atitude da polícia, foram pouco a pouco chegado ao serviço mais trabalhadores de Quintino e antigos carregadores de prancha que não tinham aderido à greve”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1891. BN.

que lhe constava dispor de uma boa turma de trabalhadores. De fato esse cidadão comprometeu-se a arregimentar para o serviço de embarque hoje [19 de maio de 1891], cerca de oitenta cidadãos, ganhando o mesmo salário que os grevistas.⁵⁵²

Como podíamos esperar, foi exatamente por essa atitude de Quintino de Lacerda e sua “turma de homens de cor” que Vinhaes indignou-se, elevando a exacerbação popular ao auge. Todos os jornais consultados deram ênfase ao conflito ocorrido e como os ânimos se acirraram a ponto de a presença de Vinhaes em Santos tornar-se inviável. Mas é nas páginas de *O Estado de S. Paulo* que encontramos uma resenha com maiores detalhes do sucedido. Estando junto dos grevistas, Vinhaes os aconselhava a persistirem com a greve até que suas reivindicações fossem atendidas, quando se indignou ao saber “que os grevistas estavam substituídos em parte pela turma do Quintino”.⁵⁵³ Encontrando Quintino de Lacerda a tomar cerveja com Affonso de Vergueiro – presidente da Associação Comercial entre 1885-1886 – em um estabelecimento comercial próximo à sede da Associação Comercial, localizada na Rua 15 de Novembro, iniciou-se uma discussão acalorada entre as duas lideranças, narrada da seguinte maneira pelo *Diário da Manhã*:

[Vinhaes] Dirigiu-se a aquele chefe abolicionista com a arrogância pedantesca de que nunca se despiu desde que pisou terra santista, supondo isto aqui uma localidade atrasada de sertão, e perguntou-lhe se na verdade estava ele incumbido de pôr um terno de trabalhadores substituindo os grevistas recalcitrantes. Quintino respondeu-lhe com a sua habitual delicadeza que assim era, o que deu em resultado o Sr. Vinhaes ameaçá-lo com represálias se tal fizesse, e descompô-lo de *negro e safado* para cima. Quintino reagiu contra os insultos e o desordeiro avançou então para o cidadão Affonso de Vergueiro que se levantou para segurá-lo sendo este obstado a isso por várias pessoas que o agarraram. Prorrompeu o maluco do tenente Vinhaes em impropérios contra as pessoas presentes, que eram muitas, chamando as *quidams*, e contra o valente chefe abolicionista. Então o redator-principal desta folha observou-lhe que era deputado paulista e que estávamos em terra paulista, e que, portanto, não permitia que se insultasse a Quintino de Lacerda, que é uma das nossas mais brilhantes tradições na história do abolicionismo. O Sr. tenente respondeu-lhe que não se referia à sua pessoa, e diante da grande massa de

⁵⁵² *O Estado de S. Paulo*, 21 de maio de 1891. BN.

⁵⁵³ *Idem*.

povo que invadira o estabelecimento, e que estacionava na rua, continuou [...] a insultar asperamente a Quintino. O histórico chefe do ex-quilombo do Jabaquara, tomado de uma cólera tremenda que lhe agitou todo o corpo e lhe chamou lágrimas aos olhos, cresceu para o tenente Vinhaes, mas foi cercado de pronto por um grupo de amigos que não o deixou sair. O tenente vendo aquele musculoso negro decidido a pegá-lo, escafedeu-se repentinamente por entre a compacta multidão.⁵⁵⁴ [grifos no original].

As palavras utilizadas para caracterizar a personalidade de Vinhaes – arrogância pedantesca, desordeiro, maluco – claramente tiveram como intuito rebaixar o líder operário. Já a caracterização de Quintino de Lacerda demonstra como o jornal tomou partido para o lado da antiga liderança local, pois se utilizou de palavras que buscaram realçar suas qualidades, como habitual delicadeza, valente, musculoso e “uma das nossas mais brilhantes tradições na história do abolicionismo”. Exatamente trabalhando com o capital simbólico que angariara ao longo da década de 1880 é que Quintino de Lacerda pôde transitar por espaços restritos da elite local mesmo após o fim do cativo. Os comentários do periódico também demonstram como a memória das ações levadas a cabo por Quintino de Lacerda durante o período do movimento abolicionista o colocara como uma figura central nos embates políticos que vieram a ocorrer durante o pós-abolição. Vinhaes, homem de fora da cidade, talvez por desconhecimento da importância atribuída ao “histórico chefe do ex-quilombo do Jabaquara”, não soube medir até que ponto atacar um símbolo da imagem de cidade libertária que Santos gostava de transmitir para o restante do país poderia ser prejudicial para a concretização de seus objetivos. Outro fator importante apresentado pelo jornal está presente na racialização do insulto que Vinhaes dirigiu a Quintino. Hoje, safado continua sendo uma injúria, porém, após um processo de valorização do negro no cenário nacional, chamar alguém pela alcunha da cor de sua pele não necessariamente causará a mesma reação que Quintino teve ao ser chamado de tal maneira. A questão central é que a partir do momento em que Vinhaes teve como objetivo levantar impérios a respeito de Quintino veio-lhe a boca chamá-lo de negro, tentando assim desmerecer a liderança por ligá-la à sua condição de cativo no passado recente escravista.

O término das ações seria o esperado. Vinhaes é praticamente despachado a força de Santos de volta para o Rio de Janeiro, onde promete dar a sua visão dos fatos ocorridos através da *Gazeta de Notícias*, Quintino reassume, mesmo que

⁵⁵⁴ Idem.

momentaneamente, seu poder de comando sobre o contingente proletário santista, pois “foram pouco a pouco chegando ao serviço mais trabalhadores de Quintino e antigos carregadores de prancha que não tinham aderido à greve”, assim como alguns chefes de turmas procuraram “Quintino de Lacerda – a cujo encargo está exclusivamente d'ora avante o serviço – para oferecer de novo o seu trabalho pelo preço antigo”,⁵⁵⁵ tendo como consequência no longo prazo o fortalecimento da Companhia das Docas. As últimas notícias encontradas sobre a greve são datadas de 22 de maio.⁵⁵⁶ A “maior e mais poderosa greve que [teria] havido no Brasil, não só pelas proporções que assumiu, como pelo prejuízo que causou ao [...] comércio”⁵⁵⁷ teve duração aproximada de 11 dias e serviu de palco para a explicitação de inúmeras experiências e conflitos que viriam a marcar os novos tempos que emergiam no pós-abolição. Os periódicos terminaram suas coberturas com visível alívio:

Está definitivamente terminada a greve. Ontem foi regularmente feito o trabalho, não havendo ocorrência alguma que alterasse a boa ordem do serviço. Nas pontes de embarque foram conservadas forças policiais, armadas; a cidade foi rondada por oficiais do destacamento. Muitos grevistas voltaram ao serviço; as turmas foram aumentadas. Voltamos à normalidade de sempre; todos empregam o tempo no cumprimento de deveres e pouco ou quase nada se fala dos incidentes havidos.⁵⁵⁸

Obviamente não há como negar que os ex-quilombolas do Jabaquara furaram a greve realizada em 1891 e tiveram papel fundamental no insucesso da mesma em conseguir elevar o salário dos trabalhadores da prancha e da estiva, principal reivindicação inicial dos grevistas. A partir de então, a utilização do excesso de oferta de força de trabalho, que tornava os trabalhadores vulneráveis, no enfraquecimento das

⁵⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1891. BN.

⁵⁵⁶ O único atrasado em anunciar o término da greve foi *O Estado de S. Paulo*, que lançou sua nota sobre o fato apenas no dia seguinte.

⁵⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1891. BN.

⁵⁵⁸ *Diário de Santos*, 22 de maio de 1891. BN. O *Correio Paulistano* assim comunicou o fim da greve: “Ontem [21 de maio], como últimas vibrações do grande movimento, houve apenas um ou outro fatorzinho sem importância, tentativa de impedimento do trabalho alheio por parte de alguns grevistas, encontrando pela frente a polícia que soube manter o direito dos que queriam trabalhar. Como é natural, a coisa não se fez sem algumas prisões e sem algumas rifladas. Entretanto, isto é tão pequenino que se pode dizer que a tranquilidade voltou e com ela o trabalho, embora esse trabalho esteja ainda longe de satisfazer as exigências comerciais de um porto como o nosso”. *Correio Paulistano*, 22 de maio de 1891. AEL.

reivindicações posteriores a 1891 se tornou praxe, como se percebe para os casos ocorridos em 1905 e 1908.⁵⁵⁹

No entanto, talvez a alcunha de fura-greves para os ex-quilombolas não seja de todo correta. Afinal, estavam excluídos do mercado de trabalho e através dessa atuação política durante o período grevista buscaram se inserir nesse espaço no qual predominava a força de trabalho europeia. De modo geral, o que pretendemos destacar é que se durante o período escravista os cativos são analisados pela historiografia como possuidores de família, vida cultural e comunitária, agindo de acordo com perspectivas e projetos próprios que revelam como esses indivíduos foram capazes de ação histórica, os ex-escravos, passado o 13 de Maio, também merecem de nós uma interpretação de suas ações que leve em consideração experiências acumuladas e interferências nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder no pós-abolição. Acredito, portanto, que seja necessário incorporar a análise da ação desses indivíduos à luz dos contextos e das experiências que haviam vivenciado no passado recente de luta e do momento de redefinição das relações hierárquicas, que ganhavam um tom de racialização muito grande. Assim é possível entender até que ponto Quintino de Lacerda sentiu-se extremamente ofendido por ter recebido de Vinhaes a denominação de negro e safado, ou até que ponto a relação de subordinação existente entre os homens de cor e Quintino correspondeu a uma resposta em busca de melhores condições de vida dessa população de ex-escravos aos apertos pelos quais suas vidas passavam naquela década de 1890.

Como percebemos, a possibilidade de utilização de capangas por Quintino e a do uso, por Fontana, dos escravos em fuga como trabalhadores era um viés plausível de exploração das relações construídas em torno da luta pela liberdade. Mas, ao mesmo tempo, existia a necessidade da sobrevivência cotidiana daquela enorme quantidade de escravos que buscavam a liberdade em Santos. Ou seja, a utilização de maneira deliberada, com ares de benevolência, dessa população em fuga para suprir interesses pessoais ou o apoio verdadeiro através do esforço pessoal em prol da causa abolicionista que possibilitaria construir possibilidades de ascensão a liberdade e a cidadania podem ser considerados lados opostos da mesma moeda. As fronteiras sociais encontradas no Jabaquara pelos escravos fugidos e ex-escravos caminharam por uma linha tênue que passava pelos limites daquilo que era imposto e daquilo que era sugerido por Quintino

⁵⁵⁹ Para uma análise mais aprofundada sobre estas duas greves, ver: Gitahy, Maria Lucia Caira, op. cit., pp. 84-91.

de Lacerda e Benjamin Fontana nas relações cotidianas para a sobrevivência, seja durante a vigência do sistema escravista ou no pós-abolição, dos habitantes do Jabaquara.

4.4. Com ares de conclusão: um “indivíduo [...] que o próprio nome não sabe assinar”⁵⁶⁰ na Câmara Municipal de Santos

Essa década de 1890 realmente não dera a paz e o descanso que se esperava, após ser concretizada a luta pela Abolição, a Quintino de Lacerda e os ex-escravos do Jabaquara. Pontilhada de momentos de tensão que colocavam em risco os frágeis modos de vida construídos a duras penas ao longo da década de 1880, foi possível perceber através das ações cíveis concernentes à posse das terras no Jabaquara, da tentativa de assassinato de Benjamin Fontana, das acusações de mando de agressão e da conflituosa greve de 1891 que Quintino de Lacerda não perdera sua força como liderança agregadora da população de cor local, ao mesmo tempo em que manteve seus laços de solidariedade com as elites locais.

Porém, novos tempos emergiam, criando novas expectativas que desataram ou afrouxaram antigos nós. Se conseguimos apreender a permanência dos elos de Quintino de Lacerda com as elites santistas, às vezes parecendo até que se tornaram mais fortes, as eleições para as cadeiras da Câmara Municipal de Santos de 1895 revelam tensões que servirão como mote para chegarmos à conclusão deste capítulo.

Da mesma forma em que as ações tomadas por Quintino de Lacerda em defesa da permanência na presidência do marechal Floriano Peixoto, durante a Revolta da Armada, em 1893, sobre as quais apenas encontramos esparsas referências em relatos de memorialistas, os detalhes de sua ascensão à presidência da Câmara Municipal de Santos em 1895 por, pelo menos, uma sessão, também são de difícil levantamento de informações. A atenção dos memorialistas voltou-se quase que exclusivamente para sua vida durante os anos em que o Jabaquara recebia inúmeras levadas de escravos fugidos, deixando de lado aspectos relacionados ao pós-abolição. Apesar disso, encontramos algumas referências dispersas sobre o momento em que se tornou vereador. Essas publicações memorialistas reforçam a imagem, por elas construídas, para Quintino: um

⁵⁶⁰ *A Tribuna do Povo*, 10 de abril de 1895. AEL

homem forte e de bom caráter. Mirandeira, por exemplo, explica assim a eleição de 1895:

Eleito vereador em 1895 era o único amigo da situação e não o deixaram tomar posse. Recorre e à força senta-se no seu lugar... Desconfiado de que estava sendo objeto de manobra política afastou a força os demais colegas e ficou ele só a gerir os negócios municipais, amparado pelo governador do estado e seu íntimo amigo Bernardino de Campos.⁵⁶¹

Outros memorialistas não coloriram com cores tão fortes esse momento da vida de Quintino de Lacerda. Aplicando tons mais sóbrios ao quadro histórico que construiu em sua escrita, Castan lembra os habitantes do Jabaquara como “miseros negros” que trabalhavam nos serviços que a cidade de Santos fornecia como o de carroceiros e ensacotadores de café, tendo como chefe o “negro Quintino de Lacerda [...] ex-escravo da família Lacerda Franco [...] e que, nos primeiros tempos da República, quando o voto ainda era respeitado, *foi pelos brancos eleito vereador da Câmara Municipal de Santos*” [grifos meus].⁵⁶²

Infelizmente, não consegui localizar as listas de votantes, nem do período imperial, nem do período republicano, para tentar conferir essa informação. Porém, cabe salientar alguns pontos interessantes. Provavelmente Castan estava correto ao afirmar que Quintino de Lacerda, apesar de ser reconhecido como um negro e uma liderança específica da população de cor santista, tenha sido eleito “pelos brancos”. Essa suposição está baseada na aprovação da Lei de Reforma Eleitoral de 1881 e na Constituição republicana de 1891. No momento da Abolição, em 1888, abria-se fato inédito no Brasil. A partir daquele momento todo e qualquer indivíduo nascido no Brasil poderia ser considerado um cidadão e assim pleitear determinados direitos antes inacessíveis para uma parcela significativa da população brasileira, como a possibilidade mais direta de participação na política formal.

No entanto, permanecia a dúvida a respeito da condição dos libertos, afinal a cidadania durante o império brasileiro levava em consideração dois fatores fundamentais: a renda e a condição de nascimento livre. Com a proclamação da República, em 1889, e a elaboração de sua Constituição, em 1891, esses dois critérios

⁵⁶¹ R. Mirandeira, “Quintino de Lacerda”, Álbum Oficial do IV Centenário da Fundação de São Vicente, 1532-1932.

⁵⁶² Castan, op. cit., p. 70-71.

que determinavam a possibilidade de se concretizar a ascensão a uma cidadania plena foram elididos do cenário político nacional. Contudo, uma questão delicada que se discutia naquele momento era a percepção de que com essas medidas os descendentes de escravos conseguiriam adquirir a cidadania plena. O temor existente aparecia na possibilidade de essa população de cor ligada diretamente àquele passado escravista, que com todo esforço se tentava apagar, tornar-se agente formal do mundo político. A solução do período republicano para esse problema estava pronta desde 1881, quando se passou a exigir, com modos rigorosos de aferição, a capacidade de ler e escrever para a qualificação dos eleitores. A Constituição de 1891 apenas manteve a obrigação da alfabetização para os brasileiros poderem participar, tanto como votantes quanto como votados, do jogo político institucional, desqualificando numa tacada só a maioria dos trabalhadores negros do cenário da política formal.⁵⁶³

É aí que surge uma questão: como então Quintino de Lacerda se tornou um símbolo para o movimento negro contemporâneo paulista por ser considerado o primeiro negro a candidatar-se e a ser eleito vereador de Santos? A impossibilidade de participar do pleito político formal, construída pelos mecanismos legais vigentes a partir da obrigação de se saber ler e escrever, aparentemente não era de maneira igualmente válida para todos os indivíduos. Afinal, vale lembrar ao leitor que no processo, datado de 1886, envolvendo Benjamin Fontana e Walter Wright a respeito dos limites de suas terras no Jabaquara, o depoimento de Quintino de Lacerda termina com a assinatura de outra pessoa porque Quintino não saberia escrever. Essa condição de analfabeto apresentada por Quintino de Lacerda parece não ter mudado no pós-abolição. Em dezembro de 1888 e em agosto de 1889, quando Quintino esteve envolvido em inquéritos policiais iniciados para averiguar uma tentativa de assassinato e outra de agressão, tal condição se mantém. Tanto no caso em que Nicolau Teixeira tentara matar Benjamin Fontana, como no caso em que Felipe José dos Santos tentara agredir João Francisco de Paula e Silva, os depoimentos prestados por Quintino de Lacerda terminaram com o escrivão utilizando-se das seguintes palavras: “a rogo do depoente que não sabe escrever”, seguido da assinatura de outra pessoa. Quanto à tentativa de

⁵⁶³ Para análises mais aprofundadas a respeito da cidadania no Brasil e das possibilidades de conquista da cidadania plena dos escravos, ex-escravos e seus descendentes, ver: Mattos, Hebe Maria, op. cit., 2004. Ou, Grinberg, Keila, op. cit., 2002. Outras pesquisas vêm demonstrando como a participação política dos trabalhadores negros não se deu apenas na qualidade de massa de manobra, participando de maneira ativa no bojo das disputas eleitorais com o objetivo de obter vantagens bastante objetivas. Nesse sentido, ver: Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

despejo movida por Benjamin Fontana contra Quintino de Lacerda, essa termina abruptamente com a morte de Quintino, em agosto de 1898, sem o despejado ter assinado nem uma página sequer do processo.

Assim a confusão está aberta. A rede de solidariedade e influência construída por Quintino de Lacerda dentro de determinados setores da elite paulistana, principalmente a proteção política fornecida por Bernardino de Campos, então governador de São Paulo, parece ter funcionado a seu favor nesse momento, tornando-se possível a sua conturbada posse. A respeito disso, em 29 de março de 1895, o *Diário de Santos* publicava em sua seção livre uma carta assinada por Manoel Henrique de Lima, membro do Partido Republicano Parlamentarista. Nela Manoel se dizia surpreso com um telegrama recebido em 5 de fevereiro daquele ano informando que sua eleição para vereador da Câmara Municipal de Santos havia sido anulada pelo Tribunal de Justiça “e de ter sido reconhecido o cidadão Quintino de Lacerda, recente major honorário do Exército, imediato votado”.⁵⁶⁴ O conflito que se desenhava estava vinculado à maneira como se organizaria a recente República e às oposições que esse cenário esboçava no nível da administração municipal de Santos. De um lado se encontravam os presidencialistas, como Quintino de Lacerda. Do outro os defensores do parlamentarismo, como Manoel Henrique de Lima e, principalmente, Olympio Lima, vereador de Santos e fundador do jornal *A Tribuna do Povo*.

Apesar de possuímos poucas informações sobre a atuação de Henrique de Lima, foi possível averiguar que havia ganhado notoriedade na cidade de Santos com a participação na concepção e na fundação da Escola do Povo, em junho de 1893. O objetivo dessa entidade era o de auxiliar o desenvolvimento da instrução popular e consistia de uma sociedade composta por membros da elite local que contribuíam financeiramente para custear as operações da sociedade.

Já Olympio Lima, fundador do periódico *A Tribuna do Povo* em março de 1894, pode ser considerado um dos mais importantes empresários dos meios de comunicação de Santos. O jornal ainda é publicado, tendo mudado seu nome para uma versão reduzida da original: hoje se chama apenas *A Tribuna*.⁵⁶⁵ Natural do Maranhão, mas ainda jovem tendo se mudado para o Pará, Olympio Lima nascera em 1862 e falecera em outubro de 1907, tendo desde cedo sido atraído pelo jornalismo. Chegara à cidade de Santos no início da década de 1890, ou seja, depois do sucesso abolicionista do

⁵⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 5 de abril de 1895. BN.

⁵⁶⁵ Site oficial do jornal: <http://www.atribuna.com.br>

Jabaquara. Os relatos memorialísticos a respeito da personalidade de Olympio Lima comumente o caracterizam como um indivíduo de “espírito impetuoso e franco, índole enérgica e jamais acomodaticia”, que se metia em inúmeras brigas pelo caráter de “polemista inflamado” que possuía.⁵⁶⁶

Seu jornal ganhou notoriedade logo na primeira edição, em 26 de março de 1894, quando dizia não possuir “ligação com nenhum dos partidos políticos militantes”.⁵⁶⁷ A neutralidade presente no discurso introdutório do periódico não se mantinha nas reportagens que estampavam suas poucas páginas. Após o editorial inicial, passava a defender as posições tomadas pelos opositores do governo do presidente marechal Floriano Peixoto que haviam se rebelado em setembro de 1893.⁵⁶⁸ Isso já pode ser entendido como um presságio dos futuros desentendimentos entre Olympio Lima e Quintino de Lacerda. Afinal, Quintino havia conseguido ganhar seu valorizado título de major exatamente através de sua atuação, em setembro de 1893, posicionando-se ao lado dos legalistas defensores do presidente e opondo-se aos revoltosos da armada.

⁵⁶⁶ Rodrigues, Olavo, op. cit., 1979, p. 70. Ver também: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 28, pp. 74-75. FAMS.

⁵⁶⁷ Citado por: Rodrigues, Olavo. op. cit., 1979, p. 70.

⁵⁶⁸ Ver: Coleção Costa e Silva Sobrinho, vol. 28, pp. 215-216. FAMS.



“Redatores e auxiliares d’*A Tribuna*”. In: Edição Especial. Revista da Semana/Jornal do Brasil. Número especial dedicado à Cidade de Santos, janeiro de 1902, p. 17. Olympio Lima, o desafeto de Quintino de Lacerda e fundador do periódico *A Tribuna do Povo*, está presente nessa fotografia. Ele é o terceiro sentado, da esquerda para a direita.

A Tribuna do Povo de 10 de abril de 1895 trazia, após um breve editorial em que defendia o parlamentarismo, como sua notícia central dessa edição uma reportagem questionando o modo “pouco sério, pouco decente, quase imoral” do Supremo Tribunal de Justiça de S. Paulo, acusando seus membros de estarem agindo como “capachos das politiquices trampolineiras de campanário”. Com essas fortes palavras, a notícia pretendia analisar o caso da posse de Quintino de Lacerda. A ideia apresentada pelo periódico era simples: a administração do município estava nas mãos de Manoel Maria Tourinho, oposição ao governo estadual vigente, e que por isso sofria ataques constantes do partido do governo que pretendia ocupar o poder local. Exposto isso, *A Tribuna do Povo* acusava o partido do governo estadual de “lançar mão de um recurso bastante torpe” para impedir a ascensão do parlamentarismo ao “atir[ar] a sufrágio popular o nome de um indivíduo irresponsável e analfabeto, que o próprio nome não

sabe assinar” – diga-se Quintino de Lacerda – que já teria concorrido outras vezes à Câmara contra “moços inteligentes e honestos, com guarda-livros, com pais de família distintos, com artistas”, mas havia perdido. O jornal acusava Quintino de ser um “indivíduo-instrumento” do partido governista, que com o auxílio de um advogado teria forjado documentos para serem enviados ao tribunal e assim desapossar o “vereador por sua maioria de 60 votos o cidadão Manoel Henrique de Lima, artista, eleitor, residente em Santos”.⁵⁶⁹ Parece que a sina que acompanharia os habitantes do Jabaquara era a de serem acusados de simples “massa de manobra” dos interesses dos grupos dominantes. No entanto, o fato que mais incomodava o autor daquelas acusações era o de Tribunal ter reconhecido um “indivíduo analfabeto”⁵⁷⁰ como Quintino de Lacerda o mais novo vereador de Santos.

O preconceito demonstrado pelo periódico não ficou impune. Apenas nove dias após a publicação desses ataques à figura de Quintino de Lacerda, a tipografia de *A Tribuna do Povo* foi atacada “por um grupo de indivíduos de cor”. O estrago foi grande. Com a confusão um lampião caiu derramando querosene. As chamas arderam, mas não conseguiram se espalhar pelas instalações do periódico, graças ao fato de o chão do prédio ser cimentado.⁵⁷¹ O inquérito policial aberto acabou não levando a direção alguma, apenas com uma das testemunhas afirmando que aquilo tudo “cheirava a Quintino”.⁵⁷²

⁵⁶⁹ *A Tribuna do Povo*, 10 de abril de 1895. AEL.

⁵⁷⁰ Idem.

⁵⁷¹ *O Estado de S. Paulo*, 19 de abril de 1895. BN.

⁵⁷² Apud, Lanna, Ana Lúcia Duarte, op. cit. 1996, p. 197, nota 64. Infelizmente o fechamento do Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos impossibilitou a coleta e a consequente análise desse inquérito policial.



O prédio em que se achava instalada a redacção da "A TRIBUNA", em 1909

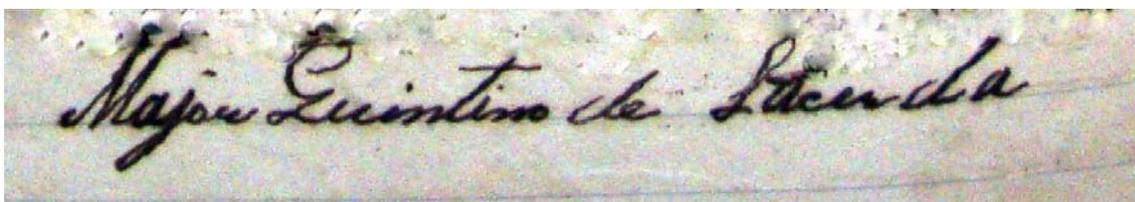
Lê-se na fotografia: "O prédio em que se achava instalada a redacção da *A Tribuna*, em 1909". In: *A Tribuna*, 26 de janeiro de 1939. <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0318a.htm>, consultado em 13 de fevereiro de 2011.

Ao ler as atas da Câmara Municipal de Santos durante aqueles meses iniciais de 1895, o que encontramos é algo um pouco diferente. Em 8 de abril de 1895 Quintino de Lacerda esteve na assembleia municipal para assumir seu cargo como vereador e nada consta a respeito de Olympio Lima ou do supostamente injustiçado Manoel Henrique de Lima. Vê-se escrito na ata da assembleia municipal daquele dia o seguinte:

Aos oito dias do mês de Abril de mil oitocentos e noventa e cinco, na Secretaria da Assembleia Municipal desta cidade de Santos, às 11 horas da manhã, compareceu o Major Quintino de Lacerda, perante a mim 1º secretário

em exercício da presente Assembleia, por ter resignado o cargo o cidadão José André do Nascimento Macuco, a quem dei posse por ter prestado juramento do cargo de vereador reconhecido pelo [ilegível] Tribunal da Relação de São Paulo, conforme a certidão do Acórdão que apresentou ao cidadão José André do Nascimento Macuco na sua secretaria, em data do 5 do corrente, a cujo ato achava-me [ilegível] em lei e que assisti a essa formalidade. Para [ilegível] mandei lavrar o presente que [ilegível] assinado por mim e pelo Major Quintino de Lacerda. Eu (a) Domingos Ribeiro da Silva Motta, 1º official o escrevi. Major Quintino de Lacerda.⁵⁷³

Aparentemente o vereador que perderia o seu cargo não era Manoel Henrique de Lima. Segundo consta, Quintino de Lacerda, munido de uma ação do Tribunal de Relação de São Paulo que garantia sua posse e de um acórdão que havia sido realizado alguns dias antes, comparecia à assembleia municipal para assumir o cargo de vereador no lugar de José André do Nascimento Macuco, que havia resignado. É exatamente desse documento que conseguimos encontrar pela primeira e única vez a assinatura de Quintino de Lacerda. O interessante de se perceber é que Quintino havia somado a seu nome a insígnia de major, que simbolizava a importância adquirida por nosso personagem ao longo de sua trajetória. Para além, a assinatura que encontramos está muito firme e muito clara para um indivíduo que poucos anos antes declarava ser analfabeto, sendo que nada indicava uma alteração dessa condição. É possível levantar alguma suspeita em relação à veracidade dessa assinatura, entretanto não encontramos nada que desminta que Quintino de Lacerda realmente compareceu à assembleia municipal em 8 de abril de 1895, às 11 horas da manhã, para assumir o cargo de vereador de Santos e assim nos disponibilizar o único documento escrito por seu próprio punho de que se tem conhecimento.



Assinatura de Quintino de Lacerda presente no momento em que assumiu a cadeira de vereador da Câmara Municipal de Santos. Atas da Câmara Municipal de Santos, abril de 1895, p. 169v. FAMS. Fundo da Câmara Municipal de Santos.

⁵⁷³ Atas da Câmara Municipal de Santos, abril de 1895, p. 169v. FAMS. Fundo da Câmara Municipal de Santos.

Entretanto, Manoel Henrique de Lima realmente havia tido seu mandato cassado pelo Supremo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Alguns meses depois, com a necessidade da realização de novas eleições para a ocupação de duas cadeiras da Câmara Municipal de Santos, o Partido Republicano Parlamentarista lançava uma chapa em conjunto com o Partido Operário local. O candidato do Partido Republicano Parlamentarista era o negociante João Gonçalves Moreira e o candidato do Partido Operário era o nosso já conhecido Manoel Henrique de Lima, classificado como operário.⁵⁷⁴ O periódico *Santos Comercial* de 18 de maio de 1895 publicara uma nota defendendo a candidatura de Henrique de Lima. Nela, o jornal não mais atacava a figura de Quintino de Lacerda. Aparentemente, Quintino já não era mais responsabilizado pela derrota imposta pela justiça nas eleições de janeiro de 1895. Porém, o texto mantinha o discurso acusatório a respeito da atitude do Supremo Tribunal de Justiça, que teria esbulhado “pela mais ridícula intervenção em nossa autonomia municipal”, tendo atuado de maneira meramente política, portanto contrária àquela que deveria ser a atitude do judiciário republicano.⁵⁷⁵ Ao que tudo indica, o nosso injustiçado operário conseguiu ser eleito novamente numa eleição com “alguns distúrbios, em que ficaram feridos diversos cidadãos”,⁵⁷⁶ ocorrida em 19 de maio. Apesar disso, sua estada como vereador em Santos não teve longa duração. Acabou renunciando em julho daquele ano e nunca mais retornou à assembleia municipal.

Por seu turno, a passagem de Quintino de Lacerda pela assembleia municipal de Santos foi realmente sentida de maneira significativa. Sua atuação foi mais percebida pelas diversas agitações que marcaram sua permanência durante o período em que ocupou uma cadeira daquela casa do que pelas propostas que o conhecido abolicionista levou consigo para o plenário. *O Estado de S. Paulo*, em 9 de maio de 1895, apenas um mês após Quintino ter conseguido assumir seu mandato, trazia notícias alarmantes a respeito de desordens que ocorriam na Câmara de Santos. Quintino de Lacerda estaria diretamente envolvido nesses assuntos. Segundo o periódico, na noite de 8 de maio o

Intendente Municipal da Câmara de Santos se opôs à entrada do vereador Quintino de Lacerda, o qual deve ser empossado hoje do seu cargo. Conforme os nossos leitores devem estar lembrados, o Tribunal da Justiça já se pronunciou sobre o assunto, reconhecendo como legal a eleição daquele

⁵⁷⁴ *Santos Comercial*, 17 de maio de 1895. AEL.

⁵⁷⁵ *Santos Comercial*, 18 de maio de 1895. AEL.

⁵⁷⁶ *Santos Comercial*, 20 de maio de 1895. AEL.

vereador. Já em hora adiantada da noite constou-nos também que foram trocados entre o dr. chefe de polícia e diversas autoridades de Santos, alguns telegramas relativamente à questão. Nada pudemos saber, porém, do resultado.⁵⁷⁷

Nada puderam saber porque nada havia ocorrido com relação à entrada de Quintino de Lacerda na Câmara de Santos. Os boatos correram de maneira tão rápida que acabaram não sendo publicados sem a devida averiguação do jornal. Apesar das sequelas deixadas por sua conturbada ascensão à Câmara, especialmente a inimizade gerada entre Quintino de Lacerda de um lado, Olympio Lima e Manoel Henrique Lima de outro, os problemas com relação à posse de Quintino de sua cadeira de vereador na assembleia municipal já haviam sido resolvidos havia pelo menos um mês. A polícia e a prefeitura de Santos também não estavam em dia com suas comunicações. Na noite de 8 de maio de 1895 o Dr. chefe de polícia indagava na prefeitura municipal por que motivos se opunham ali “à posse do Sr. Quintino de Lacerda e as razões pelas quais estava o mesmo cidadão ameaçado em sua vida”.⁵⁷⁸ A resposta da prefeitura foi curta e direta. O documento informava que o “Sr. Quintino estava, há já muitos dias, empossado do cargo de vereador, em virtude do acordam[*sic*] do Supremo Tribunal de Justiça do Estado, e que a ameaça a vida desse cidadão é pura fantasia”.⁵⁷⁹ Novamente o acórdão realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é citado pelas fontes da época como responsável direto pela posse de Quintino e, mais uma vez, ficaremos apenas no desejo em saber em que consistia esse documento.

No fim, a confusão toda não passara de um mal-entendido em que Quintino de Lacerda acabara envolvido de maneira, aparentemente, indireta. Naquele mês ocorriam as eleições para subprefeito – nome dado na época para o presidente da Câmara Municipal de Santos – e por ocasião de mais um boato espalhado de que o edifício da municipalidade iria ser invadido para apoderarem-se das urnas e dos livros eleitores, uma força de polícia municipal permaneceu ao longo do dia postada em frente à estação de bonde localizada nas proximidades do prédio. Quintino apenas havia estado na secretaria da assembleia para resolver problemas pessoais, porém, como no mês anterior havia ocorrido toda a confusão a respeito de sua posse como vereador da Câmara Municipal, sua presença, conjunta à de uma força policial, havia gerado burburinhos a

⁵⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, 9 de maio de 1895. BN.

⁵⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1895. BN.

⁵⁷⁹ *Idem*.

respeito da presença policial, associando-a a um possível conflito gerado pelo intuito de bloquear sua entrada no edifício. Acabou se revelando tudo um grande mal-entendido.⁵⁸⁰ Aquele mês de maio terminava com a notícia da visita de “muitas pessoas [...] ao Jabaquara cumprimentar o major Quintino de Lacerda pela memorável data”⁵⁸¹ da Abolição.

Entretanto, a eleição para subprefeito não terminara de modo pacífico. Ao que tudo indica Quintino de Lacerda esteve atuando na Câmara Municipal de Santos por menos de um ano. Para ser mais exato entre bril de 1895 e janeiro de 1896. As atas de quando a antiga liderança do Jabaquara esteve presente na Câmara demonstram uma presença frequente e, algumas vezes, ativa nas reuniões que se realizavam no Paço Municipal. Porém, a análise das atas permite perceber que Quintino de Lacerda não marcou presença significativa nas discussões, colocando-se apenas de maneira contundente a favor de Bernardino de Campos em assuntos vinculados a alguns debates político-partidários. O momento mais marcante de sua atuação na Câmara está nos dias 9 e 10 de julho de 1895, quando Quintino presidiu a 3ª sessão extraordinária para empossar o então eleito para o cargo de subprefeito Antonio Vieira de Figueiredo. A oposição a essa posse levava Quintino de Lacerda a solicitar a cassação de alguns vereadores, dentre eles os seus desafetos Manuel Henrique de Lima e Olympio Lima, que terminaram renunciando a seus mandatos.⁵⁸²

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ *O Estado de S. Paulo*, 16 de maio de 1895. BN.

⁵⁸² Ver: Atas da Câmara Municipal de Santos, 1895, especialmente: pp. 178v, 182. FAMS. Fundo da Câmara Municipal de Santos.



“Câmara Municipal de Santos”. In: Edição Especial. Revista da Semana/Jornal do Brasil. Número especial dedicado à Cidade de Santos, janeiro de 1902, p. 5.

Afinal, será que Quintino de Lacerda havia aprendido a ler e a escrever entre 1889 e 1895? Apenas com a sua assinatura não saberia responder a essa pergunta. O que sei é que o mecanismo de qualificação do analfabeto como um indivíduo impossibilitado de participar da política formal, utilizado para desabilitar uma parcela significativa dos negros no pós-abolição da política institucional e reforçado pelos opositores à posse de Quintino de Lacerda como vereador, não foi suficiente para romper os fortes laços de relacionamento com determinados setores políticos construídos durante a vigência do escravismo no Brasil. Também podemos perceber que a manutenção dessas redes de solidariedade a partir do pós-abolição foi ganhando novos significados de acordo com as questões cotidianas e políticas que surgiam nos novos tempos que buscavam deixar para trás o passado escravista e monarquista da nação. Vivia-se o processo de construção de uma nova imagem para a nação que muitas vezes dificultou a concretização do desejo de uma vida estável e confortável para a população de ex-escravos e seus descendentes que habitavam o Jabaquara.

Considerações finais

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.

Graciliano Ramos⁵⁸³

Começamos com a literatura, terminemos com a literatura. As angústias sofridas por Graciliano Ramos durante sua estada prisional no período do Estado Novo varguista produziram belas reflexões a respeito do que viria a ser liberdade. Apesar da diferença cronológica em relação à dissertação, as palavras do escritor alagoano abrem caminhos para pensarmos uma conclusão possível sobre as possibilidades construídas ao longo das décadas de 1880 e 1890 de usufruto da tão sonhada liberdade. Essa palavra esteve na boca dos principais propagandistas abolicionistas e republicanos. É bastante plausível supor que em todos os *meetings* realizados em prol dessas causas, no momento em que o ocupante do palanque desejava inflamar sua fala e levar consigo a multidão que lhe assistia, enchia os pulmões e a proferia com todo prazer. A liberdade abolicionista, com o fim da escravidão, ou a liberdade republicana, com o fim do regime monárquico, que muitas vezes se entrecruzavam, mostra a pluralidade de usos que essas letras conjuntas puderam ganhar. Entretanto, juntando a epígrafe que encabeça esta conclusão com as páginas escritas para a dissertação, podemos concluir que a liberdade é um constructo social que existe na vivência relacional entre os diversos grupos sociais. A liberdade não existe de maneira material como uma mesa ou uma cadeira. Ela é vivida e adquire múltiplos significados, muitas vezes conflitantes, de acordo com a época histórica e os grupos sociais que estão batalhando pela aplicação desses significados. Desse modo a ideia de liberdade apresenta-se em constante e ininterrupta transformação.

Nesse vaivém da liberdade é que Quintino de Lacerda se inseriu. Personagem de difícil classificação, sendo complexa a sua categorização, dada a ambivalência e a ambiguidade de suas ações, Quintino de Lacerda pôde, e pôde porque soube, se mexer entre escravos, senhores e grupos abolicionistas, ex-escravos e políticos no novo regime republicano de maneira a angariar para si uma rede de solidariedade que lhe permitiu ascender socialmente. Nesse trânsito contínuo entre grupos sociais e entre épocas

⁵⁸³ Ramos, Graciliano. *Memórias do Cárcere. Volume Um*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 21.

distintas, sua liderança dos escravizados fugidos presentes no Jabaquara fora fundamental para o sucesso da causa abolicionista. Porém, o Jabaquara como local de resistência ao sistema escravista, onde o escravo evadido conseguia adquirir um determinado grau de autonomia que lhe permitia estabelecer modos distintos de vida frente àquela sociedade que o escravizava, não é de simples apreciação. Afinal, qual seria o melhor estatuto para o Jabaquara? E, conseqüentemente, para seus habitantes?

O historiador Eduardo Silva, em suas mais recentes pesquisas, defende a existência do que ele chama de *underground* abolicionista, que consistiria numa rede subterrânea de cooperação entre os grupos urbanos abolicionistas e os escravos das senzalas com o objetivo de possibilitar as fugas em massa das fazendas. A necessidade de esconder os escravos acoitados pelo *underground* abolicionista teria dado lugar ao aparecimento de um novo paradigma de resistência ao sistema escravista: o que o autor chama de quilombo abolicionista. Suas principais características seriam a existência de lideranças muito bem conhecidas, a dificuldade das autoridades e dos senhores escravocratas de combatê-los devido às redes sociais que os sustentavam, uma boa localização que conseguisse aproveitar-se dos recém-instalados aparatos urbanísticos e que funcionasse como “uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente”.⁵⁸⁴ Os exemplos mais bem acabados de quilombos abolicionistas que existiram brevemente no Brasil seriam o do Seixas e o do Jabaquara.

Seguindo essa tipologia adotada por Eduardo Silva, certamente o Jabaquara se encaixaria na alcunha de quilombo abolicionista. Com exceção do quilombo do Seixas e do Jabaquara, quase todos os exemplos do que viriam a ser quilombos abolicionistas citados por Eduardo Silva, apesar de serem chamados pela alcunha de quilombo por seus contemporâneos, na sua estrutura não passaram de pequenos locais de acolhimento de escravos elaborados pelos abolicionistas fluminenses. Isso não retira a importância e o perigo da subversão flagrante à lei vigente presente no ato de acolhimento de escravos fugidos nas casas ou nos escritórios dos membros da Confederação Abolicionista. Porém, a análise do autor não considera uma peça fundamental para o sucesso daquela empreitada: o próprio escravo. É de surpreender que em sua pesquisa mais famosa sobre o assunto, os escravos que habitavam aquelas paradas praticamente não apareçam ao longo dos capítulos. Sobre o quilombo do Seixas, um imigrante português proprietário

⁵⁸⁴ Silva, Eduardo, op. cit., 2003, p. 11.

de terras localizadas no Leblon, Silva nos conta que se cultivavam as belas camélias utilizadas pelos modernos jovens fluminenses em suas lapelas para simbolizar sua adesão ao movimento abolicionista. O leitor mais atento já pode perceber como utilizei suas pesquisas ao longo da dissertação. Todavia, terminamos seu belo e instigante livro sem saber como viviam os escravos que por lá habitaram ou quais seriam as relações de trabalho estabelecidas entre Seixas e os escravos acoitados. Os modos de vida e de trabalho no Leblon não eram uma preocupação para Eduardo Silva e, por isso mesmo, ele não coloca a questão da autonomia escrava para a construção de modos de vida alternativos àqueles que experimentaram durante suas vidas nas senzalas como central na elaboração de sua tipologia. O que podemos retirar de conclusivo dessa discussão é como a designação de quilombo adquiriu, ao longo da existência do sistema escravista brasileiro, diferentes características.

Nessa perspectiva, se fôssemos seguir as designações utilizadas pelos abolicionistas, definitivamente poderemos falar da existência de um quilombo no Jabaquara. Da mesma forma não podemos deixar de ressaltar que as possibilidades de construção de espaços de autonomia que permitiram modos de vida particulares por parte da população escrava que se dirigiu ao Jabaquara, ponto fundamental para podermos caracterizar aquele espaço como sendo o de um quilombo, foram conquistadas pelos próprios escravos ao jogarem o jogo que se desenhava ao longo do processo de Abolição.

O próprio sucesso do empreendimento chamado Jabaquara só consegue tornar-se duradouro na medida em que os escravos perceberam em sua organização um modelo semelhante àquele que conheciam para se evadir do jugo do cativo. A figura de Quintino de Lacerda, um ex-escravo que conseguira ascender para a liberdade, reforçava a crença nas possibilidades de construção de modos de vida alternativos daqueles vivenciados durante a escravidão, abertos com o projeto abolicionista que se almejava edificar. Portanto, a construção do Jabaquara como um reduto para e da população de cor santista e a figura de Quintino de Lacerda são repletas de nuances. O objetivo presente aqui foi o de perceber como através dessas nuances foi possível abandonar os extremos da análise que em determinados momentos elevava Quintino de Lacerda à categoria de herói e em outros à categoria de vilão, humanizando suas ações.

Com o advento da Abolição, o 13 de Maio passou a ser uma data importante para se celebrar, tornando-se um momento propício para construir memórias que consolidaram determinadas interpretações e que elevaram à condição de heróis

determinados participantes das agitações abolicionistas. Assim, durante os dez anos posteriores à aprovação da Lei Áurea, a população de cor santista conclamara Quintino de Lacerda como figura central para o sucesso de seus anseios. Contudo, enquanto via sua imagem sendo elevada à categoria de herói da Abolição, Quintino e os demais escravos que habitavam o Jabaquara buscaram sobreviver com suas pequenas lavouras e/ou através da prestação de serviços que uma cidade portuária necessita, não tendo vida fácil durante o pós-abolição. Convivendo no limiar de épocas diferentes, mas que se entrecruzavam, Quintino de Lacerda testemunhou a chegada crescente do imigrante europeu nas ruas de Santos, elevando a concorrência pelos espaços de trabalho, e as instabilidades quanto à ocupação das terras do Jabaquara, tanto em relação às condições insalubres de moradia como às transformações urbanísticas responsáveis pela valorização do local e pelas intensas disputas em torno da posse das terras.

Ao longo do século XX, os órgãos públicos santistas buscaram manter uma determinada memória a respeito do Jabaquara através de homenagens à personalidade de Quintino de Lacerda. Na década de 1950 seu nome passou a designar uma rua. Na década de 1960 instituiu-se o 13 de Maio como o Dia de Quintino de Lacerda, que deveria ser comemorado anualmente.⁵⁸⁵ Na década de 1970, uma senhora de nome Maria, com a sua casa circundada por prédios e edificações urbanas, concedia entrevista afirmando ser a última remanescente do refúgio de escravos do Jabaquara. Dona Maria teria chegada àquelas terras com 2 anos de idade, acompanhando seus pais, escravos fugidos que buscaram Santos na esperança de alcançar a liberdade. Resistindo ao processo de urbanização, sua família teria se estabelecido na região sustendo-se através de atividades rurais e pequenos serviços na cidade.⁵⁸⁶ Na já longínqua introdução, vimos que com a entrada do século XXI e graças às pressões do movimento negro contemporâneo santista, fora criada a Medalha Quintino de Lacerda. Alguns anos depois, Quintino de Lacerda saía das folhas de papel e se materializava com a instalação de um busto em sua homenagem.⁵⁸⁷

Hoje, o bairro e o morro do Jabaquara estão localizados em uma pequena área entre a Santa Casa de Misericórdia de Santos e o Estádio Útrico Mursa, da Portuguesa Santista. O cotidiano do bairro é o de enfrentamento de problemas típicos de qualquer região de habitação popular localizada em um grande centro urbano brasileiro. O tráfico

⁵⁸⁵ Ver: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1895b.htm>, consultado em 1 de fevereiro de 2010.

⁵⁸⁶ Nunes, Antônio. “Ela viu o morro nascer”. In: Rodrigues, Olao (org.), op cit., 1972. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0101.htm>

⁵⁸⁷ Ver: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0222j.htm>, consultado em 1 de fevereiro de 2010.

de drogas e a ausência de escolas públicas e de sistema de transporte público de qualidade são reclamações recorrentes na imprensa local.

Mas um fato importante ficou pelo caminho e sobre ele não encontramos referência recente. Trata-se do processo de expulsão daquelas terras da população oriunda do cativo, o que já poderia ser sentido na década de 1890, e se manteve no decorrer do século XX, quando o bairro e o morro passaram a ser locais atrativos de moradia para imigrantes de origem portuguesa e espanhola. É por isso que os clubes de futebol localizados naquelas bandas de Santos são a já mencionada Portuguesa Santista, fundada por portugueses em 1917,⁵⁸⁸ e o Jabaquara Atlético Clube, fundado originalmente com o nome de Hespanha Foot Ball Club, em 1914, que têm como suas cores o amarelo e o vermelho presentes na bandeira da Espanha.⁵⁸⁹

Não deixa de ser um reflexo de tudo o que foi dito aqui que a memória da cidade de Santos sobre seu passado abolicionista tenha se afunilado na figura de Quintino de Lacerda, aquele que, aparentemente, de todos os habitantes do Jabaquara, mais bem administrou as possibilidades que teve pela frente.

⁵⁸⁸ Ver: <http://www.portuguesasantista.net/>, consultado em 1 de fevereiro de 2010.

⁵⁸⁹ Ver: <http://www.jabaquaraac.com.br/>, consultado em 1 de fevereiro de 2010.

Anexos:

Exemplo de festa organizada por senhores para celebrar o ato filantrópico da libertação de seus escravos:

“Escrevem-nos: ‘No dia 18 do mês corrente houve uma festa deslumbrante na fazenda de ‘Santa Cândida’, propriedade do sr. Antonio de Campos Serra, no município do Descalvado. Os ex-escravos da fazenda ‘Monte Alegre’, propriedade de d. Paula Francisco de Andrade, e os da fazenda ‘Santa Rita’, propriedade do sr. Francisco Serra, incorporados, vieram unir-se aos libertos da dita fazenda ‘Santa Cândida’. Uma vez chegados, executou-se um fervoroso hino abolicionista, da lavra do sr. José Antonio Figueira, cidadão ali residente e que conta perto de 80 anos de idade. A música do hino foi composta pelo sr. professor Severiano Cruz. A mulher deste professor cantou o hino. Terminada a execução, o acadêmico sr. Bernardino Pinheiro Torres pronunciou um discurso. Seguiu-se o jantar dos libertos, jantar que primava pela delicadeza das iguarias e vinhos finos. Durante o jantar os libertos levantavam brindes a seus ex-senhores, a Antonio Bento e a outros. Depois seguiu-se o jantar, oferecido aos convidados, esplêndido jantar, durante o qual trocaram-se muitos brindes. Houve animado baile que prolongou-se até as 7 horas do dia seguinte. Os libertos em geral estão muito contentes e prometeram continuar nas fazendas de seus ex-senhores. A família Serra é muito digna de louvores, por ter libertado incondicionalmente todos os seus escravos, e pelo modo por que estes eram tratados durante o tempo em que permaneceram no cativeiro.”

A Província de São Paulo, 23 de fevereiro de 1888. BN.

Notícia publicada pelo *A Província de São Paulo* referente aos distúrbios ocorridos em Piracicaba:

“Diz a *Gazeta de Piracicaba* de ontem que anteontem o povo reuniu-se de novo na estação à espera que chegasse o fazendeiro Luiz Antonio de Souza Barros. Felizmente, esse fazendeiro não chegou, mas chegaram os respeitáveis cidadãos sr. major Fernando Ferraz de Arruda, Joaquim da Silveira Mello e o estimado moço sr. João de Almeida Prado Junior. Estes srs. foram vaiados pelo grupo do povo. Este mesmo grupo, descendo da estação, espancou Manoel Mellinho, por supô-lo *capitão do mato*, e foi vaiar o dr. Abilio Vianna, postando-se em frente à casa do mesmo. A indignação causada por estes fatos fez constituir-se um grupo de reação, composto principalmente por fazendeiros, moços e velhos, quase todos armados, os quais investiram contra os

primeiros, que foram dispersos a tiros disparados para o ar. Este segundo grupo conservou-se postado na frente do jardim, para o lado da Matriz e, estando os ânimos muito exacerbados, repentinamente dirigiu-se à casa onde residem os pais do sr. vigário Galvão e daí arrancou o pardo escravo, Miguel, sobre quem desfecharam um tiro de garrucha e não poucas pancadas que o ofenderam muito, sendo ele afinal recolhido à cadeia. Do mesmo grupo chegaram a partir vozes instigando a irem acometer o sr. Luiz Queiroz em sua chácara: felizmente, alguns mais prudentes conseguiram impedir esse movimento. Já estão [ilegível] no lugar a força do destacamento, da qual algumas praças ajudaram a espancar Miguel, que tratava de fugir. Duas daquelas também foram ofendidas por tiros partidos do grupo de que faziam parte. Aos esforços do delegado e do dr. Moraes Barros se deve o estabelecimento da ordem”.

A Província de São Paulo, 13 de janeiro de 1888. BN.

Descrição detalhada dos festejos ocorridos em Araras pela libertação completa do município:

“Festas de libertação. Segundo foi anunciado pela imprensa, realizou-se no dia 8 do corrente mês a festa comemorativa da libertação da escravatura no município de Araras. O programa publicado foi cumprido, exceto uma ou outra variante que as circunstâncias de momento impõem. (...) No dia 7 de Abril deste ano, tal como o foi em 1831, nasceu anunciando a província de S. Paulo e ao império, um grande acontecimento. O dia 7 de Abril de 1888, coincidente histórico daquele, reflete-se brilhante nas consciências puras como um conseqüente forçado das vitórias do progresso em luta constante com elementos pouco ajustados às exigências vencedoras que brotam de dia a dia em consecução do grande fim: “A Pátria pela Liberdade.” O dia 7 anunciou a festa da libertação do município, recebendo-se, a hora em que o trem subia, a banda de música de Campinas, composta de italianos. A entrada da cidade, a magnífica banda, acompanhada de grande curso de povo, rompeu o hino de Garibaldi, ao som de foguetes e baterias. Já se notava na cidade certa animação da parte do povo; havia patente em todos os semblantes um sinal de regozijo; transudava em todas as fisionomias um contentamento geral. À noite, a maioria das casas iluminou as pendentes bandeiras de diversas nacionalidades. A madrugada do dia 8 acordou luminosa ao estrugir de baterias, girândolas e ao som da banda de música que rompeu em alvorada percorrendo as ruas e praças. Às 11 horas do dia teve lugar a missa cuja igreja não se podia entrar. À hora de o trem chegar, uma comissão acompanhada da música italiana postou-se à

entrada da cidade à espera da ‘Lyra do Oeste’ que da Limeira veio graciosamente abrilhantar os festejos de Araras. Às 4 ½ da tarde o paço da Câmara Municipal repleto e circundado de povo recebeu todos os camaristas (...) e abriu-se a sessão extraordinária para comemoração do grande fato. O sr. presidente declarou aberta a sessão e foi lido o motivo da sua convocação, tendo sido recebida com palmas e músicas a fala proclamatória da extinção do elemento cativo neste município. Em seguida, a comissão dos festejos, convidando de novo a municipalidade para presidi-los, ofereceu-lhe o lábaro de redenção signifição numa bandeira verde bordada a ouro e com a seguinte inscrição: “Araras Livre – 8 de Abril de 1888.” (...) Com o lábaro à frente os vereadores [ilegível] são de festejos e grande concurso de povo (aproximadamente três mil pessoas) se dirigiram ao pátio da matriz em cuja frente vistosamente ornados se elevavam custosos coretos, arquibancadas e tribuna. Dada a palavra ao orador da comissão, este saudou a multidão em nome da Comissão e da Câmara. Falaram brilhantemente, em discursos análogos ao ato, os cidadãos: barão do Grão-Mongol, dr. Ascanio Villas-Boas, dr. João Nogueira, Arthur Vital, Antonino Baviera e o ex-escravo Benedicto Santos. Terminados os discursos, que foram calorosamente aplaudidos, a multidão acompanhou os vereadores até o paço da Câmara, donde partiu, em importante *marche aux flambeaux*, percorrendo as ruas da cidade e saudando em suas respectivas residências aos cidadãos: [lista os nomes] e finalmente ambas as bandas de música, na frente do Hotel Central, onde se dispersou a multidão, a horas mortas da noite. Em frente a este hotel, o povo recebeu saudações do ex-cativo Raymundo Lopes. À noite, uma animada *soireeh* dada pelo simpático cidadão Antonio Franco veio fechar com chave de ouro o dia da Liberdade. Dois homens da comissão se distinguiram notavelmente: Francisco Antonio Leite e José Firmino. Foram dois heróis da libertação e dos festejos de Araras. Ao critério e ao prestígio de tão distintos cidadãos deve-se o ter havido durante as festas a melhor ordem possível. (...).” *A Província de São Paulo*, 17 de abril de 1888. BN.

Texto publicado pelo *A Província de São Paulo* em 13 de maio de 1888 que anunciava o fim da escravidão:

“Glória à Pátria. Está extinta a escravidão no Brasil. Legisla-se entre flores [seriam camélias?], apresentam-se pareceres por aclamação e vota-se com ruidosos aplausos. (...) A libertação dos escravos faz-se no Brasil por um *acentuado movimento da opinião*, pela capitulação franca das últimas forças de resistência, pela desagregação dos elementos conservadores, mas *em plena paz, sem perturbação da ordem*, pelo

congraçamento dos combatentes da véspera. Os que ainda ontem se opunham tenazmente à reforma unem-se aos mais exaltados que a defendiam. *Impelidos pela agitação*, sempre crescente, os poderes públicos entraram na corrente abolicionista e, antes forças dispersivas que elementos coordenados de um organismo, aceitam a solidariedade com os revolucionários que vencem e ditam a lei no momento do triunfo.

A vitória do abolicionismo exprime, pois, a vontade nacional. O general que dirigiu a batalha e conseguiu a vitória foi *esse grande anônimo que se chama – povo*. Depois de *Aureliano Candido Tavares Bastos* que começou em 1861 a luta contra a escravidão, pedindo a liberdade para os africanos nas suas memoráveis *Cartas do Solitário*, vieram *Luiz Gama* e *Américo de Campos* prosseguindo no trabalho prático de libertar não só os africanos como os outros, em 1863; e quase concomitantemente a *Opinião Liberal* introduzia no programa liberal a substituição do trabalho escravo pelo livre, em 1866. (...) Ao mesmo tempo no campo da ação, perante os tribunais pleiteando a liberdade ou nas trevas dando fuga aos perseguidos, *Luiz Gama* e *Américo de Campos* afrontam as odiosidades e vencem com a lei, ou vendo-a sofismada, esmagada brutalmente pelos juizes, vencem por outro modo – *facilitando a fuga* até mesmo nos escaleres da polícia. Grande coragem e admirável ousadia! Esses atos encontram eco e um ou outro fato surge do meio das ameaças, das perseguições, em algumas províncias. (...) Que lutas! Mas em 1868 já associações mais ou menos secretas alastravam o solo da escravidão e disputavam a posse e o domínio do escravo aos que não possuíam título de legitimemos. Apareciam também intermitentemente períodos alusivos ao *elemento servil* nos discursos da coroa por ocasião da abertura das sessões parlamentares. Promulgou-se em 1871 a *lei de 28 de Setembro* e o poder social quebrou o encanto do direito dominal sobre o homem. Daí em diante a agitação tornou-se visível até que surgiu à tona com a ostentação dos tropos, das flores, das *hermesses*. É o período em que se fazia mais barulho que outra coisa. Salientavam-se então *José do Patrocínio*, *Clapp*, *Nabuco*, *Rebouças*, *Reis*, *Ennes de Souza*, *José Mariano* e outros. Dentre esses, muito falando ao sentimentalismo, irritando o ânimo dos senhores, tendo às vezes frases horripilantes e agressivas, representaram o papel de agentes provocadores da reforma. Outros eram discutidores positivos que julgavam com argumentos científicos. *Foi grande incontestavelmente o serviço que eles prestaram.* A insolência dos que se julgavam fortes na posse do negro e o emperramento em nada ceder justificavam a propaganda assim encaminhada. (...) Por sua vez o governo chamara a questão e tentara dar-lhe soluções conciliadoras. Vencido, ganharam mais força as agremiações dos

agitadores. As vozes eloquentes de *Ruy Barbosa* e *José Bonifácio* vibraram o sentimento patriótico. Aqui em S. Paulo *Antonio Bento* toma a direção dos mais ousados e, em condições diversas, realizou em grande escala o plano que Luiz Gama e Américo de Campos haviam posto em prática (...). (...) Enfraquecida pela palavra criteriosa do sr. *Antonio Prado*, a autoridade para obstar a fuga, a libertação fez-se rapidamente. *A província de S. Paulo, um tanto preparada economicamente, soube haver-se nessa conjectura com notável galhardia. O espírito cavalheiresco do paulista lhe valeu muito.* Dado o exemplo, ele seria seguido e de fato o foi. *A atitude da província de S. Paulo influiu com um caráter decisivo na solução do problema:* província agrícola, com a sua riqueza representada pela lavoura, tendo grandes capitais empregados em braços escravos, com a cultura extensiva, larga e aumentada nos últimos anos, a libertação dos cativos como se operava, em massa, imediatamente sem condições, derrotava todos os argumentos dos retardatários. (...) Há incontestavelmente uma alegria íntima em todos nós por vermos extinta a escravidão. Daí essas manifestações ruidosas em torno da princesa, do parlamento e do ministério. O ato legislativo de 8 de Maio que há de aparecer em breve como lei, traz o cunho do sentir popular; pode-se dizer – *é uma lei que saiu do povo para glória e felicidade da nação.* Trabalhador obscuro de longos anos, saudamos o grande ato da soberania popular com a mesma calma com que temos operado em todos os períodos de maior ou menor movimento da opinião. Hoje, na partilha disputada das palmas da vitória, quantos não ficarão esquecidos? Há, entretanto, um meio de distribuirmo-as fazendo justiça a todos – é darmo-as ao povo. Não nos esqueçamos, porém, que *os vivos vivem dos mortos*, e destaquemos no meio das festas três nomes: *Aureliano Candido Tavares Bastos, Luiz Gama e Ferreira de Menezes.* Aquele representa a generosidade e intuição da raça branca, e esses o sofrimento e os afetos da raça negra. *Gloria à pátria que se engrandece libertando os pacientes cooperadores do seu progresso!*” (grifos nossos)

Préstito cívico realizado em 13 de maio de 1888 em São Paulo:

“Desde 11 horas da manhã de ontem [13 de maio] o povo se agrupava nos escritórios das redações dos diversos jornais procurando saber notícias da sessão do Senado. Às 2 ½ horas, sabida a notícia da aprovação do projeto no Senado, subiram ao ar foguetes e a população da cidade corria ávida de notícias da sanção, manifestando a maior impaciência. Às 3 horas, sabida no escritório desta folha e no *Diário Popular* que [ilegível] a classe comercial que se havia reunido no Teatro Politeama, com uma banda

de música à frente, entrou pela Rua da Imperatriz saudando as redações dos jornais e elevando entusiásticos vivas à nação brasileira, ao comércio, à liberdade e ao povo paulista, seguindo pelo Largo do Rosário e Rua de S. Bento. Nessa rua, em meio ao grupo de empregados do comércio que já era acompanhado por grande multidão, encontrou-se com os acadêmicos que desciam em marcha com [ilegível] de música, precedidos de uma comissão de lentes. Ao se enfrentarem os dois grupos, as suas comissões diretoras resolveram o congraçamento das classes até ontem estremecidas e essa resolução foi viva e calorosamente aclamada de parte a parte, juntando-se os dois grupos e formando um imenso préstito. No percurso pelas ruas da cidade foram saudadas as redações: do *Diário Popular*, em nome da qual falou o dr. Eduardo Chaves, que recitou uma sua poesia; o *Correio Paulistano*, de onde falou ao povo o dr. Estevam Bourroul; a *Gazeta do Povo*, que respondeu pelo órgão do sr. dr. Lamonier Godofredo; a *Liberdade*, que se fez representar pelo dr. Antonio Bueno; a *Revue Française*, em cujo nome falou o sr. H. Morel; o *Diário de Notícias*, de onde falou o dr. Andrade; o *Mercantil*, de onde uma exma. senhora, esposa de um dos redatores, atirou flores sobre a multidão; a esta folha, por cuja a redação falou o sr. dr. Antonio Carlos. Foram também saudados pelo dr. João Monteiro em nome do povo o Club Republicano e a Comissão Permanente desse partido, orando de uma das janelas o dr. Campos Salles, que agradeceu e retribuiu as saudações populares, o Club Liberal que se fez representar pelo conselheiro Leôncio, o Club Internacional, de onde falou o dr. José Nogueira Jaguaribe, e o Congresso Ginástico Português e o Club Ginástico Português, de onde falou um dos sócios. Entre os muitos oradores nos lembramos além dos já denominados o dr. Carlos Garcia e o solicitador João China. A multidão foi ao palácio e aí, depois de falar em nome do povo o conselheiro Leôncio, o presidente da província agradeceu as saudações ao governo e levantou vivas aos poderes constituídos e ao povo brasileiro paulista. Às 10 horas da noite a oficialidade do 17º Batalhão de Infantaria percorreu a ruas com a banda daquele batalhão. Todas as ruas estavam iluminadas e as casas embandeiradas. Não nos recordamos de festa tão espontânea, tão entusiástica como a de ontem. A multidão era imensa e o trânsito pelas ruas era difícil.” *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888.

Fontes e Bibliografia:

Fontes:

1. Fontes manuscritas:

1.1. Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS):

Fundo Intendência Municipal: Atas da Câmara (maio de 1888, ano de 1895 e agosto de 1898).

1.2. Processos cedidos por Maria Helena Machado, coletados no extinto Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Santos:

1886. Ação de Interdito Possessório em que são Benjamin Fontana e sua mulher: AA e Walter Wright: R.

1888. Subdelegacia de Polícia da Cidade de Santos. Autuação de Inquérito Policial em que são Benjamin Fontana: A. e Nicolau José Teixeira: R.

1889. Delegacia de Polícia da Cidade de Santos – Inquérito Policial: João Francisco de Paula e Silva: A. e Felipe José dos Santos R.

1898: Ação de despejo em que são: Benjamin Fontana: A. e Major Quintino de Lacerda R.

2. Fontes Impressas:

2.1. Biblioteca Nacional (BN):

Setor de Periódicos:

A Província de São Paulo (janeiro a julho de 1888; janeiro a julho de 1889). *O Estado de S. Paulo* (meses de maio dos anos de 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895 (e abril), 1896, 1897 e 1898);

Correio Paulistano (janeiro a julho de 1888; meses de maio dos anos de 1892, 1893, 1894, 1895, 1897 e 1898);

Diário de Santos (ano de 1891).

Setor de obras gerais:

Castan. *Scenas da abolição e outras scenas*. São Paulo: Typ. Papelaria Americana, 1921

Morais, Evaristo de. *A campanha abolicionista, 1879-1888*. Brasília: UnB, 1986.

2.2. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB):

Duque-Estrada, Osório. *A Abolição. Esboço histórico, 1831-1888*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1918.

Silva Jardim. *Memórias e viagens I: campanha de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1891.

2.3. Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS):

Código de Postura de Santos, 1895.

Coleção Costa e Silva Sobrinho (volumes 6, 12, 14, 28, 31, 54, 92, 102, 103, 104, 112, 114, 115, 116, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 165, 168, 178, 180, 189 e 193).

2.4. Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos:

Almanaque da Casa Branca. Editores-proprietários: N. Pereira & Toledo. Campinas: Typ. Livro Azul/A.B. de Castro Mendes & Cia., 1889.

Atos oficiais e outros documentos do Porto de Santos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

Benedito Calixto. Um pintor à beira-mar. A painter by the sea. Coordenação geral: Marli Nunes de Souza; textos: Caleb Farias Alves, Tadeu Chiarelli. Santos: Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, 2002.

Dantas, Olyntho. *Traços epistemológicos da febre amarela. A epidemia de 1895 em Santos*. São Paulo: Typ. Riedel & Lemmi, 1896.

Edição Especial. Revista da Semana/Jornal do Brasil. Número especial dedicado à Cidade de Santos, janeiro de 1902.

Guia Geral do Comércio de Santos. Tipografia da Indústria de São Paulo, 1895.

Lima, Aducto; Carvalho de Vicente & Junior, Moraes (orgs). *Indicador Santista, 1887*. Santos: Tipografia a vapor do *Diário de Santos*, 1887.

R. Mirandea, “Quintino de Lacerda”, Álbum Oficial do IV Centenário da Fundação de São Vicente, 1532-1932.

Rodrigues, Olao. *Veja Santos!* Santos: Prefeitura de Santos, 1973.

_____. *História da Imprensa de Santos*. Santos, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de Santos, Academia Santista de Letras e Ordem dos Velhos Jornalistas de São Paulo, 1979.

Sobrinho, Costa e Silva. *450 anos de história*. **Santos**: Gráfica Comercial Ltda. Coleção Santos na História do Brasil, s/d.

_____. *Romagem pela terra dos Andradas*. Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1952

_____. *Santos noutros tempos*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1953.

Santos, Francisco Martins dos. *Lendas e tradições de uma velha cidade do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.

_____. *A História de Santos. 1532-1936. 2 vol.* São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.

Victorino, Carlos Santos. *Reminiscências, 1875-1898*. São Paulo: Typ. Modelo, 1904,

2.5. Literatura:

Ribeiro, Júlio. *A carne*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

2.6. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL):

Correio Paulistano (maio de 1891);

A Tribuna do Povo (10 de abril de 1895);

Santos Comercial (10 de maio a 31 de dezembro de 1895);

A Lanterneta (1 de janeiro de 1895);

Xisto Bahia (20 de janeiro de 1895).

Bibliografia:

Abreu, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/São Paulo: Fapesp, 1999.

- _____ & Vianna, Carolina. “Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920”. In: Carvalho, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Albuquerque, Wlamyra Ribeiro de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Alencastro, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Almeida, Jaime de. *Foliões e festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século, 1888-1918*. Tese (Doutorado), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.
- Andrade, Wilma Therezinha F. de. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos. 1870-1930*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989..
- Andrews, George R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- Arantes, Erika Bastos. “Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910”. In: Azevedo, Elciene; Cano, Jefferson; Cunha, Maria Clementina Pereira & Chalhoub, Sidney (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. “Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedade no porto do Rio de Janeiro”. In: Goldmacher, Marcela; Mattos, Marcelo Badaró & Terra, Paulo Cruz (orgs.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.
- Assis, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Klick Editora, 1997.
- Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Beiguelman, Paula. *Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Blume, Luiz Henrique dos Santos. *A moradia da população pobre e a reforma urbana em Santos no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998..
- Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Burke, Peter. “Introdução: as variedades da biografia”. In: *O historiador como colunista. Ensaios para a Folha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *A cultura popular na Idade Média moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Cardoso, Ciro Flamarion S. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: Cardoso, Ciro Flamarion S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

Cooper, Frederick, Holt, Thomas C. & Scott, Rebecca J. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

Cota, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

Couto, Mia. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Cruz, Heloisa de Faria & Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa”. In: *Projeto História. História e imprensa. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC-SP*. Educ, nº 35, julho/dezembro, 2007.

Cruz, Maria Cecília Velasco. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: *Afro-Ásia*, 24, 2000.

Davis, Natalie Zemon. *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna. Oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- Du Bois, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.
- Duvignaud, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- Faria, Sheila de Castro. “Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (sécs. XVIII-XIX)”. In: *Escritos sobre História e Educação. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.
- _____. “Antonio da Silva Prado”. In: Vainfas, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1979.
- Fernandes, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- Ferreira, Jorge & Delgado, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Filho, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. “Histórias e reminiscências da morte de um senhor de engenho no Recôncavo”. In: *Afro-Ásia*, 24, 2000.
- Foner, Eric. “O significado da liberdade”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 8, nº 16, 1988.
- Fontes, Alice A. Barros. *A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888)*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1976.
- Frutuoso, Maria Suzel Gil. *Imigração portuguesa e sua influência no Brasil: O caso de Santos – 1850 a 1950*. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1990.
- Gebara, Ademir. “Escravos: fugas e fugas”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, nº 12, pp. 89-100, mar-ago., 1986.
- Genovese, Eugene D. *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Brasília: CNPq, 1988.
- Ginzburg, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Gitahy, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Editora Unesp/ Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

- _____. “O porto de Santos, 1888-1908”. In: Prado, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Grinberg, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Gutman, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. Nova York: Pantheon Books, 1976.
- Ianni, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- Kirk, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: Batalha, Cláudio H.M.; ortes, Alexandre & Silva, Fernando Teixeira da (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Editora Hucitec/ Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- Lara, Sivia Hunold & Pacheco, Gustavo (org.). *Memória do Jongo. As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca/Campinas: Cecult. 2007.
- Levi, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “Usos da biografia”. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Libby, Douglas Cole. “Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas”. In: Paiva, Eduardo França & Ivo, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.
- Lima, Lana Lage. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- Loriga, Sabina. “A biografia como problema”. In: Revel, Jacques. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- Machado, Humberto Fernandes. “Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil”. In: Lessa, Mônica Leite & Fonseca, Silvia Carla Pereira de Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. **Rio de Janeiro:** Editora Uerj, 2008.

_____. “Joaquim Nabuco: paternalismo e reformismo na campanha abolicionista”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 161 (406): pp. 39-52, jan./mar. 2000.

Machado, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico. Movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/São Paulo: Edusp, 1994.

_____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, nº 16, pp. 143-160, mar./ago. 1988.

_____. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: Cunha, Olívia Maria Gomes da & Gomes, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Maciel, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920”. In: Fenelon, Déa et ali. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

Marzano, Andrea. “Hierarquias, ascensão social, participação política e abolicionismo popular”. In: Abreu, Martha; Soihet, Rachel & Gontijo, Rebeca (orgs.). *Cultura política e cultura histórica: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007.

Mattos, Hebe & Rios, Ana Lugão. *Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Tese (Professor Titular), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

_____. & Rios, Ana Lugão. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição”. In: Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Olívia Maria Gomes (orgs.). *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Mattos, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Mattos, Marcelo Badaró. “Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Goldmacher, Marcela; Mattos, Marcelo Badaró & Terra, Paulo Cruz (orgs.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

_____. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

Martins, Robson. “A História continua...” In: *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo, 1884-1888*. Campinas: Unicamp/CMU, 2005.

Mauss, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. (Com introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss). Lisboa: Edições 70, 1956.

Mello, Victor de Andrade. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001.

Mello, Zélia Cardoso de & Saes, Flávio, A.M. “Características dos núcleos urbanos em São Paulo”. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n°. 2, maio/ago. 1895.

Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Mintz, Sidney. *Caribbean transformations*. Chicago: Aldine Publishing, 1974.

_____. & Price, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Candido Mendes, 2003.

Moraes, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: história e memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2007..

Mott, Luiz. *Rosa Egípcia. Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

Moraes, Renata Figueiredo. “Os registros iconográficos das festas pela Abolição”. In: Abreu, Martha & Serva, Matheus (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGH/UFF, 2011.

Moura, Clovis. *Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

Munhós, Wilson Toledo. *Da circulação ao mito da irradicação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880..* Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

Neto, José Maia Bezerra. “Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888”. In: *Afro-Ásia*, 28, 2002.

Pereira, Camila Mendonça. “As comemorações pela abolição na Corte Imperial: política e cidadania”. In: *A abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas*. Simpósio Temático organizado por Enidelce Bertin e Maria Helena Machado. XXV Simpósio Nacional de História. História e Ética. Fortaleza, 2009.

Pessanha, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro/Belford Roxo: Quartet/União, 2005.

Poe, Edgar Allan. “Os assassinatos na Rua Morgue”. In: *Os assassinatos na Rua Morgue e outras histórias*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

Ramos, Graciliano. *Memórias do Cárcere. Volume Um*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

Read, Ian William Olivo. *Unequally Bound: the Conditions of Slave Life and Treatment in Santos County, Brazil, 1822-1888*. Tese (Doutorado), Stanford University, Califórnia, 2006..

Reis, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “Tambores e temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: Cunha, Maria Clementina Pereira Cunha (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. In: *Afro-Ásia*, 24, 2000.

Rosemberg, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

Ribeiro, Maria Alice R. *História sem fim... um inventário da saúde pública. São Paulo 1880-1930*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

Ribeiro, Maria de Lourdes Borges. *O jongo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Secretaria de Cultura, Funarte, 1984.

Sahlins, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Salles, Ricardo. “Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 161 (406): pp. 53-75, jan./mar. 2000.

Santos, Cláudia Andrade dos. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?” In: Reis Filho, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política (século XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

Santos, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942.

Santos, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo, 1885-1888*. São Paulo, IPE/USP, 1980.

Serva, Matheus. “Jongos, sambas e batuques. As festas negras pela Abolição (1888-1898)”. In: Ribeiro, Alexandre; Bittencourt, Marcelo & Gebara, Alexander (orgs.). *África, passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos da UFF*. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

_____. “Liberdades em movimento. As disputas em torno da ideia de “ser livre” no final do século XIX brasileiro”. In: Abreu, Martha & Serva, Matheus (orgs.). *Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGH/UFF, 2011.

Sharp, Jim. “A história vista de baixo”. In: Burke, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1998.

Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: Gomes, Flávio dos Santos & Cunha, Olívia Maria Gomes (orgs.). *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Silva, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo – Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “Sobre versos, bandeiras e flores”. In: Venâncio, Renato Pinto (org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

_____. “Integração, globalização e festa. A abolição da escravatura como história cultural”. In: Pamplona, Marcos A. (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

Slenes, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “Senhores e subalternos no oeste paulista”. In: Alencastro, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Volume 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

Stein, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Thompson, E.P. *A formação da classe operária inglesa I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

_____. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva dos & Neves, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006.

Vovelle, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Xavier, Regina C.L. “Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos”. In: Schmidt, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. V. 1. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

_____. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.